Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011 8

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 9

Demonstração do Valor Adicionado 10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 11

Balanço Patrimonial Passivo 13

Demonstração do Resultado 15

Demonstração do Resultado Abrangente 16

Demonstração do Fluxo de Caixa 17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011 19

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 20

Demonstração do Valor Adicionado 21

Relatório da Administração 22

Notas Explicativas 29

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva 204

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 206

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes 207

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	385.823
Preferenciais	578.116
Total	963.939
Em Tesouraria	
Ordinárias	49
Preferenciais	6.099
Total	6.148

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	2.016.609	1.448.190
1.01	Ativo Circulante	345.916	20.018
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	305.760	9
1.01.03	Contas a Receber	6	168
1.01.03.01	Clientes	6	168
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.291	519
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.291	519
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	35.859	19.322
1.01.08.03	Outros	35.859	19.322
1.01.08.03.03	Dividendos e juros sobre capital próprio	35.819	18.739
1.01.08.03.06	Outros Tributos	2	80
1.01.08.03.07	Demais ativos	38	503
1.02	Ativo Não Circulante	1.670.693	1.428.172
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	90.727	487.379
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	87.296	473.147
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	87.296	95.515
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	377.632
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.431	14.232
1.02.01.09.03	Depósitos e bloqueios judiciais	3.431	2.861
1.02.01.09.14	Demais ativos	0	11.371
1.02.02	Investimentos	1.579.961	940.792
1.02.02.01	Participações Societárias	1.579.961	940.792
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.579.733	940.564
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	228	228
1.02.03	Imobilizado	3	1
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3	1
1.02.04	Intangível	2	0
1.02.04.01	Intangíveis	2	0
1.02.04.01.07	Outros	2	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	2.016.609	1.448.190
2.01	Passivo Circulante	22.844	24.739
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	837	798
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	837	798
2.01.02	Fornecedores	188	418
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	188	418
2.01.03	Obrigações Fiscais	243	893
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	243	893
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	12	49
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	231	844
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	7.655
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	7.655
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	7.655
2.01.05	Outras Obrigações	21.576	14.975
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	1.468
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	0	1.468
2.01.05.02	Outros	21.576	13.507
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	19.823	13.404
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros derivativos	36	0
2.01.05.02.09	Demais obrigações	1.717	103
2.02	Passivo Não Circulante	326.729	341.196
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	312.075	328.050
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	312.075	328.050
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	312.075	328.050
2.02.02	Outras Obrigações	4.294	3.903
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.903	3.903
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	3.903	3.903
2.02.02.02	Outros	391	0
2.02.02.02.04	Outros tributos	391	0
2.02.04	Provisões	6.828	5.587
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.828	5.587
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	278	278
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.550	5.309
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	3.532	3.656
2.02.06.01	Lucros a Apropriar	3.532	3.656
2.03	Patrimônio Líquido	1.667.036	1.082.255
2.03.01	Capital Social Realizado	784.004	784.004
2.03.02	Reservas de Capital	15.800	10.729
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	879	878
2.03.02.11	Reserva Reflexa Baseada em Ações	14.921	9.851
2.03.04	Reservas de Lucros	911.836	292.907
2.03.04.01	Reserva Legal	63.884	24.953
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	214.666	75.323
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	64.594	64.594
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	42.749	42.749
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-3.615	-3.615

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	529.558	88.903
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-45.889	-5.360
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	1.236	-25
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	49	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.112	1.758
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.212	-1.566
3.03	Resultado Bruto	900	192
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	768.556	2.508
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.034	-11.856
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	573	436
3.04.04.02	Outras receitas	573	436
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.994	-3.033
3.04.05.03	Outras despesas operacionais	-1.994	-3.033
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	785.011	16.961
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	785.011	16.961
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	769.456	2.700
3.06	Resultado Financeiro	13.087	6.376
3.06.01	Receitas Financeiras	53.254	40.949
3.06.02	Despesas Financeiras	-40.167	-34.573
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	782.543	9.076
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.907	-2.909
3.08.01	Corrente	-3.907	-2.909
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	778.636	6.167
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	778.636	6.167
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,81290	0,00640
3.99.01.02	PN	0,81290	0,00640
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,81230	0,00490
3.99.02.02	PN	0,81230	0,00490

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	778.636	6.167
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.310	0
4.02.01	Equivalência patrimonial reflexa sobre ganho de contabilidade de "hedge"	49	0
4.02.02	Equivalência patrimonial reflexa ajuste de conversão de controladas	1.261	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	779.946	6.167

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	171.733	7.158
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	13.021	-13.032
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	782.543	9.076
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	14.702	-8.187
6.01.01.03	Depreciação e amortização	0	1
6.01.01.05	Provisões	0	2.628
6.01.01.09	Equivalência patrimonial	-785.011	-16.961
6.01.01.12	Participação de empregados e administradores	753	490
6.01.01.13	Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros	36	0
6.01.01.20	Outras receitas, líquidas das despesas	-2	-79
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.404	-2.417
6.01.02.01	Contas a receber	162	-41
6.01.02.03	Tributos	-5.366	-82
6.01.02.07	Fornecedores	-230	271
6.01.02.08	Salários, encargos sociais e benefícios	-714	-192
6.01.02.09	Provisões	1.241	0
6.01.02.12	Outras contas ativas e passivas	1.503	-2.373
6.01.03	Outros	162.116	22.607
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-798	-1.476
6.01.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	162.914	24.083
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-74.047	0
6.02.02	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-3	0
6.02.03	Aquisição de investimento, menos caixa líquido incluido na aquisição	-74.044	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	208.065	-7.158
6.03.01	Captações	0	7.000
6.03.02	Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e leasing	-7.000	-11.226
6.03.03	Transações com partes relacionadas	365.185	12.105
6.03.07	Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	-150.120	-15.037
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	305.751	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9	9
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	305.760	9

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	784.004	4.735	296.522	0	-3.006	1.082.255
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	784.004	4.735	296.522	0	-3.006	1.082.255
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-27.984	-128.555	0	-156.539
5.04.06	Dividendos	0	0	-27.984	-128.555	0	-156.539
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	778.636	49	778.685
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	778.636	0	778.636
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	49	49
5.05.02.06	Ganho reflexo de contabilidade de "hedge"	0	0	0	0	6	6
5.05.02.08	Realização de reserva de operações de derivativos, líquida de tributos	0	0	0	0	43	43
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	7.450	646.913	-650.081	-41.647	-37.365
5.06.04	Reserva reflexa de ações em tesouraria	0	2.379	0	0	-5.523	-3.144
5.06.05	Reserva Reflexa de remuneração baseada em ações	0	5.071	0	0	0	5.071
5.06.08	Variação de participação em investimentos e minoritários	0	0	0	0	-36.124	-36.124
5.06.09	Outros efeitos / variações PL controladas	0	0	0	-3.168	0	-3.168
5.06.10	Constituição reserva legal	0	0	38.931	-38.931	0	0
5.06.11	Constituição reserva de investimento e lucros a realizar	0	0	607.982	-607.982	0	0
5.07	Saldos Finais	784.004	12.185	915.451	0	-44.604	1.667.036

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	564.541	10.249	514.538	0	41.664	1.130.992
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	564.541	10.249	514.538	0	41.664	1.130.992
5.04	Transações de Capital com os Sócios	219.463	480	-219.463	0	-47.044	-46.564
5.04.01	Aumentos de Capital	219.463	0	-219.463	0	0	0
5.04.08	Plano de opção de ações	0	480	0	0	0	480
5.04.09	Excesso pago em transações de capital	0	0	0	0	-47.044	-47.044
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.270	-5	8.265
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.167	0	6.167
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.103	-5	2.098
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de controladas	0	0	0	0	-5	-5
5.05.02.07	Outros ajustes no patrimônio das controladas	0	0	0	2.103	0	2.103
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-2.168	-8.270	0	-10.438
5.06.04	Reserva Legal	0	0	308	-308	0	0
5.06.05	Dividendos propostos	0	0	-8.095	-2.343	0	-10.438
5.06.06	Retenção de lucros	0	0	5.619	-5.619	0	0
5.07	Saldos Finais	784.004	10.729	292.907	0	-5.385	1.082.255

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	2.808	2.381
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.234	1.758
7.01.02	Outras Receitas	574	623
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.749	-9.323
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-948	-900
7.02.04	Outros	-8.801	-8.423
7.03	Valor Adicionado Bruto	-6.941	-6.942
7.04	Retenções	-1.241	-2.629
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-1
7.04.02	Outras	-1.241	-2.628
7.04.02.01	Provisões	-1.241	-2.628
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-8.182	-9.571
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	837.976	57.910
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	785.011	16.961
7.06.02	Receitas Financeiras	52.965	40.949
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	829.794	48.339
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	829.794	48.339
7.08.01	Pessoal	5.291	3.410
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.294	2.759
7.08.01.02	Benefícios	835	534
7.08.01.03	F.G.T.S.	162	117
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.482	5.314
7.08.02.01	Federais	6.359	5.212
7.08.02.03	Municipais	123	102
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	39.385	33.448
7.08.03.01	Juros	38.631	32.958
7.08.03.03	Outras	754	490
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	778.636	6.167
7.08.04.02	Dividendos	156.539	2.343
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	622.097	3.824

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	17.203.393	20.073.689
1.01	Ativo Circulante	5.704.288	5.955.294
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.161.782	2.939.084
1.01.02	Aplicações Financeiras	360.227	469.375
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	360.227	469.375
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	360.227	469.375
1.01.03	Contas a Receber	1.077.659	1.397.420
1.01.03.01	Clientes	1.059.955	1.393.931
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	17.704	3.489
1.01.04	Estoques	28.792	21.464
1.01.06	Tributos a Recuperar	212.008	262.077
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	212.008	262.077
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	863.820	865.874
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	35.643	0
1.01.08.03	Outros	828.177	865.874
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	41.029	9.573
1.01.08.03.03	Dividendos e juros sobre capital próprio	5.915	0
1.01.08.03.04	Depósitos e bloqueios judiciais	343.768	396.329
1.01.08.03.06	Outros tributos	225.291	234.469
1.01.08.03.07	Demais ativos	174.978	225.503
1.01.08.03.08	Ativo relacionado aos fundos de pensão	37.196	0
1.02	Ativo Não Circulante	11.499.105	14.118.395
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.746.052	3.087.189
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	37.534	18.394
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	22.866	0
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	0	15.948
1.02.01.01.03	Caixa restrito	14.668	2.446
1.02.01.03	Contas a Receber	28.946	20.781
1.02.01.03.01	Clientes	28.946	20.781
1.02.01.06	Tributos Diferidos	950.177	1.266.379
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	950.177	1.266.379
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	121.355	113.565
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	89.956	100.843
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	31.399	12.722
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.608.040	1.668.070
1.02.01.09.03	Depósitos e bloqueios judiciais	1.268.824	1.449.110
1.02.01.09.06	Instrumentos Financeiros derivativos	28.541	5.048
1.02.01.09.07	Ativo financeiro disponível para venda	109.540	0
1.02.01.09.09	Ativo relacionado aos fundos de pensão	39.952	20.243
1.02.01.09.13	Outros tributos	94.697	99.170
1.02.01.09.14	Demais ativos	66.486	94.499
1.02.02	Investimentos	1.857.362	1.413.263
1.02.02.01	Participações Societárias	11.808	13.290
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	11.808	13.290
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	1.845.554	1.399.973
1.02.03	Imobilizado	3.787.281	5.209.497

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.219.306	4.612.074
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	723	3.443
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	567.252	593.980
1.02.04	Intangível	3.108.410	4.408.446
1.02.04.01	Intangíveis	2.927.501	4.364.885
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	388.736	638.445
1.02.04.01.02	Licenças Regulatórias	2.179.720	3.284.115
1.02.04.01.03	Sistema de processamento de dados	240.020	263.043
1.02.04.01.04	Marcas e patentes	19.699	25.597
1.02.04.01.07	Outros	72.872	46.060
1.02.04.01.10	Ágio na aquisição de investimentos	0	88.169
1.02.04.01.11	Carteira de Clientes	26.454	19.456
1.02.04.02	Goodwill	180.909	43.561

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	17.203.393	20.073.689
2.01	Passivo Circulante	3.306.119	4.659.846
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	146.848	191.347
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	146.848	191.347
2.01.02	Fornecedores	789.614	910.086
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	789.614	909.885
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	201
2.01.03	Obrigações Fiscais	120.878	182.552
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	117.323	179.278
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	107.329	172.369
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	9.994	6.909
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.555	3.274
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.093.155	1.808.437
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.093.155	1.808.437
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.011.827	1.547.879
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	81.328	260.558
2.01.05	Outras Obrigações	847.970	1.180.456
2.01.05.02	Outros	847.970	1.180.456
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	106.748	231.217
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	3.913
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros derivativos	37.804	123.867
2.01.05.02.06	Outros tributos	313.968	382.756
2.01.05.02.07	Programa de refinanciamento fiscal	17.674	15.952
2.01.05.02.08	Autorizações e concessões a pagar	65.148	116.340
2.01.05.02.09	Demais obrigações	306.628	306.411
2.01.06	Provisões	298.462	386.968
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	298.462	386.968
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	25.706	32.464
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	61.680	65.195
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	12.184	17.034
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	198.892	272.275
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	9.192	0
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	9.192	0
2.02	Passivo Não Circulante	8.573.506	10.069.708
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.164.878	6.835.847
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.164.878	6.835.847
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.890.963	5.388.148
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.273.915	1.447.699
2.02.02	Outras Obrigações	982.282	1.140.515
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	75.106	3.903
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	75.106	3.903
2.02.02.02	Outros	907.176	1.136.612
2.02.02.02.04	Outros tributos	281.437	330.966
2.02.02.02.06	Instrumentos Financeiros derivativos	24.134	62.110
2.02.02.02.08	Autorizações e concessões a pagar	223.853	348.346

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010
2.02.02.02.09	Programa de refinanciamento fiscal	168.587	194.971
2.02.02.02.13	Demais obrigações	209.165	200.219
2.02.03	Tributos Diferidos	467.325	740.266
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	467.325	740.266
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	462.647	732.309
2.02.03.01.02	Outros impostos s/ receitas diferidas	4.678	7.957
2.02.04	Provisões	955.489	1.349.424
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	955.489	1.349.424
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	145.169	208.759
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	261.789	352.511
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	85.558	125.749
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	462.973	662.405
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	3.532	3.656
2.02.06.01	Lucros a Apropriar	3.532	3.656
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.323.768	5.344.135
2.03.01	Capital Social Realizado	784.004	784.004
2.03.02	Reservas de Capital	15.800	10.729
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	879	878
2.03.02.11	Reserva Reflexa Baseada em Ações	14.921	9.851
2.03.04	Reservas de Lucros	911.836	292.907
2.03.04.01	Reserva Legal	63.884	24.953
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	214.666	75.323
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	64.594	64.594
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	42.749	42.749
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-3.615	-3.615
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	529.558	88.903
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-45.889	-5.360
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	1.236	-25
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	49	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.656.732	4.261.880

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.123.363	7.169.480
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.242.492	-4.123.522
3.03	Resultado Bruto	1.880.871	3.045.958
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-198.728	-2.026.108
3.04.01	Despesas com Vendas	-615.359	-1.074.099
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-524.837	-714.899
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.423.982	329.260
3.04.04.02	Outras receitas	1.423.982	329.260
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-474.588	-566.370
3.04.05.03	Outras despesas operacionais	-474.588	-566.370
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.926	0
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	-7.926	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.682.143	1.019.850
3.06	Resultado Financeiro	-630.787	-652.887
3.06.01	Receitas Financeiras	546.950	532.968
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.177.737	-1.185.855
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.051.356	366.963
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-56.835	-21.949
3.08.01	Corrente	-177.572	-191.773
3.08.02	Diferido	120.737	169.824
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	994.521	345.014
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-4.929	-692
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-4.868	-692
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas	-61	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	989.592	344.322
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	778.636	6.167
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	210.956	338.155
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,81290	0,00640
3.99.01.02	PN	0,81290	0,00640
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,81230	0,00490
3.99.02.02	PN	0,81230	0,00490

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	989.592	344.322
4.02	Outros Resultados Abrangentes	4.701	0
4.02.01	Equivalência patrimonial reflexa sobre ganho de contabilidade de "hedge"	163	0
4.02.02	Equivalência patrimonial reflexa ajuste de conversão de controladas	4.538	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	994.293	344.322
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	779.946	6.167
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	214.347	338.155

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.207.192	2.048.561
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.335.311	3.439.843
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.046.427	366.271
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	755.418	758.574
6.01.01.03	Depreciação e amortização	977.058	1.455.983
6.01.01.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	146.660	204.220
6.01.01.05	Provisões	164.511	191.429
6.01.01.06	Reversão de atualização de depósitos judicias	31.163	0
6.01.01.07	Desvalorização com ativo financeiro disponível para venda	104.672	0
6.01.01.08	Equivalência patrimonial	7.926	0
6.01.01.09	Baixa de ativo permanente	19.992	20.670
6.01.01.10	Provisão de ônus da concessão - ANATEL	18.680	34.446
6.01.01.11	Participação de empregados e administradores	24.861	77.802
6.01.01.12	Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros	-32.872	109.527
6.01.01.13	Atualização monetária de provisões	62.471	95.566
6.01.01.14	Atualização monetária do programa de Refinanciamento Fiscal	27.607	18.513
6.01.01.15	Provisão (reversão) de programa de Refinanciamento Fiscal	32.746	-7.793
6.01.01.16	Apropriação de despesas antecipadas	147.674	188.590
6.01.01.17	Remuneração baseada em ações	4.379	3.895
6.01.01.18	Dividendos fixos e atualização monetária sobre ações preferenciais resgatáveis	20.103	29.074
6.01.01.19	Prescrição de dividendos	-28.675	-7.492
6.01.01.20	Outras receitas, líquidas das despesas	-1.195.490	-99.432
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-504.396	-339.697
6.01.02.01	Contas a receber	-211.919	-254.617
6.01.02.02	Estoques	-10.570	24.349
6.01.02.03	Tributos	-32.196	123.433
6.01.02.04	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-1.214.682	-1.764.214
6.01.02.05	Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	1.206.126	1.741.877
6.01.02.06	Despesas antecipadas	-169.415	-183.660
6.01.02.07	Fornecedores	165.517	135.818
6.01.02.08	Salários, encargos e benefícios	-37.450	-23.904
6.01.02.09	Provisões	-122.372	-219.934
6.01.02.10	Provisão para fundo de pensão	-15.067	-22.846
6.01.02.11	Adiantamento para futuro aumento de capital	13	0
6.01.02.12	Outras contas ativas e passivas	-62.381	104.001
6.01.03	Outros	-623.723	-1.051.585
6.01.03.01	Encargos financiamentos pagos	-630.933	-952.127
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	-147.270	-102.563
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	-49.449	-58.622
6.01.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	203.929	61.727
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.411.979	-1.352.418
6.02.01	Ativo disponível para venda	-214.211	0
6.02.02	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-1.322.782	-1.101.315

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.02.03	Aquisição de investimento, menos caixa líquido incluído na aquisição	-1.811.451	-4.570
6.02.04	Aumento dos investimentos permanentes	-398.492	-419.631
6.02.05	Depósitos e bloqueios judiciais	97.113	181.740
6.02.06	Resgates de depósitos e bloqueios judiciais	238.868	829
6.02.07	Recebimento de venda de ativo imobilizado	7.363	0
6.02.08	Caixa restrito	-6.832	-457
6.02.09	Créditos com Empresas Ligadas - Recebimentos	3.688	0
6.02.10	Aplicações financeiras mantidas até o vencimento	-5.243	-9.014
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.422.508	-95.374
6.03.01	Captações	2.469.092	2.906.978
6.03.02	Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e leasing	-2.159.408	-2.620.410
6.03.03	Transações com partes relacionadas	440.534	5.758
6.03.04	Aquisição de ações de controladas e recompra de ações	-31.761	-17.198
6.03.05	Autorizações e concessões	-54.905	-32.699
6.03.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	-25.204	-49.349
6.03.07	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-485.054	-288.454
6.03.08	Aumento de Capital	2.290.002	0
6.03.09	Pagamento de ações preferenciais	-20.788	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	4.977	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	222.698	600.769
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.939.084	2.338.315
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.161.782	2.939.084

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	784.004	4.735	296.522	0	-3.006	1.082.255	4.261.880	5.344.135
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	784.004	4.735	296.522	0	-3.006	1.082.255	4.261.880	5.344.135
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-27.984	-128.555	0	-156.539	375.377	218.838
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	611.299	611.299
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	0	0	0	0	-25	-25
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	0	0	0	0	-3.375	-3.375
5.04.06	Dividendos	0	0	-27.984	-128.555	0	-156.539	-92.219	-248.758
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	-20.926	-20.926
5.04.09	Ações bonificadas a resgatar	0	0	0	0	0	0	-119.377	-119.377
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	778.636	49	778.685	214.083	992.768
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	778.636	0	778.636	210.956	989.592
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	49	49	3.127	3.176
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	0	0	3.013	3.013
5.05.02.06	Ganho reflexo de contabilidade de "hedge"	0	0	0	0	6	6	103	109
5.05.02.08	Realização de reserva de operações de derivativos, líquida de tributos	0	0	0	0	43	43	11	54
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	7.450	646.913	-650.081	-41.647	-37.365	-1.194.608	-1.231.973
5.06.04	Reserva reflexa de ações em tesouraria	0	2.379	0	0	-5.523	-3.144	264	-2.880
5.06.05	Reserva Reflexa de remuneração baseada em ações	0	5.071	0	0	0	5.071	883	5.954
5.06.06	Reserva de remuneração baseada em ações	0	0	0	0	0	0	895	895
5.06.07	Exercícios de opção de ações	0	0	0	0	0	0	-9	-9
5.06.08	Variação de participação em investimentos e minoritários	0	0	0	0	-36.124	-36.124	-9.260	-45.384
5.06.09	Outros efeitos / variações PL controladas	0	0	0	-3.168	0	-3.168	-1.183.117	-1.186.285
5.06.10	Variação de participação em dividendos	0	0	0	0	0	0	-528	-528
5.06.11	Aquisição de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-3.736	-3.736
5.06.12	Constituição reserva legal	0	0	38.931	-38.931	0	0	0	0
5.06.13	Constituição reserva de investimento e lucros a realizar	0	0	607.982	-607.982	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	784.004	12.185	915.451	0	-44.604	1.667.036	3.656.732	5.323.768

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	564.541	10.249	514.538	0	41.664	1.130.992	4.286.521	5.417.513
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	564.541	10.249	514.538	0	41.664	1.130.992	4.286.521	5.417.513
5.04	Transações de Capital com os Sócios	219.463	480	-219.463	0	-47.044	-46.564	-362.975	-409.539
5.04.01	Aumentos de Capital	219.463	0	-219.463	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-349.039	-349.039
5.04.08	Plano de opção de ações	0	480	0	0	0	480	0	480
5.04.09	Excesso pago em transação de capital	0	0	0	0	-47.044	-47.044	-13.936	-60.980
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.270	-5	8.265	338.334	346.599
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.167	0	6.167	338.155	344.322
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.103	-5	2.098	179	2.277
5.05.02.06	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de controladas	0	0	0	0	-5	-5	0	-5
5.05.02.07	Outros ajustes no patrimônio das controladas	0	0	0	2.103	0	2.103	179	2.282
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-2.168	-8.270	0	-10.438	0	-10.438
5.06.04	Reserva legal	0	0	308	-308	0	0	0	0
5.06.05	Dividendos propostos	0	0	-8.095	-2.343	0	-10.438	0	-10.438
5.06.06	Retenção de lucros	0	0	5.619	-5.619	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	784.004	10.729	292.907	0	-5.385	1.082.255	4.261.880	5.344.135

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	7.974.958	9.612.829
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.789.190	9.605.962
7.01.02	Outras Receitas	1.332.428	211.087
7.01.02.01	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.332.428	327.804
7.01.02.02	Perdas com investimentos disponíveis para venda	0	-116.717
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-146.660	-204.220
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.326.565	-3.405.305
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-514.062	-1.124.584
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.722.517	-2.164.006
7.02.04	Outros	-89.986	-116.715
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.648.393	6.207.524
7.04	Retenções	-1.352.277	-1.832.916
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-977.058	-1.455.983
7.04.02	Outras	-375.219	-376.933
7.04.02.01	Desvalorização com ativo financeiro disponível para venda	-104.672	0
7.04.02.02	Provisões	-207.059	-281.106
7.04.02.03	Outras despesas	-63.488	-95.827
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.296.116	4.374.608
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	539.024	532.968
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.926	0
7.06.02	Receitas Financeiras	546.950	532.968
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.835.140	4.907.576
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.835.140	4.907.576
7.08.01	Pessoal	774.599	794.501
7.08.01.01	Remuneração Direta	568.534	546.173
7.08.01.02	Benefícios	152.986	143.764
7.08.01.03	F.G.T.S.	41.685	41.659
7.08.01.04	Outros	11.394	62.905
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.845.618	2.468.043
7.08.02.01	Federais	439.775	434.879
7.08.02.02	Estaduais	1.339.786	1.997.150
7.08.02.03	Municipais	66.057	36.014
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.225.331	1.300.710
7.08.03.01	Juros	896.176	914.176
7.08.03.02	Aluguéis	292.735	356.009
7.08.03.03	Outras	36.420	30.525
7.08.03.03.01	Dividendos fixos e atualização monetária nas ações preferenciais resgatáveis	20.103	29.074
7.08.03.03.02	Outras	16.317	1.451
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	989.592	344.322
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	2.343
7.08.04.02	Dividendos	156.539	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	622.097	3.824
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	210.956	338.155

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

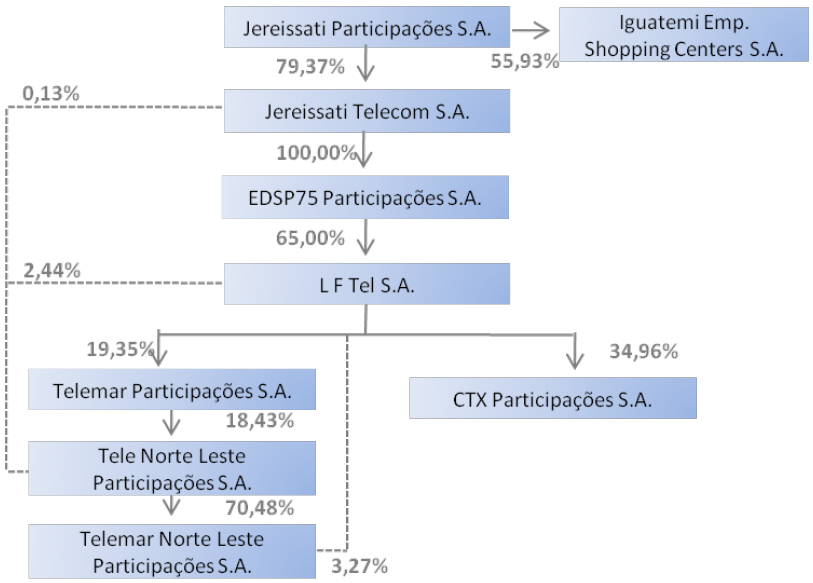
Prezados acionistas,

A Administração da Jereissati Participações S.A. (“Companhia”), apresenta aos seus acionistas, em conjunto com as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, o Relatório da Administração referente aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

As informações financeiras apresentadas neste relatório foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis às operações da Companhia.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia controla as sociedades Jereissati Telecom S.A. e Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. Através de sua controlada Jereissati Telecom S.A., concentra os investimentos do Grupo Jereissati no setor de Telecomunicações e Serviços. Já a controlada Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (“IESC”) concentra os investimentos do Grupo no setor imobiliário, com foco em imóveis que produzam renda, notadamente Shopping Centers.



Relatório da Administração

A Receita Líquida consolidada da Jereissati Participações S.A. no exercício 2011 atingiu R$ 5,1 Bilhões e o Lucro Líquido no período totalizou R$ 990 milhões. O ano foi marcado por grandes desafios e repleto de conquistas importantes para o Grupo Jereissati e suas controladas.

No setor de Telecomunicações, tivemos como principal acontecimento a conclusão, em março de 2011, da aliança entre a Oi, seus controladores e a Portugal Telecom, com os impactos refletidos nos resultados consolidados do exercício.

A Portugal Telecom investiu R$ 1,6 bilhões e adquiriu participação de 35% na EDSP75 S.A., subsidiária da Jereissati Telecom, holding que concentra os investimentos do Grupo Jereissati no setor de Telecomunicações. Além disso, a Portugal Telecom participou do aumento de capital das controladas Tele Norte Leste Participações S.A. e Telemar Norte Leste S.A. nos valores totais de R$ 2,9 Bilhões e R$ 6,0 bilhões, respectivamente.

A Oi finalizou 2011 com 70 milhões de UGRs (Unidades Geradoras de Receita) em telefonia fixa e móvel, banda larga, 3G e TV por assinatura. A Receita líquida no período atingiu R$ 27,9 Bilhões e o Ebitda recorrente totalizou R$ 8,6 Bilhões.

Mesmo com a desaceleração da economia brasileira e com as incertezas do mercado financeiro mundial, o varejo ainda assim cresceu de forma expressiva, o que permitiu ao segmento de Shopping Centers apresentar um excelente resultado em 2011. Em continuidade à trajetória de crescimento que vem apresentando nos últimos anos, a Iguatemi encerrou 2011 com 21 empreendimentos, sendo treze shoppings em operação, três torres de escritório em operação, dois shoppings em construção e outros três shoppings em fase de projetos. A Receita Bruta da Iguatemi cresceu 25,5% em relação ao ano anterior e o Lucro Líquido atingiu R$ 152 milhões no ano. Em abril de 2011, a Iguatemi inaugurou o Iguatemi Alphaville, que está localizado na região com o terceiro maior PIB do estado de São Paulo.

No setor de serviços, a Contax Participações manteve sua posição de liderança no segmento de atuação, encerrando o ano com operações na Argentina, Brasil, Colômbia, Peru e ainda com presença comercial nos EUA e na Espanha. A empresa é a maior prestadora de serviços de contact center e a única companhia de Business Process Outsourcing (BPO) especializada do país. Em 2011 foram concluídas as aquisições da Dedic GPTI do Brasil e da Allus (Colômbia, Perú e Argentina) que adicionaram 31,3 mil pessoas ao quadro de funcionários da Contax, que terminou o ano com 117,6 mil colaboradores, dos quais 97 mil no Brasil, responsáveis pela operação de 53,7 mil posições de atendimento, espalhados em 52 sites (sendo 31 no Brasil). No ano de 2011, a Receita Liquida da Contax atingiu R$ 2,9 Bilhões, representando crescimento de 23,3% sobre 2010 e o Lucro Liquido no período totalizou R$ 20,9 milhões.

As Companhias controladas pela Jereissati Participações S.A. desempenharam importante papel na atividade econômica brasileira e demonstraram, mais uma vez, a confiança e o compromisso do Grupo com o desenvolvimento do País.

A Receita Líquida das companhias nas quais o Grupo Jereissati participa como controlador atingiu R$ 31,3 Bilhões em 2011. No mesmo período, o investimento consolidado destas empresas atingiu R$ 5,5 Bilhões.

Isto é resultado direto do empenho e dedicação de aproximadamente 150 mil colaboradores que se encontravam distribuídos no negócio de Contact Center (118 mil), nas atividades de Telecomunicações (31 mil) e em Shopping Centers (2 mil).

Relatório da Administração

R$ bilhões	2011	2010	Δ%
Receita Líquida das Controladas Operacionais	R$ 31,3	R$ 32,1	-2,5%
EBITDA recorrente das Controladas Operacionais	R$ 9,10	R$ 10,8	-15,7%
Lucro Líquido das Controladas Operacionais	(R$ 0,21)	R$ 2,0	n/a
Investimento das Controladas Operacionais	R$ 5,5	R$ 3,4	+61,8%
Dividendo Declarado pelas Controladas Operacionais	R$ 0,8	R$ 0,5	+59,0%%
Número de Colaboradores nas Controladas Operacionais	150 mil	117 mil	+28,2%

Dados consolidados de Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A, Telemar Norte Leste Participações S.A e Contax Participações S.A.

Telecomunicações e Serviços

A Jereissati Telecom, através da sua controlada LF Tel S.A. participa do bloco de controle da Telemar Participações S.A. (TmarPart) que por sua vez, controla a Tele Norte Leste Participações S.A. (Oi), uma das maiores empresas integradas de Telecomunicações do Brasil. A companhia também participa do bloco de controle da CTX Participações S.A., empresa que controla a Contax Participações, a principal empresa de contact center e BPO do País.

Tele Norte Leste Participações S.A

Em 2011, a Oi focou esforços na melhoria de eficiência operacional e na redução do endividamento. Neste sentido, a Oi foi capaz de reduzir seu endividamento líquido de R$ 18,9 bilhões em 2010 para R$ 16,5 bilhões ao final de 2011. Adicionalmente, a Oi aumentou seus investimentos em 50% no ano de 2011, totalizando R$ 4,9 bilhões em todo o território nacional.

Do ponto de vista operacional, a Companhia focou na melhoria da qualidade do serviço prestado, em todas as áreas e produtos e,conseguiu apresentar reduções importantes em seus indicadores de *churn* em todos os serviços. Neste sentido, destacam-se a expansão de 15,8% na base de clientes de telefonia móvel com melhoria do mix de planos vendidos e o crescimento de 14,0% da base de clientes dos serviços de acesso à internet em Banda Larga fixa (Velox).

Indicadores Operacionais Consolidados (em milhares de usuários)	2011	2010	Δ%
Telefonia Fixa	18.900	20.025	-5,5%
Telefonia Móvel	45.506	39.302	15,8%
Velox Banda Larga	4.899	4.310	14,0%
Oi Tv	337	275	22,5%
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs)	69.642	63.956	8,9%

Em 2011, a Oi também deu início a um importante processo de simplificação societária com o objetivo de reduzir de três empresas listadas na Bolsa para apenas uma e de sete diferentes classes de ação para apenas duas (ordinária e preferencial). Esse importante passo é essencial para uma futura divulgação de política de dividendos e um maior alinhamento dos interesses dos acionistas. Em 27 de Fevereiro de 2012 os acionistas da TNL, TMAR e BRT aprovaram os termos da reestruturação societária e a companhia espera que esse processo esteja totalmente finalizado e as

Relatório da Administração

duas novas e únicas classes de ação (OIBR3 e OIBR4 na Bovespa e OIBR e OIBR/C na NYSE) estejam sendo negociadas na primeira quinzena de abril.

Contax Participações S.A.

Em 2011, a Contax manteve o ritmo da consolidação como uma companhia líder em soluções de BPO (Business Process Outsourcing), mantendo sua posição de liderança em *Contact Center* e Cobrança no Brasil

Neste ano, a Contax apresentou um crescimento líquido de aproximadamente 31,3 mil colaboradores, atingindo, em dezembro de 2011, a marca de 117,6 mil colaboradores.

	2011	2010	Δ%
Volume PA's	54 mil	39 mil	38,9%
Colaboradores	118 mil	86 mil	37,2%
Receita Líquida	R$ 3,1 bilhões	R$ 2,4 bilhões	29,8%
EBITDA	R$ 251,3 milhões	R$ 297,1 milhões	-15,5%
Margem EBITDA	8,1%	12,4%	-4,3 p.p
Lucro Líquido	R$ 20,9 milhões	R$ 108,5 milhões	-80,7%
Dívida Líquida	(R$ 622,3 milhões)	R$ 70,5 milhões	n/a\y

Shopping Centers

A Companhia, através da sua controlada Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (“Iguatemi”), atua no segmento de shopping centers e participa de 21 empreendimentos, sendo 13 shoppings em operação, 3 torres de escritório em operação, 2 shoppings em construção e 3 em fase de projetos. A atividade no setor de shopping centers engloba a concepção, planejamento, implementação, administração e comercialização dos empreendimentos e dos seus espaços comerciais e promocionais.

O foco de atuação se concentra nas regiões Sudeste e Sul, nos centros urbanos mais desenvolvidos do País, representativos do maior potencial de consumo, e tendo como público alvo predominantemente as Classes A e B.

Dando continuidade à sua estratégia de crescimento, a Iguatemi anunciou a expansão do Shopping Iguatemi Campinas com uma área adicional de 17,7 mil m2 de ABL, criando assim um dos maiores complexos comerciais do Brasil com uma área bruta comercial de 107,6 mil m2. A expansão Shopping Iguatemi Campinas se junta aos projetos já em construção e em desenvolvimento - Iguatemi Ribeirão Preto, Esplanada Iguatemi e Iguatemi Jundiaí - e consolida a posição da IESC como player mais importante no principal mercado do Brasil. Em abril de 2012, será inaugurado o Shopping JK Iguatemi, em São Paulo.

O varejo continuou crescendo ao longo do ano, propiciando a Iguatemi superar mais uma vez suas metas para o ano de 2011. A companhia apresentou uma receita bruta de R$ 370 milhões, crescimento de 25,5% em comparação a 2010, resultando em lucro líquido de R$ 152 milhões e Ebitda de R$ 235 milhões

Relatório da Administração

R$ Milhões	2011	2010	Δ%
Receita Bruta	R$ 370	R$ 29	25,5%
Receita Líquida	R$ 330	R$ 264	29,6%
EBITDA	R$ 235	R$ 185	27,1%
Lucro Líquido	R$ 152	R$ 152	0,3%
Funds From Operations (FFO)	R$ 178	R$ 172	3,30%
ABL Total (m^2/mil)	474	433	9,5%
ABL Própria (m^2/mil)	278	237	17,3%

O setor de shopping centers no Brasil ainda é muito fragmentado e algumas regiões são desprovidas de um empreendimento de qualidade. A empresa administra hoje uma ABL de aproximadamente 473 mil metros quadrados e sua participação proporcional nestes empreendimentos equivale a aproximadamente 278 mil metros quadrados.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A atividade principal da Companhia é a participação societária em outras empresas. Desse modo, as informações financeiras divulgadas refletem as informações financeiras divulgadas por suas controladas e controladas indiretas em conjunto, cujas demonstrações financeiras completas, quando aplicável, encontram-se arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Administração da Companhia está submetendo à Assembléia de Acionistas a proposta de distribuição de dividendos no montante aproximado de R$ 156,5 milhões.

Resultado operacional

Receita Bruta

Em 2011 a receita bruta consolidada da Jereissati Participações atingiu R$ 7.716 milhões, apresentando redução de 28,8% em relação aos R$ 10.839 milhões reportados em 2010. Tal redução é consequência da aliança estratégica firmada com a Portugal Telecom que adquiriu participação de 35% na holding que concentra os nossos investimentos em telecomunicações e serviços. Consequentemente, a partir de março de 2011, passamos a consolidar apenas 65% dos resultados destas empresas.

Receita Líquida

Descontados os impostos e outras deduções, a receita líquida consolidada totalizou R$ 5.123 milhões, traduzindo-se em uma redução de 28,5% relativamente à de 2010, que atingiu R$ 7.170 milhões. Conforme mencionado no item “Receita Bruta” acima, o motivo de tal redução consiste na parceria estratégica firmada com a Portugal Telecom em março de 2011.

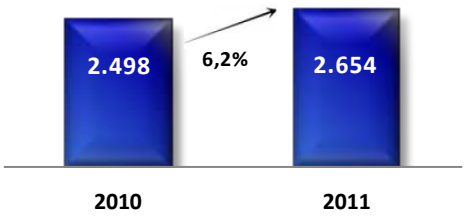
Relatório da Administração

EBITDA

O Resultado operacional, medido pelo EBITDA, apresentou razoável crescimento. O EBITDA consolidado da Companhia no exercício 2011 atingiu R$ 2.654 milhões, representando um crescimento de 6,2% quando comparado aos R$ 2.498 milhões reportados em 2010.

(R$ Milhões)	2011	2010	Δ%
Lucro Líquido do Exercício	990	367	169,7%
Despesas Financeiras Líquidas	631	653	-3,4%
Depreciação e Amortização	977	1.456	-32,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	57	22	158,9%
EBITDA	**2.654**	**2.498**	**6,2%**

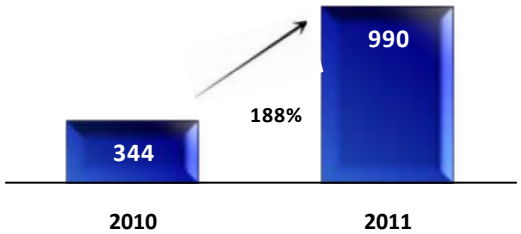
EBITDA – R$ milhões



Lucro Líquido

O lucro líquido consolidado em 2011 atingiu R$ 990 milhões, quase o triplo do lucro líquido reportado em 2010 que totalizou R$ 344 milhões. O maior impacto observado no Lucro Líquido do período é oriundo do ganho obtido na concretização da parceria estratégica firmada com a Portugal Telecom.

Lucro Líquido – R$ milhões



Relatório da Administração

AUDITORES INDEPENDENTES – INSTRUÇÃO CVM No. 381/03

Nos termos da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não foi contratada para a prestação de serviços adicionais à auditoria de suas demonstrações financeiras.

AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e demais participantes do mercado, o apoio e a confiança depositados e, em especial, aos seus funcionários pelo comprometimento, dedicação, empenho e esforço.

A Administração.

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Jereissati Participações S.A. e sociedades controladas, distribuídas da seguinte forma:

1. Informações gerais
2. Principais políticas contábeis
3. Instrumentos financeiros e análise de riscos
4. Receitas de vendas e/ou serviços
5. Despesas por natureza
6. Outras receitas e despesas operacionais
7. Resultado financeiro
8. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
9. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras
10. Contas a receber
11. Tributos correntes e diferidos sobre a renda
12. Outros tributos
13. Depósitos e bloqueios judiciais
14. Demais ativos
15. Investimentos
16. Imobilizado
17. Intangível
18. Fornecedores
19. Empréstimos e financiamentos (inclui debêntures, ações preferenciais resgatáveis e ações em usufruto)
20. Instrumentos financeiros derivativos
21. Autorizações e concessões a pagar
22. Programa de refinanciamento fiscal
23. Provisões
24. Demais obrigações
25. Patrimônio líquido
26. Benefícios a empregados
27. Informações por segmento
28. Transações com partes relacionadas
29. Seguros
30. Outras informações
31. Eventos subsequentes
32. Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas Explicativas

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Jereissati Participações S.A. (“Jereissati” ou “Companhia”), com sede em São Paulo – SP é uma companhia aberta nacional, com ações negociadas em bolsa de valores, e tem por objetivo a participação societária em outras empresas e a prestação de serviços de assessoria e consultoria econômica, financeira e tributária. A Companhia é sediada no Brasil, na cidade de São Paulo, no bairro Jardim Paulistano, na Rua Angelina Maffei Vita, 200 – 9º andar parte. A Companhia é uma holding controlada pela Sociedade Fiduciária Brasileira Serv. Neg. e Part. Ltda., que em 31 de dezembro de 2011 detêm 30,64% do capital votante e 29,33% do capital total da Companhia.

A controlada direta Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (“Iguatemi”) com sede em São Paulo – SP, negocia suas ações na BM&FBOVESPA – IGTA3, e tem por objetivo a exploração comercial e o planejamento de shopping centers, a prestação de serviços de administração de shopping centers regionais e de complexos imobiliários de uso misto, a compra e venda de imóveis, a exploração de estacionamentos rotativos, a intermediação na locação de espaços promocionais, a elaboração de estudos, projetos e planejamento em promoção e merchandising, o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social e a participação em outras companhias como sócia, cotista, acionista ou associada por qualquer outra forma permitida por lei.

Os empreendimentos (“shopping centers”) são constituídos em sua maioria sob a forma de condomínio de edificação, não possuindo personalidade jurídica. Suas operações são registradas pela controlada direta Iguatemi, em seus livros contábeis, na proporção da sua participação. A controlada direta Iguatemi e suas controladas são detentoras de uma fração ideal (“participação”) de determinados empreendimentos imobiliários, em sua grande maioria shopping centers, localizados nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

A controlada direta Jereissati Telecom S.A., anteriormente denominada La Fonte Telecom S.A. (“Jereissati Telecom”) é uma companhia aberta nacional, com sede em São Paulo, e com ações negociadas em bolsa de valores, e tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, a critério do Conselho de Administração, a exploração comercial e o planejamento de shopping centers e empreendimentos de uso misto, a compra e venda de imóveis, a fabricação e a comercialização de ferragens e o exercício de outras atividades industriais e comerciais de produtos conexos, bem como a importação e a exportação. A Jereissati Telecom possui participação direta no capital social da EDSP75 Participações S.A. (“EDSP75”) e da Infinity Trading Limited. ("Infinity") e participação direta e indireta da Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”).

A controlada indireta em conjunto EDSP75 é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo, e tem por objeto social específico a participação no capital social da LF Tel S.A. (“LF Tel”), da Telemar Participações S.A. (“Telemar”); da Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”), da Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”), da CTX Participação S.A. (“CTX”), da Contax Participações S.A. (“Contax Participações”) e das sociedades por elas controladas.

Atualmente a EDSP75 possui participação integral no capital social da LF Tel, companhia aberta nacional, com sede em São Paulo. A LF Tel tem por objeto social específico a participação no capital social da Telemar Participações S.A., da Tele Norte Leste Participações S.A., da Telemar Norte Leste S.A., da CTX Participações S.A., da Contax Participações S.A. e das sociedades por elas controladas.

Notas Explicativas

A Infinity, subsidiária integral da Jereissati Telecom, com sede em Tortola – Ilhas Virgens Britânicas, foi constituída em 1996, com o objetivo de prestar serviços de gerenciamento e assessoria em operações financeiras à sua controladora.

Os valores originários das demonstrações financeiras, ajustados às práticas contábeis da Companhia, quando aplicável, da controlada em conjunto indireta EDSP75 e consequentemente da sua controlada direta LF Tel e as suas controladas em conjunto direta e indireta, que são a Telemar, Privatinvest Participações S.A., CTX, TNL e TMAR, para fins de demonstrações financeiras consolidadas e notas explicativas, foram proporcionalizados à participação detida pela Companhia nestas controladas em conjunto, exceto se indicados de outra forma. A consolidação do resultado foi elaborada na proporção da respectiva porcentagem de participação de cada período.

A controlada indireta em conjunto Telemar é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem como objeto social a participação direta ou indireta no capital da TNL, podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle, bem como participar em outras sociedades no país e no exterior. Além da participação na TNL, a Telemar possui participação no capital social da TMAR, da Valverde Participações S.A. (“Valverde”) e da Bakarne Investments Ltd. ("Bakarne").

A TNL, controlada indireta em conjunto, é uma sociedade por ações, de capital aberto, e foi constituída em 22 de maio de 1998, pela cisão da Telecomunicações Brasileiras S.A. (“Telebrás”), tendo como principais atividades a participação em outras sociedades e promoção de gestão operacional e financeira de suas empresas controladas, diretas ou indiretas. A TNL é também registrada na “SEC - *Securities and Exchange Commission*” dos EUA e seus “*ADS’s - American Depositary Shares*” - nível II são negociados na “*NYSE - New York Stock Exchange*”, através de “*ADR´s – American Depositary Receipts*”. Em 31 de dezembro de 2011, 43,46% das ações preferenciais são negociadas na NYSE sob a forma de ADR´s.

A TNL ainda possui (i) através da subsidiária TMARprestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; (ii) através da subsidiária TNL PCS S.A. (“TNL PCS”) prestação de serviço de telefonia móvel nas Regiões I e III; (iii) através da subsidiária Brasil Telecom S.A. (“BrT”) prestação de serviços de telefonia fixa e concessão para o serviço de LDI na Região II; e (iv) através da subsidiária 14 Brasil Telecom Celular S.A. (“BrT Celular”) prestação de serviços de telefonia móvel na Região II.

As vigências dos contratos de concessão e das autorizações acima mencionadas se encontram divulgadas nas Notas 3 (i) e 17.

Conforme divulgado na Nota 31 (a), em 27 de fevereiro de 2012 foi aprovada a incorporação da TNL pela BrT.

A Valverde é uma sociedade por ações, subsidiária integral da controlada indireta Telemar, que foi adquirida em 03 de março de 2011, cujo objeto social principal é a participação em outras sociedades.

A Bakarne é uma empresa em fase pré-operacional, subsidiária integral da controlada indireta Telemar, com sede em Tortola – Ilhas Virgens Britânicas, constituída em 2003, com o objetivo de prestar serviços de gerenciamento e assessoria em operações financeiras à controladora.

A Privatinvest Participações S.A. (“Privatinvest”), controlada indireta em conjunto, foi constituída em 1999 e tem por objeto social a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais

Notas Explicativas

ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, a participação em empreendimentos imobiliários e a participação, como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

A controlada indireta CTX Participações S.A. ("CTX") é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital social da Contax Participações S.A. ("Contax Participações") e de outras sociedades, no país ou no exterior, podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle.

A Contax Participações é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 31 de julho de 2000, que tem como objeto social a participação em outras sociedades comerciais e civis, como sócia, acionista ou cotista, no país ou no exterior. A Contax Participações é controladora de empresas de capital fechado, que atuam na prestação de serviços de tele atendimento em geral, prestação de serviços de agenciamento de publicidade e propaganda, prestação de serviços de tecnologia da informação em geral e de informática, dentre outros.

As participações diretas e indiretas detidas pela Companhia e suas controladas, após exclusão das ações em tesouraria, estão demonstradas abaixo:

Sociedade	Participação Acionária Direta		Participação Acionária Indireta	
	2011	2010	2011	2010
Jereissati Telecom S.A.	79,37%	79,37%	-	-
EDSP75	-	-	51,59%	100,00%
LF TEL S.A.	-	-	51,59%	77,98%
Telemar Participações S.A.	-	-	9,98%	15,07%
Tele Norte Leste Participações S.A.	-	-	3,20%	5,15%
Telemar Norte Leste S.A.	-	-	3,43%	3,14%
Telemar Internet Ltda. (Oi Internet)	-	-	2,56%	4,94%
TNL Trading S.A.	-	-	3,20%	5,15%
TNL.Net Participações S.A.	-	-	3,20%	5,15%
TNL Exchange S.A.	-	-	3,20%	5,15%
Companhia AIX de Participações	-	-	2,16%	2,52%
Companhia ACT de Participações	-	-	-	2,52%
SEREDE	-	-	4,32%	5,04%
Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A (atual denominação da Calais Participações S.A.)	-	-	4,32%	5,04%
Copart 4 Participações S.A.	-	-	4,32%	5,04%
Tomboa Participações S.A.	-	-	4,32%	5,04%
Tete Participações S.A.	-	-	4,32%	5,04%
Caryopoceae SP Participações S.A.	-	-	4,32%	5,04%
TNCP	-	-	4,30%	5,02%
Oi	-	-	4,30%	5,02%
Way TV	-	-	-	5,02%
Paggo Empreendimentos S.A.	-	-	4,30%	5,02%
Paggo Acquirer	-	-	4,30%	5,02%
Paggo Administradora	-	-	4,30%	5,02%
Paggo Soluções	-	-	2,15%	5,02%

Notas Explicativas

Bryophyta SP Participações S.A.	-	-	2,25%	-
Coari	-	-	4,32%	5,04%
Oi Serviços Financeiros S.A. (atual denominação da Copart 3 Participações S.A.)	-	-	4,32%	5,04%
BrT	-	-	2,13%	2,48%
BrT Celular	-	-	2,13%	2,48%
BrT Serviços de Internet S.A.	-	-	2,13%	2,48%
iG Brasil	-	-	2,13%	2,48%
iG Part	-	-	2,13%	2,48%
BrT Cabos Submarinos Ltda.	-	-	2,13%	2,48%
BrT Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd.	-	-	2,13%	2,48%
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda.	-	-	2,13%	2,48%
Brasil Telecom Call Center S.A.	-	-	2,13%	2,48%
BrT Card	-	-	2,13%	2,48%
Vant Telecomunicações S.A.	-	-	2,13%	2,48%
Copart 5 Participações S.A.	-	-	2,13%	2,48%
Nova Tarrafa Participações S.A.	-	-	2,13%	2,48%
Sumbe Participações S.A.	-	-	2,13%	2,48%
Rio Alto Participações S.A.	-	-	2,13%	2,48%
Brasil Telecom of America Inc.	-	-	2,13%	2,48%
Brasil Telecom de Venezuela S.A.	-	-	2,13%	2,48%
Brasil Telecom de Colombia EU	-	-	2,13%	2,48%
Agência O Jornal da Internet Ltda	-	-	0,64%	0,75%
Oi Paraguay Comunicaciones SRL (“Oi Paraguay”) (5)	-	-	2,13%	-
Blackpool Participações Ltda. (“Blackpool”)	-	-	4,32%	-
Pointer NetworksS.A. (“Pointer”)	-	-	4,32%	-
Blackpool Participações Ltda. (“Blackpool”)	-	-	4,32%	-
Pointer NetworksS.A. (“Pointer”)	-	-	4,32%	-
VEX Wif Tec España S.L (6)	-	-	4,32%	-
VEX Venezuela C.A (3)	-	-	4,32%	-
VEX Wifi S.A (7)	-	-	4,32%	-
VEX Ukraine LLC (8)	-	-	4,32%	-
VEX USA Inc (2)	-	-	4,32%	-
VEX Bolivia (9)	-	-	4,32%	-
Pointer Networks S.A – SUC Argentina (10)	-	-	4,32%	-
VEX Wifi Canadá Ltd (11)	-	-	4,32%	-
VEX Chile Networks Serv Tec Ltda (12)	-	-	4,32%	-
VEX Colombia Ltda (4)	-	-	4,32%	-
VEX Paraguay S.A (5)	-	-	4,32%	-
Pointer Peru S.A.C (13)	-	-	4,32%	-
VEX Portugal S.A (14)	-	-	4,32%	-
VEX Panamá S.A (15)	-	-	4,32%	-
Oi Brasil Holdings Cooperatief UA (16)	-	-	4,32%	-

Notas Explicativas

Carpi RJ Participações S.A. (“Carpi”)	-	-	4,32%	-
Cremona RJ Participações S.A. (“Cremona”)	-	-	4,32%	-
Bakarne Investments Ltd (17)	-	-	9,98%	15,07%
Valverde Participações S.A.	-	-	9,98%	-
CTX Participações S.A.	-	-	18,04%	17,80%
Contax Participações S.A.	-	-	6,14%	5,96%
Contax	-	-	6,14%	5,96%
Ability	-	-	6,14%	5,96%
TODO BPO	-	-	4,91%	4,77%
BRC - XVI Empreendimentos Imobiliários	-	-	6,14%	5,96%
Contax Argentina	-	-	6,14%	5,96%
Contax Colômbia	-	-	6,14%	-
GPTI	-	-	6,14%	-
Stratton Espanha	-	-	6,14%	-
Privatinvest Participações S.A.	-	-	25,80%	38,99%
Alium Participações S.A.	-	-	25,79%	38,99%
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	55,93%	52,99%	0,72%	0,72%
Shopping Centers Reunidos do Brasil Ltda (“SCRB”)	-	-	56,65%	53,71%
Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda (“Lasul”)	-	-	56,65%	53,71%
Rio Pinheiros Diversões LTDA. (“RPD”)	-	-	56,65%	53,71%
Iguatemi Estacionamentos Ltda. (“IESTA”)	-	-	56,65%	53,71%
Leasing Mall Comercialização, Assessoria e Planejamento de Shopping Centers Ltda. (“Leasing Mall”)	-	-	56,65%	53,71%
Midia Mall	-	-		
EDR47 Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda (“EDR47”)	-	-	56,65%	53,71%
SISP Participações S.A. (“SISP”)	-	-	56,65%	53,71%
RAS Shopping Centers Ltda (“RAS”)	-	-	0,00%	18,72%
Solway	-	-		
IESTA Porto Alegre Estacionamentos Ltda (“IESTAPA”)	-	-	56,65%	53,71%
Administradora Gaúcha de Shopping Centers S.A. (“AGSC”)	-	-	20,39%	19,34%
Market Place Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda (“MPPart”)	-	-	56,65%	53,71%
WTORRE Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S.A. (“WTORRE”)	-	-	28,33%	26,86%
I-Retail	-	-		
Anwold Malls Corporation (“Anwold”)	-	-	56,65%	53,71%
Amuco Shopping S.A. (“Amuco”) (b)	-	-	56,65%	53,71%
CSC41 Participações LTDA (“CS41”)	-	-	56,65%	53,71%
SCIAlpha Participações LTDA (“SCIALPHA”)	-	-	56,65%	53,71%
AEMP - Administradora de Empreendimentos Ltda. (“AEMP”)	-	-	56,65%	53,71%
CL Brasil S.A. (“CL Brasil”) (a)	-	-	28,33%	-
Fleury Alliegro Imóveis Ltda. (“FLEURY”)	-	-	45,32%	42,97%
EDSP66 Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“EDSP66”)	-	-	56,65%	53,71%
Iguatemi Leasing Ltda. (“EDSP74”)	-	-	56,65%	53,71%

Notas Explicativas

Odivelas SP Participações S.A. (“OSPP”)	-	-	18,88%	17,90%
ATOW Administradora de Torres Ltda (“ATOW”)	-	-	56,65%	-
CSC61 Participações Ltda. (“CS61”)	-	-	56,65%	53,71%
SCIRP Participações Ltda. (“SCRP”)	-	-	56,65%	53,71%
DV Brasil Comércio Varejista Ltda (“DV Brasil”) (a)	-	-	56,65%	-
Market Place Torres Ltda (“MPT”) (c)	-	-	56,65%	-
AEST - Administradora de Estacionamento Ltda (“AEST”) (d)	-	-	56,65%	53,71%
Infinity Trading Limited (17)	-	-	79,37%	79,37%

(a) Participação adquirida em 2 de setembro de 2011.
(b) O estudo de avaliação que serviu como base para a alocação do ágio/deságio foi finalizado em 31 de dezembro de 2011. A controlada direta Iguatemi reconheceu retrospectivamente os ajustes aos valores registrados quando da aquisição, como se a combinação de negócios tivesse sido completada na data de aquisição. A companhia foi incorporada em 31 de dezembro de 2011 pela controlada Amuco.
(c) Controlada constituída a partir da cisão de ativos líquidos da MPPart em agosto de 2011.
(d) A controlada iniciou as atividades em 2011.

Todas as controladas indiretas da Companhia são sediadas no Brasil exceto as seguintes:

1) Sediada em Bermuda
2) Sediada nos Estados Unidos da América
3) Sediada na Venezuela
4) Sediada na Colômbia
5) Sediada no Paraguai
6) Sediada na Espanha
7) Sediada no Uruguai
8) Sediada na Ucrânia
9) Sediada na Bolívia
10) Sediada na Argentina
11) Sediada no Canadá
12) Sediada no Chile
13) Sediada no Peru
14) Sediada em Portugal
15) Sediada no Panamá
16) Sediada na Holanda
17) Sediada nas Ilhas Virgens Britânicas

As participações em empreendimentos controlados em conjunto da controlada indireta TNL estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta 2011	Indireta 2011	Direta 2010	Indireta 2010
Companhia AIX de Participações (“AIX”)	Tráfego de dados		35,24%		40,96%
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. (*)	Financeira		35,12%		81,64%

(*) Os valores estão descritos na letra (e)

Os ativos e passivos das entidades controladas em conjunto foram combinados linha a linha nas demonstrações contábeis da controlada indireta em conjunto TNL pelo método de consolidação proporcional, conforme apresentado abaixo:

AIX	2011	2010
Ativo circulante	3.501	4.820

Notas Explicativas

Ativo não circulante	65.460	72.016
Passivo circulante	2.337	5.727
Passivo não circulante	1.849	2.209
Patrimônio líquido	64.775	68.900

(a) Aquisição do controle e reorganização societária da Brasil Telecom

No decorrer dos meses de maio e junho de 2008, foram realizadas sucessivas aquisições de ações preferenciais das empresas Brasil Telecom Participações S.A. ("BrT Part") e da BrT, respectivamente. Essas aquisições antecederam a aquisição do controle ocorrida em 8 de janeiro de 2009.

O prazo decorrido até a aquisição se deu em razão da espera pelas autorizações dos órgãos reguladores e de defesa econômica, ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações e CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, respectivamente, necessárias à celebração do acordo de acionistas.

A aquisição do controle da BrT foi realizada em consonância com a estratégia da Administração pela obtenção de novos mercados, expansão da rede e infraestrutura de telefonia fixa, telefonia móvel, banda larga, internet entre outros, além de ganho em sinergias promovidas pela integração de processos operacionais.

Conforme previsto pelo Fato Relevante divulgado na data da aquisição, a controlada indireta TNL promoveu a reorganização societária da BrT com vistas à simplificação da estrutura societária, que foi realizada com base nos valores contábeis tendo em vista ser uma operação entre entidades sob controle comum.

No quadro abaixo se encontram resumidas as informações relevantes acerca das aquisições de ações e da reorganização societária.

	05 e 06/2008		**22/07/2008**		**08/01/2009**		**23/06/2009**		**31/07 e 30/09/2009**	
	Aquisições avulsas		**OPAs voluntárias**		**Aquisição do Controle (a.1)**		**OPAs obrigatórias (a.2)**		**Reorganização Societária (a.2)**	
	BRTP4	**BRTO4**	**BRTP4**	**BRTO4**	**Invitel ***	**BRTP3**	**BRTP3**	**BRTO3**	**BRTO3**	**BRTO4**
Quantidades	55.819.400	45.590.200	20.826.442	13.366.365	57.532.477	12.185.836	40.452.227	630.872	161.359.129	69.718.384
Preço	25,53 **	19,69 **	30,37	23,42	77,04	77,04	64,71	60,64	***	***
Montante total pago (i)	1.425.133	897.775	634.582	313.040	4.432.302	938.797	2.617.664	38.256	****	****
Percentual de ações adquirido	24,3%	14,6%	9,0%	4,3%	100,0%	9,1%	30,2%	0,3%	79,3%	17,4%
Percentual adquirido sobre total de ações	15,4%	8,3%	5,7%	2,2%	100,0%	3,4%	11,1%	0,1%	26,8%	11,6%
Participação acumulada direta sobre as ações	24,3%	14,6%	33,3%	18,9%	100,0%	9,1%	39,3%	0,3%	79,6%	32,2%
Participação acumulada direta sobre capital votante					100,0%	9,1%	39,3%	0,3%	79,6%	
Participação acumulada direta total	15,4%	8,3%	21,1%	10,5%	100,0%	9,1%	20,2%	10,6%	27,5%	21,8%
Participação acumulada total sobre capital votante					100,0%	60,5%	90,7%	90,2%	79,6%	
Participação acumulada total	1,3%		24,7%		40,0%		47,0%		49,3%	

* Todas as ações são ordinárias.
** Preços médios.

Notas Explicativas

*** Relação de troca de ações (1,2190981 BRTO3 para uma BRTP3 e; 0,1720066 BRTO3 e 0,9096173 BRTO4 para uma BRTP4).
**** Troca do total das ações detidas da BrT Part. Detidas pela Coari por novas ações emitidas da BrT, e pelas ações da BrT detidas pela BrT Part..
(i) Valor não proporcionalizado.

(a.1) Aquisição do Controle da BrT

A aquisição da BrT foi registrada de acordo com o CPC 15 (IFRS 3R), considerando o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, incluindo os ativos intangíveis e passivos contingentes. Os ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios eram como segue (valores não proporcionalizados):

	Em 8 de janeiro de 2009
Ativo:	
Caixa e equivalentes de caixa	2.760.840
Aplicações financeiras	775.502
Contas a receber	2.147.627
Outros ativos circulantes	1.914.243
Ativo não circulante	4.850.012
Investimentos	3.744
Imobilizado	13.218.733
Ativos intangíveis	16.548.148
Total dos ativos adquiridos	**42.218.849**
Passivo:	
Passivo circulante	5.668.225
Imposto de renda diferido	4.421.341
Provisão para contingências (i)	4.529.005
Outros passivos	5.644.315
Total dos passivos assumidos	**20.262.886**
Total do ativo líquido	**21.955.963**

(i) A provisão para contingências inclui o montante de R$3.075.969 representando o valor justo relacionado a diversas contingências trabalhistas, tributárias e cíveis, cuja avaliação de risco pelos nossos consultores legais externos foi a de perda possível ou remota. Esse montante foi estimado utilizando com base a expectativa futura de fluxo de caixa ao final de cada um dos processos envolvidos e registrado nas demonstrações financeiras de acordo com a combinação de negócios da BrT.

Abaixo apresentamos o valor total do valor de aquisição, assim como a determinação do ganho na aquisição do controle – BrT (valores não proporcionalizados):

Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	21.955.963
Valor pago pelo controle da Invitel Participações S.A. (“Invitel”)	(4.432.302)
Ações da Brasil Telecom Participações S.A. adquiridos por Copart 1 Participações S.A. (“Copart 1”)	(938.798)

Notas Explicativas

Valor justo da participação previamente detida por Copart 1 (i)	(1.352.799)
Valor justo da participação previamente detida por Copart 2 Participações S.A. ("Copart 2") (i)	(790.019)
Valor justo das participações dos acionistas não controladores (ii)	(7.758.294)
Valor total investido	**(15.272.212)**
Ganho na aquisição do controle da BrT	**6.683.751**
Perdas nos valores justos das participações previamente detidas	(1.128.043)
Ganho na aquisição do controle da BrT, líquido [1]	**5.555.708**
[1]Na proporção do percentual de participação indireta da Companhia	**1.214.278**

(i) Os valores justos foram determinados com base no preço de mercado das ações na data de aquisição. Em 1 de janeiro de 2009 o valor das participações previamente detidas a valor justo era de R$2.138.573.Valor proporcional à participação detida pela Companhia nesta controlada indireta aplicada sobre este montante é de R$467.450.

(ii) O valor justo da participação de acionistas não controladores foi determinado da seguinte forma:

- para as ações ordinárias, foi utilizado o valor estipulado nas ofertas públicas de aquisição de ações, com base nos requerimentos da CVM.
- para as ações preferenciais, foi utilizado o valor de mercado na data de aquisição.

O ganho registrado na aquisição foi decorrente, principalmente, da diferença entre o valor justo dos ativos líquidos da Invitel e o valor de mercado da participação dos acionistas não controladores em ações preferenciais da BrT Part. e da BrT. O valor justo dos ativos líquidos da Invitel está substancialmente relacionado com o segmento de telefonia fixa que, por natureza, é um investimento de longo prazo e, consequentemente, menos afetado pela crise de crédito global. No entanto, os valores de mercado das ações preferenciais da BrT e BrT Part. haviam sido severamente impactados pela crise de crédito global. Em 8 de janeiro de 2009, data da aquisição, o valor de mercado das ações preferenciais da BrT e BrT Part. haviam diminuído 34% e 36%, respectivamente, quando comparados aos seus valores máximos de mercado em 2008.

Com base no cálculo do ganho na aquisição do controle da BrT demonstrado anteriormente, a Administração reviu sua estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos. Assim, a Administração reviu os procedimentos utilizados para mensurar os montantes reconhecidos na data de aquisição relativos: (i) ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, (ii) à participação dos acionistas não controladores na data de aquisição, (iii) à participação acionária anterior à aquisição na adquirida, e (iv) ao montante transferido com o objetivo de determinar que todas as informações disponíveis à data de aquisição foram consideradas no registro da combinação de negócios. Considerando que nenhuma informação adicional chamou a atenção da Administração, como resultado dessa reavaliação, que poderia alterar os valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos em conexão com esta aquisição, em conformidade com o CPC 15 (IFRS 3R), foi reconhecido um ganho no montante de R$6.683.752 (valor não proporcionalizado) no resultado do exercício de 2009 da adquirente, Coari. Este efeito no resultado do exercício de 2009, proporcional à participação indireta detida pela Companhia na Coari, foi de R$1.460.827.

(a.2) Transações de capital subsequentes (OPAs obrigatórias e reorganização societária)

Notas Explicativas

De acordo com o ICPC 09, alterações na participação acionária da controladora enquanto esta permaneça com o controle da subsidiária, devem ser registradas como transações de capital no patrimônio líquido. Portanto, o desembolso de caixa de R$2.655.920 foi contraposto ao valor justo das participações dos acionistas não controladores adquirida nas OPAs (R$2.572.298), sendo o excesso pago na transação de capital no montante de R$83.622 registrado de forma reflexa no patrimônio líquido da Companhia a débito na conta Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações.

Como resultado das incorporações que foram finalizadas em 31 de julho de 2009 e 30 de setembro de 2009, a Invitel, Solpart Participações S,A, ("Solpart"), Copart 1 e Copart 2, e BrT Part, respectivamente, foram incorporadas na BrT. A Copart 1 controlava a Invitel desde 8 de janeiro de 2009 e estava sob controle comum com a Copart 2, a incorporação da Invitel, Solpart, Copart 1 na BrT Part e da Copart 2 na BrT em 31 de julho de 2009, e a subsequente incorporação da BrT Part na BrT em 30 de setembro de 2009, representavam reorganizações de empresas sobre controle comum.

Após a realização da reorganização societária, houve aumento na participação no patrimônio líquido da BrT de 2,3%. Em decorrência da diferença entre os valores justos das ações envolvidas na troca, foi registrado adicional pago em capital de forma reflexa no patrimônio líquido da Companhia, o montante credor de R$10.971 na conta denominada Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações. Nesta transação foi também reconhecido pela Companhia de forma reflexa, o montante de R$24.348 que corresponde a benefício fiscal adicional sobre os ágios apurados nas OPAs de 23 de junho de 2009 (de acordo com o antigo BR GAAP) e que se concretizaram por ocasião das incorporações reversas da reorganização societária ocorrida em 30 de setembro de 2009.

A composição acionária da BrT em 30 de setembro de 2009 passou a ser a seguinte:

Composição Acionária – Brasil Telecom S.A.						
Acionista	**Ordinárias**	**%**	**Preferenciais**	**%**	**Total**	**%**
Coari	161.990.001	79,63	128.675.049	32,20	290.665.050	48,20
Minoritários	41.433.175	20,37	257.690.765	64,49	299.123.940	49,60
Ações em Tesouraria			13.231.556	3,31	13.231.556	2,20
Total	**203.423.176**	**100,00**	**399.597.370**	**100,00**	**603.020.546**	**100,00**

(b) Reorganização societária das empresas do segmento de internet do Grupo BrT

A Administração da TNL, visando se preparar para as futuras demandas da legislação brasileira relativas à composição de capital estrangeiro nas empresas de internet, em 30 de junho de 2010 efetuou a reorganização societária das empresas do seu segmento de internet, sejam operadoras e holdings, a qual abrangeu as incorporações pela iG Part das seguintes empresas: iG Cayman e Nova Tarrafa Inc.

Apresentamos abaixo o "acervo líquido" e a "relação de troca" da reorganização societária das empresas de internet (valores não proporcionalizados):

Empresa incorporada pela iG Part.	**Acervo líquido**	**Relação de troca ***
iG Cayman	(2.785)	2,00399169
Nova Tarrafa Inc.	322	125,12660374

Notas Explicativas

* Quantidade de ações de iG Part. por ação da empresa incorporada.

(c) Aquisição da TNCP, OPA's e reorganização societária da Amazônia Celular S.A. ("Amazônia")

Em 3 de abril de 2008 a controlada indireta TMAR adquiriu o controle acionário da TNCP (e, indiretamente da Amazônia), nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre a Vivo Participações S.A. ("Vivo").

Em 22 de outubro de 2008 e em 16 de janeiro de 2009, a controlada indireta TMAR realizou OPA's voluntária e obrigatória, respectivamente, nas quais efetuou aquisições de ações da Amazônia e da TNCP.

Como resultado das aquisições efetuadas no âmbito das OPA's obrigatórias e voluntárias, a controlada indireta TMAR passou a ser detentora, após a data de 16 de janeiro de 2009, de 98,7% do capital total da TNCP e de 17,9% do capital total da Amazônia.

Em 9 de março de 2009, a administração da controlada indireta TMAR implementou reorganização societária, tendo como objetivo consolidar os ativos relacionados às atividades da Amazônia com aqueles relacionados às atividades da TNL PCS, devolvendo à ANATEL, em seguida, as autorizações para o uso de determinadas radiofrequências.

Em decorrência da incorporação das ações da Amazônia e da integralização de capital pela controlada indireta TMAR, o capital social da TNCP sofreu um aumento de R$8.673.466, passando a ser de R$8.791.201 (valores não proporcionalizados), sendo 99,65% das ações detidas pela controlada indireta TMAR.

Na incorporação da Amazônia pela TNL PCS, as radiofrequências atribuídas à Amazônia foram devolvidas à ANATEL, com a consequente extinção de sua outorga de SMP.

(d) Reorganização societária da Way TV

Em 25 de setembro de 2008, os Conselhos de Administração das controladas indiretas TNL e TMAR aprovaram a implementação de reorganização societária relacionada à Way TV, com a finalidade de: (i) aumentar as eficiências operacionais e o aproveitamento de sinergias entre as atividades desenvolvidas pela TNL PCS e Way TV, e (ii) permitir o incremento da oferta de serviços convergentes, principalmente "*quadruple play*". A reorganização encontrava-se condicionada a aprovação da ANATEL e, tal anuência foi concedida em 11 de março de 2010.

Em 1 de outubro de 2010, a TNL efetuou a reorganização societária, que consistiu das seguintes etapas:

- Venda da TNL PCS Participações S.A. ("TNL PCS Part."), subsidiaria integral da TNL, para a TNL PCS; e
- Incorporação da TNL PCS Part.

Como prosseguimento do processo de reorganização, em 3 de outubro de 2011, a Way TV foi incorporada pela controlada TNL PCS.

Notas Explicativas

(e) Parceria comercial TNL PCS, Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil") e Cielo S.A. ("Cielo")

Em 29 de setembro de 2010, a controlada indireta TNL PCS assinou Acordo de Parceria Comercial com o Banco do Brasil e Acordo de Investimentos com a Cielo.

O contrato celebrado entre TMAR, BrT, TNL PCS, BrT Celular, Paggo Administradora, Way TV e o Banco do Brasil tem como objetivo estabelecer parceria negocial para emissão de cartões de crédito *"co-branded"* e pré-pagos, além de outros meios de pagamento no formato tradicional ou que utilizem a tecnologia *"Mobile Payment"* para a base de clientes atual e futura da TNL PCS.

O contrato celebrado entre TNL PCS, Paggo Acquirer, Cielo e CieloPar Participações Ltda. ("CieloPar") estabeleceu a participação da Paggo Acquirer e da CieloPar em uma nova sociedade denominada Paggo Soluções de Meios de Pagamento S.A. ("Paggo Soluções").

A Paggo Soluções foi constituída com o objetivo de dedicar-se à condução de atividades de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações comerciais com a tecnologia de "*Mobile Payment"* originadas ou concluídas em dispositivos de telefonia celular; e promover o credenciamento de lojistas à sua rede de transações originadas em dispositivos de telefonia celular, por meio dos relacionamentos já mantidos pela Cielo e pela Paggo Acquirer em todo território nacional.

Em 28 de fevereiro de 2011, após a autorização do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, a Paggo Acquirer e a CieloPar passaram a deter, cada uma, 50% do capital social da Paggo Soluções.

Em razão da alteração de participação supramencionada, a controlada indireta TNL deixou de consolidar os ativos e passivos da referida controlada indireta por 100% dos valores e passou a efetuar a consolidação proporcional à sua participação no referido empreendimento controlado em conjunto.

Os saldos do balanço da Paggo Soluções consolidado proporcionalmente pela controlada indireta TNL em 31 de dezembro de 2011 são como segue:

Paggo Soluções	**2011**	**2010**
Ativo circulante	4.150	10.129
Ativo não circulante	45.895	107.040
Passivo circulante	2.173	10.678
Passivo não circulante		
Patrimônio líquido	47.872	106.491

(f) Aquisição do controle da Blackpool Participações Ltda. ("Blackpool") pela Telemar Internet Ltda.

Em 7 de julho de 2011, a Oi Internet adquiriu 100% das ações da Blackpool pelo montante de R$5.202 (valor não proporcionalizado).

Notas Explicativas

A Blackpool é uma companhia holding sediada em São Paulo, que detém 100% das ações da Pointer Networks Ltda. ("Vex"), também sediada em São Paulo, que tem como principal negócio o provimento de acesso à internet em locais públicos, tais como aeroportos, shopping centers, entre outros no Brasil, e através de subsidiárias integrais nos seguintes países: Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Ucrânia, Uruguai e Venezuela.

A referida combinação de negócios ainda se encontra no período de mensuração. Consequentemente, os valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, até então apurados, estão sujeitos a ajustes que eventualmente sejam identificados dentro do período de um ano, contado a partir da data da aquisição.

(g) Aquisições e constituição de empresas Grupo Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

(g.1) Integração das atividades da Contax Participações com a Portugal Telecom, SGPS

Em 25 de janeiro de 2011, as administrações da Contax Participações e da Mobitel S.A., entidade controlada pela Portugal Telecom, SGPS, ("Dedic") e sua controlada GPTI Tecnologia da Informação S.A. ("GPTI" ou, em conjunto com a Dedic, "Dedic GPTI"), tendo em vista atuarem no mesmo segmento de negócio, existindo complementaridade entre suas atividades, bases de clientes e serviços ofertados, celebraram Acordo de Incorporação de Ações da Dedic pela Contax Participações.

Em julho de 2011, A Contax Participações adquiriu o controle integral da Dedic por meio da incorporação das ações de sua emissão. Nesta mesma data, a Contax Participações adquiriu o controle integral da GPTI, por meio da sua controlada Dedic.

A aquisição objetivou principalmente o fortalecimento da posição de mercado das companhias, tendo em vista atuarem no mesmo segmento de negócio, a existência de complementaridade entre suas atividades, bases de clientes e serviços ofertados. Os detalhes desta operação estão descritos na Nota 30.

O valor justo reconhecido dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição do controle integral da Dedic GPTI é como segue:

Dedic	Valor justo provisório reconhecido na data da aquisição	Ajustes ao valor justo (i)	Valor justo ajustado
Ativos:			
Caixa e equivalentes de caixa	6.719	-	6.719
Contas a receber	92.590	-	92.590
Tributos a recuperar	13.098	-	13.098
Imobilizado	120.646	-	120.646
Intangível (*)	178.551	21.746	200.297
Tributos diferidos	49.885	-	49.885
Depósitos judiciais	14.696	-	14.696
Demais ativos	5.683	-	5.683
	481.868	21.746	503.614
Passivos:			

Notas Explicativas

Empréstimos e financiamentos	34.694	-	34.694
Debêntures	171.973	-	171.973
Mútuos	12.409	-	12.409
Fornecedores	24.282	-	24.282
Salários e encargos sociais	69.512	-	69.512
Tributos a recolher	9.616	-	9.616
Provisões	17.613	-	17.613
Obrigações a pagar a ex-acionistas	23.000	-	23.000
Outras obrigações tributárias	9.803	-	9.803
Demais contas a pagar	854	-	854
Impostos diferidos	21.411	7.394	28.805
	395.167	7.394	402.561
Total dos ativos identificáveis, líquidos (valor justo)	86.701	14.352	101.053
Ágio registrado na aquisição (Nota 17)	31.396	14.352	17.044
Total da contraprestação	118.097	-	118.097
Preço (Substituição de ações)	118.097	-	118.097

(*) Incluído na linha de intangível o valor de R$95.619 referente ao ágio de rentabilidade futura para o segmento de TI em geral e informática (GPTI).

(i) Posteriormente à data de mensuração inicial do valor justo, e conforme divulgado na nota explicativa n° 30, a Contax Participações celebrou, por meio da sua controlada Dedic, contrato de compra e venda ("Contrato") com terceiros, referente à alienação de determinados ativos vinculados aos contratos de prestação de serviços dos clientes Vivo e Telefônica. O referido Contrato, firmado em 30 de novembro de 2011, menciona que o valor de alienação desses ativos (basicamente carteira de clientes e ativo imobilizado) será de R$85.000, sujeito à ajustes com base em termos e condições previstos no Contrato. Desta forma, o referido Contrato fornece evidências sobre a necessidade de revisão dos cálculos de valor justo, realizados na data da aquisição, relacionados à tais ativos. A coluna denominada "Ajustes ao valor justo" demonstra os efeitos oriundos deste processo de revisão.

(g.2) Grupo Allus

Em maio de 2011, a controlada indireta Contax adquiriu o controle integral da Stratton Spain S.L. (“Stratton Espanha”), e de suas controladas Allus Spain S.L., Stratton Argentina S.A., Stratton Peru S.A. e Multienlace S/A, esta última por meio da sua controlada Contax Colômbia, as quais, em conjunto, compõem o “Grupo Allus”. O Grupo Allus é um dos maiores prestadores de serviços de *contact center* na América Latina, com 22 unidades distribuídas na Argentina, Colômbia e Peru e atividade comercial nos Estados Unidos da América e na Espanha.

A aquisição objetivou a ampliação da oferta de serviços da Contax, que aumenta ainda mais sua atuação no mercado internacional, buscando consolidar seu plano estratégico.

O valor justo reconhecido dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição do controle integral do Grupo Allus é como segue:

	Multienlace	Stratton Espanha
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	10.711	6.795
Contas a receber	26.931	41.933

Notas Explicativas

Tributos a recuperar	7.565	4.772
Imobilizado	27.632	10.088
Intangível	66.917	8.115
Outros ativos	10.326	2.552
	150.082	74.255
Passivos		
Fornecedores	6.292	17.701
Empréstimos e financiamentos	32.551	14.913
Salários e encargos sociais	9.015	18.018
Tributos a recolher	12.128	1.108
Tributos diferidos	22.083	2.742
Contingências	-	1.598
Outros	178	1.726
	82.247	57.806
Total dos ativos identificáveis, líquidos	**67.835**	**16.449**
Ágio registrado na aquisição (*)	124.202	37.776
Total	**192.037**	**54.225**
Preço inicial - (pagamento à vista)	192.037	19.393
Valor retido (caixa restrito)	-	28.305
Preço adicional (contraprestação contingente) (**)	-	6.527

(*) Nos termos do contrato de compra e venda celebrado entre as partes, a transferência da totalidade das ações de emissão das sociedades que compõem o Grupo Allus para as controladas indiretas Contax e Contax Colômbia, foi pelo montante de R$246.262, dos quais R$161.978 como ágio fundamentado no seu valor econômico, em função da estimativa de rentabilidade futura (parcela do ágio não alocada).

(**) Foi acordada uma contraprestação contingente entre as partes. O valor justo da contraprestação contingente na data de aquisição corresponde ao valor do saldo remanescente para pagamento, no montante de R$6.527 (“preço adicional”). Esse valor representa a melhor estimativa do valor justo, com base na expectativa de lucratividade do Grupo Allus e nas informações atualmente disponíveis. O pagamento do preço adicional está vinculado ao atendimento de determinadas condições associadas ao crescimento e a rentabilidade do Grupo Allus pelos próximos 2 anos. Conforme acordado no Contrato, o preço de aquisição, que é composto pelo somatório do preço inicial com o preço adicional, poderá ser de até R$264.105.

Em dezembro de 2011, a Stratton Espanha adquiriu por meio da sua controlada Stratton Argentina S.A. a Stratton Chaco S.A. (“Stratton Chaco”), empresa localizada na província de Chaco. A Stratton Chaco foi adquirida pelo montante de R$13. Esta aquisição objetivou pleitear benefício fiscal para *Call Center* na província de Chaco, Argentina.

(g.3) Aquisição da Ability Comunicação Integrada Ltda pela controlada indireta Contax

Em setembro de 2010, a Contax adquiriu o controle integral da Ability Comunicação Integrada Ltda. (“Contax Ability”), que tem por objeto as atividades de prestação de serviços de agenciamento de publicidade e propaganda, promoção de vendas, *merchandising* e *marketing*,

Notas Explicativas

planejamento de campanhas e sistemas de publicidade, consultoria em publicidade, pesquisa de mercado e opinião pública, dentre outros.

A aquisição da Ability objetivou a ampliação da oferta de serviços da Contax, que passa a contar com uma atuação especializada nos pontos de venda, buscando consolidar a sua estratégia de ser a única empresa de serviços corporativos especializada em toda a cadeia de relacionamento entre as empresas e seus consumidores, nos múltiplos canais de contato no Brasil.

Como parte do Contrato de Compra e Venda de Quotas ("Contrato"), foi acordada uma contraprestação contingente entre as partes. O valor justo da contraprestação contingente na data de aquisição corresponde ao valor do saldo remanescente para pagamento, no montante de R$46.185 ("preço adicional"). Esse valor representa a melhor estimativa do valor justo, com base na expectativa de lucratividade da Ability e nas informações atualmente disponíveis. O pagamento do preço adicional está vinculado ao atendimento de determinadas condições associadas ao crescimento e a rentabilidade da Ability pelos próximos três anos.

Conforme acordado no Contrato, o preço de aquisição, que é composto pelo somatório do preço inicial com o preço adicional, poderá ser de até R$82.474.

Em 5 de outubro de 2011 a controlada indireta Contax efetuou o pagamento de R$4.772 referente a primeira parcela.

Esta aquisição gerou um ágio no montante de R$74.365, fundamentado no seu valor econômico, em função da estimativa de rentabilidade futura do negócio:

	Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos:	
Caixa e equivalentes de caixa	4.879
Contas a receber	13.536
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.550
Créditos tributários	2.898
Imobilizado e intangível	1.749
Outros ativos	366
	27.978
Passivos:	
Fornecedores	3.186
Salários e encargos sociais	11.650
Tributos a recolher	13.393
Receitas diferidas	1.247
Outros	282
	29.758
Total dos passivos identificáveis líquidos	1.780
Ágio na aquisição	74.365
Total da contraprestação	72.585

Notas Explicativas

Preço inicial (Pagamento à vista)	24.400
Valor retido (Caixa restrito)	2.000
Preço adicional (Contraprestação contingente)	46.185

(g.3) Contax Sucursal Empresa Extranjera e descontinuidade da operação

Em setembro de 2010, a Contax Sucursal Empresa Extranjera ("Contax Argentina"), controlada indireta da Contax Participações, foi constituída com capital inicial de R$817, na cidade de Buenos Aires – Argentina, com objetivo de prestar de serviços de teleatendimento em geral, oferecendo serviços integrados de relacionamento entre clientes e os seus consumidores, naquele país.

Descontinuidade da operação de teleatendimento na Contax Argentina

Em agosto de 2011 a controlada indireta Contax Participações decidiu descontinuar as atividades operacionais da Contax Argentina. Essa operação foi descontinuada em virtude de não apresentar o crescimento previsto e necessário para a continuidade do negócio e pela aquisição do Grupo Allus, que já possuí operação madura na Argentina apresentando rentabilidade superior a Contax Argentina.

Análise do resultado do exercício da operação descontinuada:

	Resultado das operações descontinuadas exercício findo em 31/12/2011	Período de quatro meses findo em 31/12/2010
Receita operacional líquida	6.772	687
Custos dos serviços prestados	(18.425)	(3.650)
Prejuízo operacional bruto	(11.653)	(2.963)
Receitas (despesas) operacionais		
Receitas financeiras	143	-
Despesas financeiras	(239)	(29)
Outras despesas operacionais, líquidas	(1.357)	(38)
	(1.453)	(67)
Prejuízo da operação descontinuada antes dos impostos	(13.106)	(3.030)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(3)	-
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas (i)	(13.109)	(3.030)

Fluxo de caixa das operações descontinuadas	Fluxo de Caixa das operações descontinuadas exercício findo em 31/12/2011	Período de quatro meses findo em 31/12/2010
Utilizado nas atividades operacionais	(12.577)	(2.991)
Utilizado nas atividades de investimento	(396)	(1.063)
Utilizado nas atividades de financiamento	16.612	3.881

(i) Valores proporcionais à participação indireta da Companhia em 2011 R$4.929 e 2010 R$692.

Notas Explicativas

(g.4) Aquisição pela controlada indireta CTX de parte das ações de emissão da Contax Participações detidas pela Portugal Telecom / Aumento de Capital da controlada indireta CTX

Em decorrência da aprovação da Incorporação de ações, a controlada indireta CTX adquiriu, em 1° de julho de 2011, 1.012.466 ações ordinárias e 256.309 ações preferenciais de emissão da Contax Participações recebidas pela Portugal Telecom Brasil S.A. (Portugal Telecom) na Incorporação de Ações, pelo valor total de R$49.700. As ações adquiridas representam 4,06% das ações ordinárias, 0,65% das ações preferenciais, e 1,96% do capital social da Contax Participações.

Adicionalmente, também em 1° de julho de 2011 foi realizada Assembleia Geral de acionistas da CTX, em que foi aprovado o aumento de capital da CTX, no valor de R$37.711, mediante a emissão de 162.913.541 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscrito pela Portugal Telecom e pela Fundação Atlântico de Seguridade Social. As novas ações ordinárias decorrentes do aumento de capital terão características idênticas às ações da mesma espécie já existentes e conferirão aos seus titulares os mesmos direitos previstos no Estatuto Social da CTX e na legislação societária aplicável.

Em razão da Aquisição das Ações da Contax Participações e do Aumento de Capital CTX, e considerando a relação de troca de Contax Participações e Dedic aprovada pelo Comitê Especial Independente, a Portugal Telecom passou a deter uma participação direta de 19,90% do capital social da CTX indiretamente de 19,52% no capital social da Contax Participações, sendo que a FASS manteve sua participação direta de 10,18% do capital social da CTX e indireta de 3,48% no capital social da Contax Participações.

Composição Acionária após Operações descritas acima

Após a conclusão das operações societárias descritas anteriormente, a estrutura acionária da controladas indiretas CTX e Contax Participações passou a ser conforme segue:

(i) Posição Acionária da CTX (em milhares de ações) após conclusão das operações acima descritas:

Acionista	ON´s	% ON´s
L.F Tel S.A.	1.137.461	34,96%
AG Telecom	784.730	24,12%
Luxemburgo Participações S.A.	352.731	10,84%
FASS	331.152	10,18%
Portugal Telecom	647.451	19,90%
Total	**3.253.525**	**100,00%**

(ii) Posição Acionária da Contax Participações (em milhares de ações) após conclusão das operações acima descritas:

Acionista	ON´s	% ON´s	PN´s	% PN´s	Total
CTX Participações S.A.	17.871	72,70%	4.136	10,40%	22.007

Notas Explicativas

Portugal Telecom	-	-	2.782	7,00%	2.782
Ações em circulação (*Free Float*)	6.695	27,30%	32.800	82,60%	39.495
Total	**24.566**	**100,00%**	**39.718**	**100,00%**	**64.284**

(g.5) Contax Colômbia S.A.S

A Contax Colômbia S.A.S foi constituída em 25 de março de 2011, com capital inicial de aproximadamente R$1, na cidade de Bogotá – Colômbia, tem como objeto social a prestação de serviços de teleatendimento em geral, oferecendo serviços integrados de relacionamento entre os clientes e seus consumidores, naquele país.

(h) Aquisição da companhia EDSP75 e operação com a Portugal Telecom, SGPS ("PT")

Em dezembro de 2010, a controlada direta Jereissati Telecom passou a deter participação integral do capital social de sua controlada LF Tel. Nesta mesma data, adquiriu a companhia EDSP75.

Em janeiro de 2011, a EDSP75 emitiu 133.938.273 (cento e trinta e três milhões, novecentos e trinta e oito mil e duzentas e setenta e três) novas ações ordinárias, sendo totalmente subscritas pela controlada direta Jereissati Telecom, através de conferência de bens, aumentando o capital social da EDSP75 em R$58,9 milhões. Os bens utilizados na integralização do capital social da EDSP75 foram os investimentos anteriormente detidos pela controlada direta Jereissati Telecom em sua subsidiária integral LF Tel, descontados sua dívida com a Companhia.

Em março de 2011, a EDSP75 emitiu 291.226.681 novas ações ordinárias, tendo sido totalmente integralizadas pela Bratel Brasil S.A. ("Bratel"), subsidiária integral da PT, pelo preço de emissão de R$4,70423923 (quatro reais e fração), totalizando R$1.370 milhões, sendo R$26 milhões destinado a conta de capital e R$1.344 milhões destinado à conta de reserva de capital, em ágio na subscrição de ações. Nesta data o capital social da EDSP75 passou a ser R$85 milhões. Com a integralização pela Bratel, das 291.226.681 novas ações ordinárias do capital da EDSP75 correspondendo a 30,31% do seu capital social, a controlada direta Jereissati Telecom que antes detinha participação integral no capital social da EDSP75 passou a deter 69,69% de participação.

Nesta mesma data, através do Instrumento Particular de Compra e Venda, a controlada direta Jereissati Telecom alienou para a Bratel, 45.096.035 ações ordinárias de emissão da EDSP75, correspondendo a 4,69% do seu capital social, no montante de R$212 milhões. Com a aquisição pela Bratel, das 45.096.035 ações ordinárias do capital da EDSP75 representando 4,69% do seu capital social, a controlada direta Jereissati Telecom que antes detinha 69,69% de participação passou a deter 65,0%, representado por 624.599.330 ações ordinárias do capital social da EDSP75. A Bratel passou a deter 35,0%, representado por 336.322.716 ações ordinárias do capital social da EDSP75.

Como consequência das transações mencionadas anteriormente, a controlada direta Jereissati Telecom registrou um ganho no montante de R$1.042.095, apresentado como outras receitas operacionais, conforme Nota 6. Esse ganho correspondente à parcela dos ativos não monetários vendida para a Bratel e conforme previsto pela Interpretação correspondente ao SIC 13, foi reconhecido no resultado do período pela controlada direta Jereissati Telecom, por esta passar a ter controle compartilhado da EDSP75. Conforme Acordo de acionistas firmado entre a controlada direta Jereissati Telecom e a Bratel, as decisões financeiras e operacionais serão tomadas em conjunto entre os acionistas da EDSP75.

Notas Explicativas

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

(a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e a aquisição do controle da BrT, Dedic, GPTI, Grupo Allus e Ability, anteriormente descrita, contabilizadas de acordo com o CPC 15 (IFRS 3R), conforme descrito nas principais políticas contábeis no item (b) a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o IFRS – "*International Financial Reporting Standards"* emitidos pelo IASB - "*International Accounting Standards Board"* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

As Demonstrações Financeiras Individuais, preparadas para fins estatutários, apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas Demonstrações Financeiras Individuais não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

(b) Principais políticas contábeis

Critérios de consolidação das controladas pelo método integral

Notas Explicativas

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IAS 27 / CPC 36 (R2) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 9).

Critérios de consolidação das entidades controladas em conjunto pelo método proporcional

A Companhia optou por reconhecer a participação nos empreendimentos controlados em conjunto através do método de consolidação proporcional, de acordo com o IAS 31 / CPC 39 – Investimento em empreendimento controlado em conjunto. O método utilizado consiste em consolidar a participação da Companhia em cada um dos ativos, passivos, receitas e despesas da entidade controlada em conjunto, linha a linha, em suas demonstrações contábeis, ajustados às práticas contábeis da Companhia, se aplicável.

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, respectivamente, como holding e operadora no setor de telecomunicações brasileiro, administradora de shopping centers no mercado brasileiro, prestadora de serviços de teleatendimento em geral e em atividades correlacionadas, principalmente, ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo o Real (R$) a moeda corrente utilizada nas principais transações.

A Administração considerou, para a definição da moeda funcional, a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores; e
- juros, investimentos e financiamentos.

Sendo assim, a moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o real (R$), mesma moeda que é utilizada para apresentação das Demonstrações Financeiras, exceto determinadas controladas da CTX.

Transações e saldos

Notas Explicativas

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data da transação. A variação cambial resultante da conversão é reconhecida na demonstração do resultado.

Empresas do grupo

A Companhia, a controlada direta Iguatemi e a controlada indireta TNL possuem investimentos em empresas com sede no exterior, nenhuma das quais utiliza uma moeda funcional diferente do Real (R$).

A controlada indireta CTX possui operações no exterior, que utilizam moeda funcional diferente do Real (R$), cujos ativos e passivos são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido, sendo atribuídas as participações não controladoras conforme apropriado.

A controlada indireta TNL possui duas controladas na Venezuela, cuja economia é considerada hiperinflacionária pela IAS 29/ CPC 02 (R2), tendo inflação acumulada nos últimos três anos superado 100%.

A Administração da controlada indireta TNL analisou o efeito da hiperinflação em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas e concluiu que o impacto da atualização monetária no período é imaterial, em razão do patrimônio líquido daquelas controladas (base para os efeitos hiperinflacionários), em 31 de dezembro de 2011, ser de R$2.658 (2010 – R$1.689) (valores não proporcionalizados).

Itens não monetários indexados a moeda estrangeira

Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado, quando aplicável. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação, quando aplicável.

Apresentação de informação por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a Administração. Todos os resultados operacionais dos segmentos são analisados frequentemente para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados a Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado e ativos intangíveis que não ágio.

Combinações de negócios

Aquisições efetuadas a partir de 1 de janeiro de 2009

Notas Explicativas

Para aquisições efetuadas a partir de 1 de janeiro de 2009, a Companhia e suas controladas identificam a adquirente e registra o valor justo nas Demonstrações Consolidadas de: ativos adquiridos (incluindo intangíveis), passivos assumidos, ativos e passivos contingentes, contraprestações transferidas incluindo os valores de participações previamente detidas, e o valor das participações de acionistas não controladores na companhia adquirida. Quando o valor pago excede aos ativos líquidos deduzidos das participações de acionistas não controladores, o valor excedente aos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrado como ágio, caso contrário, o ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido na demonstração de resultados.

Para mensurar os valores justos dos ativos e passivos em cada combinação de negócios, a Companhia faz uso de laudos técnicos de especialistas em avaliação.

Para efeito do cálculo do resultado na combinação de negócios, a participações de acionistas não controladores é mensurada pelo seu valor justo, utilizando o modelo que forneça a melhor representação da essência econômica da transação, dentre as seguintes opções: valor de mercado obtido pela cotação das ações da empresa adquirida em Bolsa de Valores ou pela participação proporcional sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidas como despesas à medida que são incorridos.

Aquisições anteriores a 1 de janeiro de 2009

A Companhia e suas controladas optaram por adotar a isenção para o reprocessamento das combinações de negócios ocorridas anteriormente à data de transição para as IFRS e CPC, 1 de janeiro de 2009, de acordo com o IFRS 1 / CPC 37. Sendo assim os excedentes pagos estão mensurados e classificados conforme sua fundamentação original. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a depreciação é com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável, são efetuados testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura (“*goodwill”*), estes são testados anualmente ou quando existirem indicativos de impairment.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo na data de encerramento do exercício apresentado e não superam o valor de mercado.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável

Notas Explicativas

de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações pelas controladas estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios. O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência.

As contas a receber decorrentes de serviços prestados pela controlada direta Iguatemi e pelas controladas da CTX são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, que geralmente representa os montantes faturados e, posteriormente, pelos saldos menos provisão para eventuais perdas no valor recuperável.

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

Estoques

Os estoques estão segregados e classificados conforme disposição a seguir:

- Estoques de materiais de manutenção, classificados no ativo circulante conforme seu prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem o custo de reposição.

- Estoque para expansão, classificado no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição, e tem como objetivo ser aplicado na expansão da planta de telefonia.

- Estoques de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição, basicamente, representados por aparelhos celulares e acessórios. Para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustes ao provável valor de realização para os casos em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda. Para os estoques obsoletos são registradas as perdas ao valor recuperável.

Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Financeiras de controladas e controladas em conjunto ("*joint ventures*") são incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle integral ou compartilhado, se inicia até a data em que o controle integral ou compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia e se diferente, são ajustadas para fins de registro de equivalência patrimonial e consolidação.

Notas Explicativas

Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas ao custo, incluindo os custos da transação. As propriedades para investimento são divulgadas ao valor justo, conforme Nota 15 (b). Periodicamente, a controlada direta Iguatemi revisa a vida útil e o valor residual das suas propriedades para investimentos.

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, exceto quando foi atribuído o valor justo na combinação de negócios, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para as controladas e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os encargos financeiros decorrentes de obrigações que financiam bens e obras, enquanto em construção, são capitalizados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto, são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado, pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens, a qual as controladas revisam anualmente.

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

Notas Explicativas

. É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.

. A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.

. O software pode ser vendido ou usado.

. Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.

. Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.

. O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, os intangíveis em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição (o qual passa a ser o novo valor de custo), e amortizados de acordo com os prazos contratuais e/ou prazos de geração de benefícios econômicos futuros.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Compreende a avaliação anual ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Os ativos de longa duração podem ser identificados como de vida útil indefinida e ativos sujeitos a depreciação e amortização (ativo imobilizado e ativo intangível). Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa e são realizadas projeções com base em fluxos de caixa descontados, fundamentadas em expectativas sobre as operações das companhias.

As UGC são os segmentos de negócios das companhias, tendo em vista ser a menor unidade separável com capacidade de geração de caixa.

As projeções do VPL - Valor Presente Líquido das UGC são elaboradas levando-se em consideração as seguintes premissas:

- Fontes internas de informação: evidência de obsolescência ou dano, planos de descontinuidade, relatórios de desempenho, entre outras;

Notas Explicativas

- Fontes externas de informação: valor de mercado dos ativos, ambiente tecnológico, ambiente de mercado, ambiente econômico, ambiente regulatório, ambiente legal, taxas de juros, taxas de retorno sobre os investimentos, valor de mercado das ações das companhias, entre outras.

Para os ativos de vida útil indefinida as referidas projeções suportam a recuperação desses ativos. Adicionalmente, de acordo com as avaliações efetuadas pelas controladas da Companhia, não houve evidências de perda de valor que gerassem a realização de projeções para os ativos com vida útil definida.

A Companhia e controladas não registraram perdas nos exercícios apresentados, decorrentes da aplicação desta prática contábil.

Ajuste a valor presente

A Companhia e suas controladas efetuam avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil foram ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia e suas controladas, à exceção dos mencionados acima, nenhum outro ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data de encerramento do exercício.

Notas Explicativas

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida e de aplicações financeiras no exterior em moeda estrangeira e, inclusive, decorrente das variações nas taxas de juros flutuantes das dívidas.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado na data em que um contrato derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

A partir de 1 de janeiro de 2011, a controlada indireta TMAR, passou a adotar o uso da contabilidade de "*hedge*" para os instrumentos financeiros derivativos. A adoção desta prática objetiva a redução da volatilidade do resultado reconhecido devido à variação do valor justo destes instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos designados para a contabilidade de "*hedge*" são submetidos a testes periódicos de efetividade prospectiva e retrospectiva utilizando metodologia de compensação monetária ("*dollar offset"*).

Os derivativos contratados e designados para contabilidade de "*hedge*" são formalmente identificados por meio de documentação na designação inicial, elaboradas de acordo com os requisitos do CPC 38 (IAS 39). Foram designados para contabilidade de "*hedge*" os instrumentos financeiros derivativos classificados como "*hedge*" de fluxo de caixa.

A parcela eficaz, conforme definido no CPC 38 (IAS 39), é registrada em conta do patrimônio líquido, denominada "Outros resultados abrangentes", líquida de impostos, e é reclassificada para resultado financeiro com base na taxa efetiva. A parcela ineficaz, mensurada após testes de efetividade realizados trimestralmente, é registrada no resultado financeiro no mesmo período em que ocorre.

As variações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos não designados para fins de contabilidade de "*hedge*" são contabilizadas como receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período em que ocorrem.

Será terminada a relação de "*hedge*" e a designação removida quando:

(i) O contrato do instrumento financeiro derivativo for exercido, terminado ou liquidado, ou se a controlada indireta TMAR remover voluntariamente a designação, obedecendo os critérios estabelecidos pelo CPC 38 (IAS 39). Caso o objeto de "*hedge*" continue existindo, os saldos acumulados em outros resultados abrangentes referentes às variações do valor justo do instrumento financeiro derivativo são apropriados ao resultado do exercício no qual as despesas de juros e variações cambiais do objeto de "*hedge"* são apropriadas.

(ii) A dívida for pré-paga ou extinta. Neste caso, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é imediatamente apropriado às receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período no qual a designação for desfeita.

Notas Explicativas

As informações requeridas sobre os instrumentos financeiros derivativos, assim como os efeitos reconhecidos pela controlada indireta TMAR no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, estão descritas na Nota 3.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substancia contratual da transação.

A controlada indireta TNL e suas controladas, a controlada indireta Contax Participações e suas controladas e a controlada direta Iguatemi possuem um programa de remuneração baseada em ações, no qual as obrigações serão liquidadas com instrumentos de patrimônio. Estas opções estão precificadas pelo valor justo na data de concessão dos planos e são reconhecidas de forma linear ao resultado pelo prazo de concessão da opção. Os saldos acumulados nas datas do balanço são reconhecidos em conta do patrimônio líquido.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas contam com planos de contribuições definidas e ou benefícios definidos.

- Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela controlada indireta TNL e suas controladas em benefício de seus empregados, são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

  No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

  No plano de benefício definido, existente somente na TNL e suas controladas, se adota o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais pelo critério do corredor. O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios

Notas Explicativas

definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

- Plano de opção de compra de ações - A controlada indireta TNL e suas controladas oferecem aos seus administradores planos de opção de compra de ações preferenciais e ordinárias. Estas opções estão precificadas pelo valor justo na data de concessão dos planos, são reconhecidas de forma linear ao resultado pelo prazo de concessão da opção e são liquidadas em ações. Os saldos acumulados nas datas do balanço são reconhecidos em conta do patrimônio líquido.

- Plano de opção de compra de ações da controlada indireta Contax - As opções de compra de ações da Contax têm como objetivo a outorga de opções para subscrição de ações ordinárias, escriturais, de emissão da Contax Participações, em favor dos administradores e funcionários beneficiários. Para terem direito às opções de compra de ações, os beneficiários devem concluir de um a quatro anos de serviço (períodos de aquisição de direito). O valor justo das opções concedidas, determinado na data da outorga, é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido. As transações que resultem em pagamentos baseados em ações, cuja liquidação é feita com instrumentos de patrimônio, com terceiros, exceto os executivos, são mensuradas pelo valor justo dos produtos ou serviços recebidos. Quando o valor justo não pode ser estimado com confiabilidade, as transações são mensuradas pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio concedidos na data em que os produtos e os serviços foram recebidos.

- Plano de opções de ações da controlada direta Iguatemi – O plano de remuneração com base em ações, liquidados em ações, segundo os quais a controlada direta Iguatemi recebe os serviços como contraprestação das opções de compra de ações. O valor das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a controlada direta Iguatemi revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

- Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido por cada companhia.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis para venda de serviços no curso regular das atividades das controladas diretas e indiretas da Companhia.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para as controladas diretas e indiretas, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram, substancialmente, transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades das controladas diretas e indiretas da Companhia.

Notas Explicativas

Iguatemi

Receitas de alugueis são reconhecidas com base na fruição dos contratos. Receitas de cessões de direitos a lojistas são diferidas e apropriadas ao resultado de acordo com a fruição do primeiro contrato de aluguel.

Grupo de Telecomunicação

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares.

Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas provenientes da venda de cartões indutivos (TUP – Telefonia de Uso Público) são registradas quando os créditos são efetivamente consumidos pelos clientes.

- Programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”)

As controladas indiretas da Companhia, BrT Celular e TNL PCS, implementaram um programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”), no qual os clientes de telefonia móvel acumulam pontos através dos valores pagos por serviços de telefonia móvel, telefonia fixa, internet e TV, e podem trocá-los por pacotes de serviços de telefonia móvel, por eventos disponíveis no “experiências Oi” e/ou transferi-los ao Programa Multiplus Fidelidade (parceiro das referidas controladas) para trocá-los por diversos outros benefícios do referido programa, tais como passagens aéreas, abastecimento nos postos de combustíveis da rede Ipiranga, entre outros.

Os pontos concedidos no programa são contabilizados como um componente separadamente identificável da transação de venda em que os pontos são concedidos. O valor justo da contraprestação recebida ou a receber, com relação à venda inicial, é alocado entre os prêmios concedidos pelo programa. O valor alocado aos pontos é estimado com base no seu valor justo, ou seja, o valor pelo qual os créditos de prêmios podem ser vendidos separadamente. Tal valor é diferido e a receita relacionada é reconhecida somente quando os pontos são resgatados, expiram (prazo de 24 meses) e/ou são cancelados. O reconhecimento da receita é baseado no número de pontos que foram resgatados em troca de prêmios, bem como quando são cancelados ou expiram, em relação ao número total que se espera que seja resgatado. Tal programa começou a operar efetivamente no primeiro trimestre de 2011, sendo o saldo do passivo registrado na conta de receitas a apropriar.

Grupo de Contact Center e Cobrança

Notas Explicativas

As receitas provenientes de serviços de telemarketing, atendimento ao consumidor e recuperação de crédito para outras entidades são prestados de acordo com os contratos onde o faturamento deve-se pelo tempo de conversação, por posição de atendimento (PAs), por desempenho ou por preço fixo.

As receitas de serviços de telemarketing e atendimento ao consumidor baseadas em tempo de conversação são faturadas com base nas horas faladas, enquanto as receitas baseadas em PAs são faturadas conforme a quantidade de PAs utilizadas pelo cliente.

Receitas provenientes de metas de desempenho (ex.: serviços de recuperação de crédito) são reconhecidas com base na taxa percentual acordada com o cliente sobre os créditos a cobrar dos seus consumidores. Após a confirmação, por parte do cliente, de que tais créditos foram recuperados, a receita é reconhecida.

Receitas auferidas com o desenvolvimento de softwares personalizados são reconhecidas tomando como referência o estágio de conclusão desse desenvolvimento, e também contemplam os serviços pós-venda.

Se for verificado que surgiram certas circunstâncias que possam vir a alterar as estimativas iniciais de receitas, custos ou extensão do progresso rumo à conclusão, as estimativas são revistas. Estas revisões podem resultar em aumentos ou reduções de custos e receitas estimadas, e são refletidas na receita do período em que as circunstâncias que dão origem à revisão tornam-se conhecidas pela Administração.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas, de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos e outras transações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social sobre os lucros corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. As controladas elaboram estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa de sua Administração, considerando a continuidade das empresas. O valor contábil do ativo fiscal diferido é reduzido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado. Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são

Notas Explicativas

mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual as controladas da Companhia esperam, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que as controladas irão cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar as controladas por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas são reconhecidas, já as subvenções que visam compensar o custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira adicional.

Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03 (R2) / IAS7 através do método indireto. A Companhia e suas controladas classificam na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Notas Explicativas

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita das controladas indiretas da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, as controladas indiretas dependem de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Com relação a controlada direta Iguatemi reconhece-se a receita pelo regime de competência, quando da efetiva prestação de serviços, independentemente do faturamento. As receitas de cessões de direitos a lojistas são diferidas e apropriadas ao resultado de acordo com a fruição do primeiro contrato de aluguel.

Com relação a controlada indireta Contax, os serviços de telemarketing, contact center e serviços de recuperação de créditos a outras empresas, são prestados com base em tempo de conversação, em posições de atendimento, por desempenho ou contrato com preço fixo.

A receita dos contratos de prestação de serviços com base em tempo de conversação é mensurada com base nas horas de conversação, ao passo que a receita com base em contrato de prestação de serviços é mensurada com base no número de posições de atendimento que foram utilizadas pelo cliente. A receita de metas de desempenho (ou seja, serviços de recuperação de crédito) é reconhecida com base na taxa percentual acordada com o cliente sobre os créditos recuperados e a confirmação do cliente de tais créditos recuperados.

Se surgirem certas circunstâncias que possam vir a alterar as estimativas iniciais de receitas, custos ou extensão do progresso feito em direção à conclusão, as estimativas são revistas. Essas revisões poderão resultar em aumentos ou reduções nas receitas ou custos estimados e são refletidas no resultado do período em que as circunstâncias que causaram a revisão se tornarem conhecidas pela Administração.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

Notas Explicativas

A Administração das controladas indiretas inclui na base de cálculo da provisão entidades governamentais, clientes corporativos e outros fornecedores de serviços de telecomunicações. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 16 e 17, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. As controladas indiretas revisam anualmente as vidas úteis desses ativos.

Redução do valor recuperável dos ativos de longa duração

A Companhia e suas controladas revisam e analisam a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos seus ativos, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade ("*impairment*") dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado. Os ativos de vida útil indefinida ("*goodwill*") são testados anualmente ou quando existirem indicativos de impairment, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.

Para as combinações de negócios ocorridas após a data de transição para o IFRS, foi aplicado o CPC 15 / IFRS 3 (R) e alocado ao custo da entidade adquirida, o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição. Esses ativos também são avaliados para fins de "*impairment*".

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia e suas controladas estabeleçam determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que as controladas da Companhia fornecem ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Provisões

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e cível, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota 23. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se

Notas Explicativas

baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis e decisões recentes, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

Mensuração ao valor justo da contraprestação contingente

A contraprestação contingente derivada de uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios. Se a contraprestação contingente for classificada como um derivativo e, portanto como um passivo financeiro, deve ser subsequentemente remensurada ao valor justo na data do balanço. O valor justo é baseado no fluxo de caixa descontado e as principais premissas consideram a probabilidade de atingimento de cada objetivo e do fator de desconto.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos a valor justo com base em estimativas de fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado. As estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. As utilizações de diferentes premissas para apuração do valor justo poderiam ter efeito material nos valores obtidos e não indicam necessariamente o montante de caixa que as controladas indiretas da Companhia receberiam ou pagariam no caso de liquidar essas transações.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

As controladas diretas e indiretas da Companhia reconhecem e liquidam os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRS. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), as controladas diretas e indiretas reconhecem os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

As controladas diretas e indiretas da Companhia revisam regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

Notas Explicativas

Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados das controladas indiretas da Companhia.

Sazonalidade

A Companhia e suas controladas não possuem operações sazonais relevantes.

(d) Novas normas, alterações e interpretações de normas

Normas que entraram em vigor em 2011, mas não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A adoção das IFRSs novas e revisadas que entraram em vigor em 2011 não impactou, individualmente ou no conjunto, os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior, no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.

Modificações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (como parte das Melhorias às IFRSs emitidas em 2010) - esclarecem que uma entidade pode optar por divulgar uma análise de outro resultado abrangente por item na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas (já adotada pelo CPC): IAS 24 (revisada em 2009) modificou dois aspectos: (a) IAS 24 (revisada em 2009) introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais; e (b) IAS 24 (revisada em 2009) alterou a definição de parte relacionada.

Modificações à IAS 32 - Classificação de Direitos: tratam da classificação de certos direitos denominados em uma moeda estrangeira como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.

Modificações à IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento - as modificações determinam, entre outros aspectos, quando as restituições ou reduções de contribuições futuras devem ser consideradas como disponíveis de acordo com o item 58 do IAS 19.

IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais - fornece orientação sobre como contabilizar a extinção de um passivo financeiro por meio da emissão de instrumentos patrimoniais.

Modificações à IFRS 3 - Combinações de Negócios - esclarece que a opção de avaliar participações minoritárias na data da aquisição estará disponível apenas no caso de participações minoritárias que representem participações minoritárias atuais que dêem a seus detentores direito à participação proporcional no acervo líquido da entidade em caso de liquidação. Todos os demais tipos de participações minoritárias são avaliados ao valor justo na data da aquisição, a menos que outras normas exijam que uma outra base de avaliação seja utilizada. Além disso, a IFRS 3 foi modificada para fornecer maiores orientações acerca da contabilização da compensação com base em ações detidas pelos empregados da adquirida.

Normas e interpretações que não entraram em vigor e ainda não foram adotadas

Notas Explicativas

Modificações à IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (i) - aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros. Essas alterações pretendem proporcionar maior transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas o transferente continua retendo um certo nível de exposição ao ativo. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (ii) - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecida em "Outros resultados abrangentes", a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em "Outros resultados abrangentes" resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (ii) - substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.

IFRS 11 - Acordos de Participação (ii) - substitui a IAS 31 - Participações em "*Joint Ventures*" e aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificado.

IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (ii) - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.

IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo (ii) - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo.

Modificações à IAS 1 - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (iii) - permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente em uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado; e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma.

IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados (ii) - alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.

IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas (ii) – refletem modificações da contabilização de participação não controladora (minoritária) e tratam principalmente da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à

Notas Explicativas

obtenção do controle, da contabilização de perda de controle de subsidiárias e da alocação de lucro ou prejuízo a participações controladoras e não controladoras em uma subsidiária.

IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e *"Joint Ventures"* (ii): As alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objetivo esclarecer: (i) que um investimento em uma associada deve ser tratado como um ativo único para efeitos dos testes de *"impairment"* de acordo com a IAS 36 - *"Impairment"* de Ativos; (ii) que qualquer perda por *"impairment"* a ser reconhecida não deverá ser alocada a ativos específicos (especificamente ao ágio); e (iii) que as reversões de *"impairment"* são registradas como um ajuste ao valor contábil da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente.

(i) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011.
(ii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
(iii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.

A Companhia e suas controladas estão avaliando os impactos dos pronunciamentos e procederá as alterações eventualmente pertinentes após os mesmos terem sido aprovados pelo CPC.

Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

Administração do risco financeiro

A Companhia e suas controladas estão expostas a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. Determinadas controladas usam de instrumentos financeiros derivativos para protegerem-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros da Oi ("Política") aprovada pelo seu Conselho de Administração formaliza a gestão de exposição a fatores de risco de mercado gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. De acordo com a Política, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo Oi. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de

Notas Explicativas

derivativos como "*swaps*", termo de moedas e opções. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação da Política, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, que reúne-se mensalmente, e atualmente é composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Assuntos Regulatórios, Diretor de Planejamento e Desempenho, Diretor Tributário, Diretor de Controladoria, Diretor de Tesouraria e acompanhado pelo Diretor de Auditoria Interna.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. Assim, podem existir instrumentos financeiros com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

(a) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos "*Swap"* e NDF foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para contratos em que as condições de contratação atuais são semelhantes àquelas em que os mesmos se originaram ou que não apresentam parâmetros para cotação ou contratação, os valores justos são semelhantes aos valores contábeis.

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("*nonperformance risk"*), incluindo o próprio crédito da companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível

Notas Explicativas

de "*input*" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os "*inputs*" são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela companhia.

Nível 2 — Os "*inputs*" são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "*inputs*" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "*inputs*" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os "*inputs*" inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses "*inputs*" representam as melhores estimativas da administração da companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia e suas controladas mensuram seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos e ativo financeiro disponível para venda pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares. O ativo financeiro disponível para venda é classificado como Nível 1.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2011 e de 2010. Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia:

			2011			
			Controladora		Consolidado	
	Mensuração Contábil	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo						
Equivalentes de caixa	Valor justo	Nível 2	305.760	305.760	3.161.782	3.161.782
Aplicações financeiras	Valor justo	Nível 2	-	-	397.761	397.761
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2	-	-	69.570	69.570
Contas a receber	Custo amortizado		6	6	1.106.605	1.106.605
Ativo financeiro disponível para venda (i)	Valor justo	Nível 1	-	-	109.540	109.540
Dividendos/JCP	Custo amortizado		35.819	35.819	5.915	5.915
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado		188	188	789.614	789.614
Empréstimos, financiamentos e debêntures						
Empréstimos, financiamentos e debêntures(*)	Custo amortizado		312.075	312.075	6.972.659	6.286.609

Notas Explicativas

Ações preferenciais resgatáveis (*)	Custo amortizado		-	-	174.075	174.075
Notas Promissórias	Custo amortizado		-	-	54.625	54.625
Usufruto de ações (*)	Custo amortizado		-	-	56.674	56.674
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2	36	-	61.938	61.938
Dividendos/JCP	Custo amortizado		19.823	19.823	106.748	106.748
Autorizações e concessões a pagar (**)	Custo amortizado		-	-	289.001	289.001
Ações bonificadas a resgatar	Custo amortizado		-	-	119.377	119.377

(*) As debêntures de emissão da controladas indiretas LF Tel e TNL, as ações preferenciais resgatáveis e o usufruto das ações não possuem mercado secundário para estimativa do valor justo.
(**) As autorizações e concessões a pagar não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

			2010			
			Controladora		Consolidado	
	Mensuração Contábil	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo						
Equivalentes de caixa	Valor justo	Nível 2	9	9	2.939.084	2.939.084
Aplicações financeiras	Valor justo	Nível 2	-	-	487.769	487.769
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2	-	-	14.621	14.621
Contas a receber	Custo amortizado		168	168	1.418.201	1.418.201
Dividendos/JCP	Custo amortizado		18.739	18.739	-	-
Debêntures a receber	Custo amortizado		11.371	11.371	11.371	11.371
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado		418	418	910.086	910.086
Empréstimos, financiamentos e debêntures						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (*)	Custo amortizado		335.705	335.705	8.355.721	6.425.730
Ações preferenciais resgatáveis (*)	Custo amortizado		-	-	288.563	288.563
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2	-	-	185.977	185.977
Dividendos/JCP	Custo amortizado		13.404	13.404	235.130	235.130
Autorizações e concessões a pagar (**)	Custo amortizado		-	-	464.686	464.686

(*) As debêntures de emissão da controladas indiretas LF Tel e TNL, as ações preferenciais resgatáveis e o usufruto das ações não possuem mercado secundário para estimativa do valor justo.
(**) As autorizações e concessões a pagar não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

(i) Em 4 de março de 2011, a controlada indireta TMAR deu início ao processo de aquisição de participação acionária na PT - Portugal Telecom através de assinatura de contrato de compra e venda de ações a termo com o Barclays. Em 28 de março de 2011, o Barclays transferiu à controlada indireta TMAR 26.895.360 ações que representam 3% do capital social da PT.

Em 19 de abril de 2011 a controlada indireta TMAR adquiriu mais 35.860.500 ações junto ao Citibank correspondentes a 4% do capital social da PT.

Em 6 de junho de 2011, o Barclays transferiu à controlada indireta TMAR mais 1.801.706 ações da PT, representativas de 0,4% do capital social desta.

Notas Explicativas

Até 31 de dezembro de 2011, a controlada indireta TMAR detém 7,4% do capital social da PT, tendo pago montante total de R$1.366.910 (R$214.211 valor proporcional à participação da Companhia no Consolidado), já incluindo os custos de transação e impostos no valor total de R$157.735 (R$24.719 valor proporcional à participação da Companhia no Consolidado).

A Administração considera que (i) a participação da controlada indireta TMAR de 7,4% do capital social da PT e (ii) seus dois representantes nomeados em 6 de abril de 2011 no Conselho de Administração da PT não lhe conferem influência significativa nas políticas financeiras, operacionais e estratégicas da PT. Desta forma, a controlada indireta TMAR registrou o investimento, conforme requerido pelo CPC 38 / IAS 32 e 39, como ativo financeiro disponível para venda.

Até 31 de dezembro de 2011, a controlada indireta TMAR apurou desvalorização no valor justo das ações da PT e devido a relevância da perda apurada, bem como, em consonância com o CPC 38/IAS 32 e 39, a controlada indireta TMAR reconheceu em Despesas financeiras na rubrica “Desvalorização de ativo financeiro disponível para venda”, o montante da diferença entre o custo de aquisição e o valor justo das ações da PT em 31 de dezembro de 2011, no montante de R$667.926, sendo o montante líquido de tributos de R$440.831. A Companhia registrou perda de equivalência patrimonial para fazer face à sua participação indireta no montante de R$104.672.

(b) Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Na avaliação efetuada para fins de determinação do valor presente dos ativos e passivos mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar: todas as obrigações advindas das aquisições de autorizações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

(c) Risco de taxa de câmbio

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos em fundos de investimento, geridos exclusivamente para as controladas indiretas da Companhia, em “*time deposits”* e aplicações em carteira própria.

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos. Os ativos sujeitos a esse risco representam

Notas Explicativas

cerca de 7,39% (2010 – 14,23%) do total das disponibilidades consolidadas que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Adicionalmente, a controlada indireta TMAR possui ativo financeiro disponível para venda em moeda estrangeira referente a investimento em ações da Portugal Telecom.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

	Consolidado			
	2011		2010	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Equivalentes de caixa	227.327	227.327	396.017	396.017
Aplicações financeiras	35.820	35.820	91.472	91.472
Ativo financeiro disponível para venda	109.540	109.540	-	-

Passivos

Determinadas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos sujeitos a esse risco representam cerca de 19,5% (2010 – 20,6%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, são contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida consolidada em moeda estrangeira 96,2% (2010 – 91,0%) está coberta por operações de proteção nas modalidades "*swap*" cambial, termo em moeda, e aplicações em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item (a) acima.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo (vide Nota 7):

	Consolidado	
	2011	2010
Ganho/(perda) com *"swap"* cambial	15.507	(54.832)
Operações de termo e opção de moeda	19.632	(48.772)
	35.139	(103.604)

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

Derivativos Designados para Contabilidade de *"Hedge"*	Consolidado
	Valor justo

Notas Explicativas

			Valor de referência (nocional)		Valores a (pagar)/ a receber	
	Indexador	vencimento	2011	2010	2011	2010
Contratos de "swap crosscurrency" US$/R$ (i)						
Posição ativa	US$ 3,00% a 5,50%	nov/14 a out/20	265.843		270.610	
Posição passiva	% CDI 70,40% a 103,52%	nov/14 a out/20	(265.843)		(271.108)	
Valor líquido					**(497)**	
Contratos de "swap crosscurrency" US$/R$ Pré (ii)						
Posição ativa	US$ 5,50%	out/20	27.147		32.209	
Posição passiva	Pré 11,30%	out/20	(27.147)		(28.079)	
Valor líquido					**4.131**	
Contratos de "swap crosscurrency" US$/R$ (iii)						
Posição ativa	US$ Libor 6M 1,07% a 2,50%	fev/16 a ago/19	253.902		253.698	
Posição passiva	% CDI 90,30% a 109,54%	fev/16 a ago/19	(253.902)		(260.493)	
Valor líquido					**(6.794)**	

Contraparte:
(i) -Citibank, Deutsche, Goldman Sachs, ItaúBBA, JP Morgan, Merril Lynch, Morgan Stanley, Santander e Standart Bank.
(ii) -Morgan Stanley
(iii) -JP Morgan, Merril Lynch, Morgan Stanley, Santander, BNP Paribas e HSBC.

Derivativos Não Designados para Contabilidade de "*Hedge*" **Consolidado**

			Valor de referência (nocional)		Valores a (pagar)/ a receber	
	Indexador	Vencimento	2011	2010	2011	2010
Contratos de "swap crosscurrency" US$/R$ Pré (i)						
Posição ativa	US$ 5,50%	out/20	58.792	-	63.831	-
Posição passiva	Pré 11,00% a 12,82%	out/20	(58.792)	-	(61.241)	-
Valor líquido					**2.590**	
Contratos de "swap crosscurrency" US$/R$ (ii)						
Posição ativa	US$ 3,52% a 5,58%	fev/12 a fev/16	58.658	729.302	58.008	633.701
Posição passiva	%CDI 85,30% a 110,0%	fev/12 a fev/16	(58.658)	(729.302)	(68.239)	(761.745)
Valor líquido					**(10.231)**	**(128.043)**
Contratos de "swap crosscurrency" US$/R$ (iii)						
Posição ativa	%CDI 100,00%	fev/16	38.121	-	40.692	-
Posição passiva	US$ 4,13% a 4,68%	fev/16	(38.121)	-	(39.540)	-
Valor líquido					**1.151**	
Contratos de "swap crosscurrency" Iene/R$ (iv)						
Posição ativa	Iene Libor 6M 0,48% + Iene + 1,9%	jan/11 a set/17	-	77.581	-	71.534
Posição passiva	%CDI 85% a 97%	jan/11 a set/17	-	(77.581)	-	(92.127)
Valor líquido						**(20.593)**
Contratos de "swap crosscurrency" Iene/US$ (v)						
Posição ativa	Iene Libor 6M + 1,25%	jan/11	-	2.281	-	1.094
Posição passiva	US Libor 6M + 3,59%	jan/11	-	(2.281)	-	(51)

Notas Explicativas

Valor líquido	**1.044**

Contraparte:
(i) - Morgan Stanley
(ii) - Votorantim, Itaú BBA, Citibank, Deutsche e Santander
(iii) - Merril Lynch
(iv) - Santander
(v) - Goldman Sachs

A fim de garantir o cumprimento de obrigações financeiras de certas operações de "*swap"*, a controlada indireta TMAR pode vir a ter que ceder títulos fiduciariamente às suas contrapartes. No encerramento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a TMAR não possuía garantias depositadas a favor de suas contrapartes.

Contratos de "*cross currency swap*" (*"plain vanilla"*)

US$/R$: A controlada indireta TNL e suas controladas contrataram operações de "*swap*" cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em dólar. Nestes contratos, a controlada indireta TNL possui posição ativa em dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e posição passiva em percentual do CDI ou taxa pré-fixada. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está na variação cambial do dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em dólar.

R$/US$: A controlada indireta TMAR contratou operações de *"swap"* cambial para reverter contratos de *"swap"*. Nestes contratos, a controlada indireta TMAR possui posição passiva em dólar acrescida de taxa pré-fixada e posição ativa em percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos está na variação cambial do dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos dos *"swaps"* em dólar revertidos.

Iene/R$: As controladas indiretas TNL e TMAR contrataram operações de *"swap"* cambial para proteção do pagamento de dívidas contratadas em Iene. Nestes contratos, as controladas indiretas TNL e a TMAR possuíam posição ativa em Iene acrescida de LIBOR japonesa mais taxa pré-fixada, enquanto a posição passiva é indexada a um percentual do CDI. No dia 22 de agosto de 2011, a dívida contratada pela controlada indireta TMAR em Iene com o JBIC – "*Japan Bank for International Corporation*" foi antecipadamente liquidada. Em razão disso, a controlada indireta TMAR não possui mais *"swap"* em Iene.

Valores dos instrumentos financeiros derivativos NDF resumidos a seguir:

				Consolidado			
				Valor de referência (nocional)		Valor justo Valores a (pagar) / a receber	
	Indexador	Forward	Vencimento	2011	2010	2011	2010
Contratos de "Non Delivery Forward" US$/R$ (NDF) (i)	US$	1,6419 a 1,9415	jan/12 a abr/12				
Posição Líquida				169.856	515.814	14.888	(20.426)
Contratos de "Non Delivery Forward" US$/R$ (NDF) (iii)	US$	2,3018 a 2,5334	jan/12 a jul/12				
Posição Líquida				323.719	-	4.211	-

Notas Explicativas

Contraparte:
(i) - Barclays, Citibank, Goldman Sachs, HSBC, Itaúbba, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander.
(ii) - BNP Paribas, Deutsche, Goldman Sachs, HSBC, Itaúbba, Merril Lynch, Santander.

Contratos de NDF "*Non Deliverable Forward*"

US$/R$: A controlada indireta TMAR contratou operações de compra de dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra suas dívidas em Dólar. No intuito de alongar o período de proteção, a controlada indireta TMAR poderá rolar tais instrumentos, através da venda de USD para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de USD para posições mais longas.

A controlada indireta BrT contratou operações de venda de dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma valorização do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra o seu caixa, mantido no mercado externo em dólar antes da internalização dos recursos do *"Senior Notes"* lançado em 15 de setembro de 2011.

EURO/R$: A controlada indireta TMAR contratou operações de compra de euro futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra suas dívidas em Euros. No intuito de alongar o período de proteção, a controlada indireta TMAR poderá rolar tais instrumentos, através da venda de EURO para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de EURO para posições mais longas.

Análise de sensibilidade de risco cambial

Grupo de Telecomunicações

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de dezembro de 2011. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Cenários de taxas de câmbio			
Descrição	**Taxa**		**Desvalorização**
	2011	**2010**	
Cenário Provável			
Dólar	1,8758	1,6662	0%
Iene		0,020500	0%
Cesta de Moedas		0,032718	0%
Euro	2,4342	2,2280	0%
Cenário Possível			
Dólar	2,3448	2,0828	25%
Iene		0,025625	25%
Cesta de Moedas		0,040898	25%
Euro	3,0428	2,7850	25%
Cenário Remoto			

Notas Explicativas

Dólar	2,8137	2,4993	50%
Iene		0,03075	50%
Cesta de Moedas		0,049077	50%
Euro	3,6513	3,3420	50%

Em 31 de dezembro de 2011, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento deste exercício e nas taxas de câmbio apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. O impacto das desvalorizações hipotéticas do Real frente a outras moedas pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de desvalorização. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente dos passivos.

Os efeitos de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Administração, estão demonstrados na tabela a seguir:

						Consolidado 2011
Descrição	**Risco individual**	**Até 1 ano**	**1 a 3 anos**	**3 a 5 anos**	**Maiores que 5 anos**	**Total**
Cenário Provável						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	125.374	244.595	305.902	787.569	1.463.440
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(264.518)	(157.185)	(131.706)	(389.098)	(942.507)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(263.147)	-	-	-	(263.147)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	7.331	14.663	14.663	293.432	330.089
Derivativos (Posição líquida - Euro)	Queda do Euro	(286.101)	-	-	-	(286.101)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(681.062)**	**102.072**	**188.860**	**691.904**	**301.774**
Cenário Possível						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	156.717	305.743	382.378	984.461	1.829.300
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(330.648)	(196.481)	(164.632)	(486.372)	(1.178.134)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(328.934)	-	-	-	(328.934)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	9.164	18.328	18.328	366.790	412.611
Derivativos (Posição líquida - Euro)	Queda do Euro	(357.626)	-	-	-	(357.626)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(851.327)**	**127.590**	**236.074**	**864.879**	**377.217**
Cenário Remoto						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	188.060	366.892	458.854	1.181.354	2.195.160
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(396.778)	(235.778)	(197.558)	(583.647)	(1.413.761)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(394.720)	-	-	-	(394.720)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	10.997	21.994	21.994	440.148	495.134
Derivativos (Posição líquida - Euro)	Queda do Euro	(429.151)	-	-	-	(429.151)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(1.021.592)**	**153.109**	**283.289**	**1.037.855**	**452.661**
Impactos						

Notas Explicativas

Cenário Possível - Cenário Provável	**(170.265)**	**25.518**	**47.215**	**172.976**	**75.444**
Dólar	(100.573)	21.852	43.549	99.618	64.447
Euro	(69.692)	3.666	3.666	73.358	10.997
Cenário Remoto - Cenário Provável	**(340.531)**	**51.036**	**94.430**	**345.952**	**150.887**
Dólar	(201.146)	43.705	87.098	199.236	128.893
Euro	(139.385)	7.331	7.331	146.716	21.994

O impacto no valor justo dos instrumentos financeiros sujeitos a risco de taxa de câmbio, nos cenários estimados, encontra-se apresentado abaixo:

Exposição cambial sobre:		**Consolidado**
Descrição	**Risco**	**Saldo em 2011**
Cenário Provável		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.133.275
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(818.145)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(263.147)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	286.788
Derivativos (Posição líquida - Euro)	Queda do Euro	(284.527)
Investimentos em Ações	Queda do Euro	(109.539)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(55.295)**
Cenário Possível		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.416.594
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.022.682)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(328.934)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	358.485
Derivativos (Posição líquida - Euro)	Queda do Euro	(355.659)
Investimentos em Ações	Queda do Euro	(136.924)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(69.119)**
Cenário Remoto		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.699.913
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.227.218)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(394.720)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	430.182
Derivativos (Posição líquida - Euro)	Queda do Euro	(426.791)
Investimentos em Ações	Queda do Euro	(164.309)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(82.943)**
Impactos estimados ao valor justo dos instrumentos financeiros		
Cenário Possível - Cenário Provável		**(13.824)**
Dólar		12.996
Euro		(26.820)

Notas Explicativas

Cenário Remoto - Cenário Provável	**(27.648)**
Dólar	25.991
Euro	(53.639)

Exposição cambial sobre:		**Consolidado**
Descrição	**Risco**	**Saldo em 2010**
Cenário Provável		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.273.314
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.096.804)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(148.364)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	172.682
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(72.627)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	2.179
Dívidas em Euro	Alta do Euro	365.989
Caixa em Euro	Queda do Euro	(359.684)
Total vinculado a taxas de câmbio		**136.685**
Cenário Possível		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.591.642
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.371.004)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(185.455)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	215.852
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(90.784)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	2.723
Dívidas em Euro	Alta do Euro	457.486
Caixa em Euro	Queda do Euro	(449.605)
Total vinculado a taxas de câmbio		**170.855**
Cenário Remoto		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.909.970
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.645.205)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(222.546)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	259.023
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(108.941)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	3.268
Dívidas em Euro	Alta do Euro	548.983
Caixa em Euro	Queda do Euro	(539.526)
Total vinculado a taxas de câmbio		**205.026**

Impactos estimados ao valor justo dos instrumentos financeiros

Cenário Possível - Cenário Provável	**34.170**
Dólar	7.036
Iene	25.013
Cesta	545

Notas Explicativas

Euro	1.576
Cenário Remoto - Cenário Provável	**68.341**
Dólar	14.073
Iene	50.027
Cesta	1.089
Euro	3.152

Grupo de Contact Center e Cobrança

Em 31 de dezembro de 2011, a Administração estimou cenários para as transações que envolvem exposições à variação cambial (basicamente empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras), com base nas expectativas do mercado divulgadas em 16 de março de 2012, pelo BACEN, por meio do Relatório de Mercado Focus, os cenários prováveis para o dólar norte-americano no ano de 2012 respectivamente. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente.

	Consolidado		
Operação	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Empréstimos em moedas estrangeiras	11.273	11.273	11.273
Taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2011	1,8758	1,8758	1,8758
Taxa de câmbio estimada para 2012	1,7500	2,1875	2,625
Efeito acumulado no resultado e patrimônio líquido:			
Redução	-	1.873	4.502
Aumento	756	-	-

(d) Risco de taxa de juros

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos em fundos de investimento, geridos exclusivamente para a Companhia e suas controladas, aplicações em carteira própria em títulos privados (CDB's pós-fixados) emitidos por instituições financeiras de primeira linha, LFT's – Letras Financeiras do Tesouro, operações compromissadas, entre outras.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, consequentemente, na remuneração desses ativos.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

	Controladora	
	2011	
	Valor Contábil	**Valor Justo**
Ativo		
Equivalentes de caixa	305.747	305.747

Notas Explicativas

	305.747	**305.747**

	Consolidado			
	2011		2010	
	Valor Contábil	**Valor Justo**	**Valor Contábil**	**Valor Justo**
Ativo				
Equivalentes de caixa	2.847.724	2.847.724	2.416.258	2.416.258
Aplicações financeiras	361.941	361.941	396.297	396.297
	3.209.665	**3.209.665**	**2.812.555**	**2.812.555**

Passivos

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP, IPCA ou no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais. Determinadas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros, da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares dos Estados Unidos da América e das taxas de juros variáveis do BNDES no caso da dívida expressa em Cesta de Moedas do BNDES. De forma a reduzir a exposição à taxa LIBOR, a determinadas controladas possuem operações de "*swap*" que alteram as taxas de LIBOR para taxas fixas e CDI mais "*spread*" para percentual do CDI.

Em 31 de dezembro de 2011, aproximadamente 74,5% (2010 – 78,4%) da dívida consolidada contratada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 77,4% (2010 – 83,1%) da dívida consolidada estava sujeita a taxas de juros flutuantes. A exposição mais relevante a taxa de juros para o endividamento consolidado após operações de "*hedge*" é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de "*hedge*". Porém, como o caixa consolidado está aplicado principalmente em títulos atrelados a variação do CDI, a exposição líquida ao CDI no circulante não constitui um risco material para a Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo: (vide Nota 7).

	Consolidado	
	2011	**2010**
Ganho/(perda) com *"swap"* taxa de juros e ações	(2.266)	(5.923)
	(2.266)	(5.923)

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das taxas de juros flutuantes da dívida estão resumidos a seguir:

Derivativos Designados para Contabilidade de "*Hedge*"				Consolidado	
				Valor Justo	
				Valor de referência (nocional)	**Valores a (pagar)/ a receber**
	Indexador	**Vencimento**		**2011**	**2011**
Contratos de "swap" US$ LIBOR/Pré (i)					

Notas Explicativas

Posição ativa	US$ Libor 6M 0,80%	fev/12 a jul/15	37.954	37.310
Posição passiva	US$ 3,62% a 4,04%	fev/12 a jul/15	(37.954)	(38.961)
Valor líquido				**(1.651)**
Contratos de "swap" Pré/DI (ii)				
Posição ativa	Pré 11,30%	out/20	27.147	28.079
Posição passiva	%DI 103,35%	out/20	(27.147)	(28.232)
Valor líquido				**(153)**

Contraparte:
(i) - Citibank, Goldman Sachs, Itaúbba.
(ii) - Morgan Stanley

Derivativos Não Designados para Contabilidade de "*Hedge*" **Consolidado**

			Valor de referência (nocional)		Valor Justo: Valores a (pagar)/ a receber	
	Indexador	**Vencimento**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
Contratos de "swap" taxa US$ LIBOR/Pré (i)						
Posição ativa	US$ Libor 6M 2,50%	out/12 a jun/16	239.765	94.619	227.513	94.049
Posição passiva	US$ 0,55% a 5,04%	out/12 a jun/16	(239.765)	(94.619)	(229.422)	(97.544)
Valor líquido					**(1.909)**	**(3.495)**
Contratos de "swap" taxa CDI + "spread" /CDI/Pré (ii)						
Posição ativa	CDI 0,55%	mar/13	42.312	59.010	44.173	61.758
Posição passiva	% CDI 103,80%	mar/13	(42.312)	(59.010)	(44.065)	(61.597)
Valor líquido					**108**	**160**
Contratos de "swap" taxa Pré/DI (iii)						
Posição ativa	Pré 11,00% a 12,82%	out/20	58.792	-	61.241	-
Posição passiva	%CDI 99,70% a 102,50%	out/20	(58.792)	-	(59.413)	-
Valor líquido					**1.828**	**-**

Contraparte:
(i) - Citibank , Merril Lynch, Société Generale.
(ii) - Citibank..
(iii) - Morgan Stanley, Merril Lynch..

Contratos de "*swap*"

US$ LIBOR/ US$ Pré: A controlada indireta TNL e suas controladas contrataram operações de "*swap*" de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a controlada indireta TNL possui posição ativa em LIBOR de Dólar e posição passiva em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar, indexadas a LIBOR.

Notas Explicativas

CDI + *"Spread"*/CDI: A controlada indireta TMAR, contratou operação de "*swap*" de taxas de juros para proteger os pagamentos das debêntures contratadas em Reais com taxa do CDI mais "*spread*". Neste contrato, a controlada indireta TMAR possui posição ativa em CDI mais "*spread*" e posição passiva em percentual do CDI.

R$ Pré/CDI: A controlada indireta TMAR, contratou operações de *"swap"* de taxa de juros para conversão de uma posição de *"swap"* cambial passivo pré-fixado em R$ para passivo em % DI. Esta operação visa trocar o lastro cambial de determinada dívida em US$ para uma posição flutuante em DI, anulando o efeito da ponta pré-fixada presente na estrutura.

Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI, IPCA, TJLP e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Cenários de Taxas de juros											
2011											
Cenário provável				Cenário possível				Cenário remoto			
CDI	IPCA	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	IPCA	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	IPCA	TJLP	USD LIBOR 6M
10,87%	6,35%	6,0%	0,81%	13,59%	7,94%	7,50%	1,01%	16,31%	9,52%	9,0%	1,22%

Cenários de Taxas de juros															
2010															
Cenário provável					Cenário possível					Cenário remoto					
CDI	IPCA	TJLP	IENE LIBOR 6M	USD LIBOR 6M	CDI	IPCA	TJLP	IENE LIBOR 6M	USD LIBOR 6M	CDI	IPCA	TJLP	IENE LIBOR 6M	USD LIBOR 6M
10,64%	5,91%	6,00%	0,3475%	0,4559%	13,30%	7,39%	7,50%	0,4344%	0,5699%	15,96%	8,87%	9,00%	0,5213%	0,6839%

Em 31 de dezembro de 2011, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, IPCA, à TJLP e à LIBOR USD com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

O impacto das elevações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de elevação.

Notas Explicativas

Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da das controladas inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas. Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente a dos passivos financeiros, o impacto dos cenários sobre tais ativos não foi considerado. Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados na Nota 9.

Companhia

A Companhia possui empréstimo junto ao Banco Bradesco com custo financeiro de 109,8% a.a. CDI, A Companhia estimou seus custos financeiros com base nos cenários de variações da taxa CDI.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

		Controladora		
		2011		
Descrição	**Risco individual**	**Até 1 ano**	**De 1 a 3 anos**	**Total**
Cenário Provável				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	37.425	89.053	126.478
Total vinculado a taxas de juros		**37.425**	**89.053**	**126.478**
Cenário Possível				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	38.200	89.511	127.711
Total vinculado a taxas de juros		**38.200**	**89.511**	**127.711**
Cenário Remoto				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	38.958	89.960	128.918
Total vinculado a taxas de juros		**38.958**	**89.960**	**128.918**
Impactos				
Cenário Possível - Cenário Provável		**775**	**458**	**1.233**
CDI		775	458	1.233
Cenário Remoto - Cenário Provável		**1.533**	**907**	**2.440**
CDI		1.533	907	2.440

LF Tel

A controlada indireta LF Tel possui debêntures com custo financeiro de IPCA + 5% a.a. A controlada indireta LF Tel estimou cenários de variações da taxa IPCA.

Grupo de Telecomunicação

Notas Explicativas

A controlada indireta Telemar e suas controladas consideram que o risco de variações nas taxas de juros advém do seu passivo vinculado ao IPCA, à TJLP, à LIBOR USD e principalmente ao CDI. Sendo assim, o risco está associado à elevação dessas taxas.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados estão demonstrados na tabela a seguir:

		Consolidado				
		2011				
Descrição	**Risco Individual**	**Até 1 ano**	**De 1 a 3 anos**	**De 3 a 5 anos**	**Maiores que 5 anos**	**Total**
Cenário Provável						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	68.448	124.348	107.727	127.319	427.842
Dívida em CDI	Alta do CDI	275.626	441.819	247.962	136.754	1.102.162
Derivativos (Posição líquida - CDI)	Alta do CDI	63.251	113.726	90.249	93.751	360.976
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	80.347	93.354	45.222	14.984	233.907
Dívidas em U$ LIBOR	Alta da U$ LIBOR	11.941	18.280	9.804	2.716	42.741
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da U$ LIBOR	(6.911)	(9.642)	(4.953)	(1.894)	(23.399)
Total vinculado a taxa de juros		**492.702**	**781.886**	**496.010**	**373.630**	**2.144.229**
Cenário Possível						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	76.843	142.579	127.862	151.811	499.094
Dívida em CDI	Alta do CDI	315.876	519.569	301.619	167.129	1.304.193
Derivativos (Posição líquida - CDI)	Alta do CDI	73.908	139.599	111.576	116.493	441.577
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	82.599	106.057	57.184	29.747	275.588
Dívidas em U$ LIBOR	Alta da U$ LIBOR	12.152	18.977	10.186	2.841	44.156
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da U$ LIBOR	(7.078)	(10.201)	(5.252)	(1.980)	(24.510)
Total vinculado a taxa de juros		**554.300**	**916.580**	**603.176**	**466.042**	**2.540.098**
Cenário Remoto						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	85.303	161.669	149.748	179.353	576.073
Dívida em CDI	Alta do CDI	355.604	596.570	354.800	197.393	1.504.367
Derivativos (Posição líquida - CDI)	Alta do CDI	84.420	165.236	132.827	138.956	521.440
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	84.841	118.948	69.680	45.602	319.071
Dívidas em U$ LIBOR	Alta da U$ LIBOR	12.363	19.673	10.568	2.965	45.570
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da U$ LIBOR	(7.245)	(10.760)	(5.551)	(2.066)	(25.621)
Total vinculado a taxa de juros		**615.287**	**1.051.336**	**712.072**	**562.203**	**2.940.900**
Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros						
Cenário Possível - Cenário Provável		**61.599**	**134.694**	**107.166**	**92.411**	**395.870**
IPCA		8.395	18.230	20.135	24.491	71.252
CDI		50.907	103.623	74.985	53.118	282.632
TJLP		2.253	12.703	11.963	14.764	41.682
U$ LIBOR		44	138	83	38	304

Notas Explicativas

Cenário Remoto - Cenário Provável	**122.585**	**269.450**	**216.061**	**188.572**	**796.669**
IPCA	16.855	37.321	42.022	52.034	148.231
CDI	101.147	206.261	149.416	105.845	562.669
TJLP	4.494	25.593	24.458	30.618	85.163
U$ LIBOR	89	275	166	76	606

Grupo de Contact Center e Cobrança

A controlada indireta CTX e suas controladas mantêm parte substancial da sua dívida e de seu caixa e equivalentes de caixa indexadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2011, no consolidado, o caixa líquido negativo era de R$187.217, representado pelo valor do caixa e equivalentes de caixa, líquido de empréstimos e financiamentos em moeda nacional e estrangeira e arrendamentos mercantis. A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base em 16 de março de 2012, indicavam uma taxa mediana (Top 5) efetiva da Selic estimada em 9,0%, cenário provável para o ano de 2012, ante a taxa efetiva de 11,62% verificada em 31 de dezembro de 2011. Adicionalmente, a controlada indireta CTX e suas controladas efetuaram testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando deterioração da taxa em 25% ou 50% superiores ao cenário provável, conforme quadro abaixo:

		Consolidado	
Operação	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2011	11,62%	11,62%	11,62%
Dívida líquida em CDI (i)	(175.944)	(175.944)	(175.944)
Taxa anual estimada do CDI para 2012	9,00%	11,88%	14,25%
Efeito acumulado no resultado e patrimônio líquido:			
Redução	-	457	4.627
Aumento	4.610	-	-

(i) Em 31 de dezembro de 2011, a dívida líquida em CDI do Consolidado considera o montante de R$124.500 relativo à caixa, R$118.106 referentes a empréstimos e financiamentos, R$182.006 referentes a debêntures e notas promissórias e R$332 referentes a obrigações com arrendamento mercantil.

(e) Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes do Grupo de Telecomunicações não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

O risco de crédito em relação às contas a receber do Grupo de Contact Center e Cobrança é minimizado, substancialmente, em função do porte financeiro das empresas para as quais é prestado os serviços. Adicionalmente, monitora-se continuamente a posição de seus recebíveis, reavaliando, sempre que necessário, suas políticas de crédito, objetivando mitigar eventuais perdas. Sempre que

Notas Explicativas

necessário, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para os clientes inadimplentes e aplica procedimentos de cobrança e negociação de créditos vencidos.

A controlada direta Iguatemi e suas controladas consideram para avaliar a qualidade de créditos de potenciais clientes as seguintes premissas: o valor da garantia oferecida deve cobrir no mínimo 12 meses do custo de ocupação (aluguel, somando encargos comuns e fundos de promoção multiplicado por 12), as garantias aceitas (imóvel, carta fiança, seguro, etc.), a idoneidade de pessoas físicas e jurídicas envolvidas na locação (sócios; fiadores; caucionantes) e a utilização da empresa SERASA como referência para consultas.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "*ratings*" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

(f) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia e de suas controladas não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

Iguatemi

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da controlada direta Iguatemi pelos profissionais de finanças que monitoram continuamente a liquidez para assegurar que a controlada direta Iguatemi tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais.

Grupo de Telecomunicações

A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos e refinanciar dívidas.

As condições são atendidas com fluxo de caixa gerado internamente, dívidas de curto e longo prazos e financiamentos externos. Estas origens de recursos somadas à sua forte posição financeira continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

O grupo Oi possui linha de crédito rotativo, o que aumenta a liquidez no curto prazo e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. A linha de crédito rotativo foi contratada em novembro de 2011 junto a um sindicato composto por diversos bancos comerciais globais, conforme descrito na Nota 19 (e).

Grupo de Contact Center e Cobrança

Como política de gestão de ativos financeiros, a Administração procura permanentemente otimizar sua rentabilidade adequada a risco e, para tanto, são estabelecidos critérios e indicadores que demonstrem a adequação dos riscos de liquidez.

Notas Explicativas

(g) Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da TNL e suas controladas poderão configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

Os riscos de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos *"covenants"* financeiros atrelados às dívidas está detalhado na Nota 19, na seção "*Covenants*".

(h) Riscos contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25 / IAS 37. Provisões são as contingências consideradas como de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação. Os detalhes desses riscos estão apresentados na Nota 23.

(i) Risco de aspecto regulatório

Os riscos de aspecto regulatório dizem respeito à atividade do STFC – Serviço Telefônico Fixo Comutado, que representa o segmento mais expressivo exercido pelas controladas indiretas TMAR e BrT.

Embora a regulamentação dos serviços de telecomunicações em geral seja bastante abrangente, ela é ainda mais restritiva quando se trata dos serviços prestados no regime público, definido na LGT - Lei Geral das Telecomunicações, como é o caso do STFC. Em decorrência, grande parte dos riscos e obrigações regulatórias diz respeito a esse serviço, que tem grande relevância nas atividades das controladas indiretas TMAR e BrT.

Contratos de concessão

Estão em vigor contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pelas controladas indiretas TMAR e BrT junto à ANATEL, com abrangência no período compreendido entre 1 de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão, que prevêem revisões quinquenais, no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Entre outros pontos destacam-se:

(i) O ônus da concessão definido como 2% da receita anual líquida de tributos, paga a cada biênio, a partir do exercício social de 2006, cujo primeiro pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2007. Tal método de cálculo, no que diz respeito à competência, corresponde a 1% da receita líquida de tributos de cada exercício social;

(ii) A imposição de metas de universalização que poderão ser revistas a cada cinco anos, na forma prevista nos referidos contratos de concessão. A imposição de novas metas que impliquem em ônus adicionais para as controladas deverá ser sempre acompanhada da

Notas Explicativas

indicação de fontes de financiamento correspondentes. Em 30 de junho de 2011 as controladas indiretas TMAR e BrT firmaram junto à ANATEL e ao Ministério das Comunicações, a revisão dos contratos de concessão de STFC que serão imputadas para o período 2011 a 2015, para maiores detalhes vide Nota 30;

(iii) A possibilidade do Órgão Regulador impor planos alternativos de oferta obrigatória;

(iv) A introdução do direito do Órgão Regulador de intervir e modificar contratos da concessionária com terceiros;

(v) A inclusão dos bens da controladora, controlada, coligada e de terceiros, indispensáveis à concessão, como bens reversíveis;

(vi) A criação de conselho de usuários em cada concessão; e

(vii) As tarifas de uso de redes são definidas como um percentual da tarifa de público local e longa distância nacional, até a efetiva implantação de modelo de custos por serviço/modalidade, conforme previsto no PGR – Plano Geral de Atualização da Regulamentação.

(j) Risco referente ao desempenho das entidades adquiridas

Em decorrência das aquisições realizadas nos anos de 2011 e de 2010, existem contraprestações contingentes vinculadas ao desempenho das entidades adquiridas.

a) Ability

Pagamento de “earn out” (ganhos futuros condicionados) vinculado ao desempenho do EBTIDA a cada período anual, durante 3 anos, após a aquisição da entidade. O valor percentual do EBTIDA não poderá ser inferior a 70% da meta do EBTIDA estabelecida em contrato.

O primeiro earn-out foi calculado com base no resultado apurado de setembro de 2010 a agosto de 2011, gerando o primeiro pagamento da contraprestação no montante de R$5.136 (valor não proporcionalizado), em decorrência do atendimento de 75% da meta estabelecida. A primeira parcela foi quitada no dia 05 de outubro de 2011.

Com base nas projeções realizadas pela Administração do Grupo de Contact Center e Cobrança foi constatado que haverá earn-out a pagar nos próximos dois períodos a serem apurados, estando os valores devidamente provisionados em 31 de dezembro de 2011.

b) Grupo Allus

Está previsto em contrato de compra do Grupo Allus o pagamento de preço adicional com base em verificações anuais para os próximos 36 meses contados a partir de abril de 2012, referente a performance do EBITDA. Com base nas projeções realizadas pela Administração do Grupo de Contact Center e Cobrança foi constatado que haverá earn-out a pagar, estando os valores devidamente provisionados em 31 de dezembro de 2011

(k) Gestão de capital

A Companhia e suas controladas administram sua estrutura de capital de acordo com as melhores

Notas Explicativas

práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado da empresa, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia e suas controladas poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital da Companhia e suas controladas são: Dívida Bruta sobre o *EBITDA* acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos e contribuições, depreciações e amortizações), Dívida líquida (dívida total menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o *EBITDA* acumulado nos últimos 12 meses e índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/*EBITDA*..... entre 2x e 4x
Dívida Líquida/*EBITDA*..... entre 1,4 x e 2x
Índice de cobertura de juros (*) ..... maior que 1,75
(*) Mede a capacidade da Companhia e suas controladas em cobrir suas obrigações futuras de juros.

4 RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Receita bruta de vendas e/ ou serviços	2.461	2.049	7.716.065	10.839.086
Deduções da receita bruta				
Tributos	(349)	(291)	(1.665.827)	(2.436.482)
Outras deduções	-	-	(926.875)	(1.233.124)
	(349)	(291)	(2.592.702)	(3.669.606)
Receita de vendas e/ ou serviços	**2.112**	**1.758**	**5.123.363**	**7.169.480**

5 DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. O detalhamento das despesas por natureza está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Despesas por natureza	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
Depreciação e amortização	-	-	(977.058)	(1.455.983)
Pessoal	(6.118)	(3.990)	(844.899)	(767.498)
Interconexão	-	-	(728.903)	(1.108.188)
Serviços de terceiros	(948)	(900)	(662.738)	(1.078.720)
Serviço de manutenção da rede	-	-	(346.507)	(440.608)

Notas Explicativas

Aluguéis e seguros	-	(17)	(288.619)	(355.486)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(146.660)	(204.220)
Fistel	-	-	(105.598)	(141.852)
Publicidade e propaganda	-	-	(90.768)	(126.671)
Custos de aparelhos e outros	-	-	(36.386)	(32.611)
Materiais	-	-	(29.977)	(47.039)
Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão – ANATEL	-	-	(18.680)	(34.446)
Outros custos e despesas	(9.180)	(8.515)	(105.895)	(119.198)
	(16.246)	**(13.422)**	**(4.382.688)**	**(5.912.520)**

	Controladora		Consolidado	
Classificadas como:	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(1.212)	(1.566)	(3.242.492)	(4.123.522)
Despesas com vendas	-	-	(615.359)	(1.074.099)
Despesas gerais e administrativas	(15.034)	(11.856)	(524.837)	(714.899)
	(16.246)	**(13.422)**	**(4.382.688)**	**(5.912.520)**

6 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Outras receitas operacionais	Controladora		Consolidado	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Receita na alienação de ativos tangíveis e intangíveis (i)	-	436	1.056.205	14.000
Despesas recuperadas (ii)	343	-	106.886	98.242
Aluguéis de infraestrutura	-	-	62.764	71.004
Dividendos prescritos	-	-	28.675	7.492
Multas aplicadas sobre contas vencidas	-	-	36.931	55.739
Serviços técnicos administrativos	-	-	19.125	25.585
Provisões/reversões para perdas em processos judiciais	-	-	4.379	4.090
Ganho na equivalência patrimonial	-	-	33.143	-
Outras receitas	230	-	75.874	53.108
	573	**436**	**1.423.982**	**329.260**

	Controladora		Consolidado	
Outras despesas operacionais	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
Tributos	-	-	(184.573)	(182.456)
Provisões / reversões	(1.241)	(2.628)	(123.554)	(194.852)
Participação dos empregados no resultado	(753)	(490)	(24.861)	(77.802)
Custo na alienação de ativos tangíveis e intangíveis	-	-	(21.216)	(32.513)
Descontos concedidos	-	-	(10.441)	(13.164)
Despesas com multas	-	-	(9.865)	(5.563)
Despesas com cobrança	-	-	(7.506)	(16.484)
Baixa de valor contábil - ágio Paggo	-	-	(5.675)	-
Remunerações baseadas em ações	-	-	(4.378)	(3.895)
Outras despesas	-	85	(82.519)	(39.641)

Notas Explicativas

(1.994)	**(3.033)**	**(474.588)**	**(566.370)**

(i) Representado substancialmente pela transação mencionada na Nota 1(h).

(ii) O saldo de 2011 inclui o reconhecimento da recuperação de gastos com benefícios pós-emprego (planos de aposentadoria) relacionados ao fundo de pensão superavitário PBS-A administrado pela Sistel, da controladas indiretas TMAR e BrT, no valor de R$354 milhões (valor não proporcionalizado) no consolidado, cuja contrapartida está na rubrica "Ativos relacionados aos fundos de pensão".

7 RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras	**Controladora**		**Consolidado**	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Rendimentos de aplicações financeiras	29.509	-	327.588	286.659
Juros e variações monetárias sobre outros ativos (i)	1.134	1.553	112.797	165.298
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	-	-	37.198	-
Dividendos recebidos (ii)	-	-	35.349	-
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de empresas ligadas	12.526	11.758	16.487	20.718
Descontos financeiros obtidos	-	-	14.997	9.364
Recuperação de despesas	-	-	8	47.469
Juros sobre debêntures	9.796	27.530	-	-
Outros	289	108	2.526	3.460
	53.254	**40.949**	**546.950**	**532.968**

Despesas financeiras	**Controladora**		**Consolidado**	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(35.576)	(28.115)	(298.298)	(460.128)
Juros sobre debêntures	-	-	(235.131)	(286.282)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos (i)	(1.922)	(28)	(190.118)	(129.820)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(662)	(4.437)	(156.257)	49.248
Desvalorização com ativo financeiro disponível para venda (iii)	-	-	(104.672)	-
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(1.759)	(1.756)	(69.766)	(80.217)
Atualização monetária de provisões	-	-	(62.471)	(95.566)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	-	-	(27.607)	(18.513)
Atualização monetária e dividendos fixos sobre ações preferenciais resgatáveis	-	-	(20.103)	(29.074)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a empresas ligadas	-	-	(6.744)	(3.544)
Juros sobre usufruto de ações	-	-	(5.272)	-
Juros sobre dividendos e capital próprio	-	-	(336)	-
Arrendamento	-	-	(655)	(501)
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	-	-	-	(7.160)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(36)	-	32.873	(109.527)
Outros	(212)	(237)	(33.180)	(14.771)
	(40.167)	**(34.573)**	**(1.177.737)**	**(1.185.855)**
	13.087	**6.376**	**(630.787)**	**(652.887)**

Notas Explicativas

(i) No primeiro trimestre de 2011 a controlada indireta BrT revisou a estimativa de atualização monetária sobre depósitos judiciais, resultando em uma reversão de receita na conta Juros e variações monetárias sobre outros ativos referentes à atualização monetária cujo montante no consolidado representa R$31 milhões (incluído no item (i) na Tabela).

Adicionalmente de acordo com a Nota 23, em razão da revisão da avaliação da probabilidade de perdas em disputas judiciais relacionadas a tributos incluídos em programas de refinanciamento, foi reconhecido em Juros e variações monetárias sobre outros ativos, uma receita cujo montante no consolidado é de R$15 milhões e em Juros e variações monetárias sobre outros passivos, a despesa consolidada representa o montante de R$50 milhões.

(ii) Em 2 de junho de 2011 a controlada indireta TMAR recebeu dividendos da PT de € 1,30, por ação, perfazendo o montante de € 81.583mil equivalentes a R$187.836 (R$29.436 proporcional à participação indireta detida pela Companhia); em 31 de dezembro de 2011 controlada indireta LF Tel registrou dividendos referente seu investimento direto na TMAR da parcela desproporcional à sua participação frente aos dividendos declarados pela TMAR às ações preferenciais no montante de R$9.098 (R$5.913 proporcional à participação indireta detida pela Companhia) (incluído no item (ii) na tabela).

(iii) Vide Nota 3(a), item (i).

8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes**:**

	Controladora		Consolidado	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Tributos correntes	(3.907)	(2.909)	(177.572)	(191.773)
Tributos diferidos	-	-	120.737	169.824
Total	**(3.907)**	**(2.909)**	**(56.835)**	**(21.949)**

	Controladora		Consolidado	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Resultado antes dos impostos e das participações	782.543	9.076	1.051.356	366.963
Resultado das empresas não sujeitas ao cálculo de IR/CSLL		-	(2.074)	611
Total do resultado tributável	782.543	9.076	1.049.282	367.574
IRPJ e CSLL sobre o resultado tributável (15%+10%+9%)	(266.065)	(3.086)	(356.756)	(124.975)

Notas Explicativas

Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Efeito tributário sobre exclusões (adições) permanentes (ii)	(442)	(39)	293.875	13.982
Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio	(5.569)	(5.934)	4.614	20.914
Exclusão (adição) permanente do resultado de equivalência patrimonial	266.904	5.767	(2.695)	-
Ativo fiscal diferido não constituído (iii)		2.943	(31.726)	(42.272)
Ativo fiscal diferido constituído (iv)	-	-	4.325	57.741
Baixa de ativo fiscal diferido relacionado a reestruturação societária	-	-	(24.959)	-
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	-	-	20.307	27.741
Compensação de prejuízos e base negativa de CS	1.689	-	14.982	6.883
Outros	(424)	(2.560)	21.198	18.037
Efeito de IRPJ e CSLL na demonstração de resultado	(3.907)	(2.909)	(56.835)	(21.949)
Alíquota efetiva	0,50%	32,05%	5,42%	5,97%

(i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado pela aplicação da Lei nº 11.638/2007. O referido benefício fiscal é obtido após a obtenção de Laudo Constitutivo emitido pela SUDENE, depois de atendidas as exigências do referido órgão competente; entretanto, o laudo não prevê exigências adicionais cujo não cumprimento possa acarretar a perda do benefício fiscal antes do prazo final que se encerra em dezembro de 2013.

(ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, incentivos fiscais, patrocínios, anistia de juros e multa sobre programas de refinanciamento fiscal, prescrição de dividendos, receita de usufruto de ações, despesas de atualização monetária e dividendos fixos sobre as ações resgatáveis.

(iii) Resultado da Companhia e de controladas que não constituem IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, por não apresentarem expectativa de realização, bem como da controlada indireta TNL em virtude do processo de reestruturação societária.

(iv) Refere-se substancialmente ao registro de tributos diferidos da controlada indireta TMAR após a revisão das projeções de resultados indicarem a recuperabilidade dos valores.

As Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2011 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

9 CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

Notas Explicativas

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Caixa	13	9	86.731	126.809
Equivalentes de caixa	305.747	-	3.075.051	2.812.275
Total	**305.760**	**9**	**3.161.782**	**2.939.084**

	Controladora	Consolidado	
	2011	2011	2010
Fundos de investimentos exclusivos	305.747	2.628.651	1.940.106
CDB – Certificado de Depósito Bancário	-	232.462	419.165
Time Deposits	-	178.860	359.684
Nota de Cupom Cambial	-	23.944	34.490
Operações compromissadas	-	945	41.866
Outros	-	10.189	16.964
Equivalentes de caixa	**305.747**	**3.075.051**	**2.812.275**

(b) Aplicações financeiras

	Consolidado	
	2011	2010
Fundos de investimento exclusivos	332.284	400.203
Títulos privados	38.850	71.159
Outras aplicações	26.627	16.407
Aplicações financeiras	**397.761**	**487.769**
Circulante	360.227	469.375
Não circulante	37.534	18.394

(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

	Consolidado	
	2011	2010
Títulos privados	1.284.295	620.644
Operações compromissadas	763.364	1.256.199
CDB – Certificado de Depósito Bancário	550.478	58.078
Time Deposits	13.750	-
Outros	16.764	5.185
Títulos classificados em equivalentes de caixa	**2.628.651**	**1.940.106**
Títulos públicos	286.856	296.709
CDB – Certificado de Depósito Bancário	9.656	12.020

Notas Explicativas

Bonds	186	47.929
Time Deposits	35.586	43.545
Títulos classificados em aplicações financeiras	**332.284**	**400.203**
Fundos de investimentos exclusivos	**2.960.935**	**2.340.309**

A Companhia e certas controladas direta e indiretamente possuem aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como "*benchmark*", o CDI no Brasil e a LIBOR no Exterior.

10 CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Serviços faturados	6	168	741.290	1.029.190
Serviços a faturar	-	-	336.426	435.748
Aluguéis a receber	-	-	57.396	66.408
Co-participação a receber	-	-	25.858	3.339
Aparelhos e acessórios vendidos	-	-	55.789	63.534
Venda de imóveis	-	-	46.650	30.403
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(156.804)	(210.421)
Total	**6**	**168**	**1.106.605**	**1.418.201**
Circulante	6	168	1.077.659	1.397.420
Não circulante	-	-	28.946	20.781

A composição por idade dos valores a receber consolidado é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	2011	**%**	**2010**	**%**
A faturar	336.426	26,6%	435.748	26,8%
A vencer	517.040	40,9%	649.051	39,9%
A receber de outros provedores	129.021	10,2%	149.736	9,2%
Vencidas até 60 dias	163.331	12,9%	233.473	14,3%
Vencidas de 61 a 90 dias	26.074	2,1%	36.350	2,2%
Vencidas de 91 a 120 dias	23.890	1,9%	29.403	1,8%
Vencidas de 121 a 150 dias	20.713	1,6%	26.073	1,6%
Vencidas de 151 a 180 dias	46.914	3,8%	68.788	4,2%
Total	**1.263.409**	**100%**	**1.628.622**	**100%**

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes consolidada são as seguintes:

	Consolidado
Saldo em 01/01/2010	**(214.931)**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(213.989)

Notas Explicativas

Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	218.499
Saldo em 2010	**(210.421)**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(89.496)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	143.113
Saldo em 2011	**(156.804)**

11 TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	Controladora		Consolidado	
	Ativo		Ativo	
	2011	2010	2011	2010
Tributos correntes a recuperar				
Impostos retidos na fonte- IR/CS	-	-	95.642	84.539
IR a recuperar (i)	4.291	519	49.803	122.556
CS a recuperar (i)	-	-	9.197	52.840
Outros tributos correntes	-	-	57.366	2.142
	4.291	**519**	**212.008**	**262.077**
Tributos diferidos a recuperar				
IR - sobre diferenças temporárias (ii)	-	-	468.343	616.754
IR sobre prejuízos fiscais (ii)	-	-	194.541	247.604
CS sobre diferenças temporárias (ii)	-	-	145.388	191.380
CS sobre base negativa (ii)	-	-	85.613	109.771
Provisão para perdas no valor recuperável de impostos e contribuições (ii)	-	-	(827)	(1.160)
Outros tributos diferidos (iii)	-	-	57.119	102.030
	-	**-**	**950.177**	**1.266.379**
Circulante	4.291	519	212.008	262.077
Não circulante	-	-	950.177	1.266.379
Adições temporárias por natureza:				
Provisões	-	-	345.642	467.811
Provisões para crédito de liquidação duvidosa	-	-	98.076	129.944
Provisão para cobertura insuficiência atuarial	-	-	33.236	48.519
Variação cambial	-	-	29.828	21.853
Provisões de impostos e contribuições com exigibilidade suspensa	-	-	21.382	39.894
Participação nos lucros	-	-	2.990	21.792
Provisões Diversas	-	-	3.526	5.580
Convergência ao IFRS - RTT:				
Ajuste no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	35.587	-
Subsídios e Fistel	-	-	9.354	12.013
Reconhecimento de receita	-	-	7.486	14.523
Gastos pré-operacionais	-	-	4.768	13.304
Desmobilização de ativo	-	-	3.508	16.342
Contabilidade de *"hedge"*	-	-	(50)	-
Outros	-	-	18.398	16.559

Notas Explicativas

-	**-**	**613.731**	**808.134**

	Controladora		Consolidado	
	Passivo		Passivo	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Tributos correntes a recolher				
IR a pagar	-	-	75.298	118.775
CS a pagar	12	49	32.220	53.594
Outros	231	844	13.360	10.183
Circulante	**243**	**893**	**120.878**	**182.552**
Tributos diferidos				
IR diferido	-	-	340.694	538.549
CS diferido	-	-	121.953	193.760
Outros	-	-	4.678	7.957
Não circulante	**-**	**-**	**467.325**	**740.266**
Adições temporárias por natureza:				
Tributos diferidos sobre os efeitos da combinação de negócios (*)	-	-	432.535	714.568
Outras diferenças temporárias	-	-	34.790	12.218
Convergência ao IFRS - RTT	-	-	-	10.324
Depreciação/baixas CME Lei nº 8.200/91	-	-	-	3.156

(*) Compõe-se substancialmente dos efeitos tributários sobre os ajustes a valor justo dos ativos imobilizado e intangível reconhecidos na aquisição da controlada indireta BrT.

(i) Referem-se a pagamentos realizados, calculados com estimativas legais, que serão compensados com obrigações fiscais futuras.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

Adicionalmente, a Companhia e as controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2011, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. A Companhia possui créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a serem compensados com lucros tributários futuros, ambos no montante de R$18.934 (R$20.623 em dezembro 2010). Os créditos não reconhecidos contabilmente pelas controladas diretas e indiretas da Companhia, totalizam R$898.600 (2010 - R$807.246) (valores não proporcionalizados).

No exercício de 2011, a controlada indireta TNL baixou os ativos fiscais diferidos de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, no montante de R$178.807

Notas Explicativas

(valor não proporcionalizado), em função do processo de reestruturação societária, descrito na Nota 31 (a), com a sua extinção por incorporação na controlada BrT.

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos:

	Consolidado
Até 31 de dezembro de:	
2012	113.146
2013	51.379
2014	92.074
2015	78.503
2016	86.263
2017 a 2019	455.672
2020 a 2022	16.021
Total	**893.058**

(iii) Referem-se principalmente a antecipações realizadas em anos anteriores, as quais serão compensadas com tributos federais futuros.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 2010	Reconhecido no resultado IR/CS diferido	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Adições/ Compensações	Transf. SD inici. Do passivo diferido p/ Ativo diferido	Reconhecido no resultado financeiro	Outros	Saldo em 2011
Impostos diferidos (passivos) ativos com relação a:								
Provisão de impostos e contribuições com exigibilidade suspensa	39.894	(18.512)	-	-	-	-	-	21.382
Provisão para participação nos lucros	21.792	(18.802)	-	-	-	-	-	2.990
Provisão para cobertura insuficiência atuarial	48.519	(15.283)	-	-	-	-	-	33.236
Provisões	467.811	(122.169)	-	-	-	-	-	345.642
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	129.944	(31.868)	-	-	-	-	-	98.076
Variações Cambiais	21.853	7.975	-	-	-	-	-	29.828
Provisões Diversas	5.580	6.538	-	-	(8.609)	-	17	3.526
Outras adições / exclusões temporárias	16.559	2.893	-	(1.056)	-	-	2	18.398
Ajuste no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	35.587	-	-	-	-	-	35.587
Subsídios e Fistel	12.013	(2.659)	-	-	-	-	-	9.354
Gastos pré operacionais	13.304	(8.536)	-	-	-	-	-	4.768
Reconhecimento de receita	14.523	(7.037)	-	-	-	-	-	7.486
Desmobilização de ativo	16.342	(12.834)	-	-	-	-	-	3.508
Contabilidade de *"hedge"*	-	-	(50)	-	-	-	-	(50)
Provisão para perda no valor recuperável de impostos e contribuições	(1.160)	333	-	-	-	-	-	(827)
	806.974	**(184.375)**	**(50)**	**(1.056)**	**(8.609)**	**-**	**19**	**612.904**
IR sobre prejuízos fiscais	247.604	(53.063)	-	-	-	-	-	194.541
CS sobre base negativa	109.771	(23.330)	-	-	-	-	(828)	85.613
	357.375	**(76.393)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(828)**	**280.154**
Outros tributos diferidos	102.030	(43.437)	-	(4.384)	(367)	3.279	-	57.119
	102.030	**(43.437)**	**-**	**(4.384)**	**(367)**	**3.279**	**-**	**57.119**
Total do ativo	**1.266.379**	**(304.205)**	**(50)**	**(5.440)**	**(8.976)**	**3.279**	**(809)**	**950.177**
Impostos diferidos passivos com relação a:								

Notas Explicativas

Tributos Diferidos sob combinação de negócios BRT	714.568	(281.869)	-	-	-	-	(166)	432.533
Outras adições / exclusões temporárias	25.698	(570)	-	1.056	8.609	(1)	-	34.792
Total imposto diferido passivo	**740.266**	**(282.439)**	**-**	**1.056**	**8.609**	**(1)**	**(166)**	**467.325**

12 OUTROS TRIBUTOS

	Controladora		Consolidado	
	Ativo		Ativo	
	2011	2010	2011	2010
ICMS a recuperar (i)	-	-	266.611	276.197
PIS/COFINS	-	-	21.043	29.928
Impostos retidos na fonte	-	-	13.138	14.878
PAES a recuperar	-	-	1.413	2.214
Outros (ii)	2	80	17.783	10.422
Total	**2**	**80**	**319.988**	**333.639**
Circulante	2	80	225.291	234.469
Não circulante	-	-	94.697	99.170

	Controladora	Consolidado	
	Passivo	Passivo	
	2011	2011	2010
PIS/COFINS	-	219.923	264.706
ICMS	-	180.434	228.330
FUST/FUNTTEL/Radio difusão	-	99.650	108.469
ICMS Convênio Nº 69/1998	-	63.543	56.204
Impostos retidos na fonte	-	5.795	31.260
Outros	391	26.060	24.753
Total	**391**	**595.405**	**713.722**
Circulante	-	313.968	382.756
Não circulante	391	281.437	330.966

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a lei Complementar nº 102/2000.

(ii) Na Companhia refere-se substancialmente ao valor de imposto de renda e contribuição social, pagos e ou retidos em exercícios anteriores, a serem compensados com tributos futuros.

13 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

	Controladora	Consolidado

Notas Explicativas

	2011	2010	2011	2010
Cíveis	-	-	956.397	1.099.372
Tributários	2	1	321.662	382.369
Trabalhistas	3.429	2.860	289.464	316.390
Bloqueios judiciais	-	-	45.069	47.308
Total	**3.431**	**2.861**	**1.612.592**	**1.845.439**
Circulante	-	-	343.768	396.329
Não circulante	3.431	2.861	1.268.824	1.449.110

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

14 DEMAIS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Adiantamento a fornecedores	-	-	94.820	136.076
Valores a receber	-	-	39.449	37.058
Ativos Não-Correntes a Venda (i)	-	-	35.643	-
Publicidade, propaganda e patrocínio	-	-	28.175	31.189
Adiantamento à FATL	-	-	24.466	39.832
Adiantamentos a empregados	-	-	9.972	16.016
Incentivos fiscais	-	-	8.068	11.474
Fiança bancária	-	-	4.123	-
Seguros	-	-	4.052	2.452
Tributos, taxas e contribuições	-	-	2.930	3.908
Aluguel de postes	-	-	2.889	5.117
Debêntures	-	11.371	-	11.371
Outros	38	503	22.520	25.509
Total	**38**	**11.874**	**277.107**	**320.002**
Circulante	38	503	210.621	225.503
Não circulante	-	11.371	66.486	94.499

(i) Refere-se a ativos que serão submetidos à venda conforme operação descrita na Nota 30.
(ii) FATL: Fundação Atlântico de Seguridade Social.

15 INVESTIMENTOS

(a) Investimentos em controladas

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Participações avaliadas a:				
Equivalência patrimonial	1.578.982	939.813	-	-
Propriedade para investimento	-	-	1.845.554	1.399.973

Notas Explicativas

Custo de aquisição (i)	-	-	6.713	8.864
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	-	-	3.651	3.009
Outros investimentos	979	979	1.444	1.417
	1.579.961	**940.792**	**1.857.362**	**1.413.263**

(i) Inclui no saldo consolidado, o investimento da controlada indireta TMAR na Hispamar Satélites S.A. ("Hispamar") que tem como atividade principal a contratação de fabricação por terceiros, o lançamento e operação de satélites, bem como o uso e a comercialização da capacidade útil de satélites que ocupem as posições orbitais devidamente licenciadas nas diferentes bandas de frequência, a prestação de serviços de comunicação, especialmente via satélites, e demais serviços necessários ao desempenho de suas atividades sociais. Em 20 de dezembro de 2011, a controlada indireta TMAR integralizou 3.562 mil ações no montante de R$3.562 (valor não proporcionalizado). O aumento de capital não alterou o percentual de participação da TMAR na Hispamar, que permanece 19,04%, e não há influência significativa na sua administração.

Resumo das movimentações dos saldos de investimentos

				Controladora	Consolidado
	Iguatemi	**Jereissati Telecom**	**LF Tel**	**Total**	**Total**
Saldo em 01/01/2010	**730.728**	**257.978**	**67**	**988.773**	**13.287**
Resultado de equivalência patrimonial	80.240	(63.275)	(4)	**16.961**	-
Dividendos de controladas	(21.356)	-	-	**(21.356)**	-
Participação reflexa no ágio na aquisição de participações de acionistas não controladores	-	(38.939)	-	**(38.939)**	-
Outros	(1.073)	(4.490)	(63)	**(5.626)**	3
Saldo em 31/12/2010	**788.539**	**151.274**	**-**	**939.813**	**13.290**
Subscrição / Aquisições de ações	43.705	-	-	43.705	-
Resultado de equivalência patrimonial	81.806	703.081	-	784.887	-
Ágio em transação de capital e variações de % de participações	(7.599)	-	-	(7.599)	-
Variações de remuneração baseada em ações reflexa	4.417	653	-	5.070	-
Variações de ações em tesouraria reflexa	(3.535)	71	-	(3.464)	-
Variações reflexas sobre outros resultados abrangentes das controladas	-	49	-	49	-
Variações reflexas sobre o patrimônio líquido das investidas	-	(8.091)	-	(8.091)	-
Dividendos de controladas	(22.400)	(150.803)	-	(173.203)	-
Outros	(1.976)	(209)	-	(2.185)	(1.482)
Saldo em 31/12/2011	**882.957**	**696.025**	**-**	**1.578.982**	**11.808**

Participações avaliadas a equivalência patrimonial:

Notas Explicativas

				Qtde. milhares de ações		Participação * % no Capital		31/12/2011	
Controladas	Patrimônio líquido	Capital Social Integralizado	Lucro líquido	Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	Investimento	Equivalência patrimonial
Iguatemi	1.578.694	823.859	151.600	44.167	-	55,9296	55,9296	882.957	81.930
La Fonte Telecom	876.937	226.047	885.828	269.674	161.942	79,3700	80,0990	696.025	703.081
								1.578.982	785.011

* Participação na Iguatemi considerando ações em tesouraria

				Qtde. milhares de ações		Participação % no Capital		31/12/2010	
Controladas	Patrimônio líquido	Capital Social Integralizado	Lucro (prejuízo) líquido	Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	Investimento	Equivalência patrimonial
Iguatemi	1.488.101	823.859	151.547	41.954	-	52,9896	52,9896	788.539	80.240
La Fonte Telecom	190.592	226.047	(79.722)	269.674	161.942	79,3700	80,0990	151.274	(63.275)
LF Tel [1]								-	(4)
								939.813	16.961

[1] Participação vendida em dezembro de 2010

A partir de 2011, as principais rubricas contábeis das demonstrações financeiras consolidadas das controladas indiretas Telemar, TNL, TMAR, CTX e Privatinvest, estão proporcionalizadas e incluídas nas informações contábeis das controladas indiretas EDSP75 e TNL (participação direta através da Jereissati Telecom):

	EDSP75	**TNL**
	2011	**2011**
Ativo		
Ativo circulante	4.266.447	26.058
Não circulante		
Realizável a longo prazo	2.675.031	15.954
Demais não circulantes	6.732.033	39.847
	13.673.511	**81.859**
Passivo		
Circulante	3.026.695	17.390
Não circulante	7.063.876	39.503
Participações dos acionistas não controladores	2.786.379	11.236
Patrimônio líquido	796.561	13.730
	13.673.511	**81.859**

	2011	**2011**

Notas Explicativas

Demonstrações dos resultados dos exercícios		
Receitas líquidas de serviços e produtos	4.764.923	28.409
Custo dos serviços e produtos	(3.139.222)	(16.501)
Despesas com vendas	(610.172)	(5.187)
Despesas administrativas	(422.570)	(3.141)
Despesas financeiras líquidas	(642.238)	(3.504)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas	(109.382)	(576)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	16.765	113
Operações descontinuadas	(4.929)	-
Prejuízo líquido do exercício	**(146.825)**	**(387)**

Em 2010, as principais rubricas contábeis das demonstrações financeiras consolidadas das controladas indiretas Telemar, TNL, CTX e Privatinvest, estão proporcionalizadas e incluídas nas informações trimestrais da controlada indireta LF Tel são:

	TELEMAR	**TNL**	**CTX**	**PRIVATINVEST**
	2010	**2010**	**2010**	**2010**
Ativo				
Ativo circulante	4.328.090	561.117	141.945	238
Não circulante				
Realizável a longo prazo	2.518.742	328.007	57.784	-
Demais não circulantes	7.877.395	1.012.377	119.614	-
	14.724.227	**1.901.501**	**319.343**	**238**
Passivo				
Circulante	3.815.928	488.820	123.835	-
Não circulante	7.345.064	907.208	113.619	-
Participações dos acionistas não controladores	3.317.514	222.561	64.077	-
Patrimônio líquido	245.721	282.912	17.812	238
	14.724.227	1.901.501	319.343	238

	2010	**2010**	**2010**	**2010**
Demonstrações dos resultados dos exercícios				
Receitas líquidas de serviços e produtos	5.696.891	746.035	547.207	-
Custo dos serviços e produtos	(3.225.200)	(421.075)	(461.709)	-
Despesas com vendas	(944.283)	(123.658)	(6.158)	-
Despesas administrativas	(541.071)	(70.601)	(32.892)	(94)
Despesas financeiras líquidas	(519.464)	(61.538)	(1.122)	25
Outras despesas/receitas operacionais líquidas	(206.252)	(27.011)	(6.254)	(62)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	16.196	2.122	(15.640)	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**276.817**	**44.274**	**23.432**	**(131)**

(b) Propriedade para investimentos

Notas Explicativas

	Vida útil remanescente em anos	Consolidado 2011	Consolidado 2010
Custo	45 (*)	2.004.126	1.551.947
Depreciação acumulada		(228.791)	(207.312)
		1.775.335	1.344.635
Ágio por mais valia de ativos (**)			
Aquisição de 100% da SISP	45 (*)	28.811	28.811
Depreciação acumulada		(1.292)	(1.096)
		27.519	27.715
Aquisição de 100% da Solway	45 (*)	30.058	30.058
Depreciação acumulada		(2.851)	(2.435)
		27.207	27.623
Subscrições ações da Wtorre Iguatemi		5.433	-
Aquisição de 65,14% da RASL	45 (*)	10.289	-
Depreciação acumulada		(229)	-
		10.060	-
		1.845.554	1.399.973

(*) A vida útil foi determinada a partir do histórico e refletem a natureza dos bens e sua utilização pela controlada Iguatemi.

(**) Referem-se a mais valia de ativos gerados na aquisição destas empresas pela controlada direta Iguatemi, líquido de amortização. São apresentados como no consolidado como propriedade para investimentos, devido a sua origem, conforme ICPC09.

A controlada direta Iguatemi obteve financiamento para a construção do SCIBRA e do SCIALPHA. Os encargos destes financiamentos foram capitalizados até o início da operação dos empreendimentos. No período findo em 31 de dezembro de 2011 a controlada direta Iguatemi capitalizou o montante de R$5.780 (2010 - R$12.383).

A movimentação das propriedades para investimentos é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.399.973
Adições	463.975
Baixas	(17)
Transferências (*)	3.943
Depreciações	(22.320)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.845.554

(*) Transferência do imobilizado para propriedade de investimentos.

A controlada direta Iguatemi anualmente estima o valor justo das propriedades para investimento. O valor justo em 31 de dezembro de 2011 era como segue:

Notas Explicativas

	2011		
Em milhões de reais	Shoppings em operação	Shoppings anunciados	Total
Valor de 100% do empreendimento	6.948	2.013	8.961
Participação da controlada direta Iguatemi	3.909	1.343	5.252
ABL total (mil m^2)	432,5	239,0	671,5
ABL própria (mil m^2)	237,4	182,2	419,6

O valor justo das propriedades para investimento foi estimado internamente utilizando o fluxo de caixa descontado. Todos os cálculos são baseados na análise das qualificações físicas das propriedades em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são utilizadas na determinação dos valores justos dos empreendimentos.

Não foram incluídos nos cálculos as potenciais expansões, as permutas de terrenos e os projetos não anunciados (mesmo quando constantes do seu "guidance").

As seguintes premissas foram utilizadas para avaliação: taxa de desconto de 8,5 – 11% a.a. e taxa de crescimento real na perpetuidade de 2,5%.

16 IMOBILIZADO

							Consolidado
	Obras em Andamento	**Equipamentos de Comutação Automática**	**Equipamentos de transmissão e outros**	**Infra-estrutura**	**Prédios**	**Outros Ativos**	**Total**
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 01/01/2010	**634.958**	**2.846.480**	**5.408.220**	**4.699.267**	**892.310**	**641.784**	**15.123.019**
Adições	536.099	10.067	90.895	47.331	3.948	28.407	716.747
Baixas	(10.516)	(2.727)	(55.493)	(9.798)	(8.640)	(5.637)	(92.811)
Transferências	(570.044)	39.735	312.800	105.742	675	8.645	(102.447)
Saldo em 2010	**590.497**	**2.893.555**	**5.756.422**	**4.842.542**	**888.293**	**673.199**	**15.644.508**
Adições	509.867	25.208	167.088	57.431	3.083	53.007	815.685
Aumento/ Perda de Participação (i)	(164.582)	(819.063)	(1.599.713)	(1.370.309)	(251.578)	(161.547)	(4.366.792)
Baixas	(8.368)	(8.441)	(20.345)	(38.159)	(3.396)	(7.589)	(86.297)
Transferências	(362.386)	15.843	115.543	49.990	(21.410)	88.557	(113.864)
Saldo em 2011	**565.028**	**2.107.102**	**4.418.996**	**3.541.496**	**614.992**	**645.627**	**11.893.240**
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2010	**-**	**(2.250.657)**	**(2.977.118)**	**(3.449.229)**	**(428.654)**	**(401.581)**	**(9.507.239)**
Despesas de depreciação	-	(115.307)	(544.798)	(212.290)	(74.983)	(48.941)	(996.319)
Baixas	-	1.208	40.870	8.427	7.132	2.649	60.286
Transferências	-	(3.545)	827	3.132	(3.498)	11.345	8.261
Saldo em 2010	**-**	**(2.368.301)**	**(3.480.219)**	**(3.649.960)**	**(500.003)**	**(436.528)**	**(10.435.011)**
Despesas de depreciação	-	(71.389)	(353.533)	(141.794)	(39.982)	(50.197)	(656.896)
Aumento/ Perda de Participação (i)	-	670.160	963.750	1.032.840	141.749	113.709	2.922.208
Baixas	-	7.886	16.857	34.190	892	6.686	66.512
Transferências	-	3.630	15.846	(22.500)	19.939	(19.686)	(2.772)
Saldo em 2011	**-**	**(1.758.015)**	**(2.837.299)**	**(2.747.224)**	**(377.405)**	**(386.016)**	**(8.105.959)**
Imobilizado líquido							
Saldo em 2010	590.497	525.254	2.276.203	1.192.582	388.290	236.671	5.209.497
Saldo em 2011	565.028	349.087	1.581.697	794.272	237.587	259.611	3.787.281

Notas Explicativas

Taxa anual de depreciação (média)	11,0%	10,0%	7,0%	6,0%	12,0%

(i) Representado substancialmente pela redução de participação na controlada indireta LF Tel, conforme Nota 1 (h)

Informações adicionais (valores não proporcionalizados)

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio das controladas indiretas TMAR e da BrT, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos, são denominados reversíveis e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo residual dos bens reversíveis das controladas indiretas TMAR e BrT são R$4.563.948 (2010 - R$4.928.850) e R$2.871.412 (2010 – R$3.292.438), respectivamente, composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. O saldo de bens reversíveis não inclui a mais valia da BrT.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento no montante de R$268.686 (2010 – R$203.967) no consolidado, pela taxa média de 11,29% a.a.

17 INTANGÍVEL

	Consolidado							
	Ágio ("Goodwill")	**Sistemas de processamento de dados**	**Licenças Regulatórias**	**Marcas e Patentes**	**Outros ativos**	**Carteira de Clientes (ii)**	**Concessão**	**Total**
Custo do intangível								
Saldo em 01/01/2010	**137.962**	**680.278**	**3.917.092**	**29.886**	**47.627**	**83.383**	**922.710**	**5.818.938**
Adições	11.204	25.516	1.938	19	-	-	6.020	44.697
Transferências	-	90.976	(1.338)	(3.061)	29.427	-	-	116.004
Baixas	-	(2)	-	-	-	-	-	(2)
Saldo em 2010	**149.166**	**796.768**	**3.917.692**	**26.844**	**77.054**	**83.383**	**928.730**	**5.979.637**
Adições	121.974	48.209	1.128	1.738	16.793	32.419	44.938	267.199
Aumento/ Perda de Participação (iii)	(10.334)	(207.233)	(1.108.590)	(7.601)	(21.592)	(23.597)	(295.472)	(1.674.419)
Transferências	-	80.395	-	-	24.548	(6.364)	-	98.580
Baixas (i)	(63.034)	(14.079)	-	(8)	-	1.291	(78.636)	(154.465)
Saldo em 2011	**197.772**	**704.061**	**2.810.230**	**20.974**	**96.803**	**87.133**	**599.560**	**4.516.532**
Amortização acumulada								
Saldo em 01/01/2010	**(17.436)**	**(423.038)**	**(391.555)**	**(2.931)**	**(16.156)**	**(30.573)**	**(237.775)**	**(1.119.464)**
Despesas de amortização	-	(111.929)	(242.925)	-	(1.704)	(33.354)	(52.510)	(442.422)
Transferências	-	1.240	903	1.684	(13.134)	-	-	(9.307)
Baixas	-	2	-	-	-	-	-	2
Saldo em 2010	**(17.436)**	**(533.725)**	**(633.577)**	**(1.247)**	**(30.994)**	**(63.927)**	**(290.285)**	**(1.571.191)**
Despesas de amortização	1	(76.680)	(176.215)	(387)	(1.710)	(14.843)	(28.009)	(297.843)
Aumento/ Perda de Participação (iii)	572	142.195	179.282	359	8.771	18.090	107.470	456.740
Transferências	-	-	-	-	2	-	-	2
Baixas	-	4.170	-	-	-	-	-	4.170
Saldo em 2011	**(16.864)**	**(464.041)**	**(630.510)**	**(1.275)**	**(23.931)**	**(60.679)**	**(210.824)**	**(1.408.122)**
Intangível líquido								
Saldo em 2010	131.730	263.043	3.284.115	25.597	46.060	19.456	638.445	4.408.446
Saldo em 2011	180.909	240.020	2.179.720	19.699	72.872	26.454	388.736	3.108.410
Taxa anual de amortização (média)	-	20,0%	7,44%	-	19,71%	40,0%	4,88%	-

Notas Explicativas

(i) As baixas apresentadas referem-se aos efeitos provenientes da redução do percentual de participação da controlada TNL PCS na Paggo Soluções (Nota 1).

(ii) Inclui a parcela do ágio alocada nas aquisições da controlada indireta Contax Participações e suas controladas (Nota 1(g)).

(iii) Representado substancialmente pela redução de participação na controlada indireta LF Tel, conforme Nota 1 (h).

Ágios (*"Goodwill"*)

Iguatemi

A controlada direta Iguatemi possui ágios na aquisição da Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda. e SISP Participações S.A., no montante de R$14.025 (R$11.804 líquido de amortização, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008) e R$89.608 (R$76.365 líquido de amortização, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008), respectivamente, fundamentados na expectativa de rentabilidade futura sem prazo determinado (*"goodwill")*. O saldo do ágio é submetido anualmente, ou quando houver indicativo de impairment, a teste de recuperação com base no CPC nº 1 (R).

LF Tel (valores não proporcionalizados)

Em 24 de abril de 2008 a controlada indireta LF Tel adquiriu 176.365.295 ações da CTX de propriedade da Lexpart pelo valor de R$12.500, registrando um ágio no montante de R$8.505, fundamentado na expectativa de rentabilidade do negócio em dez anos, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008, apresentando valor residual de R$8.292. O saldo remanescente do ágio é submetido anualmente, ou quando houver indicativo de impairment, a teste de recuperação com base no CPC nº 1 (R).

Grupo de Telecomunicações

As controladas indiretas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura (*"goodwill")*.

Em dezembro de 2011 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de "*impairment*", baseados em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa média de crescimento de 57,3% para TV a cabo e 37,0% para Meios de pagamento, taxa de desconto de 12%, utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas, conforme resumido no quadro abaixo:

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	Saldo dos ativos	Ágio (*"goodwill"*) alocado à UGC	Base para avaliação do valor recuperável	Valor em uso
TV a cabo	7.478	5.675	13.153	21.626
Meios de pagamento	11.282	5.906	17.188	19.405
Total	18.760	11.581	30.341	41.031

Notas Explicativas

Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

Em 1 de julho de 2011 a controlada indireta Contax Participações, por meio de incorporações, adquiriu o controle integral da Dedic GPTI. O valor de mercado da operação foi de R$118.097 sendo R$17.044 referente ao ágio fundamentado no valor econômico em função de rentabilidade futura (parcela do ágio não alocada), conforme mencionado na Nota 1(g).

Em 18 de maio de 2011 foi concluída a transferência da totalidade das ações de emissão das sociedades que compõem o Grupo Allus para as controladas indiretas Contax e Contax Colômbia, pelo montante de R$246.262, dos quais R$161.978, refere-se a ágio fundamentado no seu valor econômico, em função da estimativa de rentabilidade futura (parcela do ágio não alocada), conforme mencionado na Nota 1(g).

Em setembro de 2010, a controlada indireta Contax adquiriu o controle integral da Ability Comunicação Integrada Ltda. ("Contax Ability"), gerando um ágio no valor de R$74.365, fundamentado no seu valor econômico, em função da estimativa de rentabilidade futura do negócio. Em dezembro de 2010, a controlada indireta Contax transferiu o controle da Ability para a controlada indireta Contax Participações, através de uma cisão parcial. Neste processo foi transferido para a controlada indireta Contax Participações o valor do ágio líquido do crédito tributário no valor de R$49.081. O valor de R$25.284 foi reconhecido na Ability como imposto de renda e contribuição social diferidos.

Licenças regulatórias

Concessão / Autorização	Assinatura do termo	Prazo do termo	Custo de aquisição
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	13/03/2001	13/03/2016	172.698
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	11/07/2003	13/03/2016	10.358
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 (2G)	22/01/2004	13/03/2016	7.086
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 3 (2G)	29/04/2008	30/04/2023	20.546
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 1 e 3 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	135.872
Radiofrequências e SMP TNL PCS Região 3 - interior (2G)	08/09/2008	07/12/2022	19.874
Radiofrequências e SMP TNL PCS	07/12/2007	07/12/2022	1.390
Concessão TV a cabo Way TV (Uberlândia)	06/11/1998	06/11/2013	612
Concessão TV a cabo Way TV (Belo Horizonte)	08/02/1999	08/02/2014	2.612
Concessão TV a cabo Way TV (Barbacena)	08/02/1999	08/02/2014	84
Concessão TV a cabo Way TV (Poços de Caldas)	08/02/1999	08/02/2014	272
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	18/02/2002	17/12/2017	30.011
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	03/05/2004	22/12/2017	4.486
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	76.512
Outras licenças			44.591
Valor justo das licenças STFC da BrT e BrT Celular	08/01/2009	31/12/2025	2.247.010
BrT Celular	29/04/2008	30/04/2023	168
Valor justo das licenças SMP da Amazônia Celular	03/04/2009	13/03/2016	36.048
Total			**2.810.230**

Notas Explicativas

Concessão

O excesso pago em relação aos ativos líquidos das controladas indiretas Telemar, TNL e TMAR, anteriormente classificada como ágio (aquisições anteriores à 01/01/2009), é classificado como intangível. Durante o exercício de 2001 a controlada indireta TMAR implementou o Plano Geral de Metas de Universalização, estabelecida pela ANATEL, o que lhe assegurou, entre outros, o direito de prorrogação da concessão até dezembro de 2025. Com base nesse novo cenário a Administração decidiu adequar a amortização desse ágio até a data que expirará a concessão, conforme previsto no ICPC 09.

18 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Fornecedores de:				
Materiais de infraestrutura e rede	-	-	387.407	324.838
Repasses (interconexão e *"cobilling"*)	-	-	138.612	214.742
Manutenção de planta	-	-	39.642	69.032
Comissões de vendas	-	-	25.057	66.584
Tecnologia da informação	-	-	18.577	42.508
Estoques de aparelhos e *"simcards"*	-	-	12.979	17.888
Serviços	-	-	6.781	10.244
Aluguel de postes e direito de passagem	-	-	2.348	2.777
"Call center"	-	-	2.011	6.568
Aluguel de espaço físico e equipamentos	-	-	134	1.590
Outros	188	418	156.066	153.315
Total	**188**	**418**	**789.614**	**910.086**

19 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
(inclui debêntures, ações preferenciais resgatáveis e ações em usufruto)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Financiamentos	303.153	276.341	4.287.452	5.611.654
Debêntures	-	17.346	2.511.791	2.495.630
Juros provisionados sobre debêntures	-	34.120	135.898	291.743
Ações preferenciais resgatáveis	-	-	135.119	239.556
Juros provisionados e outros encargos sobre financiamentos	8.922	7.898	131.845	101.162
Notas promissórias	-	-	52.267	-
Usufruto de ações	-	-	51.871	-
Atualização monetária e dividendos fixos sobre ações preferenciais	-	-	38.956	49.007
Juros sobre notas promissórias	-	-	2.358	-
Juros sobre usufruto de ações	-	-	4.803	-
Arrendamento mercantil	-	-	332	1.160
Subtotal	312.075	335.705	7.352.692	8.789.912

Notas Explicativas

Custos de transação incorridos			(94.659)	(145.628)
Total	**312.075**	**335.705**	**7.258.033**	**8.644.284**
Circulante	-	7.655	1.093.155	1.808.437
Não circulante	312.075	328.050	6.164.878	6.835.847

Empréstimos e financiamentos por natureza

	Controladora		Consolidado		
	2011	**2010**	**2011**	**2010**	**Vencimento**
BNDES					
Ações preferenciais resgatáveis	-	-	174.075	288.563	Até Dez/2018
Moeda nacional	-	-	1.277.502	1.565.337	Jan/2012 a Dez/2018
Cesta de moedas, incluindo dólar	-	-	-	2.178	Jan/2012 a Abr/2012
Instituições financeiras					
Moeda nacional	312.075	284.239	1.685.533	2.314.246	
CCB	-	-	501.058	1.279.921	Jan/2012 a Jan/2028
CRI	-	-	264.912	371.358	Ago/2012 a Ago/2022
"Bonds"	-	-	178.075	-	Mar/2012 a Set/2016
Outros	312.075	284.239	741.488	662.967	Jan/2012 a Dez/2033
Moeda estrangeira	-	-	1.431.338	1.811.984	
Linhas de crédito de ECA	-	-	446.599	479.399	Jan/2012 a Ago/2020
"Bonds"	-	-	860.851	1.134.334	Abr/2012 a Out/2020
Outros	-	-	123.888	198.251	Jan/2012 a Jun/2016
Debêntures	-	51.466	2.647.689	2.787.373	Mar/2012 a Jul/2021
Notas promissórias	-	-	54.625	-	Jan/2012
Usufruto de ações	-	-	56.674	-	Até Mai/2026
Empréstimos com pessoas ligadas	-	-	2.316	-	-
Arrendamento mercantil	-	-	332	1.160	Jan/2010 a Fev/2012
Instituições não financeiras	-	-	22.608	19.071	
Subtotal	**312.075**	**335.705**	**7.352.692**	**8.789.912**	
Custos de transação incorridos	-	-	(94.659)	(145.628)	
Total	**312.075**	**335.705**	**7.258.033**	**8.644.284**	
Circulante	-	7.655	1.093.155	1.808.437	
Não circulante	312.075	328.050	6.164.878	6.835.847	

Sigla:
ECA – "*Export Credit Agency*" (Agências de crédito à exportação)

Custos de transações por natureza

	Consolidado

Notas Explicativas

	2011	2010
BNDES		
Moeda nacional	644	2.434
Cesta de moedas, incluindo dólar	-	2
Instituições financeiras		
Moeda estrangeira	64.831	103.337
Moeda nacional	21.601	34.332
Debêntures	7.218	5.523
Usufruto de ações	365	-
Total	**94.659**	**145.628**
Circulante	15.288	24.823
Não circulante	79.371	120.805

Composição da dívida por moeda

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Reais	312.075	335.705	5.816.172	6.933.458
Dólar Norte-Americano	-	-	1.072.677	1.176.446
Euro	-	-	282.568	360.616
UMBNDES - Cesta de Moedas do BNDES	-	-	86.616	2.177
Iene	-	-	-	171.587
Total	**312.075**	**335.705**	**7.258.033**	**8.644.284**

Composição da dívida por indexador

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
CDI	312.075	284.239	2.992.833	3.808.559
Pré fixado	-	-	1.559.461	1.531.675
TJLP	-	-	1.218.003	1.482.168
IPCA	-	-	958.445	1.158.661
Libor	-	-	516.897	425.948
INPC	-	-	10.528	10.042
IGP - DI	-	51.466	1.866	53.467
Libor Iene	-	-	-	171.587
UMBNDES - Cesta de Moedas do BNDES	-	-	-	2.177
Total	**312.075**	**335.705**	**7.258.033**	**8.644.284**

Cronograma de vencimento

A dívida de longo prazo, líquidas do custo de captação, possui o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2013	104.084	931.802
2014	104.084	992.803

Notas Explicativas

2015	103.907	797.064
2016	-	931.658
2017 em diante	-	2.511.551
Total	**312.075**	**6.164.878**

Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado

Os custos de transação serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

	Consolidado
2013	13.135
2014	12.623
2015	12.284
2016	11.629
2017 em diante	29.700
Total	**79.371**

(a) Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos

Financiamentos em moeda nacional

CCB, *"Bonds"*, CRI e outros

Companhia

Em março de 2010, a Companhia celebrou com o Banco Alfa de Investimentos S.A. um contrato de abertura de crédito no valor de R$7.000. Esse contrato de abertura de crédito previa incidência de juros à taxa de 112,0% do CDI a.a., com vencimento do principal e juros em 25 de fevereiro de 2011, tendo sido integralmente liquidado nesta data.

Em janeiro de 2008, a Companhia celebrou com o Banco Bradesco S.A. um contrato de abertura de crédito no valor de R$200.000. Esse contrato de abertura de crédito prevê incidência de juros à taxa de 109,80% do CDI a.a., e tem como garantia ações de emissão da controlada indireta LF Tel S.A. O prazo total é de 7 anos, e amortização em três parcelas anuais e consecutivas, a partir de janeiro de 2013.

Iguatemi

Com o objetivo de fazer a ampliação do Shopping Center Galleria, situado na Cidade de Campinas, em 16 de fevereiro de 2011, a controlada direta Iguatemi celebrou um financiamento com o Banco Itaú Unibanco S.A., contrato de abertura de crédito de R$13.000, com incidência de juros à taxa de TR + 10% a.a. A amortização ocorrerá no prazo de 103 meses, após o término da carência de 20 de Agosto de 2012.

Com o objetivo de construir o JK Iguatemi, a controlada direta Iguatemi celebrou um financiamento com o Banco Itau S.A. em 31 de março de 2010, no valor total de R$60.000 cujas liberações iniciaram em 2011. Até 31 de dezembro de 2011, foram liberados R$51.642. A amortização

Notas Explicativas

ocorrerá no prazo de 76 meses a partir de 10 de dezembro de 2013, através do Sistema de Amortização Constante - SAC.

Com o objetivo de construir o Iguatemi Brasília, a controlada direta Iguatemi celebrou um financiamento com o Banco Itaú S.A. e Banco Alfa em 22 de janeiro de 2010, no valor total de R$83.676, liberados em 27/10/2011, o qual está dividido em subcréditos "A e C", com taxa de juros incidente de 3,2% a.a, acima da TJLP +1% a.a, e "B e D", com taxa de juros incidente de 4,5% a.a. A amortização ocorrerá no prazo de 60 meses a partir de 15 de março de 2012, através do Sistema de Amortização Constante - SAC.

Com o objetivo de construir o Shopping Iguatemi Alphaville, a controlada indireta SCIALPHA celebrou um financiamento com o Banco Bradesco S.A. em 25 de setembro de 2009, no valor total de R$90.000. Até 31 de dezembro de 2011, foram liberados R$85.515. A amortização ocorrerá no prazo de 90 meses a partir de 25 de abril de 2012, através do Sistema de Amortização Constante - SAC.

Com o objetivo de construir o SCIBRA, a controlada direta Iguatemi celebrou um financiamento com o Banco Santander em 30 de dezembro de 2008, aditado em 25 de junho de 2009, no valor total de R$97.519. Até 31 de dezembro de 2011, foram liberados R$97.470. A amortização ocorrerá no prazo de 115 meses a partir de 25 de junho de 2010, através do Sistema de Amortização Constante - SAC.

Jereissati Telecom

Em 26 de março de 2010, a controlada direta Jereissati Telecom assinou contrato de abertura de crédito com o Banco Alfa de Investimentos S.A., no valor de R$40 milhões, que foi integralmente liquidado no seu vencimento em 1º de abril de 2011. O custo financeiro foi de 112,0% CDI/CETIP.

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

Em setembro de 2011, a controlada indireta BrT emitiu *"Senior Notes"* no valor de R$1.100 milhões, com o objetivo de reduzir o custo da dívida da empresa, além de propósitos corporativos gerais incluindo investimentos e refinanciamento de dívidas. A operação tem vencimento final em setembro de 2016. Os encargos financeiros têm vencimento semestral em março e setembro, desde março de 2012 até o vencimento. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$11.519 serão amortizados no resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1 de abril de 2011 e reuniões do Conselho de Administração da controlada indireta Telemar ("Emissora") realizadas em 22 e 28 de março de 2011 foi aprovada a emissão de 30 notas promissórias comerciais da segunda emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R$10.000, na data da emissão, perfazendo o montante de R$300.000, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da legislação pertinente vigente.

As notas promissórias farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, a ser efetuado na data do vencimento da emissão, que ocorrerá em 180 dias após a data da emissão, ou na data de vencimento antecipado, ou na data de resgate antecipado, o que ocorrer primeiro, incidentes sobre o seu valor unitário, equivalentes à variação percentual acumulada de 100% da CDI, acrescida de uma sobretaxa de 0,65% a.a., com base em 252 dias úteis. Em 5 de outubro de 2011, a controlada indireta Telemar realizou o resgate antecipado da totalidade das notas promissórias em circulação,

Notas Explicativas

no valor de R$300.000, acrescida de juros no montante de R$17.846, conforme anuência expressa dos titulares e autorização do Conselho de Administração. O procedimento do resgate observou as regras CETIP para as notas promissórias custodiadas eletronicamente na CETIP.

Em abril de 2011, a controlada indireta TMAR liquidou voluntariamente a Cédula de Crédito Bancária da Caixa Econômica Federal de novembro de 2009 no valor de R$2.000 milhões.

Em fevereiro de 2011, a controlada indireta TNL realizou a emissão de R$1.500 milhões em notas promissórias. Essa emissão foi coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. Ao todo, foram emitidas 1.500 (mil e quinhentas) notas promissórias, em série única, com valor nominal de R$1.000.000 (um milhão de reais) cada uma. A operação foi contratada por um prazo de até 90 dias, cujo vencimento e o pagamento ocorreram em 16 de maio de 2011. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$587 foram amortizados no resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Em dezembro de 2010, a controlada indireta TMAR celebrou contrato de financiamento junto ao Banco da Amazônia (“BASA”) no montante de R$220,7 milhões. Foi realizado um saque de R$94,8 milhões em dezembro. O vencimento dos encargos financeiros será mensal, de fevereiro de 2011 até janeiro de 2028. O principal será pago em 168 parcelas mensais de fevereiro de 2014 até o vencimento em janeiro de 2028. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$2.919 serão amortizados no resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Em maio de 2008, a controlada indireta TMAR captou Cédula de Crédito Bancário no montante de R$4,3 bilhões junto ao Banco do Brasil (“BB”), sendo o vencimento dos encargos financeiros semestral, de maio de 2010 até maio de 2016 e o principal vencendo em sete prestações anuais a partir de maio de 2010. Em maio de 2011 foi amortizada a primeira parcela de principal mais os juros atualizados no montante total de R$839.886. Em junho de 2011, a Companhia assinou o Segundo Aditivo de Retificação e Ratificação à Cédula de Crédito Bancário com o BB no montante de R$3.071 milhões. O vencimento dos encargos financeiros permanecerá semestral, de maio de 2015 até maio de 2018. O principal vencerá em quatro prestações anuais a partir de maio de 2015. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$120.311 serão amortizados no resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

Em 29 de julho de 2011, a controlada indireta Contax Participações emitiu 115 notas promissórias, aprovada pelo seu Conselho de Administração em 31 de maio de 2011, perfazendo o montante de R$230.000. As notas promissórias foram emitidas série única com vencimento em 03 de janeiro de 2012, remuneradas a 100% CDI + spread de 0,5% a.a., tendo sido liquidadas em 04 de janeiro de 2012. O objetivo desta emissão foi o reforço de capital de giro operacional da controlada indireta Contax.

Em 25 de janeiro de 2011 a controlada indireta CTX celebrou com a Portugal Telecom o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, no qual a Portugal Telecom venderia, cederia e transferiria à controlada indireta CTX, em caráter irrevogável e irretratável, 1.012.466 ações ordinárias e 256.309 ações preferenciais de emissão da Contax Participações detidas pela Portugal Telecom. Em 30 de junho de 2011, as partes celebram o 1º aditivo do referido Contrato. O preço de aquisição acordado foi de R$49.700, com remuneração estabelecida com base na variação do índice de correção calculado em base pro rata desde a data do fechamento até a data do efetivo pagamento

Notas Explicativas

da totalidade do preço de aquisição, sendo o índice de correção o maior índice entre (i) CDI mais 1,25% e (ii) o custo da dívida de longo prazo que venha a ser contratada pela controlada indireta CTX a partir de 30 de junho de 2011, sendo que, para este fim, dívida de longo prazo será qualquer dívida com prazo de pagamento superior a 12 meses. O vencimento ocorreu em setembro de 2011, tendo sido integralmente quitado no montante de R$51.107.

Em março de 2010, a controlada indireta Contax celebrou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R$51.000, com o objetivo de financiar a implantação de uma nova unidade operacional em Recife (PE). O saldo devedor será atualizado por uma taxa fixa de 10% a.a., com bônus de adimplência de 15%. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até março de 2012, passando a ser mensal para o período de abril de 2012 até março de 2015. O principal deve ser pago em 36 parcelas mensais, de abril de 2012 até março de 2015. Contanto que cada parcela seja paga na data de vencimento, o empréstimo terá juros de 8,5% a.a., caso contrário, a taxa de juros passará a ser 10% a.a. Em 21 de setembro de 2010 foi recebida a primeira liberação, no montante de R$29.880. Em 15 de dezembro de 2010 foi recebida a segunda liberação, no montante de R$21.120.

Em agosto e novembro de 2008 e em março de 2010, a controlada indireta CTX contratou empréstimos na modalidade de capital de giro, com o Banco Itaú BBA e, em maio e novembro de 2009 e em maio de 2010, com o Banco Votorantim, que totaliza R$47.300 em 31 de dezembro de 2011 os quais vêm sendo utilizados na aquisição de ações da sua controlada direta Contax Participações, visando aumentar sua participação no capital. As operações contratadas, em reais, possuem as seguintes características: (i) a captação de agosto de 2008 pagará juros em parcelas semestrais a partir de agosto de 2009 a 2011, quando vence também o principal; (ii) a captação de novembro de 2008 teve três amortizações anuais de principal e juros em novembro de 2009, 2010 e 2011; (iii) a captação de maio de 2009 pagará juros e principal em cinco parcelas anuais, com vencimentos em maio de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014; e (iv) a captação de novembro de 2009 pagará juros e principal em cinco parcelas anuais, com vencimentos em novembro de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014; (v) a captação de março de 2010 pagará juros em seis parcelas semestrais e o principal em três parcelas anuais, com vencimentos em março de 2011, 2012 e 2013 e (vi) a captação de maio de 2010 pagará juros e principal em cinco parcelas anuais, com vencimentos em maio de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.

CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários (valores não proporcionalizados)

Em 10 de agosto de 2010, as controladas indiretas TMAR e BrT transferiram, através de integralização de capital, a propriedade de 162 imóveis bens reversíveis para sua subsidiária integral Copart 4, e a BrT transferiu a propriedade de 101 bens reversíveis imóveis para sua subsidiária integral Copart 5, respectivamente, cujo valor residual totaliza R$385.507 (valor contábil). A integralização de capital foi efetuada nas Copart 4 e Copart 5 com base no valor contábil dos ativos. As controladas indiretas TMAR e BrT celebraram contratos de 12 anos de locação dos imóveis transferidos às suas controladas e ao final do contrato a propriedade dos referidos imóveis retorna para a TMAR e BrT.

As controladas indiretas Copart 4 e Copart 5 cederam os direitos aos fluxos de recebíveis dos contratos de locação à BSCS - *Brazillian Securities* Companhia de Securitização, que emitiu os CRI's lastreados pelos recebíveis dos referidos contratos. Nesses contratos, as controladas indiretas TNL e BrT se comprometem a efetuar o pagamento dos alugueis a BSCS. Os CRI's foram adquiridos por diversas instituições financeiras no Brasil.

As controladas indiretas Copart 4 e Copart 5 receberam o valor do fluxo dos aluguéis adiantado no montante consolidado de R$1.584.518, líquidos dos custos da transação (R$33 milhões), decorrente

Notas Explicativas

do recebimento antecipado. Esse montante foi registrado como dívida com prazo de vencimento de 12 anos.

Em conexão com a operação do CRI, em AGE realizada em 20 de outubro de 2010, foi aprovada a emissão privada pela controlada indireta TMAR de 999.295 (novecentos e noventa e nove mil, duzentos e noventa e cinco) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal unitário de R$1.000 (mil reais), totalizando R$999.295 mil, com prazo para subscrição de até três anos. Os recursos foram empregados nas necessidades de capital de giro da controlada indireta TMAR, incluindo pagamento de dívidas de curto prazo. A assinatura da escritura foi em 10 de novembro de 2010 e a subscrição efetuada pela controlada indireta Copart 4, no valor de R$999.295 mil ocorreu no mesmo dia. O prazo final de vencimento das debêntures é 10 de junho de 2022, sem amortizações intermediárias. Os juros serão pagos semestralmente nos dias 10 de Maio e 10 de Novembro de cada ano, a partir de 10 de Maio de 2011 até 10 de Maio de 2022, com um pagamento final na data de vencimento da emissão em 10 de Junho de 2022.

Adicionalmente em AGE - Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2010, foi aprovada a emissão privada, pela controlada indireta BrT, de 47 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal unitário de R$10 milhões, totalizando R$470 milhões, com prazo para subscrição de até três anos. Os recursos foram empregados para propósitos corporativos da controlada indireta BrT. A assinatura da escritura foi em 10 de novembro de 2010 e a subscrição efetuada pela controlada indireta Copart 5, no valor de R$470 milhões, ocorreu no mesmo dia. O prazo final de vencimento das debêntures é 10 de junho de 2022, sem amortizações intermediárias. Os juros serão pagos semestralmente, nos dias 10 de maio e 10 de novembro de cada ano, a partir de 10 de maio de 2011 até 10 de maio de 2022, com um pagamento final na data de vencimento da emissão em 10 de junho de 2022.

Os ativos e passivos das controladas indiretas Copart 4 e Copart 5 encontram-se consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras das controladas indiretas TMAR e BrT, devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem nas controladas indiretas TMAR e BrT.

BNDES

Iguatemi

Em 5 de outubro de 2010, a controlada direta Iguatemi contratou financiamento com o BNDES, no valor de R$89.798, para a construção do JK Iguatemi. O financiamento tem taxa de TJLP + 3,82% a.a., totalizando 9,82% a.a., sobre obra civil e instalações e de 5,5% a.a sobre equipamentos nacionais e TJLP sobre investimentos sociais. A carência é de 24 meses após a data da assinatura com amortização de 60 meses. Até 30 de setembro de 2011 tinham sido liberados R$ 46.086.

Em 6 de julho de 2010, a controlada indireta SCIALPHA contratou financiamento com o BNDES, no valor de R$138.760, para a construção do Shopping Iguatemi Alphaville. O financiamento tem taxa de TJLP + 3,45% a.a., totalizando 9,45% a.a., sobre obra civil e instalações e de 4,5% a.a sobre equipamentos nacionais. A carência é de 24 meses após a data da assinatura com amortização de 60 meses. Até 31 de dezembro de 2011 tinham sido liberados R$138.260. O Shopping Iguatemi Alphaville foi inaugurado em Abril de 2011.

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

Notas Explicativas

A controlada indireta TNL, através de suas subsidiárias, contrata financiamentos junto ao BNDES com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias.

Em dezembro de 2009, a TMAR, TNL PCS, BrT e BrT Celular celebraram contratos de financiamento com o BNDES para financiar os investimentos entre os anos de 2009 e 2011, no montante de R$4.403 milhões. Do total da linha contratada, em junho de 2010 foram desembolsados R$562 milhões (sendo R$220 milhões para a TMAR e R$342 milhões para a TNL PCS), em outubro de 2010 foram desembolsados R$531 milhões (sendo R$269 milhões para a BrT e R$262 milhões para a BrT Celular), em julho de 2011 foram desembolsados R$600 milhões para a TMAR, em outubro de 2011 foram desembolsados R$150 milhões para a BrT e em dezembro de 2011 foram desembolsados R$318 milhões para a TMAR. O vencimento dos encargos financeiros era trimestral até dezembro de 2011, passando a ser mensal para o período de janeiro de 2012 até dezembro de 2018. O principal deve ser pago em 84 parcelas mensais, de janeiro de 2012 até dezembro de 2018. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$2.861 serão amortizados ao resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados, no montante total de R$ 1.695.381.

Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

Em 16 de maio de 2011, a controlada indireta Dedic celebrou contrato de financiamento com o BNDES no montante de R$17.123 com uma taxa de juros de TJLP mais 2,5% a.a., na modalidade de capital de giro, cujo vencimento será em 15 de maio de 2017.

Em março de 2010, a controlada indireta Contax firmou um novo contrato de financiamento com o BNDES no montante de R$323.552, dividido em dois subcréditos:

Subcrédito“A”, no montante de R$281.455, destinado a investimentos para ampliação da capacidade instalada e modernização das instalações, implementação de programas de qualidade, capacitação de recursos humanos e investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito do Programa BNDES para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (BNDES PROSOFT); e

Subcrédito “B”, no montante de R$42.097, destinado a investimentos para aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, que se enquadrem nos critérios da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), necessários ao desenvolvimento do projeto.

Sobre o montante do principal do subcrédito “A” incidirão juros de 1,73% a.a. acrescidos da variação da TJLP acrescida de 1% a.a., enquanto sobre o subcrédito “B” incidirão juros de 4,5% a.a.

O principal da dívida será liquidado em 60 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela em 15 de outubro de 2011 e a última em 15 de setembro de 2016. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral no período de março de 2010 a setembro de 2011, passando a ser mensal a partir de outubro de 2011.

Em 28 de maio de 2010 foram recebidas as primeiras liberações referentes a este contrato, sendo R$70.364 referente ao subcrédito “A” e R$10.524 referente ao subcrédito “B”. Em 10 de dezembro

Notas Explicativas

de 2010 foram recebidas as segundas liberações referentes a este contrato, sendo R$87.000 referente ao subcrédito "A" e R$13.000 referente ao subcrédito "B". Em 22 de março de 2011 foram recebidas as terceiras liberações, sendo R$70.364 referente ao subcrédito "A" e R$10.524 referente ao subcrédito "B".

Em agosto de 2007, a controlada indireta Contax celebrou contrato de financiamento com o BNDES no montante de R$216.514. As liberações desse financiamento foram realizadas em cinco parcelas, sendo a primeira parcela liberada em outubro de 2007 e finalizando com a liberação da quinta e última parcela em novembro de 2008. Sobre o montante do principal incidem juros de 2,0% a.a. acrescidos da variação da TJLP (limitado a 6%). O vencimento dos encargos financeiros era trimestral até 15 de setembro de 2009, passando a ser mensal para o período de 15 de outubro de 2009 até o vencimento final ou liquidação antecipada do financiamento. O principal está sendo liquidado mensalmente desde 15 de outubro de 2009, vencendo a ultima parcela em setembro de 2013.

Financiamentos em moeda estrangeira (valores não proporcionalizados)

Grupo de Telecomunicações

Em agosto de 2011, a controlada indireta TMAR liquidou voluntariamente o empréstimo obtido em setembro de 2007 tendo o JBIC como garantidor e o Citibank como banco estruturador, no valor de JPY 32.208 milhões (R$666 milhões).

Em junho de 2011, a controlada indireta TMAR assinou uma linha de financiamento a exportação com a SEK – "*Swedish Export Corporation"* e "*Deutsche Bank"* através de um acordo com a SEK para desembolsos no valor total de até US$103 milhões. Os juros são pagos semestralmente a partir de janeiro de 2012. O pagamento de principal se realizará em 17 parcelas semestrais, iniciando em fevereiro de 2012. Em julho e novembro de 2011, foram efetuados desembolsos de US$5 milhões (R$7,8 milhões) e US$8,5 milhões (R$15,3 milhões) respectivamente. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$3.915 serão amortizados no resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Em junho de 2011, a controlada indireta TMAR assinou uma linha de refinanciamento de dívida com o "*China Development Bank"* com o valor de principal de até US$500 milhões. Um desembolso de US$380 milhões (aproximadamente R$589 milhões) foi feito em julho de 2011, com o objetivo de refinanciar suas dívidas. Os juros são pagos semestralmente até o final da linha em junho de 2016. O valor de principal da operação será pago em cinco parcelas semestrais, iniciando em outubro de 2014.

Em junho e em fevereiro de 2011 foram desembolsados US$96,5 milhões (R$152 milhões) e US$74 milhões (R$123 milhões), respectivamente, do contrato de financiamento assinado pela controlada indireta TMAR junto ao "*Finnish Export Credit"* em agosto de 2009, no valor de US$500 milhões. O vencimento dos encargos financeiros e do principal será semestral até agosto de 2019. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$54.899 serão amortizados no resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Em março de 2011 a controlada indireta TMAR assinou contrato de financiamento junto à "*Cisco Systems Capital"* no valor de US$100 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. O vencimento dos encargos financeiros será semestral e o principal vencerá em 13 prestações semestrais a partir de maio de 2012. Foram desembolsados US$46 milhões (R$75 milhões) em maio de 2011. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$666

Notas Explicativas

serão amortizados no resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Em janeiro de 2011 foram desembolsados US$21 milhões (R$36 milhões) do contrato de financiamento assinado pela controlada indireta TMAR junto ao "*China Development Bank"* em fevereiro de 2009, no valor de US$300 milhões. O vencimento dos encargos financeiros será semestral de abril de 2009 até outubro de 2015, com um pagamento final em fevereiro de 2016, e o principal vencerá em 11 prestações semestrais de abril de 2011 até outubro de 2015, com um pagamento final em fevereiro de 2016. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$7.242 serão amortizados ao resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Em janeiro de 2011 foram desembolsados US$98 milhões (R$164 milhões) do contrato de financiamento assinado pela controlada indireta TMAR junto ao "*China Development Bank"* em outubro de 2009, no valor de US$500 milhões. O vencimento dos encargos financeiros é semestral entre abril de 2010 e outubro de 2016 e o principal vence em 11 prestações a partir de abril de 2010 Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$7.586 serão amortizados no resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Em dezembro de 2010, a controlada indireta TMAR emitiu "*Senior Notes"* no valor de EUR750 milhões (R$1.687 milhões), com o objetivo de alongar o perfil e reduzir o custo da dívida da empresa, além de propósitos corporativos gerais. A operação tem juros com vencimento final em dezembro de 2017. Os encargos financeiros têm vencimento anual em dezembro, desde dezembro de 2011 até o vencimento. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$30.912 mil estão sendo reconhecidos como despesas de captação da controlada indireta TMAR, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em setembro de 2010, a controlada indireta TMAR emitiu "*Senior Notes"* no valor de US$1.000 milhão (R$1.707 milhões), com o objetivo de alongar o perfil e reduzir o custo da dívida da empresa, além de propósitos corporativos gerais. A operação tem juros com vencimento final em outubro de 2020. Os encargos financeiros têm vencimento semestral em abril e outubro, desde abril de 2011 até o vencimento. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$13.684 mil estão sendo reconhecidos como despesas de captação da controlada indireta TMAR, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Após a emissão, a controlada indireta TMAR iniciou oferta de troca de "*Senior Notes"* emitidas em abril de 2009 por *"Senior Notes"* da emissão de 2010, a serem emitidas adicionalmente, de acordo com a adesão à oferta de troca. Em outubro de 2010, ocorreu o fechamento da oferta de troca, sendo o valor adicional de *"Senior Notes"* emitidos de USD787 milhões.

A relação de troca entre as notas considerou preço de mercado das notas de 2009 e prêmio adicional àqueles que aderiram na fase inicial da oferta. Foi ofertado US$1 de prêmio sobre a cotação do *Bond* vigente no momento da oferta de troca. Dessa forma, o valor total de *"Senior Notes"* emitido em setembro de 2010 é de US$1.787 milhões, permanecendo um saldo em *"Senior Notes"* da emissão de abril de 2009 de US$142 milhões.

Em abril de 2010 a controlada indireta TMAR assinou contrato de financiamento junto ao "*Credit Agricole"* tendo o ONDD – "*Office National Du Ducroire"* como "*export credit agency*", no valor de US$220 milhões, em dois "*tranches*" de US$110 milhões. Foram desembolsados US$46 milhões (R$80 milhões) em julho de 2010, US$31 milhões (R$51 milhões) em fevereiro de 2011 e US$54,7 milhões (R$89,2 milhões) em maio de 2011. O vencimento dos encargos financeiros da primeira

Notas Explicativas

"*tranche"* será semestral entre agosto de 2010 até agosto de 2019 e o principal da primeira "*tranche*" será pago em 17 prestações semestrais a partir de agosto de 2011. O vencimento dos encargos financeiros da segunda "*tranche"* será semestral entre agosto de 2011 até agosto de 2020 e o principal da primeira "*tranche"* será pago em 17 prestações semestrais a partir de agosto de 2012. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$18.058 serão amortizados ao resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Grupo de Contact Center e Cobrança

As empresas controladas que compõem o Grupo Allus contrataram uma série de empréstimos na modalidade de capital de giro com diversas instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2011, o valor desses empréstimos era de R$49.608.

Debêntures públicas e privadas

Iguatemi

Em 1º de março de 2011, a controlada direta Iguatemi realizou sua segunda emissão através de oferta pública, em série única, de 33.000 debêntures nominativas, escriturais, quirografárias e não conversíveis em ações, com vencimento final em 1º de março de 2016 e com valor nominal unitário de R$10, perfazendo o valor total de R$330.000. A emissão das debêntures foi realizada com base nas deliberações das Reuniões do seu Conselho de Administração realizadas em 1 de fevereiro de 2011. Os recursos obtidos pela controlada direta Iguatemi com a oferta serão utilizados para financiar aquisição de participações em Shoppings Centers e / ou aquisição de imóveis.

As debêntures foram objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, nos termos do Contrato de Distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas nem lotes mínimos ou máximos, tendo sido registradas para negociação no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures e do BOVESPA FIX.

O prazo das debêntures é de cinco anos, contados da data de emissão, com carência de quatro anos para a amortização do principal, que ocorrerá em duas parcelas anuais, iguais e sucessivas em 1º de março de 2015 e 1º de março de 2016. Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incidem apenas juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 1,35% a.a., pagos semestralmente a partir da data de emissão. Os custos da transação associados a esta emissão, estão sendo apropriados no resultado conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em 1º de junho de 2007, a controlada direta Iguatemi fez a primeira emissão, para distribuição pública ("Oferta"), em série única, de 20.000 debêntures nominativas, escriturais, quirografárias e não conversíveis em ações, com vencimento final em 1º de junho de 2014 e com valor nominal unitário de R$10, perfazendo o valor total de R$200.000 em 1º de junho de 2007. A emissão das debêntures foi realizada com base nas deliberações das Reuniões do seu Conselho de Administração realizadas em 16 de maio e 15 de junho de 2007. As debêntures foram objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, nos termos do Contrato de Distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas nem lotes mínimos ou máximos, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do procedimento de "bookbuilding". O prazo das debêntures é de sete anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2014, com carência de quatro anos para a amortização do principal, que ocorrerá em três parcelas anuais, iguais e

Notas Explicativas

sucessivas. Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incidem apenas juros remuneratórios correspondentes a 104,5% do CDI, pagos semestralmente a partir da data de emissão, conforme aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 22 de abril de 2008. Em 1º de junho de 2008, data do primeiro vencimento das debêntures, os juros remuneratórios passaram a ser de 110% do CDI. Nessa mesma Assembleia Geral, foi autorizado o resgate antecipado facultativo pela controlada direta Iguatemi de quaisquer das debêntures, a qualquer tempo a partir de 180 dias contados da data de 1º de junho de 2008, mediante comunicação prévia de 30 dias. Os custos da transação associados a esta emissão, estão sendo apropriados no resultado conforme os prazos contratuais desta emissão.

Jereissati Telecom

Em Assembléia Geral Extraordinária – AGE da Jereissati Telecom, realizada em 30 de setembro de 2008, foi aprovada a primeira emissão de 300 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal unitário de R$1 milhão, totalizando R$300 milhões. Essas debêntures são nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados, e foram emitidas para subscrição privada. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures é 1º de abril de 2008. A remuneração dessas debêntures é de 110% da taxa correspondente à acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interbancários – DI's. A remuneração, bem como o valor nominal de cada debênture, com vencimento em 3 parcelas, devidas em 1º de abril de 2013, 2014 e 2015.

Essas debêntures serviram para liquidar parcialmente o adiantamento para futuro aumento de capital com a Companhia, no montante de R$217 milhões, equivalente a 204 debêntures. Em 30 de novembro 2010, a Companhia subscreveu mais 44 debêntures pelo valor nominal R$1.344, totalizando R$59.142 para liquidar o adiantamento para futuro aumento de capital com a controlada no montante de R$59.142. As demais 52 debêntures que permaneceram em tesouraria foram canceladas em janeiro de 2011.

Em março de 2011 as debêntures cujos vencimentos eram em 1º de abril de 2013, 2014 e 2015, foram integralmente liquidadas.

LF Tel (valores não proporcionalizados)

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 15 de abril de 2008, foi aprovado o cancelamento da segunda emissão de debêntures, deliberada na AGE de 24 de maio de 2004, em todos os seus termos e condições, e aprovada a terceira emissão de 665.000 debêntures permutáveis, com garantia real, não conversíveis em ações, em quatro séries, no valor nominal unitário de R$1.000,00, totalizando R$665.000. Essas debêntures são nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados, e foram emitidas para subscrição privada, com a garantia real representada por penhor da totalidade: (i) das ações ordinárias de emissão da Telemar Participações S.A., de propriedade da controlada indireta LF Tel, inclusive as que vierem a ser por ela adquiridas; e (ii) das ações de emissão de sociedade detentora de ações da Telemar Participações S.A., e das ações alvo e ações alvo adicionais que vierem a ser adquiridas pela controlada indireta LF Tel, com os recursos do Contrato de Penhor celebrado com o Debenturista. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures é 15 de fevereiro de 2008, e foram emitidas em quatro séries, sendo: (i) a 1a. série composta de 365.000 debêntures; e (ii) a 2a., 3a., e 4a. séries compostas de 100.000 debêntures cada uma.

Em 2 de julho de 2008, em substituição à terceira emissão de debêntures, foi celebrado o Contrato de Debêntures do Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão Privada de Debêntures, para a emissão de 665.000 debêntures, com garantia real, não conversíveis em ações, em série

Notas Explicativas

única, no valor nominal de R$1.000,00, totalizando R$665.000. Essas debêntures são nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados, e foram emitidas para subscrição privada, com garantia real representada por penhor da totalidade: (i) das ações ordinárias de emissão da Telemar Participações S.A., de propriedade da controlada indireta LF Tel, inclusive as que vierem a ser por ela adquiridas; e (ii) das ações que foram adquiridas no mercado, pela controlada indireta LF Tel, com os recursos provenientes da terceira emissão de debêntures. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures é 15 de fevereiro de 2008. As debêntures são atualizadas pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido de juros prefixados correspondentes a 5% a.a., base 252 dias úteis, desde a data da emissão até a data de seu efetivo pagamento. O principal possui vencimento a partir de 30 de outubro de 2011 até 30 de abril de 2020. As debêntures possuem cláusula de Opção de Compra de ações adquiridas pela controlada indireta LF Tel no mercado (11.409.200 ações da TNLP4), que poderá ser exercida a qualquer tempo pelo Debenturista no prazo de até 147 (cento e quarenta e sete) meses contados da data da emissão, sem prejuízo do cronograma de resgate programado das debêntures associadas à Opção de Compra. O preço de exercício de cada opção será definido pelo quociente da divisão do valor nominal unitário de cada debênture, acrescido da atualização monetária, na data do exercício, pela quantidade de ações objeto de cada Opção de Compra.

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de dezembro de 2011, foi aprovada a oitava emissão, sendo a sexta pública, pela controlada indireta BrT, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição com esforços restritos (conforme termos da instrução CVM n° 476/2009) no valor de R$2.350 milhões (valor unitário de R$1 milhão de reais), em série única. A emissão e subscrição da totalidade das notas ocorreram em 28 de dezembro de 2011. As 2.350 debêntures têm vencimento em 28 de dezembro de 2018, pagamento de juros semestral e pagamento de principal em três parcelas anuais, de igual valor, começando em 28 de dezembro de 2016. Os custos da transação associados a esta emissão, no valor de R$7.547, estão sendo apropriados no resultado conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em 5 de outubro de 2011, a controlada indireta Telemar realizou a integralização da décima emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, no valor de R$500.000, a qual foi objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos na IN CVM nº 476, conforme aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de setembro de 2011. As debêntures possuem as seguintes características e condições: valor nominal unitário de R$10; quantidade: 50.000; data de emissão em 05 de outubro de 2011; série única; com garantia real, conforme disposto no art. 58 da Lei das S.A.; pagamento do valor nominal em 6 parcelas com os seguintes vencimentos, sendo: a primeira no valor de R$50.000 em 30/04/14; a segunda no valor de R$100.000 em 30/04/15; a terceira no valor de R$100.000 em 30/04/16; a quarta no valor de R$100.000 em 30/04/17; a quinta no valor de R$100.000 em 30/04/18; e a sexta no valor de R$50.000 em 05/10/18; farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia , over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida de um spread equivalente a 1,35% ao ano, base 252 dias úteis, e, em conjunto com a taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias leis corridos.; a remuneração será paga em 8 parcelas nas seguintes datas: 30/04/2012; 30/04/2013; 30/04/2014; 30/04/2015; 30/04/2016; 30/04/2017; 30/04/2018 e 05/10/2018.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de julho de 2011 e 28 de julho de 2011, foi aprovada a foi aprovada a sétima emissão, sendo a quinta pública, pela controlada indireta

Notas Explicativas

BrT, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição com esforços restritos (conforme termos da instrução CVM n° 476/2009) no valor de R$1.000 milhão (valor unitário de R$10 milhões de reais), em série única. A emissão ocorreu em 8 de agosto de 2011 e a subscrição da totalidade das notas ocorreu em 10 de agosto de 2011. As 100 debêntures têm vencimento em 8 de agosto de 2017, pagamento de juros anual e pagamento de principal no vencimento final. Os custos da transação associados a esta emissão, no valor de R$10.802, estão sendo apropriados no resultado conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em AGE, realizada em 23 de maio de 2011 e Reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de maio de 2011, foi aprovada a terceira emissão pública, pela controlada indireta TNL, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição com esforços restritos (conforme termos da instrução CVM n° 476) no valor de R$1.500 milhões (valor unitário de R$10.000), em série única. A data de emissão e subscrição da totalidade das notas foi 26 de maio de 2011. As 150 mil debêntures têm vencimento em 25 de maio de 2012 e pagamento de juros e principal no vencimento final. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$231 estão sendo reconhecidos como despesas de captação conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de março de 2011, foi aprovada pela controlada indireta Telemar, a nona emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 5 séries, da espécie com garantia real, no valor principal de até R$180.000, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos do Art. 52 e seguintes da Lei das S.A. e demais disposições legais aplicáveis, incluindo a Instrução Normativa da CVM no. 476 de 16 de janeiro de 2009. As debêntures foram emitidas em 31 de março de 2011, em 5 séries distintas, sendo a primeira no valor de R$41.249 com vencimento em 31 de março de 2015, a segunda no valor de R$38.254 com vencimento em 31 de março de 2016, a terceira no valor de R$35.671 com vencimento em 31 de março de 2017, a quarta no valor de R$33.403 com vencimento em 2 de abril de 2018 e a quinta no valor de R$31.422, com vencimento em 1 de abril de 2019, sendo emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados e serão escrituradas junto ao banco mandatário da emissão (Banco Votorantim S.A.). As debêntures farão jus a uma remuneração pré-fixada equivalente a 11,3568% a.a., calculada de forma linear com base em um ano de 365 dias, incidente sobre o valor nominal unitário das debêntures, desde a data efetiva da integralização das debêntures, até a data do pagamento pela emissora.

Em AGE, realizada em 16 de agosto de 2010 e Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2010, foi aprovada a segunda emissão pública, pela controlada indireta TNL, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição com esforços restritos (conforme termos da instrução CVM n° 476) no valor de R$1.500 milhões (valor unitário de R$10 milhões), em série única. A data de emissão e subscrição da totalidade das notas foi 19 de agosto de 2010. O pagamento de juros e principal no vencimento final foi liquidado em 15 de fevereiro de 2011.

Em AGE, realizadas em 30 de novembro de 2009 e 9 de março de 2010 e Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2010, foi aprovada a emissão pública, pela controlada indireta TMAR, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária no valor de R$2.250 milhões, em duas séries de 225.000 debêntures e valor nominal unitário de R$10.000,00. A data de emissão foi 15 de abril de 2010 e a colocação foi efetivada em maio de 2010 no valor total de R$2.000 milhões. A primeira série de 175.397 debêntures tem vencimento em 15 de abril de 2014, com pagamentos semestrais de juros e amortização do principal no vencimento final. A segunda série de 24.603 debêntures tem vencimento em 15 de abril de 2014, com pagamentos anuais de juros sobre o principal atualizado e amortização do principal total no

Notas Explicativas

vencimento final. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$13.426 mil estão sendo reconhecidos como despesas de captação conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 8 de abril de 2008, foi aprovada a oitava emissão pública, pela controlada indireta Telemar, de 161.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, no valor nominal unitário de R$10, totalizando R$1.610.000. Essas debêntures foram integralmente colocadas no mercado em 4 de julho de 2008 pelo valor de R$1.654.050. As debêntures da primeira série, totalizando 115.000 debêntures, serão amortizadas em cinco parcelas anuais e sucessivas, cada parcela no valor de R$2 por debênture, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2009 e o último no vencimento, em 15 de abril de 2013. A remuneração dessa primeira série será de 1,40% a.a. acima da taxa DI, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2008 e o último no seu vencimento. As debêntures da segunda série, totalizando 46.000 debêntures serão amortizadas em duas parcelas anuais e sucessivas, cada parcela no valor de R$5 por debênture, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2014 e o último no vencimento, em 15 de abril de 2015. A remuneração dessa segunda série será de 1,55% a.a. acima da taxa DI, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2008 e o último no seu vencimento.

Em 1 de junho de 2006, a controlada indireta BrT realizou sua quinta emissão (sendo a quarta emissão pública) de 108.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$10, perfazendo o total de R$1.080 milhão. O prazo de pagamento é de sete anos, vencendo em 1 de junho de 2013. Os juros possuem periodicidade de pagamento semestral. A amortização, que deverá contemplar indistintamente todas as debêntures, dar-se-á anualmente a partir de 1 de junho de 2011, em três parcelas de 33,3%, 33,3% e 33,4% do valor nominal unitário, respectivamente. Em junho de 2011 foi amortizada a primeira parcela de principal mais os juros atualizados no montante total de R$438.750.

Em AGO, realizada em 7 de março de 2006, foi aprovada a emissão pública, pela controlada indireta TMAR, de 216.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, no valor nominal unitário de R$10, totalizando R$2.160 milhões, sendo a data de emissão 1 de março de 2006 e a data da colocação 27 de março de 2006. O prazo de vencimento das debêntures de primeira série é de cinco anos e de segunda série de sete anos, a contar da data de emissão, respectivamente. Os juros são amortizados semestralmente.

Grupo de Contact Center e Cobrança

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 26 de outubro de 2011, foi aprovada a emissão pública, pela controlada indireta Contax Participações, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries no valor nominal de R$10, sendo a primeira série de 21.264 debêntures e a segunda série de 18.736 debêntures. A data de emissão foi 15 de dezembro de 2011 no valor total de R$400 milhões. O prazo para amortização, contados a partir da data de emissão, é de 5 (cinco) anos para a primeira série, sendo remuneradas a 100% CDI + 1,25% a.a., e 7 (sete) anos para a segunda série, sendo remuneradas a 100,52% IPCA + 6,8% Juros a.a. Os custos de transação associados a esta emissão serão reconhecidos como despesas de captação conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em Assembleia Geral Extraordinária da controlada indireta CTX, realizada em 5 de setembro de 2011, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n°476/09. Em 19 de setembro de 2011 as debêntures foram emitidas pelo valor nominal unitário de R$1.000 perfazendo o montante de R$55.000, com

Notas Explicativas

vencimento em 60 meses contados da data de sua emissão. As 55 debêntures serão remuneradas pelo DI + 1,25% a.a. Os custos de transação associados a esta emissão estão sendo reconhecidos como despesas de captação conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em 02 de setembro de 2011, a controlada indireta Contax Participações emitiu 10.000 debêntures públicas, não conversíveis em ações, aprovada pelo seu Conselho de Administração em 22 de agosto de 2011, perfazendo o montante de R$100.000. As debêntures foram emitidas série única com vencimento em 03 de janeiro de 2012, remuneradas a 100% CDI + spread de 0,5% a.a., tendo sido liquidadas em 04 de janeiro de 2012. O objetivo desta emissão foi o reforço de capital de giro operacional da controlada indireta Contax.

Em 02 de agosto e em 20 de abril de 2011, a controlada indireta Contax Participações captou os montantes de R$16.660 e R$57.250, respectivamente, originários da emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, em três séries, aprovada pelo seu Conselho de Administração em 31 de maio de 2011. A primeira série ocorreu em 20 de abril de 2011, no total de 3.525 debêntures no valor nominal unitário de R$10, totalizando R$35.250. A segunda série ocorreu em 25 de abril de 2011, no total de 2.200 debêntures no valor nominal unitário R$10, totalizando R$22.000. A terceira séria foi emitida em 02 de agosto de 2011, no valor unitário R$10, totalizando R$16.600. O prazo de amortização é de um ano, para a primeira e segunda séries e de dois anos para a terceira série, contados a partir da data de emissão e serão remuneradas a taxa de 105% CDI a.a.

As debêntures emitidas pelas controladas diretas e indiretas da Companhia, não possuem cláusulas de repactuação.

Ações preferenciais resgatáveis (valores não proporcionalizados)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2008 a controlada indireta Telemar aumentou o capital, mediante a emissão de 1.000.000 (um milhão) de novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$1.239,61 (um mil, duzentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos) por ação, perfazendo um total de R$1.239.616. As ações preferenciais ora emitidas foram integralmente subscritas e integralizadas pelo acionista BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

As ações preferenciais gozam das seguintes preferências, direitos e vantagens:

(i) Prioridade na distribuição de dividendo fixo, cumulativo, no valor em moeda corrente equivalente a 5% (cinco por cento) ao ano sobre o preço de emissão por ação corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou qualquer outro que venha a substituí-lo, ajustado, se for o caso, por eventuais bonificações, grupamentos e/ou desdobramentos de ações, a ser pago até o dia 30 de abril de cada exercício social, mesmo no exercício em que acontecer o resgate, sendo que, neste caso, o montante a ser distribuído calculado *pro rata die* até a data do efetivo resgate;

(ii) Serão resgatáveis pelo valor correspondente a seu preço de emissão, reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a partir da data de integralização das ações até a data do efetivo resgate, e ajustado, se for o caso, por eventuais bonificações, grupamentos e/ou desdobramentos de ações, ou qualquer outro que venha a substituí-lo, observado as datas e as quantidades abaixo para tal resgate (“Resgate Programado”):

Data Resgate	Quantidade	% do Total

Notas Explicativas

30/04/2011	66.666	6,66%
30/10/2011	66.666	6,66%
30/04/2012	66.666	6,66%
30/10/2012	66.666	6,66%
30/04/2013	66.666	6,66%
30/10/2013	66.667	6,67%
30/04/2014	66.667	6,67%
30/10/2014	66.667	6,67%
30/04/2015	66.667	6,67%
30/10/2015	66.667	6,67%
30/04/2016	66.667	6,67%
30/10/2016	66.667	6,67%
30/04/2017	66.667	6,67%
30/10/2017	66.667	6,67%
30/04/2018	66.667	6,67%
Total	**1.000.000**	**100%**

Em virtude da Reorganização Societária – Oi S.A (Nota 31), a controlada indireta Telemar e o BNDESPAR alteraram algumas cláusulas do contrato de subscrição de ações de emissão de ações da controlada indireta Telemar e outras avenças (“Contrato”), através da emissão do 3º e 4º aditivos ao Contrato, que contemplaram os seguintes direitos e vantagens:

(a) As ações preferenciais resgatáveis poderão ser resgatadas por opção da BNDESPAR. A qualquer tempo, por meio de pagamento com ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da Oi S.A. de titularidade da controlada indireta Telemar, (“Ações Oi”), observado que: (i) durante o primeiro ano a partir da data do início da negociação das Ações Oi em Bolsas de Valores, a BNDESPAR poderá, livremente, indicar por ocasião do resgate, e caso venha a exercê-lo dentro deste prazo, a quantidade das ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da Oi S.A. que deverão ser utilizadas para efetuar o resgate, (ii) transcorrido o prazo referido no item (i) anterior sem que a BNDESPAR, no prazo de até 15 dias seguintes ao término do primeiro ano notificar a controlada indireta Telemar para o fim de fixar os percentuais da espécie de Ações Oi que deverão ser utilizadas no Resgate em Ações Oi que deverão ser utilizadas no Resgate em Ações , caso venha a BNDESPAR a exercer esse resgate, percentuais estes que não mais poderão ser alterados e (iii)se ao final do prazo de 15 dias referidos no item (ii) anterior, a BNDESPAR não tiver feito a indicação dos percentuais em espécie de Ações Oi que deverão ser utilizadas no Resgate de Ações Oi , a controlada indireta Telemar deverá notificar a BNDSPAR para fixa-los no prazo de 24 horas úteis, prazo este que, se não for atendido pela BNDESPAR, fará com que o Resgate das Ações somente possa ser realizados em ações preferenciais de emissão da Oi S.A., sem possibilidade de alteração. Em qualquer uma das hipóteses previstas acima, o Resgate de Ações deverá observar a fórmula abaixo:

1 ação preferencial da Telemar = 47,282914 ações ordinárias da Oi S.A.
1 ação preferencial da Telemar = 54,527166 ações preferenciais da Oi S.A.

Notas Explicativas

(b) A BNDESPAR deverá notificar a controlada indireta Telemar, informando sua intenção de exercer o Resgate das Ações e esclarecendo qual espécie ou proporção de cada espécie das Ações Oi que deseja receber, caso a BNDESPAR escolha exercer o Resgate das Ações sobre as duas espécies de ações de emissão da Oi S.A.

(c) Após o recebimento da notificação da BNDESPAR, a controlada indireta Telemar deverá, no prazo de 15 dias, tomar as providências necessárias para operacionalizar o Resgate das ações, transferindo pra o BNDESPAR as Ações Oi de sua titularidade na quantidade indicada na relação de troca prevista no item anterior, conforme espécie e proporção estabelecidas na notificação da BNDESPAR, procedendo ao imediato cancelamento das Ações Preferenciais Resgatáveis objeto do resgate e adotando todas as demais providências de caráter societário que se façam necessárias para tal fim.

(d) Caso as Ações Oi indicadas no notificação da BNDESPAR estejam oneradas ou gravadas no momento em que o acionista detentor das Ações Preferenciais Resgatáveis notificar a controlada indireta Telemar para promover o Resgate das Ações , conforme espécie e proporção estabelecidas na Notificação da BNDESPAR, e preservar o controle societário da Oi S.A., a controlada indireta Telemar deverá cientificar a BNDESPAR dessa circunstância em até 2 dias úteis contados do recebimento da Notificação do BNDESPAR, e a BNDESPAR poderá solicitar, mediante o envio de nova notificação da BNDESPAR e a seu exclusive critério, que a controlada indireta Telemar (i) promova o Resgate das Ações sobre a quantidade de Ações Oi eventualmente disponíveis, livres e desembaraçadas de gravames, (observada também a condição de preservação de controle societário da Oi S.A.) no prazo de 15 dias após o recebimento da segunda notificação da BNDESPAR, complementando em dinheiro o pagamento do valor total correspondente às Ações Oi não disponíveis para a entrega ao Acionista Resgatável, conforme espécie e proporção estabelecidas na notificação da BNDESPAR, com base no valor da respectiva cotação média das Ações Oi ponderado pelo volume, no período de 15 pregões da BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros que anteceder à primeira notificação da BNDESPAR, o que deverá ser feito em um prazo máximo de 90 dias após o recebimento da segunda notificação da BNDESPAR, devidamente corrigido pela variação acumulada das taxas médias diárias dos Certificados de Depósito Interbancário – CDI divulgadas pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação do período, até o efetivo pagamento; ou (ii) pague em dinheiro o valor total correspondente às Ações Oi que deveriam ter sido entregues ao Acionista Responsável, conforme espécie e proporção estabelecidas da BNDESPAR, com base no valor da cotação média das respectivas Ações Oi ponderado pelo volume, no período de 15 pregões da BMF&Bovespa S.A. que anteceder à primeira notificação da BNDESPAR, o que deverá ser feito em um prazo máximo de 90 dias após o recebimento da segunda notificação da BNDESPAR, devidamente corrigido pela variação acumulada das taxas médias diárias dos Certificados de Depósito Interbancário – CDI divulgadas pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação no período, até o efetivo pagamento. Na hipótese do item (i) referido acima, a controlada indireta Telemar deverá transferir ao Acionista Resgatável, ainda, quando do efetivo resgate, quaisquer valores de dividendos ou juros sobre capital próprio declarados até a data do efetivo resgate.

(e) A controlada indireta Telemar, observada a mesma relação de troco informada anteriormente, terá a opção de resgatar, total ou parcialmente, antecipadamente as Ações Preferenciais resgatáveis, por meio do pagamento com ações ordinárias ou preferenciais de emissão da Oi S.A., a qualquer tempo, desde que:

Notas Explicativas

- a média da cotação das ações ordinárias ou preferenciais de emissão da Oi S.A dos 40 pregões anteriores à data de notificação para resgate das Ações Preferenciais Resgatáveis ao Acionista Resgatável, seja de no mínimo, respectivamente, R$36,70 (trinta e seis reais e setenta centavos) ou R$31,83 (trinta e um reais e oitenta e três centavos), ambos os valores corrigidos pelo IPCA a partir da data de emissão das Ações Preferenciais Resgatáveis, e desde que nesse período as ações ordinárias ou preferenciais de emissão da Oi S.A., a serem entregues ao Acionista Resgatável de acordo com a espécie que tenha atingido a média das cotações indicadas neste item, não tenham passado a ser negociadas sem direito a dividendos (ex-dividendos); e

- as ações ordinárias ou preferenciais de emissão da Oi S.A. que deverão ser entregues à BNDESPAR como pagamento do resgate das ações preferenciais por ela detidas, estejam livres, desoneradas e sem qualquer gravame.

(f) A partir da data do recebimento da notificação de resgate antecipado das Ações Preferenciais Resgatáveis, todos os direitos patrimoniais das Ações Preferenciais Resgatáveis serão atribuídos à controlada indireta Telemar enquanto que todos os direitos patrimoniais das Ações Oi a serem entregues à BNDESPAR serão atribuídos à BNDESPAR.

As Ações Preferenciais Resgatáveis não terão direito de voto nas deliberações da Assembleia Geral da controlada indireta Telemar. A cada ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

A controlada indireta Telemar deverá manter na Conta Vinculada valor suficiente para a realização do resgate de ações preferenciais resgatáveis, programado para os 12 meses subsequentes, acrescido do montante necessário para o pagamento dos dividendos fixos das ações preferenciais resgatáveis do exercício subsequente. A controlada indireta Telemar poderá substituir ou complementar a quantia destinada à conta vinculada por fiança bancária, em valor equivalente, de banco de primeira linha, aprovado previamente pelo BNDESPAR, ou outra garantia que venha a ser aceita pelo BNDESPAR.

Em virtude da adoção das normas internacionais de contabilidade, a controlada indireta Telemar reclassificou o montante das ações preferenciais resgatáveis do patrimônio líquido para o passivo e reconheceu a atualização monetária e os dividendos fixos no resultado do exercício na rubrica de despesas financeiras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o montante da dívida é de R$1.384.075, sendo R$ 273.371 reconhecido no passivo circulante e R$1.110.704 no passivo não circulante.

De acordo com o prazo de programação da dívida, as parcelas de curto prazo serão liquidadas nos meses de abril e outubro de 2012.

Conforme previsto no Artigo 40 do Estatuto Social da controlada indireta Telemar, foi destinada à reserva de fundo de resgate o montante que considera o valor dos resgates programados para os próximos 12 meses mais o valor dos dividendos fixos referentes ao exercício de 2011.

Em 29 de abril de 2011 foram resgatadas, pelo BNDESPAR, 66.666 ações preferenciais, no valor de R$82.640, acrescida de juros no montante de R$15.265. Nesta mesma data, foi realizado o pagamento dos dividendos fixos sobre as ações preferenciais resgatáveis referentes ao exercício de

Notas Explicativas

2010, no montante de R$71.306. Em 28 de outubro de 2011 foram resgatadas, 66.666 ações preferenciais, no valor de R$82.640, acrescida de juros no montante de R$17.319. As ações preferenciais resgatadas foram extintas.

Usufruto de ações (valores não proporcionalizados)

Em 22 de março de 2011, a controlada indireta Telemar celebrou com o Banco Votorantim S.A. ("Votorantim") o Instrumento Particular de Constituição de Usufruto Oneroso ("Usufruto") sobre 150.000 ações preferenciais da sua controlada direta Valverde, de sua titularidade, em favor do Votorantim, mediante pagamento, pelo Votorantim, no valor de R$120.000.

Cada uma das ações, objeto do Usufruto, fará jus ao pagamento de dividendos fixos, prioritários e cumulativos, que serão equivalentes ao montante resultado da variação do CDI, acrescida da taxa efetiva de 1% a.a., *pro rata temporis*, multiplicado pelo valor de integralização de cada uma das ações, até o efetivo pagamento, nos termos do estatuto social da Valverde. Caso os dividendos fixos não sejam pagos nas datas estabelecidas no estatuto social da Valverde, a variação do CDI será acrescida de taxa equivalente de 2,5% a.a. até o seu efetivo pagamento.

O Usufruto vigorará até o dia 31 de março de 2019. Caso o Votorantim não tenha recebido durante o prazo do Usufruto pelo menos a quantia de R$120.000, ou caso não sejam pagos os dividendos fixos cumulativos durante o prazo de vigência do usufruto, o Usufruto permanecerá válido até o pagamento do referido valor, pelo prazo máximo de 30 anos. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, a sua controlada direta Valverde deliberou o montante de dividendos fixos no valor de R$7.331, que será pago ao Banco Votorantim no mês de junho de 2012.

Em 30 de março de 2011, a controlada indireta Telemar celebrou com o Banco Itaú BBA S/A ("IBBA") o Instrumento Particular de Constituição de Usufruto Oneroso ("Usufruto IBBA") sobre 19.069.120 ações ordinárias nominativas (TNLP3), de sua titularidade, em favor do IBBA, mediante pagamento, pelo IBBA, no valor de R$300.000.

O Usufruto IBBA terá o prazo de duração de 15 anos e será remunerado através da CDI mais *spread* de 1,37% a.a., caso o usufruto seja liquidado, total ou parcialmente, através (i) do pagamento de Juros Sobre Capital Próprio ("JSCP"), ou (ii) através do pagamento de penalidade de natureza compensatória, motivada por (a) mudança de controle acionário direto ou indireto; (b) quaisquer mudanças que resultem na impossibilidade de a controlada indireta Telemar atingir as metas estabelecidas no *business plan*, será aplicado um aumento de 1% a.a. na taxa interna de retorno mínimo, elevando-se, portanto, a CDI + 2,37% a.a. sobre as parcelas liquidadas nas modalidades acima.

Em 5 de maio de 2011 houve um pagamento de amortização e encargos do uso fruto no montante de R$11.302, devido ao recebimento de dividendos da controlada TNL. O IBBA fará jus ao recebimento direto de todos proventos das ações que serão pagos pela TNL, que serão creditados diretamente à sua conta corrente pela TNL.

(b) Garantias

Companhia

O empréstimo contratado pela Companhia junto ao Banco Bradesco S.A. possui como garantia as ações de emissão da controlada indireta LF Tel S.A.

Notas Explicativas

Iguatemi

Para o financiamento celebrado com o Banco Itaú Unibanco S.A., contrato de abertura de crédito de R$13.000, a controlada direta Iguatemi apresentou a fração ideal de 15,61% de cada unidade autônoma do imóvel atual, descritas na Cédula de Crédito Bancário de Abertura de Crédito para Construção de Empreendimento imobiliário com garantia Hipotecária e Outras Avenças, imóvel denominado Shopping Center Galleria registrado nas matrículas 110.523 a 110.631 do 1º Oficio de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas/SP.

Para o financiamento celebrado com o Banco Itau S.A. em 31 de março de 2010, a controlada direta Iguatemi apresentou como garantia, a fração ideal de 60,66% das unidades autônomas descritas na Cédula de Crédito Bancário de Abertura de Crédito para Construção de Empreendimento imobiliário com garantia Hipotecária e Outras Avenças, imóvel denominado Condomínio Shopping Center Iguatemi Rio registrado nas matrículas 53705 a 53917 do 10º Oficio de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro.

Para o financiamento celebrado com o Banco Itau S.A. e Banco Alfa em 22 de janeiro de 2010, a controlada direta Iguatemi apresentou como garantia, a fração ideal correspondente a 50% de cada um dos imóveis onde estão localizadas as lojas que compõem o Market Place Shopping Center, registrado nas matrículas 154.271 a 154.419 do 15º Serviço de Registro de Imóveis de São Paulo/SP.

Para o empréstimo com o Banco Bradesco celebrado em 25 de setembro de 2009, a controlada direta Iguatemi apresentou o imóvel denominado Condomínio Iguatemi Alphaville registrado na matrícula 138.678 do Registro e Imóveis de Barueri, que recai sobre o domínio útil do terreno urbano integrante do Quinhão 3 do Sítio Tamboré localizado em Barueri/SP constituídos pelos lotes 12.1,12.2,12.3 e 12.4 da quadra n.02 do arruamento denominado “Alphaville Centro Industrial e Empresarial”.

Para o empréstimo com o Banco Santander celebrado em 30 de dezembro de 2008, aditado em 25 de junho de 2009, a controlada direta Iguatemi apresentou como garantia o imóvel denominado MPT-I, contemplando os conjuntos 41, 51, 61, 71, 81, 91, 101, 111, 121, 131, 141 e 151, e 45% das matrículas individualizadas dos imóveis que constituem o empreendimento denominado MPSC.

LF Tel

As debêntures de emissão da controlada indireta LF Tel possuem garantia real representada por penhor da totalidade: (i) das ações ordinárias de emissão da Telemar Participações S.A., de sua propriedade, inclusive as que vierem a ser adquiridas; e (ii) das ações que foram adquiridas no mercado (11.409.200 ações da TNLP4), pela controlada indireta LF Tel, com os recursos provenientes da terceira emissão de debêntures.

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

Em 1 de novembro de 2011, a controlada indireta Telemar celebrou com o Banco do Brasil um contrato de fiança no valor de R$180.000 para garantir o compromisso pelo cumprimento das obrigações assumidas pela controlada indireta Telemar nos termos da cláusula quinta, parágrafo único, do Contrato de Subscrição de Ações, datado de 25 de abril de 2008, e seus Aditamentos, que tem por objeto regular a subscrição de ações preferenciais nominativas, resgatáveis, sem direito a voto, conversíveis em ações. A presente garantia tem vigência no período de 1 de novembro de 2011 a 31 de outubro de 2012.

Notas Explicativas

O Usufruto celebrado pela controlada indireta Telemar com IBBA possui como garantia o penhor de ações representativas do capital da sua controlada direta TNL em valor equivalente a 100% do saldo devedor (valor principal acrescido de juros).

A segunda emissão de Notas Promissórias, efetuada pela controlada indireta Telemar, teve como garantia o penhor de ações representativas do capital da sua controlada direta TNL em valor equivalente a 120% do valor da emissão.

As debêntures emitidas pela controlada indireta Telemar, referentes à décima emissão, possuem garantia real, na forma do disposto no Artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, tendo como garantia o penhor das ações ordinárias normativas escriturais e sem valor nominal de emissão da sua controlada direta TNL, correspondente a, no mínimo, 120% do valor nominal de cada debênture acrescido da remuneração. A garantia será outorgada em caráter irrevogável e irretratável pela controlada indireta Telemar e pela sua controlada direta Valverde.

As debêntures emitidas pela controlada indireta Telemar, referentes à nona emissão e o Usufruto com o Banco Votorantim, possuem garantia através de alienação fiduciária de 850.000 ações ordinárias e 150.000 ações preferenciais da sua controlada direta Valverde, bem como os direitos creditórios de sua titularidade decorrentes dos dividendos, JSCP e/ou quaisquer outros proventos relacionados às ações alienadas fiduciariamente, nos termos no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia.

As debêntures emitidas pela controlada indireta Telemar, referentes à oitava emissão, possuem garantia real, na forma do disposto no Artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, estando garantidas por penhor de ações de emissão da sua controlada direta TNL.

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis das controladas indiretas TMAR, da TNL PCS, da BrT e BrT Celular e aval da controlada indireta TNL e das companhias, no montante de R$6.367.062. Os empréstimos do Banco do Nordeste do Brasil S.A. possuem garantias em recebíveis das controladas indiretas TMAR e TNL PCS e aval das controladas indiretas TNL e TMAR, no montante de R$377.634.

A quinta emissão de debênture da BrT possuía garantia fidejussória, por meio de fiança prestada pela controlada indireta TNL.

Em Assembleia realizada em 17 de outubro de 2011, foi aprovada a extinção da garantia fidejussória prestada por meio de fiança da controlada indireta TNL.

Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

A controlada indireta Dedic, no financiamento celebrado com o BNDES em 16 de maio de 2011, apresentou garantias das ações da Contax Participações.

Os empréstimos obtidos pela controlada indireta CTX com os Bancos Itaú BBA e Votorantim estão garantidos pelo penhor das ações de emissão da Contax Participações.

A controlada indireta Contax, no financiamento celebrado com o BNDES em agosto de 2007, por opção contratual, apresentou garantias através de fianças de instituições financeiras, não sendo neste caso, aplicáveis as estruturas de recebíveis e de cláusulas restritivas (*financial covenants*) em 31 de dezembro de 2011.

Notas Explicativas

Em garantia ao financiamento contratado com o BNDES em março de 2010, que teve como objetivo a ampliação da capacidade instalada e modernização da controlada indireta Contax, a controlada oferece os direitos creditórios provenientes do Contrato de Prestação de Serviço firmado com a Oi Fixa, TNL PCS S/A. ("Oi Móvel") e a Telemar Internet Ltda.

(c) Arrendamento mercantil

As obrigações pelos contratos de arrendamento mercantil financeiro possuem prazo de pagamento que variam entre 12 e 60 meses e estão registradas pelo seu valor presente. Os encargos financeiros, que se referem, substancialmente, à variação do CDI, são registrados no resultado do exercício durante o prazo do arrendamento.

O valor presente dos pagamentos mínimos futuros está distribuído da seguinte maneira:

	Consolidado	
	2011	**2010**
Até um ano	192	1.160
Mais de um ano e até cinco anos	140	-
Total	**332**	**1.160**

(d) *"Covenants"*

Apresentamos a seguir as restrições e obrigações contidas nos contratos, os quais foram cumpridas pela Companhia e controladas em 31 de dezembro de 2011.

Companhia

O empréstimo da Companhia com o Bradesco S.A. possui cláusulas contratuais que prevêem o vencimento antecipado do saldo devedor estão abaixo sumarizadas:

- Inadimplemento de quaisquer obrigações da Companhia e seus avalistas;
- Ocorrência, na Companhia ou seus avalistas, de protestos de títulos de valor individual ou agregado superior a 10% do valor do saldo devedor do empréstimo;
- Existência de qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar o imóvel oferecido como garantia;
- Não substituição de qualquer um dos avalistas que se encontrarem nas situações acima mencionadas.
- Alienação, transferência ou cessão, total ou parcial, de percentual igual ou superior a 20% de sua participação acionária na Jereissati Telecom S.A., LF Tel S.A. e Telemar Participações S.A.

Iguatemi

Notas Explicativas

Parte dos contratos de financiamentos e debêntures obtidos pela controlada direta Iguatemi possuem cláusulas contratuais que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer e manutenção de saldos mínimos recebíveis em uma conta corrente.

LF Tel

Até a integral liquidação das debêntures, a controlada indireta LF Tel possui obrigações e restrições de natureza societária, contábil e financeira previstas na cláusula 8 do Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão Privada de Debêntures. As principais são:

- incorrer em endividamento adicional;
- prestar garantias;
- dar bens em garantia;
- vender ou dispor de ativos; e
- fazer certas aquisições, fusões e reestruturações.

Grupo de Telecomunicações

A oitava emissão de debêntures controlada indireta Telemar, possui avaliações trimestrais de razões financeiras da controlada indireta Telemar e avaliação anual de razões financeiras de sua controlada direta TNL, que vêm sendo regularmente cumpridas.

Os contratos de financiamentos com o BNDES, com outras instituições financeiras e as emissões de Debêntures, das controladas indiretas TMAR, TNL PCS, BrT e BrT Celular, exigem cumprimento de índices financeiros. Os índices financeiros nos contratos com o BNDES são apurados semestralmente, em junho e dezembro. Os demais são apurados trimestralmente.

Especificamente nos contratos com o BNDES, os índices financeiros são apurados com base nas informações contábeis/financeiras consolidadas da controlada indireta TNL.

Grupo de Contact Center e Cobrança

De acordo com cláusulas contratuais do financiamento da controlada indireta Contax obtido com o BNDES em março de 2010, a controlada indireta Contax deverá manter, durante a vigência do presente contrato, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“Índice”) igual ou maior que 1,65, sendo:

a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida calculado pela divisão do Lucro Antes de Imposto de Renda, Juros, Depreciação e Amortização (LAJIDA), também conhecido como Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization - EBITDA, pelo Serviço da Dívida, em base semestral;

b) LAJIDA (EBITDA) equivale ao resultado operacional antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social e despesas com depreciação e amortização, no semestre;

c) Serviço da Dívida equivale ao montante da dívida efetivamente pago aos credores a título de amortização de principal e juros, no semestre.

(e) Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Notas Explicativas

Iguatemi

As principais linhas de crédito contratadas pela controlada direta Iguatemi são: (a) em 5 de outubro de 2010, financiamento com o BNDES, no valor de R$89.798, para a construção do JK Iguatemi.Até 31 de dezembro de 2011 tinham sido liberados R$46.086; (b) em 31 de março de 2010, financiamento com o Banco Itau S.A., no valor de R$60.000, com o objetivo de construir o JK Iguatemi. Até 30 de dezembro de 2011, foram liberados R$51.642; e (c) em 25 de setembro de 2009, a controlada indireta SCIALPHA celebrou financiamento com o Banco Bradesco S.A., no valor total de R$90.000, com o objetivo de construir o Shopping Iguatemi Alphaville. Até 31 de dezembro de 2011, foram liberados R$85.515.

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

Em dezembro de 2011 a controlada indireta TMAR assinou contrato de financiamento junto ao *"Finnish Export Credit"*, no valor de US$200 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos de 2012.

Em novembro de 2011 as controladas indiretas TMAR, BrT, TNL PCS e BrT Celular contrataram uma linha de credito rotativo ("*Revolver Credit Facility"*), no valor de US$1bilhão, junto a um sindicato composto por 9 bancos comerciais globais, tendo como lideres os bancos *"Bank of America N.A Merrill Lynch", "Pierce, Fenner & Smith Incorporated", "HSBC Securities (USA) Inc", "RBS Securities Inc"* e *"Citibank N.A."*. Também participaram do sindicato, em diferentes níveis, os bancos Tokio Mitsubishi UFJ, *"Barclays PLC", "Deutsche Bank AG", "Morgan Stanley N.A*" e *"Sumitomo Mitsui"*.

A operação foi estruturada de forma que as companhias possam fazer uso da linha de crédito a qualquer momento, ao longo dos cinco anos contratados. Esta operação forma um significativo colchão de liquidez, fortalecendo a estrutura de capital e perfil de crédito do grupo, além de possibilitar maior eficiência da gestão do caixa.

Em AGE, realizada em 18 de fevereiro de 2011, foi aprovada a emissão privada, pela controlada indireta TMAR, de 446.481 debêntures conversíveis em ações preferenciais classe A (TMAR5), em série única, no valor nominal unitário de R$1, totalizando R$446.481. A emissão decorre de uma obrigatoriedade para contratação de financiamento junto ao BASA, mediante a utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA"), para realização do plano de investimentos na região da Amazônia Legal. O projeto objetiva promover a modernização e melhoria da atual rede de comunicação da controlada indireta TMAR, atendendo a novos municípios, ampliando a capacidade nas regiões onde hoje há cobertura, assim como a evolução da rede existente, permitindo oferecer novos tipos de serviços. A controlada indireta TMAR ainda não emitiu estas debêntures, não tendo, portanto, recebido os respectivos recursos.

Em setembro de 2010 a controlada indireta TMAR assinou contrato de financiamento junto ao "*Export-Import Bank of China"* no valor de US$100 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos.

20 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Consolidado	
	2011	2010
Ativos		

Notas Explicativas

Contratos de NDF - *"Non Deliverable Forward"*	28.159	2.859
Contratos de *"swap"* - cambial	38.640	10.536
Contratos de *"swap"* - taxa de juros	2.771	161
Contratos de Opção	-	1.065
	69.570	14.621
Circulante	41.029	9.573
Não circulante	28.541	5.048

	Controladora	Consolidado	
	2011	2011	2010
Passivos			
Contratos de *"swap"* - cambial	-	48.293	159.196
Contratos de NDF - *"Non Deliverable Forward"*	-	9.058	23.286
Contratos de *"swap"* - taxa de juros	-	4.551	3.495
Contratos de *"swap"* – outros (i)	36	36	-
	36	61.938	185.977
Circulante	36	37.804	123.867
Não circulante	-	24.134	62.110

(i) Em 22 de novembro de 2011, a Companhia celebrou uma Operação de Derivativos – Swap com o Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Goldman"), visando assegurar o preço de compra de uma determinada quantidade de ações da sua controlada direta Iguatemi. Os termos e disposições aplicáveis a esta operação são: (a) data de vencimento em 19 de março de 2012; (b) valor do nocional é de R$26.849 referente a 784.600 ações, ao preço médio de R$34,22; (c) o valor de liquidação será calculado conforme as condições contratuais e, se positivo, a Companhia deverá pagar ao Goldman e se negativo o Goldman deverá pagar a Companhia o valor absoluto (desconsiderando o sinal negativo). A operação também prevê o pagamento de um prêmio no valor de R$201 à Companhia na data do vencimento do contrato. Esse contrato foi liquidado em março de 2012 no valor de R$2.572.

A partir de 1 de janeiro de 2011, a controlada TMAR adotou dentre suas políticas contábeis a contabilidade de "*hedge*". Os efeitos decorrentes da referida adoção se encontram descritos na Nota 3.

21 AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	Consolidado	
	2011	2010
SMP (i)	289.001	429.427
Concessões STFC	-	34.447
Outras Autorizações	-	812
Total	**289.001**	**464.686**
Circulante	65.148	116.340
Não circulante	223.853	348.346

Notas Explicativas

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviço STFC, obtidas através de leilões.

(i) Os termos de autorização do Direito de Uso de radiofrequências nas faixas 3G para exploração de SMP nas áreas das Regiões I, II e III do PGA foram assinados em 29 de abril de 2008 pela controladas indiretas TNL PCS e BrT Celular, demandando um investimento de R$1.355.253 (valor não proporcionalizado). Sobre o saldo devedor incide a variação do IST, acrescido de juros de 1% a.m.

Além de autorizações do SMP contratadas pelas controladas indiretas TNL PCS e BrT Celular junto a ANATEL entre 2002 e 2004 na mesma área de concessão da telefonia fixa, demandando um investimento de R$331.433 (valor não proporcionalizado). Sobre o saldo devedor incide a variação do IGP-DI, acrescida de 1% a.m.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	Consolidado
2012	65.148
2013	55.554
2014	55.828
2015	55.828
2016	55.828
2017 em diante	815
Total	**289.001**

22 PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	Consolidado	
	2011	**2010**
PAES (i)	3.028	47.947
Parcelamento da Lei 11.941/2009 (ii)	183.233	162.976
Total	**186.261**	**210.923**
Circulante	17.674	15.952
Não circulante	168.587	194.971

Os valores do PAES e do novo parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 segregados em principal, multas e juros são compostos como segue:

	Consolidado				
				2011	**2010**
	Principal	**Multa**	**Juros**	**Total**	**Total**
COFINS/PIS	58.309	9.417	51.491	119.217	116.603
Imposto de renda	14.552	1.809	12.579	28.940	31.101

Notas Explicativas

IOF	6.550	678	4.332	11.560	19.685
Contribuição social	3.984	547	2.850	7.381	9.413
INSS - SAT	1.520	590	3.420	5.530	7.824
CPMF	2.661	267	1.723	4.651	16.901
Outros	3.618	681	4.683	8.982	9.396
Total	**91.194**	**13.989**	**81.078**	**186.261**	**210.923**

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	Consolidado
2012	17.674
2013	16.040
2014	16.040
2015	14.102
2016 a 2018	42.307
2019 a 2021	42.307
2022 a 2024	37.791
Total	**186.261**

(i) PAES – REFIS II

A controlada indireta TNL e suas controladas TMAR, TNL PCS e iG Brasil aderiram ao PAES – Parcelamento Especial (também conhecido como REFIS II – Programa de Refinanciamento Fiscal II), disciplinado pela Lei nº 10.684/2003, inscrevendo parte substancial dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 28 de fevereiro de 2003.

Conforme previsto no art. 7º da referida Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do PAES, podendo ser excluídas do programa caso atrasem esses pagamentos por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer.

A RFB – Receita Federal do Brasil e a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional incluíram indevidamente diversos débitos das controladas indiretas TNL, TMAR e da TNL PCS no PAES, de modo que o saldo dos referidos parcelamentos foi consolidado em valor superior àquele incluído pelas empresas.

As controladas indiretas TMAR e TNL PCS optaram pela discussão judicial das diferenças apontadas pela RFB e PGFN. No caso da controlada indireta TNL PCS o parcelamento já se encontra liquidado, persistindo a discussão apenas para a controlada indireta TMAR.

As controladas indiretas BrT e iG Brasil possuíam saldos decorrentes da inclusão de débitos federais vencidos até 29 de fevereiro de 2000 em programa de refinanciamento, este regulado pela Lei nº 9.964/2000 (também conhecido como REFIS I).

Com a edição do novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, os saldos de parcelamentos das controladas indiretas TNL, BrT, iG Brasil e TMAR foram migrados, conforme abaixo.

(ii) Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009

Notas Explicativas

Iguatemi

Em 30 de novembro de 2009, a controlada direta Iguatemi e suas controladas aderiram ao parcelamento de débitos perante a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no montante total de R$10.095. Após a consolidação dos débitos, que ocorreu em junho de 2011, o montante passou a ser R$5.189. A controlada Iguatemi optou pelo pagamento desses débitos em 30 meses, os quais vem sendo efetuado regularmente, e não irá utilizar-se de créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social para liquidação de juros e multas.

LF Tel

Em 30 de novembro de 2009, a controlada indireta LF Tel aderiu ao parcelamento de débitos perante a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no montante total de R$1.628 (valor não proporcionalizado). Após a consolidação dos débitos, que ocorreu em junho de 2011, o montante passou a ser R$1.376, tendo optado pelo pagamento desses débitos em 30 meses, os quais vem sendo efetuado regularmente. Este montante permanece classificado como passivo circulante.

As principais teses inseridas no programa foram:

- Reparcelamentos de PIS e COFINS, anteriormente existentes.
- Valores relativos ao PIS e COFINS devidos s/ receita de juros sobre o capital próprio.

Grupo de Telecomunicações

A controlada indireta TNL e várias de suas controladas aderiram ao Novo Parcelamento de Débitos Tributários Federais, disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, incluindo parte dos débitos administrados pela RFB e PGFN (débitos relativos a tributos federais, inclusive previdenciários) vencidos até 30 de novembro de 2008.

Os refinanciamentos foram pactuados em 180 meses e com a adesão, os depósitos judiciais relacionados aos processos transferidos para o novo parcelamento serão convertidos, na forma da legislação aplicável, em renda para a União.

As controladas indiretas TNL, BrT, iG Brasil e TMAR optaram por migrar os saldos dos parcelamentos especiais anteriores (REFIS e PAES) para o novo parcelamento. Para tanto, nos termos da Lei nº 11.941/2009, as empresas restabeleceram as respectivas dívidas nos montantes referentes ao momento anterior aos antigos parcelamentos e, posteriormente, aplicaram os redutores previstos na nova lei.

No que se refere controlada indireta TMAR, como já mencionado, os débitos originariamente incluídos no PAES encontram-se refinanciados no âmbito do novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009. Os valores incluídos de ofício pela PGFN e RFB no PAES permanecem objeto de disputa judicial.

Em função de uma decisão judicial de primeira instância publicada ao final de março de 2011, a controlada indireta TMAR revisitou a avaliação da probabilidade de perda para essa disputa judicial, alterando-a de possível para provável. Consequentemente, a controlada indireta TMAR

Notas Explicativas

reconheceu no resultado a diferença, objeto da disputa, entre o valor incluído no PAES em 2003, com o qual não concordava, e o novo programa de parcelamento. Em março de 2011 a controlada indireta TMAR reconheceu o principal em outras despesas operacionais, impactando o resultado consolidado em R$8 milhões e registrou a atualização monetária líquida em despesas financeiras impactando o resultado consolidado em R$34 milhões.

As controladas vêm realizando os pagamentos do REFIS e do Novo Parcelamento sem atraso, em consonância com a determinação da Instrução CVM nº 346/2000, que dispõe sobre a regularidade do pagamento como condição essencial para a manutenção das condições previstas no parcelamento.

Os valores do PAES são atualizados monetariamente pela variação da TJLP, e do Novo Parcelamento pela SELIC, tendo sido reconhecidos R$27.607 (2010 – R$18.513) no consolidado como "Despesas financeiras", no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (vide Nota 7).

23 PROVISÕES

(a) Composição do saldo

		Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
	Tributárias (vide item (d) (1))				
(i)	ICMS	-	-	94.793	135.918
(ii)	FUNTTEL	-	-	18.903	23.615
(iii)	ISS	-	-	6.549	16.914
(iv)	ILL	-	-	4.347	12.118
(v)	INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	-	-	2.636	3.550
(vi)	Demais ações	278	278	43.647	49.108
	Total	**278**	**278**	**170.875**	**241.223**
	Trabalhistas (vide item (d) (2))				
(i)	Horas extras	-	-	115.325	133.913
(ii)	Diferenças salariais	-	-	38.143	64.117
(iii)	Adicionais diversos	-	-	35.459	45.119
(iv)	Indenizações	-	-	34.662	37.613
(v)	Estabilidade/ Reintegração		-	23.784	17.468
(vi)	Complemento de aposentadoria	-	-	11.979	20.545
(vii)	Honorários advocatícios/periciais	-	-	9.239	2.586
(viii)	Verbas rescisórias	-	-	6.986	24.183
(ix)	Multas trabalhistas	-	-	4.276	5.723
(x)	FGTS	-	-	3.826	8.544
(xi)	Subsidiariedade	-	-	1.599	19.392
(xii)	Vínculo empregatício	-	-	616	1.424
(xiii)	Demais ações	6.550	5.309	37.575	37.079
	Total	**6.550**	**5.309**	**323.469**	**417.706**
	Cíveis (vide item (d) (3))				

Notas Explicativas

(i)	Societário	-	-	368.282	528.026
(ii)	Estimativas ANATEL	-	-	81.864	106.093
(iii)	Multas ANATEL	-	-	67.161	76.683
(iv)	Juizados Especiais Cíveis	-	-	30.776	39.774
(v)	Corella	-	-	9.983	10.228
(vi)	Caixa Econômica Federal	-	-	-	35.379
(vii)	Demais ações	-	-	103.799	138.497
	Total	**-**	**-**	**661.865**	**934.680**
	Total das provisões	**6.828**	**5.587**	**1.156.209**	**1.593.609**
	Circulante	-	-	286.278	369.934
	Não circulante	6.828	5.587	869.931	1.223.675

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

(b) Detalhamento dos processos por natureza de risco (consolidado)

	2011			
	Tributárias	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Total**
Provisões	170.875	323.469	661.865	1.156.209
Passivos contingentes	2.878.458	381.975	206.363	3.466.796

	2010			
	Tributárias	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Total**
Provisões	241.223	417.706	934.680	1.593.609
Passivos contingentes	3.408.562	688.448	309.214	4.406.224

(c) Resumo das movimentações dos saldos de provisões para perdas em processos judiciais

	Consolidado			
	Tributárias	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Total**
Saldo em 01/01/2010	**271.261**	**407.818**	**972.973**	**1.652.052**
Adições / reversões (Nota 6) (i)	847	51.162	145.682	197.691
Baixas por pagamentos/ encerramentos	(56.968)	(82.568)	(212.146)	(351.682)
Atualização monetária (Nota 7)	26.083	41.294	28.171	95.548
Saldo em 2010	**241.223**	**417.706**	**934.680**	**1.593.609**
Adições / reversões (Nota 6)	13.100	46.365	64.089	123.554
Aumento/ Perda de Participação (ii)	(57.345)	(112.900)	(251.681)	(421.926)
Baixas por pagamentos/ encerramentos	(39.302)	(58.719)	(103.478)	(201.499)
Atualização monetária (Nota 7)	13.199	31.017	18.255	62.471

Notas Explicativas

Saldo em 2011	**170.875**	**323.469**	**661.865**	**1.156.209**

(i) O total das adições líquidas de reversões, no valor de R$197.691, em 31 de dezembro de 2010, é composto pelas despesas com no valor de R$194.852 (vide Nota 6), e pelo valor provisionado referente ao questionamento relativo ao FUNTTEL, registrado em conta de resultado desse tributo, no valor total de R$2.839.

(ii) Representado substancialmente pela redução de participação na controlada indireta LF Tel, conforme Nota 1 (h).

(d) Provisões (consolidado) (valores não proporcionalizados)

(1) Tributárias:

(i) ICMS - Refere-se à provisão considerada suficiente pela Administração para fazer face a autuações fiscais diversas relacionadas à: (a) exigência de tributação de determinadas receitas pelo ICMS ao invés do ISS; (b) compensação e apropriação de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, inclusive necessários à manutenção da rede e (c) autuações relacionadas a descumprimento de obrigações acessórias.

(ii) FUNTTEL - foi constituída com base na alteração introduzida quanto à forma de cálculo do FUST pela súmula 7 da ANATEL (que deixou de permitir a exclusão das despesas relativas a EILD e interconexão da base de cálculo, inclusive retroativamente e no potencial impacto na base de cálculo do FUNTTEL).

(iii) ISS – Representado principalmente pela seguinte provisão: as controladas indiretas TMAR e a BrT mantém provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência da tributação de ISS sobre diversos serviços, como aluguéis de equipamentos, de valor agregado e técnicos e administrativos.

(iv) ILL – A controlada indireta TMAR compensou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos.

(v) INSS - Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.

(vi) Demais ações - Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU, no valor de R$10.462 (2010 – R$10.462), e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social, no montante de R$1.414 (2010 - R$1.562). A controlada direta Iguatemi é ré em autuações relacionadas com a falta de recolhimento das contribuições ao PIS e à COFINS sobre a receita de aluguel em períodos anteriores a 1998. Em 31 de dezembro de 2011, os valores montam a R$15.267 (2010 - R$14.577) para a COFINS e R$3.518 (2010 - R$3.355) para o PIS. O processo administrativo da COFINS foi julgado na 2ª Instância da esfera administrativa e a Receita perdeu o recurso. Os processos judiciais (execuções fiscais) do PIS e da COFINS estão em fase de instrução processual na 1ª Instância. Na controlada indireta Contax, o questionamento refere-se principalmente à dedução do custo do ISS sobre a base de calculo para apuração de PIS/COFINS, no montante de R$26.753 (2010 – R$12.625) e à aplicação do multiplicador FAP – Fator Acidentário de Prevenção incidente sobre a alíquota do

Notas Explicativas

encargo previdenciário RAT – Risco de Acidente de Trabalho, cuja nova sistemática de cálculo passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2010, no montante de R$31.073 (2010 – R$14.711).

(2) Trabalhistas:

(i) Horas extras - Reclamações referentes a pedidos de recebimento de horas adicionais, trabalhadas além da jornada normal de trabalho.

(ii) Diferenças salariais - Representadas, substancialmente, por verbas decorrentes de diferenças salariais entre empregados de equiparação salarial/reenquadramento, pleiteadas por aqueles que recebem menor remuneração a despeito da identidade de funções, associada a outros requisitos previstos na legislação aplicável.

(iii) Adicionais diversos - Refletem, substancialmente, as expectativas de perda nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de adicional de periculosidade para empregados que desempenham funções em um ambiente considerado perigoso, principalmente próximo às instalações de alta tensão.

(iv) Indenizações - Correspondem a pedidos de ressarcimento ou compensação por danos ocorridos no curso do contrato de trabalho, decorrentes de razões diversas, entre as quais pode-se citar: acidente de trabalho, estabilidade provisória, danos morais, devolução de descontos em folha de pagamento, auxílio creche e produtividade previstos em acordo coletivo.

(v) Estabilidade/reintegração – Refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;

(vi) Complemento de aposentadoria - Reclamações referentes às diferenças devidas no plano de previdência privada dos ex-empregados, originadas pelo êxito na integração de outras verbas salariais devidas e não consideradas no cálculo do valor da aposentadoria.

(vii) Honorários advocatícios/periciais - Parcelas pagas nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial.

(viii) Verbas rescisórias - Valores devidos aos reclamantes decorrentes de verbas da rescisão do contrato de trabalho, tais como férias (proporcionais/vencidas), décimo terceiro salário, multa FGTS e outras, além do reflexo de outros pedidos que deveriam integrar o cálculo da rescisão.

(ix) Multas trabalhistas - Valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas.

(x) FGTS - Reclamações referentes as diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e, ainda, diferenças oriundas dos expurgos inflacionários nas contas de FGTS em função das perdas monetárias geradas pelos Planos Econômicos das décadas de 80 e 90,

Notas Explicativas

bem como a consequente diferença no pagamento da multa de 40% do FGTS prevista nas demissões sem justa causa, provenientes desses mesmos expurgos.

(xi) Subsidiariedade - Reclamações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas, por responsabilidade subsidiária pelos créditos porventura devidos e não liquidados pelas empresas terceirizadas, normalmente em decorrência do encerramento das atividades destas empresas.

(xii) Vínculo empregatício - Reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a controlada indireta TMAR e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta.

(xiii) Demais ações - Refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

No primeiro trimestre de 2011, a controlada indireta BrT concluiu o processo de padronização da metodologia de cálculo das provisões para contingências trabalhistas, alinhando seus procedimentos aos praticados pela controlada indireta TMAR. Como consequência, a controlada indireta BrT reconheceu efeitos no resultado consolidado de R$53.074, contabilizado como outras despesas operacionais na conta “provisões/reversões” e R$63.566, contabilizado como despesas financeiras na conta “atualização monetária de provisões”.

(3) Cíveis:

(i) Societário - Contratos de Participação Financeira – os contratos de participação financeira surgiram, regrados pelas portarias ministeriais: nº 415/1972, nº 1.181/1974, nº 1.361/1976, nº 881/1990, nº 86/1991 e nº 1.028/1996. O assinante participava financeiramente da empresa concessionária, integralizando determinada quantia que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando assim, a emissão de ações. As demandas ajuizadas contra a antiga CRT, sociedade incorporada pela controlada indireta BrT discutem a forma utilizada para realizar a retribuição acionária em virtude dos acima mencionados contratos de participação financeira.

A controlada indireta BrT provisionava o risco de perda com relação a essas ações, considerando determinadas teses jurídicas. Ao longo do primeiro semestre de 2009, foram proferidas decisões nos tribunais de justiça as quais levaram a controlada indireta BrT a rever a avaliação de valor e grau de risco atribuído aos processos que discutem a matéria. A controlada indireta BrT, respeitando, por óbvio, as peculiaridades de cada decisão e apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, alterou a sua estimativa sobre a probabilidade de perda de possível para provável. Durante o exercício de 2009, a Administração da controlada indireta BrT, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, revisou o processo de mensuração da provisão para contingências relativas aos contratos de participação financeira. A referida revisão contemplou considerações adicionais correspondentes às datas e às teses que nortearam o trânsito em julgado de processos existentes, bem como a utilização de critérios estatísticos, para estimar o valor da provisão para contingências referente aos processos mencionados. A controlada indireta BrT atualmente provisiona tais valores levando-se em conta, principalmente, (i) as referidas

Notas Explicativas

teses acima mencionadas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese.

Ao final de 2010, foi divulgada notícia pelo site do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que o mesmo fixou critérios de indenização a ser adotado pela controlada indireta BrT, em benefício de acionistas da extinta CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, a eventual indenização (conversão da eventual obrigação em dinheiro) deve se basear: (i) na definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respectiva integralização, (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no fechamento do pregão do dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária (IPC/INPC), a partir do pregão da Bolsa de Valores do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucessão, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.

Com base nas informações atuais, a controlada indireta BrT julga que sua estimativa não seria impactada materialmente em 31 de dezembro de 2011, caso tal metodologia já estivesse aprovada. Entretanto, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da controlada indireta BrT.

(ii) Estimativas ANATEL – Refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU e PGMQ.

(iii) Multas ANATEL – Refere-se, substancialmente, as provisões de PADO´s – Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade.

(iv) Juizados Especiais Cíveis - Questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.

(v) Corella - A controlada direta Iguatemi é ré em ação ordinária que objetiva a aplicação de cláusula de recompra da participação do autor no SCBRI, equivalente a 3,58% desse empreendimento. A ação, que poderá elevar a participação da controlada direta Iguatemi no empreendimento, totaliza R$9.983 (2010 - R$10.228). O processo aguarda julgamento na 2ª Instância da esfera judicial.

(vi) Caixa Econômica Federal - O Condomínio Shopping Center Iguatemi ajuizou ação em face da Caixa Econômica Federal - CEF, objetivando concessão de liminar e decisão judicial definitiva para expurgar do saldo devedor do mútuo o reajuste aplicado em 16 de abril de 1990 (84,32% - IPC de março de 1990), proceder ao recálculo do saldo do débito com a aplicação do BTNF vigente no dia do aniversário do contrato (7,01%) e apurar o valor das prestações vincendas. O processo foi liquidado em julho de 2011, através do pagamento de R$52.601 no consolidado.

Notas Explicativas

(vii) Demais ações - Refere-se, principalmente, a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra as controladas da controlada indireta TNL, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais, para os quais a Administração e seus consultores jurídicos atribuem prognósticos de perda provável, entre outros. Já a controlada indireta Contax possui (i) três ações judiciais discutindo a renovação dos contratos de locação ("Ações Renovatórias") e (ii) duas ações em que se discutem os valores de aluguel fixados no contrato de locação do imóvel situado à Rua do Passeio, no Rio de Janeiro. Adicionalmente, a controlada indireta Contax foi multada pela Empresa Brasileira de Correios e Telegráfos ("Correios") por quebra de obrigações do contrato celebrado entre as partes em 13 de maio de 2002 para vigorar pelo prazo de seis anos. As multas aplicadas totalizam R$2.645 por alegada violação de confidencialidade de mensagens telefônicas; falha em não transferir linhas telefônicas reservadas (0800); e falha em não atender integralmente as ligações telefônicas. Apesar de a controlada indireta Contax possuir fortes fundamentos jurídicos para contestar a equidade de tais multas, a controlada indireta Contax provisionou o valor de R$442. A controlada indireta Contax ajuizou Ação Anulatória, garantindo o valor discutido através de apólice de seguro. Em junho de 2010, os Correios efetuaram o depósito do valor de R$2.645, a favor da controlada indireta Contax, em cumprimento à liminar judicial.

(e) Passivo contingente

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Tributárias:

Companhia

A Companhia possui processos de natureza tributária, envolvendo "possível" risco de perda. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 os valores estimados totalizavam R$20.958.

Iguatemi

A controlada direta Iguatemi e suas controladas estão envolvidas em outros processos tributários, cíveis e indenizatórias surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo "possível" risco de perda. Em 31 de dezembro de 2011 os valores estimados de perda totalizam R$1.371, R$1.147 e R$93 respectivamente.

Jereissati Telecom

A controlada Jereissati Telecom possui processos de natureza tributária, envolvendo "possível" risco de perda, relacionados a autuações em virtude de questionamentos quanto ao recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 os valores estimados de perda totalizam R$13.230.

Notas Explicativas

LF Tel (valores não proporcionalizados)

A controlada indireta LF Tel possui processos de natureza tributária, envolvendo "possível" risco de perda, relacionados a autuações em virtude de questionamentos quanto ao recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 os valores estimados de perda totalizam R$7.873.

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

ICMS - Autuações fiscais que alcançam o montante aproximado de R$5.645.994 (2010 – R$4.645.477). Dentre essas autuações, destacam-se dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS, ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos necessários à manutenção da rede.

Tributos municipais – Autuações referentes a tributos lançados pelas autoridades municipais, dentre os quais se destacam aquelas pertinentes a aluguel de equipamentos, serviços despertador, entre outros serviços de comunicação. O montante total envolvido é de aproximadamente R$2.487.025 (2010 - R$3.047.052), sendo que não estão provisionados por serem consideradas pelos advogados responsáveis com risco de perda possível, já que essas atividades não se enquadram na lista de incidência do ISS ou já são tributadas pelo ICMS. Ademais, fortalecendo os argumentos de defesa, o STF decidiu no último trimestre de 2001 que o ISS não deve incidir sobre locação de equipamentos, sendo que parte substancial dos valores autuados refere-se a esta modalidade de receita.

INSS - Processos no montante aproximado de R$1.589.917 (2010 – R$1.442.202) relacionados, principalmente, à responsabilidade subsidiária, percentual aplicável de SAT - Seguro de Acidente de Trabalho e verbas passíveis de incidência de contribuição previdenciária. Dentre os quais destaca-se a cobrança efetuada a controlada indireta TMAR pelas autoridades previdenciárias (NFLD's de julho de 2005) que questiona a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados, cujo pagamento foi realizado nos termos da Lei nº 10.101 e do art. 7º da Constituição Federal de 1988, não devendo integrar a base de cálculo da referida contribuição. O valor referente a esta autuação monta a R$439.108 (2010 – R$393.332).

Tributos federais - As autuações de tributos federais são relativas, principalmente, a procedimentos de compensação e de denúncia espontânea realizados, bem como de glosas efetuadas na apuração dos tributos, no valor aproximado de R$6.084.827 (2010– R$3.980.752). A Administração da controlada indireta TNL, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, considera como possíveis chances de perdas nesses processos, razão pela qual não constitui provisão para eventuais perdas.

Seguem abaixo relacionadas, demais cobranças efetuadas pelas autoridades federais:

(i) IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Amortização do ágio – Autuação de julho de 2005 – Questionamentos de R$2.489.930 (2010 – R$2.229.872), substancialmente, relacionado à operação societária realizada pela controlada indireta TNL em 1998 que proporcionou a apropriação do ágio contábil apurado no leilão de privatização do Sistema Telebrás. A amortização do ágio e correspondente dedução para fins tributários estão previstas na Lei n° 9.532/1997, que, em seu art. 7°, autoriza que o produto da amortização do ágio seja computado no lucro real da controlada indireta TNL resultante de fusão, cisão

Notas Explicativas

ou incorporação, em que uma delas detenha investimentos na outra, adquiridos com ágio fundamentado na perspectiva de rentabilidade da investida. Há, portanto, previsão expressa na legislação federal vigente quanto à possibilidade de aproveitamento do ágio pago na aquisição de investimentos. Trata-se de operação usual no mercado e que obedeceu, inclusive, às prescrições da Instrução CVM n° 319/1999. A controlada indireta TNL conta com pareceres jurídicos de quatro renomados escritórios de advocacia tributária, confirmando a licitude dos procedimentos adotados na operação em questão.

A controlada indireta TNL obteve decisão de 1ª instância parcialmente favorável, reduzindo o valor da autuação em R$646.467 (2010 – R$579.075) e, após apresentação do recurso cabível, aguarda decisão de 2ª instância administrativa, permanecendo como possível o montante de R$1.843.463.

(ii) PIS e COFINS – Glosas indevidas – Em 30 de junho de 2006, a controlada indireta TMAR foi autuada pela SRF no montante de R$1.026.560 (2010– R$919.544), referente a diversas glosas de exclusões nas bases de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS; em razão da fiscalização não ter considerado as informações constantes nas obrigações acessórias retificadas pelo contribuinte (DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais retificadoras) para a apuração dos valores devidos, e incorreções nos comparativos (PIS e COFINS apurado x DCTF´s) por parte da fiscalização. A controlada indireta TMAR levantou os documentos comprobatórios para defesa da sua correta apuração e recolhimento e, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, avalia como possíveis às chances de perda nessa autuação.

Foi obtida decisão parcialmente favorável em primeira instância, ainda provisória, através da qual foi reduzido em, aproximadamente, R$583.606 (2010 – R$522.767) o valor autuado, tendo sido interposto recurso em face da parcela desfavorável à controlada indireta TMAR. Tendo em vista que o valor reduzido é decorrente da identificação de erros cometidos, na avaliação dos advogados da controlada indireta TMAR, permanecendo possível a parcela restante de R$442.954.

(iii) Multa - IRRF Mútuo - Autuação de dezembro de 2007 – As autoridades fazendárias imputaram à controlada indireta TMAR multa no valor histórico de R$257.653 (2010 – R$230.816) pela falta de retenção do IRRF devido (nos anos-calendário de 2002 e 2003) por ocasião dos rendimentos decorrentes dos contratos de mútuo celebrados com a controladora TNL.

A controlada indireta TMAR obteve decisão de 1ª instância parcialmente favorável, reduzindo o valor da autuação em R$99.651 (2010 - R$89.272) e, após apresentação do recurso cabível, aguarda decisão de 2ª instância administrativa, permanecendo como possível o montante de R$158.002. Os assessores jurídicos da controlada indireta TMAR consideram que há bons argumentos para a defesa de seus interesses, uma vez que, além de parte dos valores terem sido alcançados pela decadência e serem de risco remoto de perda, a retenção de que se trata era dispensada pelo inciso II do art.77 da Lei nº 8.981/1995, que apenas veio a ser revogado pela Lei nº 10.833/2003.

Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

Em 31 de dezembro de 2011, a controlada indireta Contax possui passivos contingentes fiscais, atualizados com base na SELIC, no montante de R$73.323 (2010 - R$44.932). Este valor não está provisionado em função da controlada indireta Contax haver interposto recurso de defesa e ter se

Notas Explicativas

baseado na opinião de seus assessores legais externos que atribuem aos referidos processos probabilidade de perda possível ou remota.

Trabalhistas (valores não proporcionalizados):

Grupo de Telecomunicação

Refere-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R$1.262.177 (2010 – R$2.546.580).

Durante o exercício de 2011, a controlada indireta BrT concluiu o processo de padronização da metodologia de cálculo das provisões para contingências trabalhistas, alinhando seus procedimentos ao praticado pela controlada indireta TMAR. A metodologia considerada anteriormente pela controlada indireta BrT tinha como base atribuir às causa os valores informados por seus consultores jurídicos externos e o modelo que passou a ser adotado considera a média dos valores históricos em processos de mesma natureza. Desta forma há uma redução significativa dos valores do passivo contingente que passam a integrar a composição da média.

Grupo de Contact Center e Cobrança

Em 21 de julho de 2011, a controlada indireta Contax foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, esfera previdenciária, no montante de R$26.334. Foram analisados e identificados valores efetivamente devidos de R$1.957 e quitados com desconto de 70%. Este montante foi registrado no grupo de outras despesas operacionais, na demonstração do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Os autos de infração ainda ativos compreendem o período de janeiro a dezembro de 2007, sendo que o valor de R$24.377 refere-se à descaracterização do pagamento de alimentação ao colaborador dentro dos moldes do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). A Administração da controlada indireta Contax impugnou administrativamente os autos de infração, por entender que não há incidência de tributação de INSS sobre o fornecimento de alimentação “in natura”. A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos, avalia a probabilidade de perda desta causa como possível, não sendo, portanto, no julgamento da Administração requerida a constituição de qualquer provisão para eventuais decisões desfavoráveis.

Em 22 de janeiro de 2010, a controlada indireta Contax foi autuada pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) do Rio de Janeiro, no montante de R$29.136. No auto de infração, que atinge o período de janeiro de 2001 a fevereiro de 2009, são exigidos os valores relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Lei nº 8.036/90) e a Contribuição Social (Lei Complementar nº 110/01) incidentes sobre os pagamentos em dinheiro, aos seus colaboradores, do valor correspondente ao benefício indireto do vale transporte. A controlada indireta Contax impugnou administrativamente o auto de infração e atualmente aguarda julgamento. A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos, que avaliam a probabilidade de perda desta causa na esfera judicial como possível, não constituiu qualquer provisão para eventuais decisões desfavoráveis.

Adicionalmente na esfera administrativa, em 31 de dezembro de 2011, 290 autos de infração, sob a alegação de violação das leis trabalhistas, encontravam-se pendentes contra a controlada indireta Contax. Os valores envolvidos nesses autos de infração dependem do tipo de violação, daquantidade de colaboradores envolvidos e do fato de a suposta infração ter sido cometida pela

Notas Explicativas

primeira vez. A controlada indireta Contax impetrou recursos administrativos, conforme exigência legal, ao longo do presente ano até 31 de dezembro de 2011 efetuando depósitos judiciais. Uma vez que a controlada indireta Contax, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos, classificou o risco de perda desses autos de infração como "possível", os mesmos não foram incluídos como parte das contingências provisionadas contabilmente, tampouco os valores depositados com relação às multas.

Cíveis (valores não proporcionalizados):

Grupo de Telecomunicações

Refere-se a ações que não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R$1.262.449 (2010 – R$1.371.801).

Esse valor está baseado, exclusivamente, nos montantes dos pedidos dos autores (normalmente superiores à realidade do mérito), não havendo até a presente data nenhuma decisão judicial final.

Os questionamentos acima mencionados incluem também determinadas disputas em aberto com promitentes assinantes e com cessionários de promitentes assinantes de seus serviços de telefonia fixa na Região I, que alegaram não cumprimento integral de determinados contratos de participação financeira anteriores à privatização (através das quais esses assinantes alegam ter direito a ações da controlada indireta TMAR). Tais processos envolvem, atualmente cerca de 50 mil contratos em disputa na esfera judicial e para os quais a controlada indireta TMAR não possui provisão, já que seus consultores avaliam o risco de perda como possível. Uma vez que em nenhum dos processos relacionados aos referidos contratos houve trânsito em julgado, não é praticável mensurar valores de eventuais desembolsos para tais processos. Consequentemente, baseada no parágrafo 91 da "CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes", a controlada indireta TMAR não possui estimativa de valores envolvidos a ser divulgada em suas Demonstrações Financeiras.

Em setembro de 2004, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro promoveram uma ação civil pública contra as controladas indiretas TNL, TMAR, TNL PCS e a União, requerendo a anulação da transferência de controle acionário das controlada indireta TNL PCS para a controlada indireta TMAR, bem como o pagamento de indenização por danos morais e materiais supostamente imputados aos acionistas minoritários e ao mercado financeiro. A venda do controle acionário da controlada indireta TNL PCS para a controlada indireta TMAR também é objeto de outras duas ações judiciais, movidas por dois acionistas minoritários, bem como de um processo administrativo instaurado pela CVM para apurar eventuais irregularidades na operação. Os três processos judiciais já foram julgados em primeira instância e todos os pedidos formulados foram julgados improcedentes pela 1ª instância da justiça brasileira. Desta forma, os consultores jurídicos reavaliaram a probabilidade de perda como remota.

Em julho de 2009, foi ajuizada uma ação civil coletiva contra a controlada indireta TMAR pela União, Ministério Público Federal, Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, órgãos de Defesa ao Consumidor e diversos Procons Estaduais a título de reparação por supostos danos morais coletivos causados em razão de descumprimento das regras para fixar normas gerais sobre Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). A controlada indireta TMAR apresentou a sua defesa, protocolada em 16 de setembro de 2009, e aguarda a decisão judicial de primeira instância.

Notas Explicativas

A controlada indireta TMAR está sujeita a procedimentos administrativos e investigações preliminares conduzidas pelo CADE referentes a potenciais violações da Lei 8.884/94 (Lei Antitruste). Essas investigações podem resultar em penalidades, incluindo multas. Até a presente data, nenhuma multa ou pena foi aplicada. A sua Administração considera que o risco de ocorrência de multas em um ou mais processos é possível, e assim sendo a controlada indireta TMAR não registrou qualquer provisão.

Grupo de Contact Center e Cobrança

Em 31 de dezembro de 2011, a controlada indireta Contax possui passivos contingentes cíveis, atualizados com base na SELIC, no montante de R$32.455 (2010 - R$26.473). Este valor não está provisionado em função da controlada indireta Contax haver interposto recurso de defesa e ter se baseado na opinião de seus assessores legais externos que atribuem aos referidos processos probabilidade de perda possível ou remota.

(f) Ativo contingente (valores não proporcionalizados)

A seguir estão apresentadas as demandas judiciais de ordem tributária, através das quais a controlada indireta BrT reivindica a recuperação de tributos pagos.

PIS/COFINS - Refere-se a questionamento judicial sobre a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do PIS e da COFINS. O período abrangido pela Lei foi de fevereiro de 1999 a novembro de 2002 para o PIS e fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 para a COFINS. Em novembro de 2005, o STF concluiu o julgamento de alguns processos que tratam do tema e considerou inconstitucional a majoração da base de cálculo introduzida pela referida Lei. Parte das ações da controlada indireta TMAR e das empresas concessionárias do STFC da Região II do Plano de Outorgas, incorporadas pela controlada indireta BrT em fevereiro de 2000, transitaram em julgado no decorrer de 2006, no que se refere ao alargamento da base de cálculo da COFINS. São aguardados os julgamentos dos demais processos das demais empresas incorporadas, cuja avaliação de êxito dos assessores jurídicos da controlada indireta BrT, na entrada futura de recursos, está considerada como provável. O montante atribuído a esses processos, que representam uma contingência ativa consolidada não reconhecida contabilmente, é de R$21.304 (2010 – R$20.271).

Grupo de Contact Center e Cobrança

A controlada indireta Contax possui seis ações envolvendo a empresa Sudeste Construções Empreendimentos Ltda. (“Sudeste”), alegando inexecução das obras previstas no contrato de prestação de serviços de empreitada firmado com a Sudeste. O objeto dessas ações visa à retenção dos valores cobrados pela Sudeste em virtude da não prestação completa dos serviços ora contratados. Em 31 de dezembro de 2011, o montante envolvido não reconhecido contabilmente é de R$12.075.

Em virtude dos títulos indevidamente protestados por parte da Sudeste, foram ajuizadas três Ações Cautelares de Sustação de Protesto, uma Ação Anulatória de Títulos e uma Ação de Indenização por danos morais e materiais. A Sudeste ajuizou Ação de execução discutindo os valores das ações cautelares de sustação de protestos e da ação anulatória de títulos. A referida execução foi extinta, pois o juiz entendeu que esses títulos já estão sendo discutidos em outras ações.

(g) Garantias

Notas Explicativas

A controlada indireta TNL e suas controladas possuem contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças contratadas e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 corresponde a R$8.277.601(2010 - R$7.769.699) no consolidado (valores não proporcionalizados). Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

24 DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas a apropriar (i)	-	-	155.096	192.433
Ações bonificadas a resgatar (ii)	-	-	119.377	-
Adiantamentos de clientes	-	-	90.133	70.781
Valores a pagar - Grupamento de ações	-	-	33.132	48.102
Provisão de desmobilização de ativos	-	-	32.908	44.104
Valores consorciáveis	-	-	-	35.734
Contra prestação contingente (iii)	-	-	17.368	10.542
Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda (iv)	-	-	9.192	-
Repasse acionistas	-	-	5.933	6.020
Consignação em favor de terceiros	-	-	1.047	-
Outros	1.717	103	60.799	98.914
Total	**1.717**	**103**	**524.985**	**506.630**
Circulante	1.717	103	315.820	306.411
Não circulante	-	-	209.165	200.219

(i) Em telecomunicações referem-se aos serviços pré-pagos que são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes. Já na controlada Iguatemi referem-se aos recursos recebidos pela cessão de direitos (cessão de estrutura técnica dos shoppings) contabilizados como receitas a apropriar líquidas dos impostos e das contribuições incidente, considerando a forma de tributação a que a empresa detentora dos créditos está submetida, e serão reconhecidos linearmente ao resultado, com base no prazo de aluguel das respectivas lojas a que se referem, a partir da data da inauguração dos respectivos empreendimentos.

(ii) Refere-se ao registro da bonificação de ações a resgatar provenientes da reorganização societária, conforme divulgado na Nota 31 (a).

(iii) Refere-se ao valor na proporção do percentual de participação indireta da Companhia, nas contraprestações contingentes, nas aquisições pela Contax da Ability e o Grupo Allus, e incorporações das ações da Dedic, sendo o valor justo da contraprestação contingente na data de cada uma das aquisições correspondente ao valor do saldo remanescente para pagamento (preço adicional). O pagamento do preço adicional está vinculado substancialmente ao atendimento de determinadas condições associadas ao crescimento e a rentabilidade das companhias.

Notas Explicativas

(iv) Refere-se a passivos sobre ativos que serão submetidos à venda conforme operação descrita na Nota 30.

25 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado é de R$784.004, representado por 963.938.751 ações sem valor nominal, sendo 385.822.906 ações ordinárias e 578.115.845 ações preferenciais.

	Quantidade (em milhares de ações)	
	2011	**2010**
Capital total em ações		
Ações ordinárias	385.823	385.823
Ações preferenciais	578.116	578.116
Total	**963.939**	**963.939**
Ações em tesouraria		
Ações ordinárias	(49)	(49)
Ações preferenciais	(6.099)	(6.099)
Total	**(6.148)**	**(6.148)**
Ações em circulação		
Ações ordinárias	385.774	385.774
Ações preferenciais	572.017	572.017
Total das ações em circulação	**957.791**	**957.791**
Valor patrimonial por ação em circulação (R$)	**1,74**	**1,13**

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até 1.460.000.000 ações sem valor nominal, sendo 488.000.000 ações ordinárias e 972.000.000 ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração.

(b) Ações em tesouraria

A Companhia possui, para permanência em tesouraria, 49.476 ações ordinárias e 6.098.900 ações preferenciais de sua própria emissão, pelo custo histórico de aquisição no montante de R$3.615, o qual está apresentado na coluna de “Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria” na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do exercício era o seguinte:

2011		2010	
Preferenciais	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Ordinárias**

Notas Explicativas

Quantidade em milhares de ações em tesouraria	6.099	49	6.099	49
Cotação por ação na BOVESPA (R$)	1,39	1,37	1,69	1,58
Valor de mercado	**8.477**	**67**	**10.307**	**77**

(c) Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício e não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

Retenção de lucros e lucros a realizar

Reserva de lucros a realizar: é composta pelo montante de R$214.666, constituída pela parcela do lucro líquido de cada exercício, não realizada financeiramente.

Movimentação da reserva de lucros a realizar

Saldo em 31 de dezembro de 2010	75.323
Parcela realizada financeiramente	(27.984)
Constituição reserva ano corrente:	167.327
Saldo em 31 de dezembro de 2011	214.666

Reserva de retenção de lucros: é composta pelo montante de R$64.594 relacionada a retenção de lucros para investimento e reforço do capital de giro da Companhia e de suas controladas.

Reserva de investimentos

A reserva de investimentos é constituída até 70% do lucro líquido do período após a destinação da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios. A reserva de investimentos terá seu valor limitado a 100% (cem por cento) do capital social somado à reserva de correção monetária do capital social realizado e destina-se à aplicação em investimentos votados à consecução do objeto social da Companhia.

Reserva de opções de ações

Representa a constituição reflexa da reserva de opções de ações originalmente constituída nas controladas direta e indireta Iguatemi, TNL, TMAR e na CTX. Essa reserva foi constituída utilizando o mesmo percentual de participação no capital das controladas.

(d) Dividendos

O dividendo obrigatório é equivalente a um percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações. Nos termos do Estatuto Social atualmente em vigor, pelo menos 40% do lucro líquido realizado, apurado no exercício social, deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.

Notas Explicativas

Proposta de dividendos a ser aprovada em Assembleia Geral de Acionistas:

Lucro líquido do exercício		778.636
Reserva legal - 5%		(38.931)
		739.705
Dividendos mínimos obrigatórios antes da constituição da reserva de lucros a realizar - 40%		295.882
Lucros a realizar		
Lucro líquido do exercício	778.636	
Equivalência patrimonial não realizada	(650.081)	
Lucro líquido realizado no exercício	**128.555**	
Parcela destinada a constituição de reserva de lucros a realizar	**167.327**	
Parcela realizada do lucro do exercício:		128.555
Parcela realizada da reserva de lucros a realizar:		27.984
Dividendos mínimos obrigatórios		**156.539**
Distribuição antecipada de dividendos (i)		(140.000)
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar		**16.539**

(i) Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 01 de julho de 2011, foi aprovado a distribuição antecipada de dividendos no valor de R$140 milhões. A partir de 04 de julho de 2011 as ações passaram a ser negociadas excluindo os referidos dividendos. Os devidos pagamentos foram realizados durante o mês de julho de 2011.

(e) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido

(e.1) Ágio em transação de capital e variações de porcentagens de participações

Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICPC 09 - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.*

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de (R$45.889) refere-se a variação na porcentagem de participação na controlada direta Iguatemi e de forma reflexa a variação na porcentagem de participação das controladas indiretas.

(e.2) Ajuste de avaliação Patrimonial

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem itens de receita, despesa, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

Notas Explicativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou de forma reflexa ajuste de variação cambial de controladas indiretas no montante de R$1.261 e de ganho de equivalência no montante de R$49 referente ao efeito da adoção da contabilidade de *"hedge"* pela controlada indireta TMAR.

O formulário de Demonstrações Financeiras arquivado no sistema Empresas.Net da CVM apresenta no balanço patrimonial apenas a rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial" - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica "Outros resultados abrangentes", tampouco a rubrica "Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações") e a demonstração das mutações do patrimônio líquido apresenta apenas a rubrica "Outros resultados abrangentes" (não apresentando a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial", tampouco a rubrica "Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações").

Consequentemente, os efeitos discutidos nos itens (e.1) e (e.2) acima, são apresentados de forma agregada nas respectivas rubricas existentes, e acima mencionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações	Ajuste de avaliação patrimonial	Total (*)
Saldos em 01/01/2010	**41.684**	**(20)**	**41.664**
Reflexo Ágio e Variação na porcentagem de participação nas controladas indiretas	(47.044)	(5)	(47.049)
Saldos em 2010	**(5.360)**	**(25)**	**(5.385)**
Ágio e Variação na porcentagem de participação na controlada Iguatemi	(28.033)	-	(28.033)
Reflexo Ágio e Variação na porcentagem de participação nas controladas indiretas	(12.496)	-	(12.496)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos de tributos.	-	49	49
Reflexo de Variação cambial de controladas	-	1.261	1.261
Saldos em 2011	**(45.889)**	**1.285**	**(44.604)**

(*) No formulário de Demonstrações Financeiras arquivado sistema Empresas.Net da CVM foi classificado como "Ajuste de avaliação patrimonial" no balanço patrimonial e como "Outros resultados abrangentes" na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(f) Lucro por ação

Lucro básico:

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios.

Lucro atribuível à Companhia

Notas Explicativas

	2011	2010
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia	778.636	6.167
Lucro alocado às ações ordinárias	313.615	2.484
Lucro alocado às ações preferenciais	465.021	3.683
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)		
Ações ordinárias	385.774	385.774
Ações preferenciais	572.017	572.017
Lucro por ação: (*)		
Ações ordinárias	0,8129	0,0064
Ações preferenciais	0,8129	0,0064

(*) em centavos por ação

Lucro resultante das operações continuadas

	2011	2010
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia	782.548	6.707
Lucro alocado às ações ordinárias	315.191	2.701
Lucro alocado às ações preferenciais	467.357	4.006
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)		
Ações ordinárias	385.774	385.774
Ações preferenciais	572.017	572.017
Lucro por ação: (*)		
Ações ordinárias	0,8170	0,0070
Ações preferenciais	0,8170	0,0070

(*) em centavos por ação

Lucro Diluído

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora ajustado pelos seguintes eventos:

(i) após o ajuste do resultado de equivalência da controlada direta Iguatemi, considerando o seu plano de opções de ações;
(ii) após o ajuste do resultado de equivalência da controlada indireta TNL, considerando o seu plano de opções de ações;
(iii) diluição da participação indireta da Companhia na TMAR, através da Telemar por conta de eventual exercício de opção de conversão das ações de direito do BNDES; e

Notas Explicativas

(iv) diluição da participação indireta da Companhia na TNL, através da LF Tel por conta de eventual exercício de opção de conversão das ações de direito do BNDES

Para os eventos descritos acima, os quais geraram efeito anti dilutivo, não foram considerados no cálculo abaixo.

Lucro atribuível à Companhia

	2011	2010
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia	778.636	6.167
Impacto dilutivo sobre equivalência da Iguatemi - plano de opções de ações	(596)	(845)
Impacto dilutivo sobre equivalência da TNL - plano de opções de ações	-	(587)
	778.040	4.735
Lucro alocado às ações ordinárias	313.375	1.907
Lucro alocado às ações preferenciais	464.665	2.828
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)		
Ações ordinárias	385.774	385.774
Ações preferenciais	572.017	572.017
Lucro por ação: (*)		
Ações ordinárias	0,8123	0,0049
Ações preferenciais	0,8123	0,0049

(*) em centavos por ação

Lucro resultante das operações continuadas

	2011	2010
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia	782.548	6.707
Impacto dilutivo sobre equivalência da Iguatemi - plano de opções de ações	(596)	(845)
Impacto dilutivo sobre equivalência da TNL - plano de opções de ações	-	(587)
	781.952	5.275
Lucro alocado às ações ordinárias	314.951	2.125
Lucro alocado às ações preferenciais	467.001	3.150
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)		
Ações ordinárias	385.774	385.774
Ações preferenciais	572.017	572.017
Lucro por ação: (*)		
Ações ordinárias	0,8164	0,0055
Ações preferenciais	0,8164	0,0055

(*) em centavos por ação

26 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Notas Explicativas

(a) Fundos de pensão

A controlada indireta TNL e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria ("Fundos de Pensão") a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2011.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
PBS-A	TNL, TMAR, e BrT	Sistel
PBS-Telemar	TNL e TMAR	FATL
TelemarPrev	TNL, TMAR, BrT, TNL PCS e Oi Internet	FATL
PBS-TNCP	TNL PCS	Sistel
CELPREV	TNL PCS	Sistel
TCSPREV	BrT, BrT Celular, VANT, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
BrTPREV	BrT, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
Fundador / Alternativo	BrT	FATL
PAMEC	BrT	BrT

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social
FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Telemar é uma das patrocinadoras do plano de benefícios TelemarPrev.

A controlada indireta TNL, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como "Patrocinadora".

Em 1 de janeiro de 2010 os planos de benefícios de previdência complementar, que até então estavam sob administração da Fundação 14 de Previdência Privada e Fundação BrTPREV, foram transferidos para administração da FATL.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Os estatutos sociais prevêem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras ou disponíveis na forma de reembolsos.

A Administração da controlada indireta BrT encontra-se, atualmente, avaliando a possibilidade de migrar os participantes do plano Fundador/Alternativo para o plano BrTPREV, bem como os eventuais impactos dessa migração nas provisões consignadas em suas Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

A controlada indireta BrT estima que o referido processo de estudo e aprovação do assunto pelos órgãos de sua Administração ocorram até o encerramento do exercício de 2012.

Provisões para fundos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	Consolidado	
Provisões para fundos de pensão	**2011**	**2010**
Planos BrTPREV e Fundador/Alternativo	97.185	142.128
Plano PAMEC	557	655
Total	**97.742**	**142.783**
Circulante	12.184	17.034
Não circulante	85.558	125.749

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

Ativo reconhecido junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2011	**2010**
Plano PBS-A	59.513	-
Plano TCSPREV	17.635	20.243
Total	**77.148**	**20.243**
Circulante	37.196	-
Não circulante	39.952	20.243

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

1) SISTEL

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não-lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

Planos

(i) PBS-A

Notas Explicativas

O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2011, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

(ii) PBS-TNCP

Plano de beneficio definido, que além do benefício da suplementação fornece assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado. As contribuições para os planos PBS-TNCP e PAMA são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é de 15,89% sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano, dos quais 14,39% são destinados ao custeio do plano PBS-TNCP.

O benefício de pensão é definido como a diferença entre 90% do salário médio dos últimos 36 meses, atualizado até a data da aposentadoria, e o valor da previdência pago pelo INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social.

O PBS-TNCP encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde abril de 2004.

(iii) CELPREV

Em 2004 a Amazônia (incorporada pela TNL PCS) obteve aprovação da PREVIC para criação de um novo Plano de Pensão. O plano de contribuição variável, denominado CelPrev Amazônia, (“CELPREV’) foi oferecido aos funcionários que não participavam do PBS-TNCP, sendo também oferecido aos novos profissionais admitidos pela controlada. Aos participantes do PBS-TNCP foi oferecida e incentivada a migração dos benefícios e recursos para o CELPREV.

O participante pode fazer três tipos de contribuições ao CELPREV, sendo: (i) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário-de-participação; (ii) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário-de-participação que for maior que uma Unidade de Referência Padrão do Plano; e (iii) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário-de-participação.

A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (i) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (ii) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (iii) contribuição eventual: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (iv) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CELPREV.

2) FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multiplano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial,

Notas Explicativas

administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Os planos PBS-Telemar e TelemarPrev foram implementados em setembro de 2000 ainda sob a administração da SISTEL. Conforme facultado pelo art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, o Conselho Deliberativo da SISTEL protocolou em outubro de 2004 o pedido de transferência da administração dos planos PBS-Telemar e TelemarPrev para a FATL. A FATL foi constituída pela TMAR, e foi autorizada pela PREVIC em 12 de janeiro de 2005, a iniciar suas atividades. Em 28 de fevereiro de 2005, foi concluído o processo de transferência da administração dos planos de benefícios PBS-Telemar e TelemarPrev da SISTEL para a FATL.

Planos

(i) PBS-Telemar

Plano de beneficio definido, encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde a criação do TelemarPrev, em setembro de 2000, tendo migrado cerca de 96% dos antigos participantes para o TelemarPrev.

A contribuição dos participantes ativos do plano PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) percentual de 0,5% a 1,5% incidente sobre o salário-de-participação (de acordo com a idade do participante); (ii) 1% incidente sobre o salário-de-participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o salário-de-participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das patrocinadoras equivale a 9,5% sobre a folha de salário dos empregados participantes ativos do plano, dos quais 8% são destinados ao plano PBS-Telemar e 1,5% ao PAMA e ao PAMA/PCE, este último no caso de participantes migrados. O regime financeiro de determinação do custeio do plano é o de capitalização.

(ii) TelemarPrev

Plano de contribuição variável, passou a ser patrocinado pela controlada indireta BrT em 2010.

Os benefícios assegurados pelo plano aos participantes classificam-se em: (i) benefícios de risco - suplementações e (ii) benefícios programáveis - rendas.

A contribuição normal do participante é composta de duas parcelas: (i) básica - equivalente a 2% do salário de participação, e (ii) padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do salário de participação e a parcela previdenciária. A contribuição extraordinária adicional do participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do salário de participação, e por prazo não inferior a seis meses.

Contribuições extraordinárias eventuais do participante, também em caráter facultativo, não poderão ser inferiores a 5% do teto do salário de participação.

O regulamento do plano estabelece a paridade de contribuição entre participantes e patrocinadoras, até o limite de 8% do salário de participação, observando que a patrocinadora não é obrigada a acompanhar as contribuições extraordinárias feitas pelo participante. O regime financeiro de determinação do custeio do plano é o de capitalização**.**

(iii) TCSPREV

Notas Explicativas

Plano de contribuição variável, lançado em 28 de fevereiro de 2000. Em 31 de dezembro de 2001 ocorreu a fusão de todos os planos previdenciários patrocinados, na época, junto à SISTEL, com aprovação em caráter excepcional e precário pela PREVIC, do documento encaminhado àquele Órgão, face à necessidade de ajustes no regulamento. Desta forma, o TCSPREV é constituído por grupos de contribuição definida, de benefício saldado e de benefício definido. Os planos que se agregaram ao TCSPREV foram o PBS-TCS, PBT-BrT, Convênio de Administração BrT e Termo de Relação Contratual Atípica, sendo mantidas as condições estabelecidas nos planos de origem.

Em 18 de setembro de 2008 foi publicada no DOU – Diário Oficial da União, a Portaria PREVIC/MPS nº 2.521/2008, que aprovou o novo regulamento do plano, reconhecendo de caráter pleno o que havia sido aprovado na condição de excepcional e precário em 31 de dezembro de 2001. O novo regulamento contempla também a adequação necessária para atender aos aspectos atualmente exigidos pela legislação da previdência complementar.

Em março de 2003 o Plano TCSPREV deixou de ser oferecido aos novos contratados das patrocinadoras. Porém, no que se refere ao grupo de contribuição definida, este plano voltou a ser oferecido a partir de março de 2005.

As contribuições para este plano, por grupo de participantes, são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil, obedecendo ao regime de capitalização para a determinação do custeio. Atualmente, apenas para os grupos internos PBS-TCS (benefício definido) e TCSPREV (contribuição definida) existem contribuições dos participantes e da patrocinadora. No grupo TCSPREV, os valores contribuídos são creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a patrocinadora, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário de participação, conforme a idade do participante. Opcionalmente o participante pode efetuar aportes adicionais para o plano, porém, sem a paridade da patrocinadora. No grupo PBS-TCS, a contribuição da patrocinadora corresponde a 12% sobre a folha de salários dos participantes do grupo, enquanto que a do empregado varia de acordo com a idade, tempo de serviço e salário, podendo também pagar uma “joia” dependendo da idade que ingressou no plano. Exceto para os participantes autopatrocinados e em diferimento de benefício, as patrocinadoras são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco.

Através da Portaria nº 2.792/2009, a PREVIC autorizou a transferência de gerenciamento do plano de benefícios TCSPREV para a FATL.

(iv) PAMEC-BrT – Plano assistencial administrado pela controlada indireta BrT

Plano de benefício definido, destinado à assistência médica dos aposentados e pensionistas vinculados ao TCSPREV que é administrado pela FATL.

As contribuições para o PAMEC-BrT foram pagas integralmente em julho de 1998, através de dotação única. Todavia, como este plano passou a ser administrado pela controlada indireta TNL, após a transferência da administração pela Fundação 14 em novembro de 2007, não há patrimônio constituído para cobrir os gastos correntes, estando a obrigação atuarial integralmente reconhecida no passivo da controlada indireta BrT.

(v) BrTPREV

Notas Explicativas

Plano de contribuição variável, lançado em outubro de 2002, destinado à concessão de benefícios previdenciários suplementares aos da previdência oficial e que atendia inicialmente apenas aos empregados vinculados à filial Rio Grande do Sul. Este plano passou a ser oferecido também aos novos empregados da controlada indireta TNL e de suas controladas durante o período de março de 2003 a fevereiro de 2005, quando foi suspenso o oferecimento do mesmo, sendo um plano fechado ao ingresso de novos participantes.

As contribuições para este plano são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil, obedecendo ao regime de capitalização para a determinação do custeio. Os valores contribuídos são creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a patrocinadora, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário de participação, conforme a idade do participante. Opcionalmente o participante pode fazer aportes adicionais para o plano, porém, sem a paridade da patrocinadora. Exceto para os participantes autopatrocinados e em diferimento de benefício, as patrocinadoras são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco.

(vi) Fundador/Alternativo

Plano de benefício definido, destinado à concessão de benefícios previdenciários suplementares aos da previdência oficial, fechado ao ingresso de novos participantes, originado da incorporação do plano Fundador-BrT pelo plano Alternativo-BrT, conforme a Portaria PREVIC nº 2.627/2008, constituindo-se em um plano único, sem alteração de regras para os participantes e assistidos, passando a denominar-se plano Fundador/Alternativo.

A contribuição normal da patrocinadora para este plano é paritária à contribuição normal do participante, cujas taxas são variáveis conforme a idade, tempo de serviço e salário. Para os participantes vinculados às regras do antigo Plano Alternativo-BrT, as contribuições estão limitadas a três vezes o teto de benefício do INSS e o participante também paga uma “joia”, dependendo da idade que ingressou no plano.

Insuficiência atuarial dos planos

A reserva matemática a amortizar, referente ao valor atual da contribuição suplementar da Companhia, face à insuficiência atuarial dos planos administrados pela BrTPREV, teve o prazo máximo de liquidação estabelecido em 20 anos, contados a partir de janeiro de 2002, conforme o Ofício nº 66/PREVIC/GAB/COA, de 25 de janeiro de 2002, da PREVIC. Desse prazo máximo determinado restam 10 anos para a quitação total.

Através da Portaria nº 2.792/2009, a PREVIC autorizou a transferência de gerenciamento dos planos de benefícios da Fundação BrTPREV para a FATL.

O plano Fundador/Alternativo está com suas contribuições suspensas judicialmente.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (FATL)

A seguir estão apresentados os dados dos planos de previdência privada patrocinados que mantém obrigações de benefício definido (valores não proporcionalizados):

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO			
	2011			
	TelemarPrev	PBS-Telemar	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	2.116.407	220.270	1.849.787	388.728
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	505.293	9.920	55.220	83.085
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	**2.621.700**	**230.190**	**1.905.007**	**471.813**
Valor justo dos ativos do plano	(3.205.747)	(296.076)	**(1.213.900)**	**(1.376.344)**
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	**(584.047)**	**(65.886)**	**691.107**	**(904.531)**
Ganhos atuariais não reconhecidos	-	-	(70.958)	12.057
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	584.047	65.886	-	779.949
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido (i)	**-**	**-**	**620.149**	**(112.525)**

	CONSOLIDADO			
	2010			
	TelemarPrev	PBS-Telemar	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.890.956	200.094	1.698.979	353.990
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	414.028	7.780	45.345	66.693
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	**2.304.984**	**207.874**	**1.744.324**	**420.683**
Valor justo dos ativos do plano	(2.931.733)	(272.648)	(1.104.844)	(1.242.078)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	**(626.749)**	**(64.774)**	**639.480**	**(821.395)**
Ganhos atuariais não reconhecidos	-	-	10.825	11.362
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	626.749	64.774	-	717.414
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido (i)	**-**	**-**	**650.305**	**(92.619)**

(i) A controlada indireta TNL determina o valor disponível para abatimento de contribuições futuras de acordo com as disposições legais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do ativo vinculado ao Plano TCSPREV reconhecido nas Demonstrações Financeiras da controlada indireta TNL, no valor de R$112.525 (2010 - R$92.619) (valores não proporcionalizados), não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras.

	CONSOLIDADO			
	2011			
	Telemar Prev	PBS-Telemar	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCS PREV
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	**2.304.984**	**207.874**	**1.744.324**	**420.683**
Juros sobre obrigação atuarial	240.205	21.535	180.365	43.844
Custo do serviço corrente	5.619	183	1.807	1.161
Benefícios pagos líquidos	(165.035)	(15.305)	(155.039)	(29.035)
(Ganho) ou perda atuarial sobre a obrigação atuarial	235.927	15.903	133.550	35.160
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	**2.621.700**	**230.190**	**1.905.007**	**471.813**
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	**2.931.733**	**272.648**	**1.104.844**	**1.242.078**
Rendimentos dos ativos do plano	312.921	29.001	119.414	134.393
Ganho/ (perda) atuariais nos ativos do plano	126.130	9.641	53.989	28.908
Contribuições normais recebidas pelo plano	-	162	53	-

Notas Explicativas

Patrocinadora	-	91	-	-
Participantes	-	71	53	-
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	-	-	90.692	-
Pagamento de benefícios	(165.035)	(15.376)	(155.092)	(29.035)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**3.205.747**	**296.076**	**1.213.900**	**1.376.344**
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	**(584.047)**	**(65.886)**	**691.107**	**(904.531)**
Ganhos atuariais não reconhecidos	-	-	(70.958)	12.057
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	584.047	65.886	-	779.949
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido	**-**	**-**	**620.149**	**(112.525)**

	CONSOLIDADO			
	2010			
	Telemar Prev	**PBS-Telemar**	**BrTPREV, Alternativo e Fundador**	**TCS PREV**
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	**2.006.758**	**188.168**	**1.595.132**	**394.373**
Custo dos juros	221.357	20.579	173.808	42.047
Custo do serviço corrente	10.041	138	4.486	1.973
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	-	-	-
Benefícios pagos líquidos	(143.688)	(15.716)	(135.274)	(26.849)
(Ganho) ou perda atuarial sobre a obrigação atuarial	210.516	14.705	106.172	9.139
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	**2.304.984**	**207.874**	**1.744.324**	**420.683**
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	**2.674.406**	**253.488**	**937.590**	**1.112.181**
Rendimentos dos ativos do plano	285.988	26.948	106. 456	131.221
Ganho/ (perda) atuariais nos ativos do plano	115.027	7.859	97.533	25.506
Contribuições normais recebidas pelo plano	-	134	23	19
Patrocinadora	-	69	-	19
Participantes	-	65	23	-
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	-	-	98.539	-
Pagamento de benefícios	(143.688)	(15.781)	(135.297)	(26.849)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**2.931.733**	**272.648**	**1.104.844**	**1.242.078**
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	**(626.749)**	**(64.774)**	**639.480**	**(821.395)**
Ganhos atuariais não reconhecidos	-	-	10.825	11.362
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	626.749	64.774	-	717.414
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido	**-**	**-**	**650.305**	**(92.619)**

	CONSOLIDADO			
	2011			
	Telemar Prev	**PBS-Telemar**	**BrTPREV, Alternativo e Fundador**	**TCS PREV (i)**
DESPESA (RECEITA)RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Custo do serviço corrente	5.619	183	1.807	1.161
Contribuições dos participantes				
Juros sobre as obrigações atuariais	240.205	21.535	180.365	43.844
Rendimento dos ativos do plano	(312.921)	(29.001)	(119.414)	(134.393)
Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida	109.798	6.262	(2.222)	6.947
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	(42.701)	1.112	-	62.535
Total da despesa (receita) reconhecida	**-**	**91**	**60.536**	**(19.906)**

	CONSOLIDADO			
	2010			
	Telemar Prev	**PBS-Telemar**	**BrTPREV, Alternativo e**	**TCS PREV (i)**

Notas Explicativas

			Fundador	
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Custo do serviço corrente	10.041	138	4.486	1.973
Contribuições dos participantes				
Juros sobre as obrigações atuariais	221.357	20.579	173.808	42.047
Rendimento dos ativos do plano	(285.988)	(26.948)	(106.456)	(131.221)
Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida	95.489	6.846	-	(17.489)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	(40.899)	(546)	-	137.183
Total da despesa (receita) reconhecida	**-**	**69**	**71.838**	**32.493**

(i) A controlada indireta TNL apresentou no exercício de 2011 uma acréscimo do superávit do plano TCSPREV reconhecendo desta forma R$19.906, em outras receitas operacionais. Em 2010 apresentou uma redução do superávit do Plano TCSPREV reconhecendo R$32.493,em outras despesas operacionais (valores não proporcionalizados).

As contribuições das patrocinadoras para os planos de pensão, previstas para o exercício de 2012, são no montante de R$101.606 (valor não proporcionalziado).

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos TelemarPREV, PBS-Telemar, BrTPREV, Alternativo e Fundador e TCSPREV foram as seguintes:

	2011			
	Telemar Prev	**PBS-Telemar**	**BrTPREV, Alternativo e Fundador**	**TCSPREV**
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,35%	10,35%	10,35%	10,35%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	4,50% a 14,95%	9,31%	9,31%	9,31%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	5% a.a.; nula a partir dos 50 anos de idade e para o Benefício Saldado	Nula	5,5% a.a	5,5% a.a

	2010			
	Telemar Prev	**PBS-Telemar**	**BrTPREV, Alternativo e Fundador**	**TCSPREV**
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,77%	10,77%	10,77%	10,77%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	4,52% a 9,73%	7,95%	7,95%	7,95%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	10,95%	10,95%	11,61%	12,09%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmerman n Nichzugs

Notas Explicativas

Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	5% a.a.; nula a partir dos 50 anos de idade e para o Benefício Saldado	Nula	15% a.a	15% a.a

N/A = Não Aplicável

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2011
a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2011.
b) Os dados cadastrais utilizados para os Planos da FATL são de 31 de agosto de 2011, projetados para 31 de dezembro de 2011.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (SISTEL e PAMEC) (valores não proprocionalizados)

	CONSOLIDADO			
	2011			
	PBS-A	**PAMEC**	**PBS-TNCP**	**CELPREV**
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	3.660.173	3.720	20.150	-
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	-	-	2.870	157
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	**3.660.173**	**3.720**	**23.020**	**157**
Valor justo dos ativos do plano	(5.709.271)	-	(40.069)	(1.657)
(=) passivo/(ativo) atuarial líquido	**(2.049.098)**	**3.720**	**(17.049)**	**(1.500)**
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	1.669.341	-	17.049	1.500
Ganhos/ (perdas) atuariais não reconhecidos	-	(166)	-	-
(=) Passivo / (ativo)atuarial líquido reconhecido	**(379.757)**	**3.554**	**-**	**-**

	CONSOLIDADO			
	2010			
	PBS-A	**PAMEC**	**PBS-TNCP**	**CELPREV**
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	3.400.770	3.569	18.381	-
Obrigações atuariais com benefícios a conceder			2.066	172
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	**3.400.770**	**3.569**	**20.447**	**172**
Valor justo dos ativos do plano	(5.679.562)	-	(40.053)	(1.357)
(=) passivo/(ativo) atuarial líquido	**(2.278.792)**	**3.569**	**(19.606)**	**(1.185)**
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	2.278.792	-	19.606	1.185
Ganhos/ (perdas) atuariais não reconhecidos	-	(568)	-	-
(=) Passivo/ (ativo) atuarial líquido reconhecido	**-**	**3.001**	**-**	**-**

	CONSOLIDADO			
	2011			
	PBS-A	**PAMEC**	**PBS-TNCP**	**CELPREV**
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	**3.400.770**	3.569	**20.447**	**172**
Juros sobre obrigação atuarial	350.606	382	2.126	18
Custo do serviço corrente	-	-	26	7
Benefícios pagos líquidos	(313.160)	(40)	(1.430)	-
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	-	-	5

Notas Explicativas

(Ganho) ou perda atuarial sobre a obrigação atuarial	221.957	(191)	1.851	(45)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	**3.660.173**	**3.720**	**23.020**	**157**
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	**5.679.562**	**-**	**40.053**	**1.357**
Rendimento esperado no ano	642.519	-	4.461	159
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	(299.650)	-	(3.033)	129
Contribuições normais recebidas pelo plano	-	40	46	12
Patrocinadora	-	40	18	7
Participantes	-		28	5
Pagamento de benefícios	(313.160)	(40)	(1.458)	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**5.709.271**	**-**	**40.069**	**1.657**
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	**(2.049.098)**	**3.720**	**(17.049)**	**(1.500)**
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	1.669.341	-	17.049	1.500
Ganhos atuariais não reconhecidos	-	(166)	-	-
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido	**(379.757)**	3.554	**-**	**-**

	CONSOLIDADO			
	2010			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	**2.950.336**	**3.054**	**18.931**	**220**
Custo dos juros	321.214	340	2.082	24
Custo do serviço corrente	-	-	73	17
Benefícios pagos líquidos	(304.951)	(88)	(1.393)	-
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	-	-	8
(Ganho) ou perda atuarial sobre a obrigação atuarial	434.171	263	754	(97)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	**3.400.770**	**3.569**	**20.447**	**172**
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	**4.602.138**	**-**	**29.733**	**1.230**
Rendimento esperado no ano	435.341	-	3.030	132
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	947.034	-	8.664	(32)
Contribuições normais recebidas pelo plano	-	88	52	27
Patrocinadora	-	88	18	19
Participantes	-	-	34	8
Pagamento de benefícios	(304.951)	(88)	(1.426)	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**5.679.562**		**40.053**	**1.357**
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	**(2.278.792)**	**3.569**	**(19.606)**	**(1.185)**
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	2.278.792	-	19.606	1.185
Ganhos atuariais não reconhecidos	-	(568)	-	-
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido	**-**	**3.001**	**-**	**-**

	CONSOLIDADO			
	2011			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
DESPESA (RECEITA) A SER RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Custo do serviço corrente			26	7
Custo dos participantes				
Juros sobre as obrigações atuariais	350.606	382	2.126	18
Rendimento dos ativos do plano	(642.519)	-	(4.461)	(159)
Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida	521.607	211	4.885	(174)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	(609.451)	-	(2.557)	315
Total da despesa (receita) reconhecida	**(379.757)**	**593**	**19**	**7**

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO			
	2010			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
DESPESA (RECEITA) A SER RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
Custo do serviço corrente			74	17
Custo dos participantes				
Juros sobre as obrigações atuariais	321.214	340	2.082	23
Rendimento dos ativos do plano	(435.341)	-	(3.030)	(132)
Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida	(512.863)	42	(7.911)	(65)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	626.990	-	9.190	176
Total da despesa (receita) reconhecida		**382**	**405**	**19**

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos, PBS-A, PAMEC, PBS-TNCP e CELPREV foram as seguintes:

	2011			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,35%	10,35%	10,35%	10,35%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	N/A	9,31%	9,31%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	N/A	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	7,64%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,61%	N/A	11,33%	11,73%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	N/A	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Idade de início dos benefícios	N/A	N/A	N/A	55 anos
Taxa de rotatividade	Nula	Nula	Nula	1,5% a.a; nula a partir dos 50 anos de idade para o beneficio saldado

	2010			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,77%	10,77%	10,77%	10,77%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	N/A	Nula	7,95%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	N/A	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	7,64%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	9,76%	N/A	10,41%	10,78%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	N/A	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Idade de início dos benefícios	N/A	N/A	N/A	55 anos
Taxa de rotatividade	Nula	Nula	Nula	1,5% a.a; nula a partir dos 50 anos de idade

Notas Explicativas

				para o beneficio saldado

N/A = Não Aplicável

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2011
a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2011.
b) Os dados cadastrais utilizados para os planos da SISTEL são de 31 de julho de 2011 e o PAMEC é de 31 de outubro de 2011, projetados para 31 de dezembro de 2011.

Os valores acima não consideram os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.

Política de investimentos dos planos

A estratégia de investimento dos planos de pensão está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda fixa nacional, renda variável nacional, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Na carteira de renda fixa somente são permitidos títulos com baixo risco de crédito. Instrumentos derivativos só são permitidos para fins de proteção. Empréstimos estão restritos a determinados limites de crédito. A alocação tática é decidida pelo comitê de investimento, composto pelos executivos dos planos de pensão, gerente de investimento e um membro designado pelo conselho deliberativo. A execução é efetuada pelo departamento financeiro.

Os limites médios estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

SEGMENTO DO ATIVO	PBS-Telemar	Telemar Prev	CEL PREV	PBS-TNCP	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCS PREV	PBS-A
Renda fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Investimentos no exterior	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Imóveis	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
Empréstimos a participantes	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2011 está demonstrada a seguir:

SEGMENTO DO ATIVO	PBS-Telemar	Telemar Prev	CEL PREV	PBS-TNCP	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCS PREV	PBS-A
Renda fixa	81,00%	81,00%	85,80%	92,00%	81,00%	81,00%	74,70%
Renda variável	16,00%	16,00%	11,10%	6,40%	16,00%	16,00%	20,25%
Investimentos estruturados	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-
Imóveis	2,00%	2,00%	-	-	2,00%	2,00%	3,85%
Empréstimos a participantes	1,00%	1,00%	3,10%	1,60%	1,00%	1,00%	1,20%

Notas Explicativas

Total	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00**

(b) Participações dos empregados nos lucros

Companhia

A Companhia possui plano de bonificação, atrelado ao cumprimento de metas orçamentárias e operacionais aos empregados elegíveis. Os pagamentos são feitos anualmente, parte mediante depósito em conta de previdência privada.

Iguatemi

A controlada direta Iguatemi possui plano de bonificação, atrelado ao cumprimento de metas orçamentárias e operacionais aos empregados elegíveis. Os pagamentos são feitos anualmente, parte mediante depósito em conta de previdência privada.

Grupo de Telecomunicações

O plano de participação nos lucros foi instituído em 1999 como forma de incentivar os empregados a alcançar as metas individuais e corporativas, melhorando o retorno dos acionistas. O plano entra em vigor quando são atingidas as seguintes metas:

- Cumprimento de metas de valor adicionado econômico (indicadores de lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização, além de indicadores de valor econômico adicionado); e

- Indicadores operacionais, qualidade e mercado.

As diferenças entre os valores provisionados e os apresentados nas demonstrações de resultado, referem-se a complementos das estimativas do ano anterior quando do pagamento efetivo.

(c) Planos de remuneração baseada em ações

Iguatemi

A controlada direta Iguatemi homologou na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de novembro de 2006 o Plano de Opção de Aquisição de Ações (“Plano”) para funcionários pré-selecionados, com o objetivo de retê-los e incentivá-los a contribuir em prol dos interesses e objetivos da controlada direta Iguatemi e de seus acionistas. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração, que se reúne periodicamente, revisando os termos, os funcionários a serem beneficiados e o preço pelo qual as ações serão adquiridas.

Critérios gerais dos programas de outorga

Programa 2007

Em 22 de março de 2007, o Conselho de Administração aprovou as condições específicas do Programa de Opções de Compra de Ações para o ano de 2007 (“Programa 2007”). Para este programa, a carência para o exercício das opções é de um ano, com aquisição de 20% por ano a

Notas Explicativas

partir da data da assinatura dos contratos, com prazo máximo de até 7 anos para exercício das opções outorgadas.

O preço de exercício das opções de compra de ações para o Programa 2007, na data de outorga, é de R$27,00 por ação, correspondente ao preço de emissão da ação na oferta pública inicial de nossas ações na BM&FBOVESPA, ao qual foi aplicado um desconto de 10%, nos termos do Programa 2007. O Preço de Exercício será deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação e o índice de correção é o IPC.

Programa 2008

Em 18 de março de 2008, o Conselho de Administração aprovou as condições específicas do Programa de Opções de Compra de Ações para o ano de 2008 (“Programa 2008”). Para este programa, a carência para o exercício das opções é de um ano, com aquisição de 20% por ano a partir da data da assinatura dos contratos, com prazo máximo de até 7 anos para exercício das opções outorgadas.

O preço de exercício das opções de compra de ações para o Programa 2008, na data de outorga, é de R$27,56 por ação, correspondente ao preço médio de nossas ações nos últimos 30 pregões da BM&FBOVESPA anteriores à data de aprovação do Programa 2008. O Preço de Exercício será deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação e o índice de correção é o IPC.

Em 2011, não foram outorgadas nenhuma Opções de Compra de Ações novas.

Evolução dos planos de opção de compra de ações no exercício

Para os exercícios de 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 respectivamente, segue um resumo da evolução dos planos de opção de compra de ações:

	2011		2012	
	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado
Opções em circulação no início do exercício	1.072.000	R$ 28,41	1.069.000	R$ 27,22
Opções concedidas	-	-	176.000	R$ 28,11
Opções exercidas	(29.000)	R$ 29,28	(128.800)	R$ 28,24
Opções canceladas	(11.800)	R$ 29,95	(44.200)	R$ 27,97
Opções em circulação no fim do exercício	1.038.200	R$ 29,42	1.072.000	R$ 28,41

Opções em circulação no final do período

As opções de compra de ações em circulação no final de cada período têm as seguintes características:

	Opções em circulação

Notas Explicativas

DATA	Opções não exercidas no fim do período	Vida remanescente contratual (meses)	Faixa de preço de exercício (em R$)	Opções exercíveis no fim do período
31 de dezembro de 2011	1.038.200	36	27,90 – 29,80	657.800
31 de dezembro de 2010	1.072.000	48	26,95 – 28,79	460.000

Impactos no resultado e no patrimônio liquido

A despesa registrada relativa aos planos de opção de compra de ações foi de R$2.864 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (2010 - R$586), incluindo ajustes de R$2.136 no resultado e de R$5.068 no patrimônio líquido referente aos exercícios de 2007 a 2010.

Para o cálculo da despesa, foi utilizada uma taxa esperada de cancelamento das opções de 5%.

O valor justo das opções foi estimado utilizando-se um modelo de avaliação "Black-Scholes". Para o prazo de vida das opções foi utilizado o prazo médio entre a data de aquisição das opções e o prazo máximo para exercício. A hipótese de volatilidade esperada foi determinada com base numa ponderação entre:

a) A volatilidade histórica, no período entre a data de oferta pública inicial e a data da outorga, da ação a controlada direta Iguatemi; e

b) A volatilidade histórica, num período de 4 anos anteriores à data da outorga, de um painel de empresas internacionais com características similares a controlada direta Iguatemi.

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

(i) Plano de outorga de opções de ações da TNL

A AGE realizada em 11 de abril de 2007 aprovou o Plano de Opção de Compra de Ações, constante do site da controlada indireta TNL (www.oi.com.br/ri) e disponível na página da CVM (www.cvm.gov.br), atribui ao Conselho de Administração a gestão do referido Plano, ou por opção deste, deliberar a gestão a um Comitê formado por três membros do Conselho de Administração, sendo pelo menos um deles membro efetivo. Em reunião realizada em 12 de abril de 2007, o Conselho de Administração elegeu os membros do Comitê Gestor do Plano de Opção de Compra de Ações para atribuir ao Comitê poderes de estabelecer periodicamente os Programas de Opção de Compra de Ações.

Os beneficiários do Programa de Opção de Compra de Ações de 2007 fazem jus a uma outorga total correspondente de até 1,31% do capital social subscrito e integralizado da TNL, perfazendo uma reserva de 5.120 mil ações ordinárias (TNLP3). O programa é oferecido aos administradores das controladas indiretas TNL, TMAR e TNL PCS.

O preço de concessão foi baseado na média ponderada da cotação na BOVESPA nos 30 dias imediatamente anteriores à data da concessão, e será atualizado de acordo com a variação do IGP-M.

Em reunião do Comitê Gestor do Plano de Opção de Compra de Ações, realizada em 18 de setembro de 2008, foi deliberado aditar o Programa de Opção de Compra de Ações da controlada indireta TNL, aprovado em 12 de abril de 2007, e outorgar aos beneficiários também a opção de compra de

Notas Explicativas

2.713 mil ações preferenciais (TNLP4) da controlada indireta TNL, total correspondente a 0,68% do capital social subscrito e integralizado, ao preço de exercício de R$27,31. As opções começaram a ser exercidas desde a data de sua outorga, condicionando o exercício das opções preferenciais ao exercício das opções ordinárias. As demais condições do Programa de Opções de Compra de Ações de 2007 não foram alteradas e continuam vigentes.

Em 2010, o Comitê Gestor lançou, em reunião de 15 de março de 2010, o 2º programa de Opção de Compra de Ações da Companhia (o "Programa 2010"). Através deste programa foram outorgados aos beneficiários opções de compra de 701 mil ações ordinárias e 371 mil ações preferenciais a serem exercidas nas mesmas condições e regras estabelecidas no programa 2007.

Os quadros a seguir resumem as operações efetuadas com as ações ordinárias e preferenciais até 31 de dezembro de 2011.

	Quantidade em milhares de ações	
	Ações ordinárias TNLP3 - concedidas em abril de 2007	
	2011	2010
Opções em vigor no início do período	**3.186**	**3.817**
Opções exercidas	**(30)**	(12)
Opções canceladas	**-**	(619)
Opções reintegradas	**73**	**-**
Opções em vigor no final do período	**3.229**	**3.186**

	Quantidade em milhares de ações	
	Ações preferenciais TNLP4 - concedidas em setembro de 2008	
	2011	2010
Opções em vigor no início do período	**1.703**	**1.996**
Opções exercidas	**-**	(96)
Opções canceladas	(39)	(197)
Opções reintegradas	**41**	**-**
Opções em vigor no final do período	**1.705**	**1.703**

	Quantidade em milhares de ações	
	Ações ordinárias TNLP3 - concedidas em março de 2010	
	2011	2010
Opções em vigor no início do período	**696**	**-**
Opções concedidas	-	701
Opções exercidas	(7)	(3)
Opções canceladas	-	(2)
Opções em vigor no final do período	**689**	**696**

	Quantidade em milhares de ações
	Ações preferenciais TNLP4 concedidas em março de 2010

Notas Explicativas

	2011	2010
Opções em vigor no início do período	**371**	**-**
Opções concedidas	-	371
Opções exercidas	-	-
Opções canceladas	(1)	-
Opções em vigor no final do período	**370**	**371**

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram exercidas 36.850 opções de ações ordinárias (2010 – 15.248) e 39.183 em opções de ações preferenciais (2010 – 96.164) pelo preço médio de R$48,65 (2010 – R$48,44) e R$21,03 (2010 – R$20,70), respectivamente, tendo sido a operação liquidada mediante a transferência das ações em tesouraria da controlada indireta TNL aos beneficiários do plano.

As tabelas a seguir demonstram a posição das opções de compra das ações ordinárias e preferenciais em vigor em 31 de dezembro de 2011:

Faixa de preço de exercício na data da concessão	Opções em vigor			Opções exercíveis	
	Quantidade em milhares de ações	Prazo Remanescente (em meses)	Preço de exercício	Quantidade em milhares de ações	Preço de exercício
R$ 20,00 à 29,99	1.705	40	21,39	1.705	21,39
R$ 20,00 à 29,99	370	64	27,02	370	27,02
R$ 30,00 a 39,99	689	64	33,27	689	33,27
R$ 50,00 à 60,00	3.229	40	51,31	3.229	51,31

A aquisição do direito ao exercício das opções ocorrerá da forma e prazos apresentados a seguir:

Outorga					Preço de exercício atualizado (em Reais)	Opções (em milhares de ações)
	Concessão	Lote	Exercício a partir de	Prazo limite para exercício		
Ordinárias	12/04/2007	25%	12/04/2008	12/04/2012	51,31	737
		25%	12/04/2009	12/04/2013	51,31	828
		25%	12/04/2010	12/04/2014	51,31	841
		25%	12/04/2011	12/04/2015	51,31	823

Outorga					Preço de exercício atualizado (em Reais)	Opções (em milhares de ações)
	Concessão	Lote	Exercício a partir de	Prazo limite para exercício		
Preferenciais	18/09/2008	25%	18/09/2008	12/04/2012	21,39	369
		25%	12/04/2009	12/04/2013	21,39	442
		25%	12/04/2010	12/04/2014	21,39	442
		25%	12/04/2011	12/04/2015	21,39	452

Outorga					Preço de exercício atualizado (em Reais)	Opções (em milhares de ações)
	Concessão	Lote	Exercício a partir de	Prazo limite para exercício		
Ordinárias	15/03/2010	25%	12/04/2010	12/04/2014	33,27	171
		25%	12/04/2011	12/04/2015	33,27	168
		25%	12/04/2012	12/04/2016	33,27	175
		25%	12/04/2013	12/04/2017	33,27	175

Outorga				Preço de exercício atualizado	Opções (em milhares de
Concessão	Lote	Exercício	Prazo limite		

Notas Explicativas

			a partir de	para exercício	(em Reais)	ações)
Preferenciais	15/03/2010	25%	12/04/2010	12/04/2014	27,02	92
		25%	12/04/2011	12/04/2015	27,02	92
		25%	12/04/2012	12/04/2016	27,02	93
		25%	12/04/2013	12/04/2017	27,02	93

O valor justo das opções outorgadas estimado na data de outorga utilizou o modelo de precificação de opções *"Black&Scholes"* com as seguintes premissas:

	12/04/2007 (TNLP3)				18/09/2008 (TNLP4)			
	1° lote	2° lote	3° lote	4° lote	1° lote	2° lote	3° lote	4° lote
Ativo-lastro	67,03	67,03	67,03	67,03	27,51	27,51	27,51	27,51
Preço de exercício	50,98	50,98	50,98	50,98	27,31	27,31	27,31	27,31
Volatilidade esperada	54,10%	46,33%	44,36%	46,70%	0,00%	46,84%	41,08%	41,08%
Taxa de juros livre de riscos	2,43%	1,34%	0,97%	0,78%	0,00%	1,26%	0,85%	0,72%
Vida esperada (em anos)	1	2	3	4		1	2	3
Rendimento de dividendos	11,54%	11,34%	11,19%	11,10%	0,00%	13,84%	14,79%	15,07%
Valor justo na data de outorga	24,22	28,93	33,07	37,43	0,20	4,77	7,99	10,75

	15/03/2010 (TNLP3)				15/03/2010 (TNLP4)			
	1° lote	2° lote	3° lote	4° lote	1° lote	2° lote	3° lote	4° lote
Ativo-lastro	39,79	39,79	39,79	39,79	33,45	33,45	33,45	33,45
Preço de exercício	32,56	32,56	32,56	32,56	27,32	27,32	27,32	27,32
Volatilidade esperada	80,00%	87,00%	94,00%	103,00%	80,00%	87,00%	94,00%	103,00%
Taxa de juros livre de riscos	1,74%	0,96%	0,70%	0,56%	1,74%	0,96%	0,70%	0,56%
Vida esperada (em anos)	1	2	3	4	1	2	3	4
Rendimento de dividendos	12,01%	11,79%	11,64%	11,54%	12,01%	11,79%	11,64%	11,54%
Valor justo na data de outorga	8,19	18,43	23,80	28,16	6,93	15,74	20,17	23,79

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi reconhecida despesa no resultado do exercício do Plano de Opções de Compra das Ações TNLP3 e TNLP4, no montante de R$7.108 (2010 – R$ 14.173), impactando o resultado consolidado da Companhia na proporção da sua participação indireta em R$1.102 e R$3.098 respectivamente. O saldo da conta de Reserva de opções de ações no patrimônio líquido da controlada indireta TNL, em 31 de dezembro de 2011, é de R$117.657 (2010 – R$112.442) (valores não proporcionalizados).

Presumindo-se a não pactuação de outros contratos de remuneração baseada em ações, a controlada indireta TNL deverá registrar, até o final do período de aquisição de direitos (*"vesting period"*) dos atuais contratos, despesas no montante de R$1.437 (valor não proporcionalizado).

(ii) Planos de outorga de opções de ações assumidos na aquisição do controle da controlada indireta BrT

Plano aprovado em 28 de abril de 2000

Os direitos adquiridos através de instrumentos de outorgas de opções de compra de ações sob a vigência deste plano anteriormente aprovado continuaram válidos e eficazes, segundo os respectivos termos pactuados, e não podiam ser estabelecidas novas outorgas através deste plano.

O prazo limite para exercício das opções encerrou em 31 de dezembro de 2011 e as mesmas foram integralmente canceladas nessa data.

Notas Explicativas

Programa B

As opções garantidas por este plano caracterizam-se como opções liquidadas em ações.

O preço de exercício foi fixado pelo comitê gestor, com base no preço de mercado da ação na data de outorga da opção e será corrigido monetariamente pelo IGP-M entre a data de assinatura dos contratos e a data de pagamento da opção exercida.

O quadro a seguir resume as operações efetuadas com as ações preferenciais até 31 de dezembro de 2011.

	Em Reais			
	Quantidade em milhares de ações	Preço na data da concessão	Preço da concessão	
			2011	2010
Saldo no início do exercício	21.967	18,87	21,90	20,83
Opções canceladas	(21.967)	-	-	-
Opções em vigor em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-

A aquisição do direito ao exercício das opções ocorreu da forma e prazos apresentados a seguir:

Outorga					Preço de exercício atualizado (em Reais)	Opções (em milhares de ações)
	Concessão	Lote	Exercício a partir de	Prazo limite para exercício		
3ª	22/12/04	33%	22/12/2005	31/12/2011	21,90	2.280
		33%	22/12/2006	31/12/2011	21,90	2.280
		34%	22/12/2007	31/12/2011	21,90	2.282

O valor justo das opções outorgadas estimado na data de outorga utilizou o modelo de precificação de opções *"Black&Scholes"* com as seguintes premissas:

	21/12/2004
Ativo-lastro	13,64
Preço de exercício	17,30
Volatilidade esperada	38,2%
Taxa de juros livre de riscos	8,4%
Vida esperada (em anos)	2
Rendimento de dividendos	3,10%
Valor justo na data de outorga	2,76

Em razão dos contratos de remunerações baseadas em ações preverem a liquidação das opções apenas mediante a transferência de titularidade de ações (*"equity-settled"*), as apropriações do valor justo das opções de ações da TNL e BrT são efetuadas linearmente dentro do prazo de vencimento das opções. As parcelas correspondentes aos beneficiários da TNL, TMAR, TNL PCS e BrT, são contabilizadas, nestas companhias, no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido, em conformidade com os requerimentos da Deliberação CVM nº 562/2008, que corrobora o Pronunciamento Técnico CPC nº 10 (R1) - Remunerações Baseadas em Ações.

Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

As opções de compra de ações da controlada indireta Contax Participações têm como objetivo a outorga de opção para subscrição de ações ordinárias, escriturais, de sua emissão, em favor dos administradores e colaboradores beneficiários com a finalidade de retê-los (ou mantê-los) e

Notas Explicativas

incentivá-los a contribuir em prol dos interesses da Contax Participações e suas controladas. Para terem direito às opções de compra de ações, os beneficiários devem concluir de um a quatro anos de serviço (períodos de aquisição de direito).

Os planos constituem negócio oneroso de natureza exclusivamente civil e não criam qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária entre a controlada indireta Contax Participações e suas controladas e os Outorgados, sejam eles empregados ou não.

Os membros do Comitê do Plano de Opção para Subscrição de Ações reúnem-se para, dentro das bases gerais do Plano, indicar os administradores, colaboradores e prestadores de serviço que serão contemplados, a quantidade total de opções a ser distribuída, bem como o preço de aquisição de cada ação objeto das opções. Estão habilitados a participar dos planos, a critério do Comitê de Remuneração, administradores, empregados, e pessoas naturais que prestem serviços a controlada indireta Contax Participações suas controladas.

Informações sobre os planos de compra de ações

Programa 2007

O Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado pela Assembléia Geral Ordinária de 16 de abril de 2007, foi estabelecido em conformidade com o Art. 169, § 3º, da Lei nº 6.404/76. O plano, cuja gestão compete ao Comitê Gestor definido pelo Conselho de Administração e formado por membros do mesmo, objetiva atrair executivos para a Contax Participações e suas controladas, além de reter e assegurar o estreito alinhamento entre os interesses da Administração e de seus acionistas.

O Programa de Opção de Compra de Ações iniciado em 2007 (“Programa 2007”), concede aos executivos beneficiários, um total correspondente a até 1,9% do capital social subscrito e integralizado, representando 350.000 ações ordinárias concedidas no âmbito do Programa 2007. As opções são exercíveis a partir de 1º de outubro de 2007, em 4 (quatro) lotes anuais iguais. Em decorrência do grupamento e simultâneo desdobramento das ações realizado em 18 de janeiro de 2010, o Programa 2007 passou a ser representado por 1.400.000 ações ordinárias.

Em 4 de setembro de 2009, foram aprovadas pelo Comitê Gestor as seguintes modificações no formato do Programa 2007, mantendo as condições previamente disciplinadas: (i) ajustar o número de opções outorgadas aos executivos beneficiários do Programa 2007 em virtude do grupamento das ações, na proporção de 20 ações para 1 ação, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 17 de outubro de 2007; (ii) ajustar o preço de exercício das opções de R$51,20 para R$45,00; (iii) alterar o índice de correção do preço de exercício das opções do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a ser aplicado sobre o preço de exercício dos próximos lotes anuais do Programa 2007; (iv) determinar a extinção da obrigação de destinar um valor mínimo do bônus anual para adquirir ações decorrentes de opções, cujo prazo inicial de carência já tenha decorrido.

A seguir estão sendo apresentadas as principais características de cada lote por outorga deste plano:

	Consolidado						
Programa 2007	Quantidade original de opções	Quantidade de opções pós-grupamento /desdobramento	Data da outorga/ alteração	Data do vesting (exercíveis)	Data de vencimento	Preço de exercício (*)	Valor justo na data da outorga

Notas Explicativas

(*)

1ª outorga:							
Lote 1	87.500	350.000	16/04/2007	abr/07	01/10/2014	51,20	14,13
Lote 2	87.500	350.000	16/04/2007	out/08	01/10/2014	45,00	37,31
Lote 3	87.500	350.000	16/04/2007	out/09	01/10/2014	45,00	37,31
Lote 4	87.500	350.000	16/04/2007	out/10	01/10/2014	45,00	37,31
Total de opções	350.000	1.400.000					

(*) Na data de outorga do plano, com relação ao 1º lote e na data da alteração do plano para os demais lotes.

Programa 2010

Em Reunião do Comitê Gestor do Plano de Opção de Compra de Ações, foi aprovada a criação de um Programa de Opção de Compra de Ações da Contax Participações para o ano de 2010 ("Programa 2010"), na forma do Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano"), nos termos do Art. 168, § 3º, da Lei n° 6.404/76, que prevê que a Contax Participações, dentro do limite de capital autorizado, e de acordo com Plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgue opção de compra de ações a seus administradores ou colaboradores. A gestão do Programa 2010 compete ao Comitê Gestor, definido pelo Conselho de Administração, e formado por membros do mesmo.

O Programa 2010 objetiva atrair executivos para a Contax Participações e suas controladas, visando obter um maior alinhamento dos interesses dos executivos com os interesses dos acionistas, além do compartilhamento dos riscos do mercado de capitais.

O Programa 2010 concede aos beneficiários um volume global equivalente a 3,1% do capital social total da Contax Participações, a época da aprovação, correspondendo a 2.244.611 ações ordinárias.

A opção pode ser exercida pelos executivos beneficiários em 4 (quatro) lotes anuais iguais ("lotes anuais"), cada qual correspondendo a 25% do total da opção concedida, conforme definido nos contratos. A opção referente ao primeiro lote anual poderia ser exercida a partir de 1° de outubro de 2010, sendo que as demais opções poderão ser exercidas, anualmente e sucessivamente, a partir de 1° de outubro de 2011.

O preço de exercício das opções corresponde ao valor médio das ações dos últimos 30 pregões na BM&FBOVESPA, ao qual foi aplicado, conforme autorizado pelo Plano, um desconto de 15%. O preço de exercício das opções referentes aos lotes anuais será corrigido com base no IPCA.

Abaixo estão sendo apresentadas as principais características de cada lote por outorga deste plano:

						Consolidado
Programa 2010	Quantidade de opções	Data de outorga	Data do vesting (exercíveis)	Data de vencimento	Preço de exercício	Valor justo na data da outorga
1ª outorga:						
Lote 1	255.000	31/08/2010	out/10	out/18	25,00	6,84
Lote 2	255.000	31/08/2010	out/11	out/18	25,00	8,19
Lote 3	255.000	31/08/2010	out/12	out/18	25,00	9,23
Lote 4	255.000	31/08/2010	out/13	out/18	25,00	9,88

Notas Explicativas

Total de opções	1.020.000					
2ª outorga:						
Lote 1	12.500	01/12/2010	dez/10	out/18	27,29	4,46
Lote 2	12.500	01/12/2010	out/11	out/18	27,29	6,99
Lote 3	12.500	01/12/2010	out/12	out/18	27,29	8,79
Lote 4	12.500	01/12/2010	out/13	out/18	27,29	9,84
Total de opções	50.000					
3ª outorga:						
Lote 1	28.000	02/05/2011	mai/11	out/18	22,16	3,84
Lote 2	28.000	02/05/2011	out/11	out/18	22,16	4,12
Lote 3	28.000	02/05/2011	out/12	out/18	22,16	4,97
Lote 4	28.000	02/05/2011	out/13	out/18	22,16	5,71
Total de opções	112.000					

Informações sobre a precificação dos planos de compra de ações

As opções foram precificadas de acordo com o modelo de precificação *Black & Scholes*.

No caso do Programa 2007, o valor justo das opções foi recalculado em 04 de setembro de 2009, data das alterações anteriormente descritas e estão demonstradas no quadro abaixo referentes aos lotes 2, 3 e 4 do respectivo plano.

Dados inseridos no modelo:	Programa 2007		Programa 2010		
	1ª outorga				
	1º lote (antes da modificação)	2º a 4º lotes (após modificação)	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga
Preço da ação na data da outorga	64,00	79,00	32,40	31,50	26,00
Preço do exercício	51,20	45,00	25,00	27,29	22,16
Duração da opção	1 a 4 anos	1 a 4 anos	até 8 anos	até 8 anos	até 8 anos
Taxa de retorno livre de risco	11,08%	11,07%	11,19%	12,01%	12,33%
Taxa de rendimento (dividendos)	1,40%	1,50%	6,00%	6,00%	6,00%
Volatilidade esperada	19,64%	17,59%	38,44%	45,26%	26,98%
Valores justos das opções (média ponderada)	14,13	37,31	8,54	7,52	4,66

Opções de compras exercidas nos períodos reportados

As seguintes opções de compra do programa de 2007 foram exercidas durante os períodos reportados:

31/12/2011			**31/12/2010**		
Quantidade exercida (em milhares)	Data do exercício	Preço da ação na data do exercício	Quantidade exercida (em milhares)	Data do exercício	Preço da ação na data do exercício

Notas Explicativas

50.000	02/03/2011	27,94	774.700	08/03/2010	28,50
			111.919	15/03/2010	31,40
			6.081	19/03/2010	31,49
			4.700	04/06/2010	28,50
			10.800	11/06/2010	29,50
			4.000	17/06/2010	30,40
			25.000	12/11/2010	32,02
			25.000	30/11/2010	32,50
50.000			**962.200**		

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, não foram exercidas opções de compra pelos beneficiários do Programa 2010.

Registro contábil do benefício de pagamentos baseados em ações

Em função das informações sobre os planos de compra de ações e respectivas premissas usadas para cálculo do valor justo das opções, a controlada indireta Contax Participações registrou R$4.859 em 31 de dezembro de 2011 (2010 - R$2.689) como despesa operacional “remunerações baseadas em ações)”, tendo como contrapartida reserva de capital no patrimônio líquido, impactando o resultado consolidado da Companhia na proporção da sua participação indireta em R$1.148 e R$614 respectivamente.

27 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmento de negócio para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios estão identificados através da natureza dos serviços e pela tecnologia empregada na prestação dos serviços, no caso de telecomunicações. Os segmentos divulgados estão resumidos a seguir:

- Telefonia Fixa/Dados: Oferece basicamente serviços de transmissão de voz local, de longa distância e comunicação de dados;
- Telefonia móvel: Oferece principalmente serviços de voz móvel, comunicação de dados 3G e serviços adicionais, que incluem serviços de mensagens e interatividade;
- Prestação de serviços de tele atendimento em geral (Contax, Grupo Allus e Dedic);
- Prestação de serviços de tecnologia da informação em geral e informática (TODO e GPTI);
- Prestação de serviços de agenciamento de publicidade e propaganda (Ability);
- Prestação de serviços e administração de shopping centers; e
- Outros: Inclui o segmento de (i) provedor internet, que obtém principalmente receitas oriundas de serviços de acesso a internet e de espaço publicitário, (ii) *“Call Center”*, que obtém, principalmente, receitas oriundas de serviços de atendimento a terceiros nas áreas de *“telemarketing”* e atendimento a clientes, (iii) TV, que obtém receitas oriundas de serviços de TV por assinatura através da tecnologia de cabo e de DTH (*“Direct to home”*), (iv) meios de pagamentos, que obtém receitas oriundas de serviços de credenciamento e administração de pagamentos com uso de sistemas de crédito, (v) despesas e receitas relacionadas a Companhia.

O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e suas controladas estão segregados conforme abaixo:

Notas Explicativas

Notas Explicativas

	Setor de Telecomunicações						Setor de Contact Center e Cobrança						Setor de Shopping Center			
	Telefonia Fixa / Dados		Telefonia Móvel		Todos os outros segmentos (i)		Serviços de Teleatendimento em geral		Serviços de TI em geral e Informática		Serviços de agenciamento de publicidade e propaganda				Itens não alocados a segmentos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	
Receitas	**3.258.855**	**4.951.431**	**1.681.633**	**2.185.755**	**160.169**	**228.627**	**652.985**	**541.283**	**41.494**	**21.876**	**29.388**	**7.644**	**329.522**	**263.579**	**2.112**	1
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	**(2.239.053)**	**(3.237.036)**	**(917.632)**	**(1.191.956)**	**(85.685)**	**(107.574)**	**(571.678)**	**(462.122)**	**(36.900)**	**(19.039)**	**(22.338)**	**(4.004)**	**(85.018)**	**(69.928)**	**(1.212)**	**(1.**
Interconexão	(928.776)	(1.343.218)	(368.742)	(482.937)	-	-	-	-	-	-	-	-			-	
Depreciação e Amortização	(592.355)	(961.095)	(230.871)	(302.856)	(6.522)	(2.874)	-	-	-	-	-	-	(26.048)	(20.281)	-	
Serviço de manutenção de rede	(303.758)	(395.952)	(54.776)	(60.063)	(241)	(467)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aluguéis e seguros	(229.200)	(279.513)	(102.448)	(139.233)	(7.462)	(14.734)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Custos de aparelhos e acessórios	-	(111)	(35.222)	(39.210)	(2.318)	(3.328)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros custos e despesas	(184.964)	(257.147)	(125.573)	(167.657)	(69.142)	(86.171)	(571.678)	(462.122)	(36.900)	(19.039)	(22.338)	(4.004)	(58.970)	(49.647)	(1.212)	(1.
Lucro bruto	**1.019.802**	**1.714.395**	**764.001**	**993.799**	**74.484**	**121.053**	**81.307**	**79.161**	**4.594**	**2.837**	**7.050**	**3.640**	**244.504**	**193.651**	**900**	
Receitas (Despesas) operacionais																
Despesas com vendas	**(476.701)**	**(643.735)**	**(374.426)**	**(433.066)**	**(78.249)**	**(86.313)**	**(7.697)**	**(5.973)**	**(509)**	**(150)**	**(245)**	**(41)**	-	-	-	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(95.722)	(137.640)	(41.479)	(63.054)	(7.110)	(13.246)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Comissão de vendas	(67.971)	(76.324)	(150.383)	(191.471)	(12.774)	(10.870)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Postagem e cobrança	(69.523)	(108.864)	(15.242)	(23.292)	(2.284)	(3.719)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Publicidade e Propaganda	(32.796)	(51.983)	(54.415)	(61.274)	(7.117)	(11.291)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros serviços de terceiros	(26.084)	(32.121)	(11.252)	(10.570)	(2.045)	(5.428)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros custos e despesas	(184.605)	(236.803)	(101.655)	(83.405)	(46.919)	(41.759)	(7.697)	(5.973)	(509)	(150)	(245)	(41)	-	-	-	
Despesas gerais e administrativas	**(339.866)**	**(439.496)**	**(112.516)**	**(132.004)**	**(33.460)**	**(47.651)**	**(41.528)**	**(26.501)**	**(4.769)**	**(2.157)**	**(3.741)**	**(2.745)**	**(68.583)**	**(55.912)**	**(34.898)**	**(16.**
Outras receitas operacionais (despesas), líquidas	**(14.783)**	**(156.265)**	**(19.064)**	**8.171**	**(593)**	**(7.863)**	**(9.167)**	**(5.542)**	**(361)**	**(40)**	**(19)**	**22**	**33.372**	**26.757**	**1.819.002**	**(34.**
Outras receitas operacionais	264.745	245.569	49.327	73.415	9.343	14.613	5.188	4.270	-	-	-	-	62.570	33.343	1.841.666	18
Outras despesas operacionais	(279.528)	(401.834)	(68.391)	(65.244)	(9.936)	(22.476)	(14.355)	(9.812)	(361)	(40)	(19)	22	(29.198)	(6.586)	(22.664)	(53.
Resultado Financeiro	**(666.469)**	**(559.231)**	**142.196**	**57.516**	**(62.031)**	**(76.760)**	**(13.006)**	**(2.123)**	**(435)**	**153**	**135**	**(12)**	**(20.877)**	**8.822**	**(15.044)**	**(79.**

Notas Explicativas

Receitas financeiras	259.184	353.299	235.638	159.729	48.797	53.052	8.668	4.711	391	241	222	17	102.605	62.932	99.743	70
Despesas financeiras	(925.653)	(912.530)	(93.442)	(102.213)	(110.828)	(129.812)	(21.674)	(6.834)	(826)	(88)	(87)	(29)	(123.482)	(54.110)	(114.787)	(150
Resultado antes das tributações	**(478.017)**	**(84.332)**	**400.191**	**494.416**	**(99.849)**	**(97.534)**	**9.909**	**39.022**	**(1.480)**	**643**	**3.180**	**864**	**188.416**	**173.318**	**1.769.960**	**(129**
Provisão para imposto de renda e contribuição social	142.302	187.612	(94.095)	(126.790)	(27.986)	(42.505)	(2.575)	(14.669)	995	(10)	(1.206)	(311)	(36.421)	(21.718)	(37.292)	(2
Lucro líquido	**(335.715)**	**103.280**	**306.096**	**367.626**	**(127.835)**	**(140.039)**	**7.334**	**24.353**	**(485)**	**633**	**1.974**	**553**	**151.995**	**151.600**	**1.732.668**	**(132**
Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas	-	-	-	-	-	-	(4.929)	(692)	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado Líquido das Operações Continuadas	**(335.715)**	**103.280**	**306.096**	**367.626**	**(127.835)**	**(140.039)**	**2.405**	**23.661**	**(485)**	**633**	**1.974**	**553**	**151.995**	**151.600**	**1.732.668**	**(132**
Lucro líquido atribuído ao controlador																
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores																
Informações adicionais																
Serviços Prestados	3.055.939	4.673.040	1.189.007	1.546.229	102.535	170.003	652.985	541.283	41.494	21.876	29.388	7.644	329.522	263.579	2.112	1
Vendas	-	-	25.875	53.683	-	-	-	-	-	-	-	-			-	
Receita de clientes externos	**3.055.939**	**4.673.040**	**1.214.882**	**1.599.912**	**102.535**	**170.003**	**652.985**	**541.283**	**41.494**	**21.876**	**29.388**	**7.644**	**329.522**	**263.579**	**2.112**	**1**
Receita entre segmentos	202.916	278.391	466.752	585.844	57.634	58.624	-	-	-	-	-	-			-	
Receita Total	**3.258.855**	**4.951.431**	**1.681.634**	**2.185.756**	**160.169**	**228.627**	**652.985**	**541.283**	**41.494**	**21.876**	**29.388**	**7.644**	**329.522**	**263.579**	**2.112**	**1**
Depreciações e amortizações	636.554	1.024.987	238.407	318.284	11.736	11.613	34.695	28.004	2.227	1.132	1.596	395	26.048	20.281	-	
Acréscimos de Imobilizado / Intangível	547.083	442.595	216.239	199.870	13.840	32.930	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Informações Patrimoniais	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	
Ativos	9.581.968	11.396.911	4.413.740	5.774.035	473.316	1.159.248	443.317	253.191	41.676	7.175	29.128	25.704	2.907.716	2.305.260	5.052.688	3.209

(i) Apesar da Diretoria Executiva da Companhia não avaliar os segmentos de internet , TV a cabo e meios de pagamento de forma individualizada, conforme requerido pelo CPC 22 parágrafo 13, segue abaixo as principais informações refere

Ativos	114.928	139.859	74.965	68.079	29.587	60.081

Notas Explicativas

Os quadros a seguir apresentam os componentes das receitas dos segmentos de serviços de telefonia fixa/dados e de telefonia móvel para os exercícios de 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

Telefonia fixa/dados	**2011**	**2010**
Serviço local (ex - VC1)	1.766.005	2.771.660
Serviço ligações fixo móvel (VC1)	550.587	867.924
Longa distância (ex - VC2 e VC3)	588.940	966.807
Longa distância fixo móvel VC2 e VC3	155.295	265.289
Remuneração pelo uso da rede	222.199	303.407
Serviço de comunicação de dados	1.480.412	2.062.407
Telefones de uso público	52.275	114.132
Outros serviços	247.726	323.334
Receita bruta de serviços	**5.063.439**	**7.674.960**
Tributos sobre os serviços	(1.188.204)	(1.845.294)
Outras deduções	(616.380)	(878.233)
Receita de serviços	**3.258.855**	**4.951.431**

Telefonia móvel	**2011**	**2010**
Serviço móvel	1.433.614	1.848.512
Remuneração pelo uso da rede	912.895	1.171.689
Venda de aparelhos e acessórios	25.875	53.683
Receita bruta de serviços	**2.372.384**	**3.073.884**
Tributos sobre os serviços	(416.991)	(553.190)
Outras deduções	(273.760)	(334.937)
Receita de serviços	**1.681.633**	**2.185.755**

O segmento de telefonia fixa/dados opera em países estrangeiros através de um sistema de cabos submarinos de fibra ótica, com pontos de conexão nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas e Venezuela, permitindo o tráfego de dados através de pacotes de serviços integrados, oferecidos a clientes corporativos nacionais e internacionais. O segmento de Contact Center e Cobrança atua em países estrangeiros, a saber: Espanha, Peru, Colômbia e Argentina.

	Receitas de clientes externos		Ativos não circulantes (*)	
Informações geográficas	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
No país sede da entidade	5.064.874	7.155.630	11.475.839	14.088.033
Em países estrangeiros	58.489	13.850	23.266	30.362
Total	**5.123.363**	**7.169.480**	**11.499.105**	**14.118.395**

(*) Exceto instrumentos financeiros, ativos relacionados a fundos de pensão e tributos diferidos, conforme exigência do CPC 22 – Informações por Segmento.

28 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Transações da Companhia com seus investidores e suas investidas:

	Encargos remuneratórios atuais	Controladora		Consolidado	
Saldos		**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
Ativo circulante					
Dividendos e JCP a receber					
Iguatemi Empresa de Shopping Center S.A.		19.945	18.738	-	-
LF Tel S.A.		-	1	-	-
Jereissati Telecom S.A.		15.874	-	-	-
		35.819	18.739	-	-
Ativo não circulante					
Créditos com partes relacionadas					
Sociedade Fiduciária Brasileira	100% CDI CETIP a.a.	87.296	95.515	87.296	101.397
JP Sul Participações Rep. Coml	100% CDI CETIP a.a.	-	355	-	355
Itatinga Soc Coml Indl Agricola	100% CDI CETIP a.a.	-	435	1.238	3.340
South Mall (atual razão social de Goiti Negócios e Participações Ltda)	Taxa Pré: 12% a.a.	-	-	6.226	5.552
Iguatemi x Outras		-	-	23.935	2.921
		87.296	96.305	118.695	113.565
Adiantamentos para futuro aumento de capital					
LF Tel S.A.		-	-	2.660	-
Debêntures a receber					
Jereissati Telecom S.A.		-	336.747	-	-
Iguatemi (Previ Banerj II e Previ Banerj II)		-	40.095	-	-

Notas Explicativas

	-	376.842	-	-
	123.115	491.886	121.355	113.565
Passivo circulante				
Dividendos a pagar	16.887	10.439	16.887	10.439
Passivo não circulante				
Exigível a longo prazo				
Adiantamentos para futuro aumento de capital				
Outras pessoas ligadas	3.903	3.903	3.903	3.903
Débitos com partes relacionadas				
EDSP75 Participações S.A.	-	-	71.203	-
	3.903	3.903	75.106	3.903
	20.790	14.342	91.993	14.342

	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Resultado do período				
Receitas serviços prestados (i)	1.869	1.591	-	-
Receitas (despesas) financeiras				
Sociedade Fiduciária Brasileira	11.180	8.736	11.409	14.053
Itatinga Soc. Ind., Com. e Agrícola S.A.	29	39	363	297
JP Sul Participações Rep. Coml	23	35	23	35
Iguatemi (Previ Banerj II e Previ Banerj II)	-	5.572	-	-
South Mall (atual razão social de Goiti Negócios e Participações Ltda)	-	-	674	603
Anwold Malls Corporation	-	-	(808)	(263)
Debêntures a receber Jereissati Telecom S.A	1.773	27.530	-	-
	14.874	43.503	11.661	14.725

(i) Prestação de serviços de consultoria e assessoria para a controlada direta Iguatemi, incluso o aval de concedido descrito item (c) desta nota.

Plano de amortização

A Sociedade Fiduciária Brasileira Serviços, Negociações e Participações Ltda. ("SFB") juntamente com a Companhia, revisou o plano ("plano") elaborado em 2005 que tratava especificamente da liquidação de valores entre as empresas do Grupo, que previa a liquidação de 77% até o final de 2008, tendo sido realizado o total de 65%.

A revisão do "plano" pelas partes deve-se fundamentalmente pela nova realidade de investimentos, principalmente decorrentes da reestruturação societária realizada na controlada indireta Telemar e da aquisição da BrT pela Oi.

Tais investimentos e as futuras amortizações dos novos compromissos financeiros irão afetar o volume de distribuição dos dividendos nos próximos anos, o que acarretará uma redução dos dividendos que a SFB irá receber. Diante dessa nova realidade, a Companhia e a SFB revisaram as condições atuais dos contratos e acordaram o prazo para amortização nos próximos oito anos.

As fontes de recursos previstas no "plano" são:

(i) recursos próprios da SFB, que representarão cerca de 2/3 dos recursos a serem aplicados na

Notas Explicativas

quitação de tais obrigações;

(ii) dividendos que a SFB irá receber da Companhia quando o fluxo retornar à sua normalidade;

(iii) dividendos que outros acionistas da Companhia pertencentes ao Grupo Jereissati receberão e que aportarão à SFB.

Os dividendos referidos nos itens (ii) e (iii) acima, estão fundamentalmente baseados nas distribuições das controladas operacionais (direta ou indireta) da Companhia.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Benefícios de curto prazo	3.634	2.607	18.723	25.970
Remuneração com base em ações	-	-	2.541	2.906
	3.634	2.607	21.264	28.876

(c) Garantias

Companhia

Conforme mencionado na Nota 19 (a), a Companhia é avalista das notas promissórias concedidas pela controlada direta Iguatemi ao BNDES e registrou no exercício findo em 31 de dezembro à título de comissão pelo aval concedido, receitas no montante de R$404.

Iguatemi

Em 30 de setembro de 2009, o Conselho de Administração da controlada direta Iguatemi aprovou a outorga de fiança em favor de sua controlada SCIAlpha, visando à garantia de financiamento a ser contraído com o Banco Bradesco S.A., no âmbito do Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças, no valor de R$90.000, com taxa de juros de Taxa Referencial - TR mais 10,5% ao ano.

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

A controlada indireta TNL é avalista das suas controladas TMAR, TNL PCS, BrT e BrT Celular em financiamentos obtidos junto ao BNDES e demais empréstimos, bem como, prestava até outubro de 2011 garantia fidejussória por meio de fiança das debêntures públicas da quinta emissão da controlada indireta BrT. A controlada indireta TNL registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a título de comissão pelo aval concedido, receitas no montante de R$51.105 (2010 – R$48.983).

Além das garantias em empréstimos bancários, a controlada indireta TNL concedeu garantias em processos judiciais da controlada indireta TMAR mediante autorização de bloqueio de parte de suas ações preferenciais nominativas classe “A” de emissão da própria controlada indireta TMAR. Pela

Notas Explicativas

concessão da garantia, a controlada indireta TNL recebe da TMAR o montante equivalente a 1,5% a.a. calculado sobre o valor garantido nesses processos judiciais. A controlada indireta TNL registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a título de comissão pela garantia concedida, receitas no montante de R$17.957 (2010 – R 6.656).

Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

Em março de 2010, a controlada indireta CTX e um dos ex-diretores da Contax Participações celebraram um contrato de empréstimo, negociado somente pelo ex-diretor, sem envolvimento da Contax Participações. O referido empréstimo, no montante de R$15 milhões foi liquido na data de vencimento em 30 de março de 2011, sem incidência de juros.

Em 31 de dezembro de 2011, existem avais e fianças concedidos a outras sociedades controladas referentes à empréstimos com terceiros e às contestações judiciais, as quais estão apresentadas a seguir:

Fianças	31/12/2011	31/12/2010
Fiança bancária (BNDES)	216.514	156.101
Fiança bancária (Contingências)	7.354	40.819
Total	223.868	196.920

29 SEGUROS (valores não proporcionalizados)

Iguatemi

A controlada direta Iguatemi tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações (não revisado pelos auditores independentes).

As coberturas foram contratadas por montantes, descritos a seguir, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2011, a controlada direta Iguatemi e seus empreendimentos apresentavam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

a) Seguro de riscos nomeados

A controlada direta Iguatemi tem um seguro de riscos nomeados que abrange os usuais riscos que podem impactar suas atividades. Em seguro contratado com a Allianz Seguros S.A (60%) e Itaú Seguros S.A. (40%), a apólice prevê o limite máximo para a indenização de: (i) R$205.000 relativos aos danos materiais; e (ii) R$150.806 relativos aos lucros cessantes. O período de cobertura estende-se até 28 de setembro de 2012.

Locais Segurados	Danos Materiais	Lucros Cessantes	Total
Shopping Center Iguatemi São Paulo	165.677	150.806	316.483
Shopping Center Iguatemi Campinas	194.753	89.874	284.627
Shopping Center Iguatemi Alphaville	211.000	35.858	246.858

Notas Explicativas

Shopping Center Iguatemi Brasília	194.700	45.293	239.993
Shopping Center Iguatemi Porto Alegre	138.563	76.110	214.673
Shopping Center Praia de Belas	146.607	44.403	191.090
Market Place Shopping Center	126.451	49.113	175.564
Shopping Center Iguatemi Rio de Janeiro	118.853	25.755	144.608
Shopping Center Iguatemi Florianópolis	97.132	32.816	129.948
Shopping Center Galeria	63.000	17.776	80.776
Shopping Center Iguatemi São Paulo - Torre	78.734	-	78.734
Market Place Tower I	60.000	15.181	75.181
Market Place Tower II	60.000	12.772	72.772
Shopping Center Iguatemi São Carlos	42.868	8.010	50.878
Power Center Campinas	36.313	4.523	40.836
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	15.080	-	15.080

b) Seguro de responsabilidade civil geral

A controlada direta Iguatemi tem um seguro de responsabilidade civil geral que abrange os riscos usuais aplicáveis às suas atividades. Em seguro contratado com a Allianz Seguros S.A, tal apólice refere-se às quantias pelas quais a controlada direta Iguatemi possa vir a ser responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo de modo expresso pela seguradora, no que diz respeito às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais, causados a terceiros. O período de cobertura do seguro de responsabilidade civil geral estende-se até 28 de setembro de 2012.

A importância segurada terá o valor máximo de indenização de R$8 milhões e pode ser dividida em: (i) shopping centers; (ii) objetos pessoais de empregados (sublimite de R$40); (iii) responsabilidade civil do empregador; (iv) riscos contingentes de veículos; (v) danos ao conteúdo das lojas; (vi) falha profissional da área médica (sublimite de R$800); (vii) responsabilidade civil de garagista: incêndio/roubo de veículo para locais que não possuem sistema de Valet e incêndio/roubo/colisão para os locais que possuem sistema de Valet (sublimite de R$250); e (viii) danos morais para todas as coberturas.

Grupo de Telecomunicações

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo "todos os riscos" para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade e à universalização, de acordo com as disposições constantes na Cláusula XXIV dos Contratos de Concessão.

Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e/ou alto risco estão cobertos por seguros. A controlada indireta TNL e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A sua Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO	
Modalidade de seguro	**2011**	**2010**
Riscos operacionais e lucros cessantes	800.000	800.000
Incêndio – estoques	100.000	100.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	150.064	166.620
Garantia de concessão – TMAR	64.971	25.560
Garantia de concessão – BrT	40.443	7.480
Roubo – estoques	20.000	20.000
Responsabilidade civil - geral	15.000	15.000
Responsabilidade civil – veículos	3.000	3.000

(*) conforme cotação do câmbio do dia 31 de dezembro de 2011 (ptax): R$ 1,8758 x US$ 1,00

Grupo de Contact Center e Cobrança

Possui um programa corporativo de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o porte de suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, garantindo a integridade patrimonial e a continuidade operacional da controlada indireta Contax Participações. Todas as apólices de seguro do Grupo são renováveis automaticamente.

Em 31 de dezembro de 2011, a controlada indireta Contax Participações possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros, proporcionando as seguintes coberturas, de acordo com os riscos e a natureza dos ativos:

Ramos	**Importâncias seguradas**	**Vencimento**
Responsabilidade civil de diretores e administradores (i)	199.848	13.01.2012
Incêndio de bens do imobilizado	109.370	15.06.2012
Lucros cessantes	64.677	15.06.2012
Responsabilidade civil geral	10.000	15.06.2012

(i) Limite máximo de garantia estipulado em US$ 120 milhões.

30 OUTRAS INFORMAÇÕES

Iguatemi

Em janeiro de 2011, a controlada direta Iguatemi anunciou que desenvolverá um shopping center na cidade de Votoratim, no Estado de São Paulo. O shopping terá 43.900 m² de área bruta locável, com expansão prevista para 2018 que adicionará mais 13.700 m² de ABL. A controlada direta Iguatemi terá 100% do shopping e será responsável pelo desenvolvimento, pela comercialização e pela administração do futuro shopping. O shopping tem inauguração prevista para 2013.

Em 22 de fevereiro de 2010, a controlada direta Iguatemi anunciou que desenvolverá um shopping center na cidade de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo. O shopping terá 34,6 mil m² de área bruta locável e o terreno destinado ao empreendimento é de 100 mil m². A controlada direta Iguatemi terá 88% do shopping e será responsável pelo desenvolvimento, pela comercialização e pela administração do futuro shopping. Em virtude do acordo de permuta do terreno, a controlada

Notas Explicativas

direta Iguatemi arcará com 100% do investimento do projeto, estimado em R$135.100. O shopping tem inauguração prevista para 2014.

Em julho de 2008, a controlada direta Iguatemi anunciou que desenvolverá um shopping center na cidade de Jundiaí, no Estado de São Paulo, em conjunto com o Grupo F. A. Oliva, por meio da empresa Oliva OS Administração de Bens Ltda. O projeto contempla, além do shopping center, torres comerciais e um complexo residencial de alto padrão. A área total do terreno é de 225.000 m2, sendo 103,5 mil m2 destinados à construção do shopping. A controlada direta Iguatemi terá uma participação de 79% no shopping center e será responsável pelo desenvolvimento e pela administração deste. O investimento total está estimado em R$112.200.

Em maio de 2008, a controlada direta Iguatemi anunciou que desenvolverá um shopping center na cidade de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, em conjunto com o grupo empreendedor do complexo Condomínio Residencial Vila do Golfe. O acordo prevê a construção de um shopping center anexo ao Condomínio, em uma área destacada de 100.000 m², pertencente à região de alto potencial de crescimento e adensamento populacional, principalmente das classes A e B. Em junho de 2011, a controlada direta Iguatemi divulgou as novas premissas do empreendimento, que terá 41,1 mil m² de ABL e será inaugurado em abril de 2013. O investimento total previsto é de R$278,1 milhões.

Em março de 2007, a controlada direta Iguatemi acordou com a WTORRE os termos e as condições gerais que nortearão o desenvolvimento, a implementação e a exploração conjunta de um shopping center, que será administrado pela controlada direta Iguatemi, localizado na Avenida das Nações Unidas, esquina com a Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, na cidade de São Paulo - SP. O investimento total estimado é de aproximadamente R$243.300, sendo a controlada direta Iguatemi responsável por R$160.000. A inauguração está prevista para abril de 2012.

Grupo de Telecomunicações

(a) Revisão dos contratos de concessão STFC

Em 30 de junho de 2011, as controladas indiretas TMAR e BrT firmaram junto à ANATEL e ao Ministério das Comunicações, a revisão dos contratos de concessão de STFC e Termo de Compromisso com a finalidade de adesão aos objetivos do Decreto nº 7.175/2010 (Plano Nacional de Banda Larga – PNBL).

A revisão dos contratos de concessão de STFC traz, entre suas principais alterações, a eliminação de vedação a que coligadas das concessionárias de telecomunicações possam oferecer o serviço de TV a Cabo.

Acompanha também a revisão, nova versão do Plano Geral de Metas Universalização (PGMU III), que constitui anexo aos referidos Contratos. Nessa versão, as controladas indiretas TMAR e BrT se comprometem com a instalação de TUPs em áreas rurais (em escolas, postos de saúde e outros locais), com a oferta de acesso individual a populações situadas em área rural e a oferta de acesso individual classe especial (AICE) a assinantes de baixa renda inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

O Decreto Presidencial que edita o novo PGMU III estabelece que as obrigações previstas tenham asseguradas a sua viabilidade técnica e econômica e limita a instalação de TUPs em áreas rurais ao saldo disponível decorrente da desoneração de TUPs urbanos, em linha com o que prevê a Lei Geral de Telecomunicações e os contratos de concessão em vigor.

Notas Explicativas

A meta de densidade de TUPs em áreas urbanas foi reduzida de seis a cada 1.000 para quatro a cada 1.000 habitantes e produz efeitos imediatos. As metas de TUPs em áreas rurais e acesso individual rural são todas sob demanda e só terão início após a cobertura de rede por meio de sistema de radiocomunicação operando nas subfaixas de radiofrequências de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, a ser implementada pelo vencedor de processo de licitação da radiofrequência que ocorrerá em prazo ainda não definido.

Concomitantemente com a assinatura da revisão dos contratos de concessão e com a edição do novo PGMU, as controladas indiretas TMAR e BrT firmaram voluntariamente com o Ministério das Comunicações e com a ANATEL um Termo de Compromisso, aderindo ao PNBL. Por esse Termo, as empresas que integram a "Oi" comprometem-se a realizar oferta popular de banda larga ("Oferta de Varejo") bem como uma "Oferta de Atacado", ambas voltadas para atendimento aos objetivos do Governo Federal de expansão e disseminação da banda larga no Brasil.

(b) Contrato de prestação de serviços e patrocínio oficial da Copa do Mundo FIFA 2014

Em junho de 2010, a controlada indireta TMAR celebrou contrato com a FIFA - "*Fédération Internationale de Football Association*" para ser o prestador oficial de todos os serviços de telecomunicações da Copa do Mundo FIFA 2014, bem como ser um dos patrocinadores oficiais do evento.

Os compromissos estabelecidos no contrato passaram a trazer efeitos apenas no exercício de 2011, tendo em vista que somente a partir de janeiro deste ano é que o referido contrato passou a vigorar.

Do contrato de prestação de serviços de telecomunicações a controlada indireta TMAR tem o compromisso de fazer os investimentos necessários em infraestrutura para prover os serviços.

(c) Aumento da Tarifa de Serviço Telefônico Fixo Comutado

No dia 21 de dezembro de 2011, a ANATEL aprovou o reajuste das tarifas de STFC. Esses reajustes, em vigor a partir de 24 de dezembro de 2011, são de 1,97% nas modalidades local (assinatura e tráfego) e para interconexão TU-RL, e de 1,63% no caso da tarifa de TUP.

(d) Capital Circulante Líquido Negativo

A controlada indireta Telemar apresentou ao fim do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, Capital Circulante Líquido Negativo, no montante de R$462.929, sendo no consolidado o efeito no montante de R$58.223 na proporção da participação indireta da Companhia. A Administração está implementando ações que objetivam equacionar esta situação a curto prazo e que incluem a emissão, junto à instituições financeiras de 1ª linha do mercado brasileiro, de debêntures com vencimento a longo prazo, conforme divulgado na nota explicativa 31. Em adição, parte dos recursos necessários ao equacionamento da deficiência de Capital Circulante será proveniente do fluxo de dividendos a receber de controladas.

Grupo de Contact Center e Cobrança

Ativos classificados como mantido para venda

A controlada indireta Contax Participações celebrou, por meio da sua controlada Dedic, contrato de

Notas Explicativas

compra e venda ("Contrato") com terceiros, referente à alienação de determinados ativos vinculados aos contratos de prestação de serviços dos clientes Vivo e Telefônica.

O referido Contrato, firmado em 30 de novembro de 2011, menciona que o valor de alienação desses ativos (basicamente carteira de clientes e ativo imobilizado) será de R$85.000 (valor não proporcionalizado), sujeito à ajustes com base em termos e condições previstos no Contrato. A Administração da Contax Participações prevê que a referida transação se concretize até o final do primeiro trimestre de 2012.

A seguir, são apresentadas as principais classes de ativos e passivos que compõem o acervo do referido contrato de prestação de serviços:

	2010
Imobilizado	63.669
Carteira de Clientes	35.398
Contas a receber	63.938
Demais ativos circulantes	1.239
Ativos classificados como mantidos para venda (*)	164.244
Passivos Circulantes (Pessoal e Impostos)	(28.399)
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(12.053)
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda (*)	(40.452)
Ativos Líquidos classificados como mantidos para venda(**)	123.792

(*) Valores R$35.643 e R$9.192 representam o ativo e passivo respectivamente à proporcional da participação indireta da Companhia, apresentadas nas Notas 14 e 24, respectivamente.

(**) Os ativos que serão submetidos à venda mencionada nos parágrafos anteriores são (a) o ativo imobilizado e (b) o intangível (carteira de clientes). Os demais ativos e passivos circulantes acima relacionados estão aqui apresentados em cumprimento as exigências do CPC 31.

Incorporação de Ações da Dedic pela Contax Participações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1° de julho de 2011, foi aprovada a Incorporação de Ações Dedic, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações, com a consequente transformação da Dedic em subsidiária integral da controlada indireta Contax Participações.

Foi celebrado Acordo de Incorporação de Ações da Dedic pela controlada indireta Contax Participações, que previa sujeito a determinadas condições, a convocação de assembleias gerais das empresas para deliberar sobre a incorporação, pela controlada indireta Contax Participações, das ações de emissão da Dedic, com o consequente aumento de capital da controlada indireta Contax Participações. O valor do aumento de capital na controlada indireta Contax Participações foi determinado com base no valor patrimonial contábil das ações de emissão da Dedic, conforme laudo de avaliação patrimonial emitido por avaliadores independentes em 7 de maio de 2011 (“Incorporação de Ações Dedic”). Como resultado da Incorporação de Ações Dedic, a controlada indireta Contax Participações emitiu novas ações ordinárias e preferenciais que foram recebidas pelos ex-acionistas da Dedic em substituição às ações da Dedic por eles então detidas.

A Administração da controlada indireta Contax Participações contratou parecer de fidedignidade (“*fairness opinion*”), elaborado de forma independente pelo Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”). De acordo com os valores indicados no referido parecer preparado pelo BTG Pactual, foi indicada uma faixa de relação de troca entre R$0,0342 e R$0,0417 para as ações ordinárias e entre

Notas Explicativas

R$0,0343 e R$0,0418 para as ações preferenciais de emissão da controlada indireta Contax Participações para cada ação de emissão da Dedic.

Com base na faixa de relação de troca indicada, as Administrações da controlada indireta Contax Participações e Dedic estabeleceram uma relação de troca de R$0,0362 ação ordinária e R$0,0363 ação preferencial de emissão da controlada indireta Contax Participações para cada ação de emissão da Dedic.

Em conformidade com o Parecer de Orientação CVM n° 35/2008, foi constituído um comitê especial e independente (“Comitê Especial”) responsável por analisar, avaliar e deliberar sobre a relação de troca objeto da Incorporação de Ações Dedic. O Comitê Especial concluiu que a relação de substituição das ações da Dedic pelas ações de emissão da controlada indireta Contax Participações era adequada e, do ponto de vista da controlada indireta Contax Participações, equitativa para a incorporação das ações de emissão da Dedic.

Novas normas de restrição à contratação de serviços terceirizados

Atualmente, não existe legislação específica referente à contratação de terceirizados no Brasil. O Poder Judiciário vem tratando as discussões sobre o tema por meio da Súmula n° 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que autoriza a terceirização de “atividade meio” das empresas.

Em 2009, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Minas Gerais emitiu sentença contra uma operadora de telefonia móvel, proibindo-a de terceirizar seu *contact center* e suas atividades de vendas por telefone. Ainda sobre o assunto, outra empresa de telefonia móvel apresentou reclamação no Superior Tribunal Federal (STF), demonstrando que Lei posterior à Súmula nº 331 do TST não poderia por ela ser revogada e que a terceirização nas atividades das telecomunicações está expressa em lei em razão da especialização e de interesses, inclusive de segurança nacional, tendo em vista a natureza da atividade exercida.

Em Novembro de 2010, admitindo esta tese em liminar, o Ministro do STF entendeu pela legalidade da terceirização das atividades de telecomunicações.

Diante da inexistência de lei específica sobre os contratos de serviços terceirizados e as relações de trabalho deles decorrentes, bem como da necessidade do legislador em ratificar os conceitos sobre o tema, o Poder Legislativo encontrou causa para a proposição de três projetos de leis abordando o tema. Em outubro de 2011, uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados encaminhou um relatório com propostas para regulamentação do trabalho terceirizado. Atualmente, a principal proposição em tramitação é o Projeto de Lei nº 4.330/2004, já aprovado pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados e sob apreciação da Comissão de Constituição de Justiça. Ambos os textos trazem importantes avanços como, por exemplo, o fim do conceito de atividade fim e atividade meio e a responsabilidade subsidiária. No entanto, as polêmicas que envolvem essa matéria e a proximidade do processo eleitoral tornam difícil uma posição do Poder Legislativo ainda no ano de 2012.

As decisões provenientes dos Tribunais do Trabalho e a promulgação de uma eventual lei que estabeleça limites à terceirização configurarão um cenário mais estreito no âmbito dos serviços atualmente permitidos. Adicionalmente, outras ações do governo podem afetar o posicionamento de clientes atuais e futuros da controlada indireta Contax, no sentido de não optarem pela terceirização, exercendo, portanto, um efeito negativo sobre suas operações.

Substituição do INSS patronal nos setores de Tecnologia da Informação (TI) e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

Notas Explicativas

Com a recente conversão da Medida Provisória n° 540/2011 na Lei n° 12.546/2011, ficou regulamentada a redução da alíquota do INSS a partir de Abril de 2012. Os artigos 7º, 8º, 9º e 52° da referida Lei estabelecem que a alíquota patronal de INSS de 20% sobre a remuneração dos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais das empresas que prestam exclusivamente serviços de tecnologia da informação (TI) e tecnologia da informação e comunicação (TIC) será substituída, no período de 1° de dezembro de 2011 a 31 de dezembro de 2014, pela alíquota de 2,5% sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

Cancelamento do programa de ADR's

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de outubro de 2011, foi autorizado o cancelamento do Programa de American Depositary Receipts ("ADRs") da controlada indireta Contax Participações no mercado de balcão dos Estados Unidos da América (CTXNY), levando-se em consideração (i) que na data base 30 de setembro de 2011 as ADRs representavam 1,2% das ações preferenciais (CTAX3) e 0,75% do total das ações e do valor de mercado da controlada indireta Contax Participações; (ii) os baixos índices de liquidez e pequeno volume dos ADRs transacionados; (iii) a redução dos custos administrativos para a controlada indireta Contax Participações e seus acionistas; e (iv) que a maioria dos investidores estrangeiros investe diretamente na controlada indireta Contax Participações por meio da BM&FBOVESPA.

Adicionalmente, no dia 14 de dezembro de 2011, em complemento às informações previamente divulgadas no Fato Relevante datado de 26 de outubro de 2011, a controlada indireta Contax Participações comunicou que o cancelamento do Programa de ADRs junto a Securities and Exchange Comission (SEC) ocorreria em 13 de janeiro de 2012.

Consequentemente, desde aquela data, não podem mais ser praticados quaisquer atos com relação ao Programa de ADRs.

Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC")

De acordo com a legislação brasileira, se uma entidade possui mais de 100 colaboradores, de 2% a 5% destes devem ser beneficiários reabilitados da previdência social ou pessoas qualificadas como portadoras de deficiência. Diante da incapacidade da controlada indireta Contax em alcançar esse percentual, em setembro de 2002, foi celebrado um Termo de Ajuste de Conduta com o Procurador Geral do Trabalho, no qual a controlada indireta Contax por um prazo de três anos deveria demonstrar o cumprimento das obrigações substitutivas (publicação das vagas em jornal). Decorrido esse prazo, o cumprimento deverá ser comprovado sempre que requerido. Mesmo tendo implementado um programa objetivando a contratação de colaboradores que sejam beneficiários reabilitados da previdência social e pessoas portadoras de deficiências, os cargos disponíveis ainda não foram totalmente preenchidos, devido à dificuldade de contratação destes profissionais, porém o TAC vem sendo devidamente cumprido.

Capital circulante líquido

As informações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 refletem o impacto das recentes aquisições, com o decréscimo das disponibilidades da controlada indireta CTX e suas controladas e consequente incremento de seu passivo circulante e não circulante em função das obrigações assumidas com as referidas aquisições. Em 31 de dezembro de 2011, a controlada indireta CTX e suas controladas apresentam capital circulante líquido negativo consolidado no montante de R$36.412, sendo no consolidado o efeito no montante de R$8.274 na proporção da participação indireta da Companhia.

Notas Explicativas

31 EVENTOS SUBSEQUENTES (VALORES NÃO PROPORCIONALIZADOS)

Iguatemi

Em fevereiro de 2012, a controlada direta Iguatemi concluiu a sua terceira Emissão de Debêntures, via Instrução CVM nº 476/2009, no valor de R$300.000. As debêntures são simples, quirografárias e não conversíveis em ação, com vencimento de 50% no 5º ano (2017) e 50% no 6º ano (2018). A remuneração é CDI + 1,0% a.a., com pagamento de juros semestrais.

Em fevereiro de 2012 a controlada direta Iguatemi anunciou a expansão do Shopping Iguatemi Campinas que atingirá 107,6 mil m3 de área comercial totalizando 390 lojas. Essa expansão irá adicionar 17.698 m3 de ABL e terá 125 lojas. A inauguração prevista será em março de 2014.

Grupo de Telecomunicações

(a) Aprovação da Reorganização Societária – Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.)

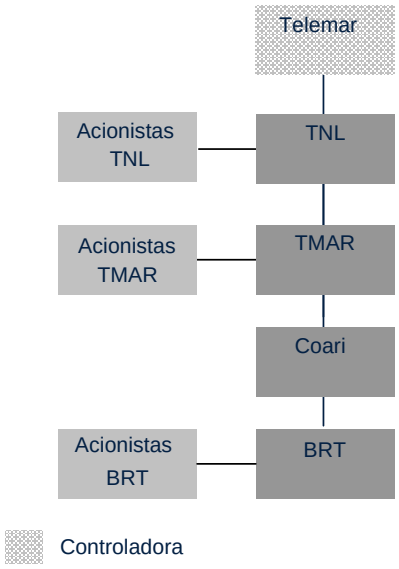
Em assembleias gerais realizadas em 27 de fevereiro de 2012, os acionistas das Companhias Oi (TNL, TMAR, Coari e BrT) aprovaram a Reorganização Societária que compreendeu conjuntamente a cisão parcial da TMAR com a incorporação da parcela cindida pela Coari seguida de incorporação de ações da TMAR pela Coari e as incorporações da Coari e da TNL pela BrT, companhia esta que passa a concentrar todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e passa a ser a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, tendo sido a sua denominação social alterada para Oi S.A. por ocasião dessas assembleias gerais.

Em consequência, serão emitidas 395.585.453 novas ações ordinárias e 798.480.405 novas ações preferenciais da Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.), passando o seu capital subscrito, totalmente integralizado, a ser de R$6.816.468, dividido em 599.008.629 ações ordinárias e 1.198.077.775 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

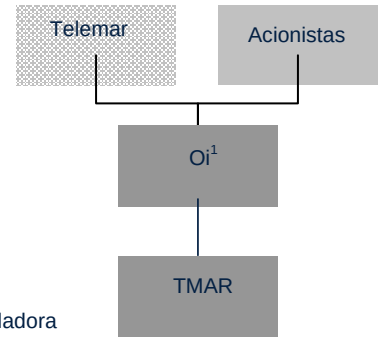
O organograma simplificado a seguir demonstra a estrutura societária antes e após a Reorganização Societária:

Notas Explicativas

Estrutura societária simplificada antes da Reorganização Societária



Estrutura societária simplificada após a Reorganização Societária



(1) Anteriormente denominada BRT, que manterá a TMAR como sua subsidiaria integral

A Reorganização Societária tem por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a governança das Companhias Oi, resultando em criação de valor para todos os acionistas através de, dentre outros fatores:

- Simplificar a estrutura societária, anteriormente dividida em três companhias abertas e sete diferentes classes e espécies de ações, unificando as bases acionárias das Companhias Oi em uma única empresa com 2 espécies diferentes de ações negociadas em bolsas de valores no Brasil e no exterior;

- Reduzir custos operacionais, administrativos e financeiros, após a consolidação da administração das Companhias Oi, a simplificação da sua estrutura de capital e o aprimoramento da sua capacidade para atrair investimentos e acessar mercados de capitais;

- Alinhar os interesses dos acionistas da TNL, da TMAR e da BrT;

- Possibilitar o aumento da liquidez das ações da BrT; e

- Eliminar os custos decorrentes da listagem separada das ações da TNL, da TMAR e da BrT e aqueles decorrentes das obrigações de divulgação pública de informações pela TNL, pela TMAR e pela BrT, separadamente.

A manutenção do controle acionário da Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.) exclusivamente pela Telemar é condição para a aprovação da Reorganização Societária, cumprindo, assim, suas obrigações legais e regulatórias perante a Anatel. A Telemar e seus acionistas diretos ou indiretos implementarão as medidas necessárias para a manutenção do controle e o cumprimento de tais obrigações, incluindo, potencialmente, a permuta de ações preferenciais que detém por ações ordinárias de titularidade de seus acionistas diretos ou indiretos.

Na AGE da BrT de 27 de fevereiro de 2012 foi aprovada, inclusive, a proposta de bonificação em ações preferenciais resgatáveis de emissão da BrT a serem atribuídas exclusivamente aos acionistas

Notas Explicativas

da BrT anteriores à incorporação, pelo valor total de R$1,5 bilhão. A data base da bonificação aos acionistas cujas ações são negociadas na BM&FBOVESPA e para os acionistas cujas ações são negociadas na NYSE – "*New York Stock Exchange"* será o dia 29 de março de 2012 (data do fim do prazo para o exercício do direito de retirada), sujeito a efetivação da operação, nos termos do art. 230 da Lei das S.A. Sendo assim, a partir do dia 30 de março, inclusive, as negociações dessas ações em bolsa serão realizadas *ex*-bonificação. O valor do resgate das ações resgatáveis será pago proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social e na mesma data em que for pago o valor do reembolso das ações de eventuais acionistas dissidentes da TNL e da TMAR, previsto para ocorrer no dia 9 de abril de 2012. O valor das ações resgatadas acima será deduzido no cálculo das relações de substituição deliberada.

Abaixo são apresentadas as relações de troca de ações decorrentes das incorporações de TNL e Coari em BrT, a saber:

Ação original / Ação em substituição	Relação de substituição
TNLP3 / BRTO3	2,3122
TNLP4 / BRTO4	2,1428
TNLP4 / BRTO3	1,8581
TMAR3 / BRTO3	5,1149
TMAR5 e TMAR6 / BRTO4	4,4537
TMAR5 e TMAR6 / BRTO3	3,8620

Nos termos do art. 137, §1º da Lei das S.A., os acionistas dissidentes terão direito de retirada, o qual será exercível em relação às ações de que sejam titulares ininterruptamente desde o encerramento do pregão do dia 23 de maio de 2011 até a data do efetivo exercício do direito de retirada. As ações adquiridas a partir do dia 24 de maio de 2011 não conferirão ao seu titular direito de retirada com relação à Reorganização Societária.

Conforme mencionado no fato relevante de 14 de novembro de 2011, caso a titularidade de ações detidas em 23 de maio de 2011 tenha sido transferida, inclusive em virtude de contrato de mútuo de ações ("aluguel de ações"), o acionista não poderá exercer o direito ao reembolso com relação às ações mutuadas, uma vez que, na forma da lei, o mútuo acarreta a efetiva transferência da titularidade das ações do mutuante ao mutuário.

Do mesmo modo, os acionistas que no encerramento do pregão de 23 de maio de 2011 fossem titulares de ações por força de contratos de mútuo vigentes naquela data, e mantenham a titularidade destas ações até o momento do exercício do direito de recesso, poderão exercê-lo, na forma da lei.

Somente terão direito de retirada aqueles titulares de ações ordinárias e preferenciais (TMAR3, TMAR5 e TMAR6) da TMAR, ações ordinárias e preferenciais da Coari (somente detidas pela TMAR e com relação às quais não se espera que o recesso seja exercido) e ações ordinárias da TNL (TNLP3). As demais ações das Companhias Oi não terão direito de retirada, nos termos da lei.

O pagamento do valor do reembolso aos acionistas legitimados dependerá da efetivação da operação, nos termos do art. 230 da Lei das S.A. e, caso efetivada, será realizado no dia 9 de abril de 2012.

Estima-se que as ações ordinárias e preferenciais da Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.) passarão a ser negociadas, já sob seu novo código, em aproximadamente 40 dias após a data das assembleias que deliberaram sobre as incorporações.

Notas Explicativas

Além das aprovações societárias pertinentes, a Reorganização Societária estava sujeita à anuência da ANATEL e tal anuência foi concedida em 27 de outubro de 2011. Adicionalmente, o registro das ações que serão emitidas pela Oi S.A.(anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.) nesse contexto, foram registradas junto à SEC, assim como foi obtida a anuência dos credores das Companhias Oi para a implementação da Reorganização Societária, quando aplicável.

Em Assembleia realizada em 17 de outubro de 2011, foi aprovada a extinção das garantias fidejussórias prestadas por meio de fiança da TNL às debêntures públicas da quarta emissão da BrT.

A estratégia de negócio a ser adotada pela Administração nas operações futuras da Companhia será impactada de tal forma que certas receitas serão consolidadas, haverá economia de despesas, certos ativos serão utilizados de forma integrada, bem como ocorrerão outros benefícios e efeitos provenientes da reestruturação. Portanto os fluxos de caixa serão analisados pela Administração de forma consolidada em seu processo de tomada de decisões.

Como consequência, a TNL, com base nos pronunciamentos CPC 01 e CPC 25, considerou os fluxos de caixa futuros consolidados de suas operações para análise de indicativo de "*impairment*" de seus ativos (representando esta a unidade geradora de caixa). A referida análise não evidenciou indícios de "*impairment*" sobre os ativos de longa duração da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Administração procedeu aos seguintes registros contábeis em conexão com a Reorganização Societária: (i) na BrT, registro do passivo decorrente da bonificação de ações a serem resgatadas no montante de R$1.501.984 e (ii) na TNL, registro da baixa de ativo fiscal diferido de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social em função da extinção da TNL, por incorporação, no montante de R$178.807.

Após a reestruturação, a controlada indireta LF Tel e a controlada direta Jereissati Telecom, passam a concentrar suas participações diretas atuais, TNL e TMAR e TNL respectivamente, na Oi S.A. Consequentemente, a Companhia passou a ser controladora indireta em conjunto da Oi S.A.

(b) Captações ocorridas em 2012

Financiamentos em moeda estrangeira

Em janeiro de 2012 foram desembolsados US$91,9 milhões (R$161 milhões) do contrato de financiamento assinado pela controlada indireta TMAR junto ao *"Finnish Export Credit"* em agosto de 2009, no valor de US$500 milhões.

"Bonds"

Em fevereiro de 2012, a controlada indireta BrT emitiu "*Senior Notes*" no valor de US$1.500 milhões, com o objetivo de refinanciamento de dívidas, além de propósitos corporativos gerais. A operação tem juros de 5,75% a.a., com vencimento final em fevereiro de 2022. Os encargos financeiros têm vencimento semestral em fevereiro e agosto, desde agosto de 2012 até o vencimento. Os custos de transação associados a esta emissão no valor equivalente a US$6 milhões serão amortizados ao resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Emissão de debênture pública

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de fevereiro de 2012, foi aprovada a nona emissão pública, pela controlada indireta BrT, de debêntures simples, não conversíveis em

Notas Explicativas

ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição conforme termos da instrução CVM n° 400, no valor de até R$2.000 milhões (podendo ser estendido com a aplicação de Lote Adicional e Lote Suplementar), em até 2 séries. As taxas de remuneração e a alocação entre séries serão definidos em procedimento de *bookbuilding* em 5 de março de 2012. A emissão está em fase de registro na CVM.

(c) Desvalorização dos investimentos disponíveis para venda

Os investimentos classificados como disponíveis para venda, referentes á aquisição de ações da Portugal Telecom – PT, pela controlada indireta TMAR, sofreram uma desvalorização no período compreendido entre 31 de dezembro de 2011 e a data de autorização para emissão desta Demonstração Financeira. A Companhia estima o efeito da desvalorização das ações em aproximadamente 11%, perfazendo o montante de R$74 milhões, liquido de impostos.

(d) 11ª Emissão de Debêntures pela controlada indireta Telemar

Em Assembleia Geral Extraordinária da controlada indireta Telemar, realizada em 27 de março de 2012 foi aprovada a décima primeira emissão de debêntures nominativa, escritural, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, no valor de R$500.000, a qual será objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos na IN CVM nº 476.

As debêntures possuem as seguintes características e condições:

- Valor nominal: valor nominal unitário de R$1.000;
- Quantidade: 500;
- Data de emissão: 05 de abril de 2012;
- Data de vencimento: 05 de abril de 2019;
- Número de séries: série única;
- Espécie: quirografária;
- Garantia: penhor de ações de Emissão de Tele Norte Leste Participações S.A. na proporção de 120% do valor da Emissão;
- Pagamento do valor nominal: em três parcelas anuais, iguais e consecutivas, sendo (a) a primeira parcela, no valor correspondente a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do Valor Total da Emissão, em 25 de abril de 2017; (b) a segunda parcela, no valor correspondente a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do Valor Total da Emissão, em 25 de abril de 2018; e (c) a terceira parcela, no valor correspondente a 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) do Valor Total da Emissão, em 5 de abril de 2019;
- Remuneração: as debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes a 100% da taxa DI over extra grupo de um dia, base 252 dias úteis, divulgada pela CETIP, acrescida de um spread equivalente a 1,20% ao ano;
- Pagamento da remuneração: a remuneração será paga semestralmente, nas seguintes datas: (a) o primeiro pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2012; (b) o segundo pagamento ocorrerá em 25 de abril de 2013; (c) o terceiro pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2013; (d) o quarto pagamento ocorrerá em 25 de abril de 2014; (e) o quinto pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2014; (f) o sexto pagamento ocorrerá em 25 de abril de 2015; (g) o sétimo pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2015; (h) o oitavo pagamento ocorrerá em 25 de abril de 2016; (i) o nono pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2016; (j) o décimo pagamento ocorrerá em 25 de abril de 2017; (k) o décimo primeiro pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2017; (l) o décimo segundo pagamento ocorrerá em 25 de abril de 2018; (m) o décimo terceiro pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2018; (n) o décimo quarto pagamento ocorrerá em 5 de abril de 2019.“

Notas Explicativas

A liquidação financeira desta décima primeira emissão de debêntures deverá ocorrer até a primeira quinzena do mês de abril de 2012.

Grupo de Contac Center e Cobrança

Debêntures Privadas Intragrupo (Contax como captadora)

Em 5 de janeiro de 2012, a controlada indireta Contax emitiu 40.000 debêntures privadas, em duas séries, sendo a primeira série de 36.000 debêntures, com vencimento em 27 de dezembro de 2013, no valor de R$360.000, e a segunda série de 4.000 debêntures, com vencimento em 3 de janeiro de 2014, no valor de R$40.000, com propósitos corporativos em razão de gestão de caixa intragrupo.

Debêntures com o Mercado

O Conselho de Administração da controlada indireta Contax Participações aprovou na reunião realizada em 29 de fevereiro de 2012 a emissão de debêntures no montante aproximado de R$255.000 em duas séries de igual valor, sendo uma vinculada ao IPCA com opção de conversão em ações e outra série vinculada a TJLP.

Essa emissão faz parte da estratégia da Contax Participações de alongamento e reestruturação do perfil da dívida e está sujeita a aprovação dos acionistas na próxima Assembleia.

32 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

O Conselho de Administração da Companhia, em 27 de março de 2012, examinou e autorizou a divulgação das presentes Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, bem como o encaminhamento para deliberação em Assembleia de Acionistas.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Jereissati Participações S.A.
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Jereissati Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jereissati Participações S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Jereissati Participações S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exrcício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Avaliação de investimento em controladas nas demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na nota explicativa n° 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Jereissati Participações S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Reorganização societária

Conforme descrito na nota explicativa n° 31, os acionistas da Tele Norte Leste Participações S.A. (controlada indireta em conjunto da Companhia e controladora da Telemar Norte Leste S.A.), da Telemar Norte Leste S.A. (controladora da Coari Participações S.A.), da Coari Participações S.A. (controladora da Brasil Telecom S.A.) e da Brasil Telecom S.A. aprovaram na assembleia geral realizada em 27 de fevereiro de 2012 a reorganização societária que compreendeu conjuntamente a cisão parcial da Telemar Norte Leste S.A. com a incorporação da parcela cindida pela Coari Participações S.A., seguida de incorporação de ações da Telemar Norte Leste S.A. pela Coari Participações S.A. e as incorporações da Coari Participações S.A. e da Tele Norte Leste Participações S.A. pela Brasil Telecom S.A., que passa a concentrar todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e a ter a sua denominação social alterada para Oi S.A..Desta forma, em 27 de fevereiro de 2012, a Companhia passou a ser controladora indireta em conjunto da Oi S.A..

Contas a receber de empresa ligada

Conforme mencionado na nota explicativa nº 28, em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuem valores a receber de empresa ligada no montante de R$87.296 mil, registrados no ativo não circulante, cuja realização dependerá da concretização do plano de negócio elaborado pela sua Administração.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de março de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marco Antonio Brandão Simurro
Contador
CRC nº 1 RJ 052000/O-0 “S” SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da Jereissati Participações S.A. declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1° do art. 25 da Instrução CVM n.° 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 31/12/11, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre essas demonstrações.

São Paulo, 29 de março de 2012.

Fernando Magalhães Portella
Diretor Presidente

Pedro Jereissati
Diretor Vice Presidente

Erika Jereissati Zullo
Diretora de Mix e Varejo

Sidnei Nunes
Diretor Gerente

Aparecido Carlos Correia Galdino
Diretor Gerente e Diretor de Relação com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da Jereissati Participações S.A. declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1° do art. 25 da Instrução CVM n.° 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 31/12/11, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre essas demonstrações.

São Paulo, 29 de março de 2012.

Fernando Magalhães Portella
Diretor Presidente

Pedro Jereissati
Diretor Vice Presidente

Erika Jereissati Zullo
Diretora de Mix e Varejo

Sidnei Nunes
Diretor Gerente

Aparecido Carlos Correia Galdino
Diretor Gerente e Diretor de Relação com Investidores